

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
**Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGEO/UFPel**  
**Curso de Pós-Graduação em Geografia**



**EMPRESAS TRANSNACIONAIS E GEOPOLÍTICA CONTEMPORÂNEA:  
AS DINÂMICAS ENTRE BRASIL, CHINA E ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA NA  
CADEIA GLOBAL DE VALOR DA SOJA**

**JOSUÉ KUHN VÖLZ**

Pelotas, 2025

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação da Publicação

V944e Volz, Josué Kuhn

Empresas transnacionais e geopolítica contemporânea [recurso eletrônico] : as dinâmicas entre Brasil, China e Estados Unidos da América na cadeia global de valor da soja / Josué Kuhn Volz ; Tiaraju Salini Duarte, orientador. — Pelotas, 2025.

160 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2025.

1. Soja. 2. Empresas Transnacionais. 3. Brasil. 4. China. 5. Estados Unidos da América. I. Duarte, Tiaraju Salini, orient. II. Título.

CDD 338.13334

**Josué Kuhn Völz**

EMPRESAS TRANSNACIONAIS E GEOPOLÍTICA CONTEMPORÂNEA:  
AS DINÂMICAS ENTRE BRASIL, CHINA E ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA  
NA CADEIA GLOBAL DE VALOR DA SOJA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Dr. Tiaraju Salini Duarte

Pelotas, 2025.

EMPRESAS TRANSNACIONAIS E GEOPOLÍTICA CONTEMPORÂNEA:  
AS DINÂMICAS ENTRE BRASIL, CHINA E ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA  
NA CADEIA GLOBAL DE VALOR DA SOJA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

**Data da defesa:**

17/02/2025

**Banca examinadora:**

Prof. Dr. Tiaraju Salini Duarte (Orientador)

Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo

---

Prof. Dr. César Augusto Ferrari Martinez

Doutor em Educação pela Pontificia Universidad Católica de Chile

---

Prof. Dr. Robinson Santos Pinheiro

Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás

---

“Que grandezas não navegaram suas correntezas até o mistério de uma terra desconhecida!... Os sonhos dos homens, sementes de nações, germe de impérios.”

Joseph Conrad ([1899] 2016, p.7).

## RESUMO

A presente pesquisa analisa as dinâmicas que envolvem três países fundamentais para a Cadeia Global de Valor (CGV) da soja (*Glycine max*): Estados Unidos da América (EUA), China e Brasil. O objetivo geral da pesquisa visa analisar as transformações contemporâneas nos três principais atores territoriais da CGV da soja, buscando compreender o papel desempenhado pelas cinco maiores *traders* do grão em relação às dinâmicas geopolíticas destes Estados. Para isso, realiza-se uma revisão teórica e bibliográfica, baseada na reconstituição histórica da questão, além de um balanço da situação contemporânea, por meio da análise de dados secundários. Destaca-se a importância da logística e do comércio na geopolítica contemporânea e avalia-se o papel das Empresas Transnacionais (ETNs) no processo de globalização, inserindo-o em uma conjuntura mais ampla, marcada pela transformação das disputas hegemônicas e das hierarquias de poder. Argumenta-se que a soja é um ativo central para compreender a mecânica agroalimentar dos países analisados. Como resultados, apontamos que nos EUA, a consolidação da potência econômica e política foi acompanhada da estruturação técnica e institucional que permitiu a concentração do comércio transnacional de grãos em quatro grandes empresas, conhecidas como grupo ABCD (ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus). Já a China, apesar de ser o berço histórico da oleaginosa, reassume apenas recentemente um papel central nessa cadeia, impulsionada por sua ascensão econômica e pela internacionalização de suas Empresas Transnacionais Estatais (ETNEs). Atualmente, o país é o principal importador mundial de soja e, por meio de subsídios estatais, consolidou a China Oil and Foodstuffs Corporation (COFCO) como a segunda maior *trader* de *commodities* do mundo. O Brasil, por sua vez, nos últimos anos tornou-se o maior produtor sojícola, mas sua participação na CGV permanece predominantemente baseada na exportação de grãos com baixo valor agregado, majoritariamente controlada por ETNs estrangeiras. Esse panorama revela implicações espaciais significativas, evidenciando o papel das ETNs na consolidação de um sistema sociotécnico, e que gerencia as operações globais de acordo com seus interesses, alinhadas à zona de influência de onde se originam. Nesse contexto, a governança privada e transnacional do setor limita as possibilidades de um posicionamento estratégico autônomo por parte dos agentes brasileiros.

**Palavras-Chave:** Soja; Empresas Transnacionais; Brasil; China; Estados Unidos da América.

## ABSTRACT

The present research analyzes the dynamics involving three key countries in the Global Value Chain (GVC) of soy (*Glycine max*): the United States, China, and Brazil. The general objective of this study is to examine contemporary transformations in the three main territorial actors of the soy GVC, aiming to understand the role played by the five largest grain traders in relation to the geopolitical dynamics of these states. To achieve this, a theoretical and bibliographic review is conducted, based on the historical reconstruction of the issue, along with an assessment of the contemporary situation through the analysis of secondary data. The study highlights the importance of logistics and trade in contemporary geopolitics and evaluates the role of transnational corporations (TNCs) in the globalization process, situating them within a broader framework marked by shifts in hegemonic disputes and power hierarchies. It is argued that soy is a central asset for understanding the agro-food mechanics of the analyzed countries. As for the results, we point out that in the United States, the consolidation of economic and political power was accompanied by the technical and institutional structuring that enabled the concentration of transnational grain trade in four major companies, known as the ABCD group (ADM, Bunge, Cargill, and Louis Dreyfus). China, despite being the historical birthplace of the oilseed, has only recently resumed a central role in this chain, driven by its economic rise and the internationalization of its State-Owned Transnational Enterprises (SOTNEs). Currently, China is the world's main importer of soy and, through state subsidies, has strengthened the China Oil and Foodstuffs Corporation (COFCO), which has emerged as the second-largest commodity trader globally. Brazil, in turn, has become the world's largest soybean producer in recent years, yet its participation in the GVC remains predominantly based on the export of low-value-added grains, mostly controlled by foreign TNCs. This scenario has significant spatial implications, highlighting the role of TNCs in consolidating a sociotechnical system that manages global operations according to their interests and spheres of influence. In this context, the private and transnational governance of the sector limits the possibilities for an autonomous strategic positioning by Brazilian actors.

**Keywords:** Soybeans; Transnational Corporations; Brazil; China; United States of America.

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Principais commodity traders no ano de 2014.....	16
Figura 2 - Afunilamento da escolha entre sistemas técnicos diversos.....	38
Figura 3 - O nexo triangular estabelecido entre empresas e Estados.....	50
Figura 4 - Abordagem realista, justaposta e multidimensional exemplificada.....	51
Figura 5 - Os três regimes agroalimentares mundiais.....	58
Figura 6 - Produção de soja por condado e unidades domésticas de processamento.....	63
Figura 7 - Produção de soja por condado, plantas de biodiesel e High Protein Animal Units por estado.....	65
Figura 8 - Porcentagem do país de destino da soja exportada pelos Estados Unidos da América, em 2023.....	66
Figura 9 - Unidades e fluxos estabelecidos pela ADM.....	67
Figura 10 - Operações da Bunge: presença em países e unidades.....	69
Figura 11 - Países com a presença da Cargill em 2020.....	70
Figura 12 - Unidades da cadeia de oleaginosas da LDC no mundo.....	72
Figura 13 - Produção de grãos de soja (em milhões de toneladas) por país, em anos significativos para o estudo.....	76
Figura 14 - Produção média dos últimos três anos, por província chinesa.....	78
Figura 15 - Porcentagem da origem da soja importada pela China em 2023.....	81
Figura 16 - Escritórios e instalações da COFCO.....	86
Figura 17 - Soja plantada ao longo das décadas.....	93
Figura 18 - Produção de grãos de soja (em milhões de toneladas) por país em 2022.....	94
Figura 19 - Rotas de exportação da soja em grão brasileira.....	97
Figura 20 - Porcentagem do país de destino da soja exportada pelo Brasil em 2023.....	98
Figura 21 - Localização da capacidade instalada da indústria da soja.....	99
Figura 22 - Principais rotas de exportação da soja em grão.....	101
Figura 23 - Regiões de fornecimento de soja e instalações da Cargill no Brasil.....	112
Figura 24 - Em perspectiva, embarcações dos ribeirinhos impactados pelo empreendimento da Cargill em Santarém, nunca consultados sobre o processo.....	114
Figura 25 - Unidades Bunge na América do Sul.....	115
Figura 26 - Terminal Portuário Bunge Alimentos em Rio Grande/RS.....	116
Figura 27 - Recorte da imagem disponibilizada em relatório para investidores da ADM.....	117
Figura 28 - Presença da LDC no ramo da soja.....	118
Figura 29 - Unidades da COFCO na América do Sul.....	119
Figura 30 - Integração logística do arco-norte, impulsionado pela expansão da fronteira agrícola.....	124
Figura 31 - Esquema representativo dos objetos de estudo e sua análise.....	126
Figura 32 - Recorte do anúncio publicizado na Argentina em 2003.....	129
Figura 33 - Infraestruturas logísticas e principais agentes na expansão do agronegócio.....	130

Figura 34 - Registro da 'Cosecha de Soja' em Tangará da Serra/MT (2012)..... 131

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Produção de grãos de soja (em milhões de toneladas) dos principais países produtores entre os anos de 1961 e 2022.....	18
Gráfico 2 - Classificação das traders de commodity na Fortune 500.....	19
Gráfico 3 - Grupo exportador da soja produzida no Brasil e bloco econômico receptor no ano de 2020.....	20
Gráfico 4 - Organograma metodológico.....	25
Gráfico 5 - Fusões e aquisições globais, de 1985 ao primeiro trimestre de 2017.....	35
Gráfico 6 - Transformação relativa entre 1961 e 2022 em produção, área cultivada e rendimento da soja nos Estados Unidos da América.....	62
Gráfico 7 - Razão importação/ exportação de oleaginosas entre 1870 e 2016.....	75
Gráfico 8 - Comparação nas alterações no consumo proteico das populações de diferentes países.....	81
Gráfico 9 - Transformação relativa entre 1961 e 2022 em produção, área cultivada e rendimento da soja na China.....	82
Gráfico 10 - Lucros do grupo ABCD ante a volatilidade do preço de alimentos.....	84
Gráfico 11 - Principais exportadores em volume de soja do Brasil para a China entre 2013 e 2017.....	84
Gráfico 12 - Crescimento (em milhões de toneladas) da demanda chinesa por soja e resposta das principais traders fornecedoras.....	87
Gráfico 13 - Transformação relativa entre 1961 e 2022 em produção, área cultivada e rendimento da soja no Brasil.....	95
Gráfico 14 - Porcentagem do emprego da soja em grão produzida pelo Brasil em 2023.....	96
Gráfico 15 - Porcentagem de uso na soja no mundo em 2018.....	96
Gráfico 16 - Esmagamento de grãos de soja (em toneladas).....	98
Gráfico 17 - Índice de performance logística comparando os três países estudados.....	102
Gráfico 18 - Custos de Transporte de soja para a China: EUA versus Brasil.....	103
Gráfico 19 - Preço da saca (60Kg) do grão granel padrão CONCEX (Conselho Nacional de Comércio Exterior).....	104
Gráfico 20 - Faturamento e tendência do complexo da soja (bilhões de reais).....	104
Gráfico 21 - Valor adicionado através do comércio, em milhões de dólares.....	105
Gráfico 22 - Crescimento do PIB (em milhões de reais) do ramo agrícola, com linha de tendência.....	105
Gráfico 23 - Evolução do PIB brasileiro entre 1973 e 2023 (em trilhões de dólares na moeda local do país).....	106
Gráfico 24 - Porcentagem da contribuição do ramo agrícola no PIB.....	107
Gráfico 25 - Nacionalidade das empresas do setor da soja, conforme a fatia de mercado brasileiro na colheita 2019/2020.....	109
Gráfico 26 - Volume de soja brasileira comercializada pelos cinco maiores grupos exportadores.....	111
Gráfico 27 - Bioma em que a soja foi produzida no Brasil, ligado à porção exportada em 2020	

por cada grupo empresarial, com destaque ao Cerrado.....	121
Gráfico 28 - Volume de água destinada aos países e porção transportada por cada empresa.	122

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Principais proprietários de Empresas Transnacionais Estatais - Mundo, 2017.....	48
--	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCD	Archer Daniels Midland, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus Company
ABIOVE	Associação Brasileira de Óleos Vegetais
APROSOJA	Associação dos produtores de soja e milho
ADM	Archer Daniels Midland
ANEC	Associação Nacional dos Exportadores de Cereais
ASA	American Soybean Association
ASAG	Academy of Science, National Food and Strategic Reserves
Administration/	国家粮食和物资储备局科学研究院
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CBOT	Chicago Board of Trade
CER	Chinese Eastern Railway
CEPEA	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da USP
CGV	Cadeia global de valor
CMCS	Chinese Maritime Customs Service
CNADC	China National Agricultural Development Group
CONCEX	Conselho Nacional de Comércio Exterior
COFCO	China Oil and Foodstuffs Corporation
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
DHEs	Dragon Head Enterprises
EBIT	<i>Earnings Before Interest and Taxes</i>
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESG	<i>Environmental, Social and Governance</i>
ETCs	Estações de Transbordo de Carga
ETC Group	Action Group on Erosion, Technology and Concentration
ETN	Empresa Transnacional
ETNE	Empresa Transnacional Estatal
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Food and Agriculture Organization
FOB	<i>Free on Board</i>
GACC	General Administration of Customs People's Republic of China
GAIN	Global Agricultural Information Network

GEE	Gases de Efeito Estufa
GM	Geneticamente Modificada
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDC	Louis Dreyfus Company
MARA	Information Center, Ministry of Agriculture and Rural Affairs of the

People's Republic of China

Mi/ton	Milhões de Toneladas
OECD	Organization for Economic Co-operation and Development
PCCh	Partido Comunista da China
PIB	Produto Interno Bruto
PGE-BA	Procuradoria Geral do Estado da Bahia
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OGM	Organismo Geneticamente Modificado
RL	Reserva Legal
SASAC	State-Owned Assets Supervision and Administration Commission
SEMA-MT	Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso
SMR	South Manchurian Railway
TiVA	Trade in Value Added
Trase	Transparent Supply Chains for Sustainable Economies
UE	União Europeia
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
UNCTAD	UN Trade and Development/ Conferência das Nações Unidas sobre

Comércio e Desenvolvimento

USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
USDA	United States Department of Agriculture
WBG	World Bank Group
WTO	World Trade Organization

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
1.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	22
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>28</b>
2.1 A GEOGRAFIA POLÍTICA E A GEOPOLÍTICA CONTEMPORÂNEA: NOVOS ARRANJOS ENTRE ESPAÇO E PODER.....	28
2.2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO ATRAVÉS DA GLOBALIZAÇÃO.....	32
2.2.1 Contextualizando e caracterizando a globalização econômico-produtiva.....	33
2.2.2 O aspecto técnico-científico-informacional da globalização.....	36
2.2.3 Escala global e o processo de globalização.....	39
2.3 EMPRESAS TRANSNACIONAIS E SEU PAPEL GEOPOLÍTICO.....	41
2.3.1 Transformações históricas das ETNs.....	42
2.3.2 O papel das ETNs em relação aos Estados.....	45
2.3.3 Cadeias Globais de Valor: o elo contínuo entre empresas e Estados.....	51
<b>3 REGIME AGROALIMENTAR E DISPUTAS GEOPOLÍTICAS: O CASO DA SOJA.....</b>	<b>56</b>
3.1 OS REGIMES ALIMENTARES E O SISTEMA AGROALIMENTAR CONTEMPORÂNEO.....	57
3.2 O REGIME AGROALIMENTAR ESTADUNIDENSE EM FACE À SUA HEGEMONIA.....	58
3.2.1 A soja nos EUA e a consolidação do grupo ABCD.....	60
3.2.2 Regime agroalimentar corporativo: continuidades e rupturas.....	72
3.3 DA PARTICIPAÇÃO PERIFÉRICA CHINESA À INTEGRAÇÃO ESTRATÉGICA DE SEUS ATORES.....	76
3.3.1 O ressurgimento da China e a internacionalização da COFCO.....	78
<b>4 A INSERÇÃO BRASILEIRA NA CADEIA GLOBAL DE VALOR DA SOJA.....</b>	<b>88</b>
4.1 O QUINHÃO DO BRASIL NO SISTEMA AGROALIMENTAR CONTEMPORÂNEO.....	89
4.1.1 A questão do valor agregado através da cadeia da soja no Brasil.....	92
4.1.2 A participação das ETNs no espaço brasileiro.....	109
4.2 A NATUREZA DA SOJA NO MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL.....	126
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>135</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>137</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Um amplo debate se destrincha dentre as ciências, quando aqueles que buscam contribuir para seu aprimoramento focam em compreender as delimitações entre o conhecimento banal do saber propriamente científico. Dicotomia trazida por Paul Claval em *Terra dos homens: a Geografia* (2010) ao analisar a construção mútua das sociedades com seu meio, e como as noções advindas desse processo deram nascimento a certa área de pesquisa que hoje nomeia-se de estudo geográfico.

Não seria diferente na investigação dos temas contemporâneos dedicados ao entendimento da produção do espaço, propriamente dito, ainda que ventilando questões como as disputas entre países na sua ligação com agentes de mercados. Em um exercício que reconhece o espraiamento de Empresas Transnacionais (ETNs), consonante à miríade de processos sócio-econômicos contemporâneos, aqui pretende-se dar solidez ao campo de debate acadêmico em torno do tema. Especificamente, abordar como tais companhias atuam no ramo da soja, e de que forma estão presentes nos movimentos geopolíticos dos Estados Unidos da América (EUA) e da China e como tal cenário impacta na realidade do território brasileiro.

A dizer, mesmo que se assuma o Estado-nação como protagonista da arena política, a pesquisa está inserida em um movimento de renovação analítica, que procura identificar a participação dos agentes privados. Por hora, a designação de partida utiliza Samuel Phillips Huntington (1975), o qual entende organização transnacional como aquela que possui orientação centralizada, mas executa importantes operações no território de dois ou mais países. Tais empresas instrumentalizam tecnologias de informação, planejamento e produção em vias de englobar diversos mercados nacionais às suas estratégias, bem como criar canais de distribuição de recursos entre matriz e filiais.

Conforme Peter Dicken (2010), atualmente são poucas as localidades em que a influência direta ou indireta de ETNs não seja considerável. Para Ludmila Andrzejewski Culpí (2016, p. 50) há a criação de um novo plano político-econômico, fruto das complexas dinâmicas que tais atores engendram na economia internacional capitalista. A dizer, o processo da internacionalização das firmas tornou-se incontornável para o estudo das Relações Internacionais atuais. Não só pela pungente participação econômica ou influência política, mas pela forma a qual a governança global se mostra impactada pela dinâmica transfronteiriça que as mesmas promovem.

Nesta perspectiva, a partir da década de 1970 empresas passaram a ser compreendidas por diversos autores como agentes do sistema internacional. Ainda que os Estados permaneçam centrais, eles não são mais os únicos a serem considerados entre as teorias acadêmicas. Para Culpi (2016) esse movimento resultou do reconhecimento da realidade construída após a Segunda Guerra Mundial, em que a consolidação das ETNs se deu apegada à concentração dos capitais e ao progresso técnico. Em concordância, Estados e empresas originadas no centro capitalista buscaram fortalecer os fluxos financeiros transfronteiriços — proporcionados pela própria internacionalização da produção e dos mercados.

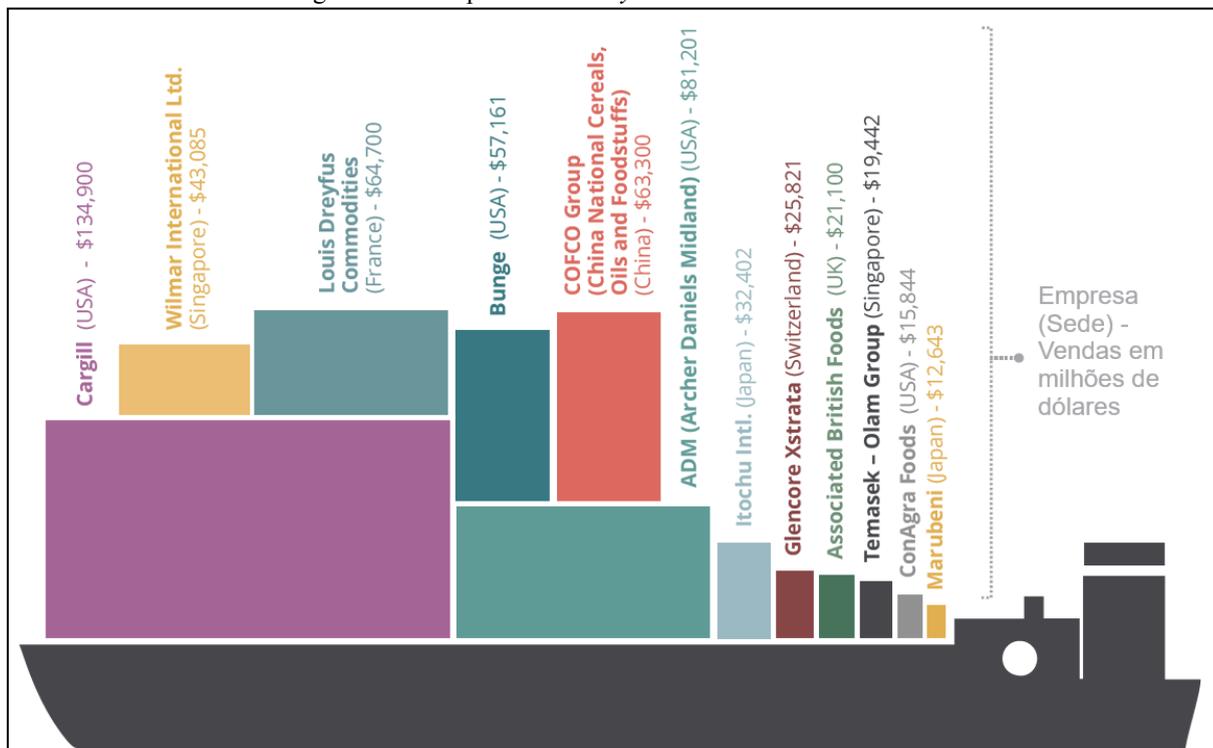
A autora sublinha o mais recente espraiamento de tais organizações, ultrapassando o número de 60 mil, que possuem 800 mil filiais extra fronteiriças. Seu impacto no comércio global corresponde  $\frac{2}{3}$  do total, sendo que uma das partes deste terço é tão somente de transações intrafirma. No ramo industrial, as ETNs são responsáveis por metade dos resultados. Todavia, não se deve cair na falácia de que tais agentes econômicos circulam seu capital livres pelo mundo, ou aplicam seus ativos despreocupadamente das questões políticas (Culpi, 2016). Mesmo que a escala global dos investimentos corporativos permita a transferência de fundos entre diferentes países, são inúmeros os fatores que levam às sedes empresariais a decidir sobre a alocação das suas etapas produtivas (Gill; Law, 1989).

Ao escrutinar as transformações atuais, pode-se perceber que a produção global tende a ser geograficamente concentrada. Dicken (2011) aponta que em apenas 15 países estão  $\frac{3}{4}$  da produção industrial e do setor de serviços, esta quinzena corresponde também a quase  $\frac{1}{2}$  da agricultura mundial. Ainda, há uma forte especialização dos Estados que intensificaram recentemente sua inserção na economia global. Na visão do autor, a China é para os manufaturados o que o Brasil é na agricultura — correspondem aos maiores superávits de seus ramos.

Além disso, considerando que o poder oligopolístico de certos ramos opera no nível internacional (Gill; Law, 1989), com um viés mais comento às contradições da época atual, nota-se preocupante a concentração de setores chave da cadeia agroalimentar sob o auspício de alguns poucos atores privados. Para se ter noção, seis empresas agrupam 58% do setor de sementes e seis comandam 18% dos agroquímicos. Também seis companhias dominam metade do setor de maquinário agrícola e meia dúzia de farmacêuticas detém 72% do ramo veterinário. E aqui reside parte da atenção do trabalho: quatro firmas

controlam entre 70 e 90% do comércio transnacional de grãos (IPES, 2017). Na figura 1, a seguir, há uma representação gráfica do último ramo apontado.

Figura 1 - Principais *commodity traders* no ano de 2014



Fonte: Traduzido e adaptado de IPES (2017, p.36).

Para o presente estudo, será considerado o oligopólio do comércio transnacional de um produto em específico: a leguminosa (*Fabaceae*) Soja (*Glycine max*). O que se considera ao estudar o ramo da soja na atualidade é sua importância, como a terceira *commodity* agrícola mais comercializada — quando se inclui seus derivados — e quarta planta mais cultivada no mundo. Sendo a primeira entre os Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) e, de fato, correspondente a quase metade dos grãos transgênicos colhidos no ano de 2019 (Norberg; Deutsch, 2023). Portanto, tal exercício se explica pelo papel relevante cumprido por esse produto. Segundo Bastos Lima (2021), a soja está entre os grãos de maior expansão recente, graças à sua aplicabilidade em diferentes áreas, que vão desde a alimentação (humana e de criação animal) até o uso de matéria-prima industrial e biocombustível.

Argumenta-se que os casos dos EUA, China e Brasil são essenciais para uma adequada compreensão, não só pela atuação significativa que cada um desses países desempenha atualmente no mercado da soja, mas notoriamente pelas suas distintas trajetórias históricas. Muito embora a oleaginosa já tivesse sido introduzida nos EUA no

final do século XIX, a sua produção comercial tomou significado a partir da década de 1940. Paulatinamente, o país veio se destacando pelo desenvolvimento tecnológico através do investimento estatal e privado, para que na década de 1970 tenha se estabelecido como maior exportador do mundo. Em concordância, uma robusta infraestrutura de transporte e armazenamento capacitou-o a atender as demandas europeia e chinesa com eficiência e baixo custo (Paula, 2017). Na atualidade, permanece a influência dos subsídios e tarifas estadunidense nas dinâmicas de preço do grão, visto que o mesmo se mantém como segundo maior produtor e exportador e, expressamente concentram-se as transações futuras da soja na Chicago Board of Trade (CBOT), que serve de *benchmark* internacional<sup>1</sup> (Bethlem; Lima; Lima, 2023; Kosinski; Alvares. 2022).

Já a China, hoje, dá destaque à soja devido à alta demanda de importação do mesmo, apesar de ser um grão originalmente domesticado em seu próprio território. Em vias de garantir a alimentação da população e manter o crescimento econômico, desde a década de 1990 o país vem consolidando seu papel como comprador, para que hoje seja o principal importador (Kosinski; Alvares. 2022). Dessa forma há grande impacto das dinâmicas internas e das políticas estabelecidas pela mesma nas flutuações do mercado global. Para além, há um movimento recente de expansão de suas empresas, com financiamento estatal, para assegurar o fornecimento contínuo e volumoso das matérias-primas necessárias (Kosinski; Alvares. 2022).

Enquanto que, o Brasil vem galgando melhores números na produção e exportação da soja desde os anos de 1970, na esteira do incentivo governamental, de inovações técnicas, e da logística introduzida por ETNs. Se consolidando a partir de 2020 como indubitável primeiro fornecedor mundial do grão. Muito da sua expansão capacitiva está assentada no aumento das áreas cultivadas, no entanto, merece destaque o desenvolvimento de variedades de soja de alto rendimento e adaptadas a diferentes biomas a partir do investimento estatal em Pesquisa & Desenvolvimento (Kosinski; Alvares. 2022). Ainda que encontrem-se muitos desafios na busca por eficiência, como por exemplo: nos setores de infraestrutura e transporte (Chaves *et al.*, 2005).

Então, no setor, nota-se uma intrincada dinâmica, em que China e EUA assumem relacionamentos dúbios, devido à interdependência comercial, que muitas vezes sofre

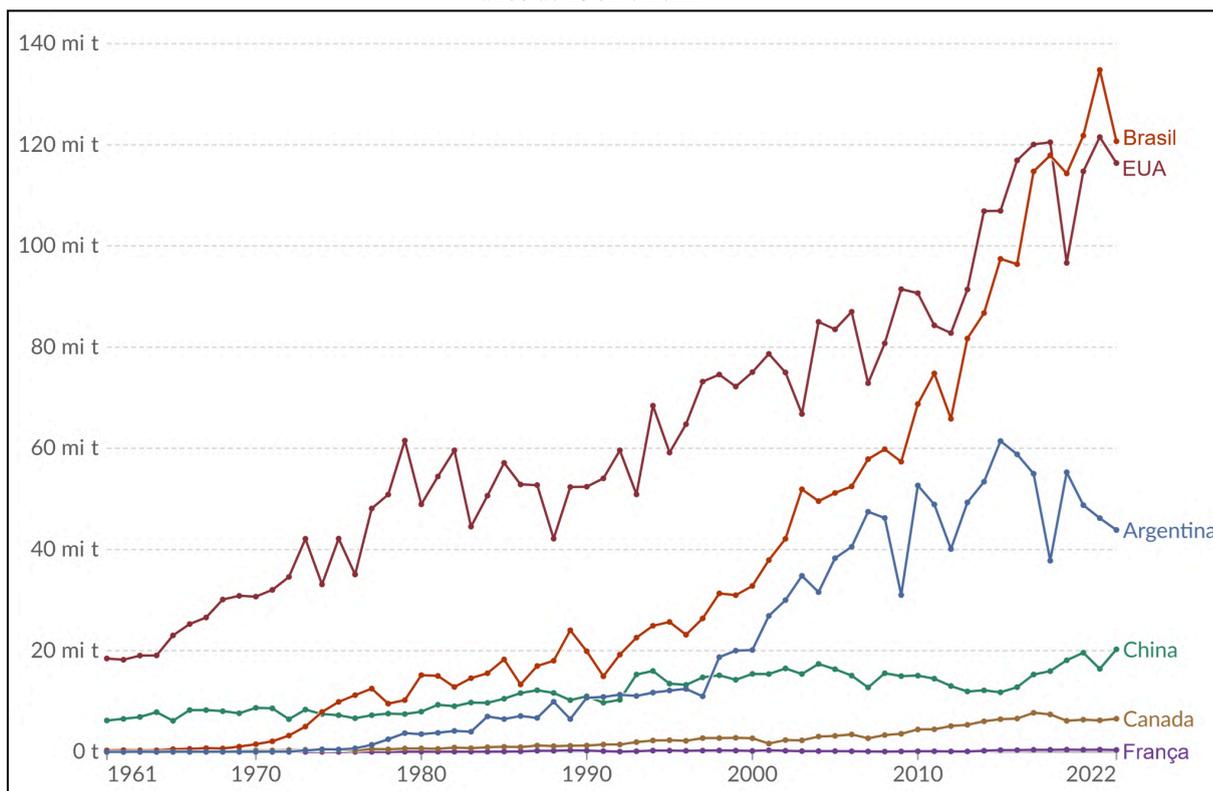
---

<sup>1</sup>CBOT é o mercado modelo para *commodities*. Estabelecendo desde regulações de comercialização e duração dos contratos futuros, até a referência do tamanho e cor do grão de soja padrão (Mark; Scholand, 2005).

interferência de hostilidades geopolíticas. O que leva ao constante cálculo sobre a segurança geoestratégica dos atores que estão em sua zona de influência. Destaca-se ainda, que ambos possuem uma sofisticada malha ferroviária e portuária, o que reduz o custo de transporte, mas encontram-se limitados à expansão do cultivo, por beirar o zênite do uso territorial. Enquanto a situação brasileira é oposta: de possuir ampla possibilidade de crescimento produtivo mas encontrar problemas de escoamento (Chaves *et al.*, 2005). Ainda que a tendência de aumento relativo das exportações *in natura* (Escher; Wesz, 2022) agrave os efeitos da reprimarização da economia (Batista; Brum, 2022).

Nesse sentido, o gráfico 1 localiza parte das dinâmicas no que concerne à soja, notando-se como os Estados Unidos cederam sua posição para o Brasil, enquanto a China vem alterando lentamente seus números de produção, tendo que firmar importante fatia da base de seu complexo agroindustrial na exportação do grão.

Gráfico 1 - Produção de grãos de soja (em milhões de toneladas) dos principais países produtores entre os anos de 1961 e 2022



Fonte: Processado em Our World in Data (2024), a partir de FAO (2023).

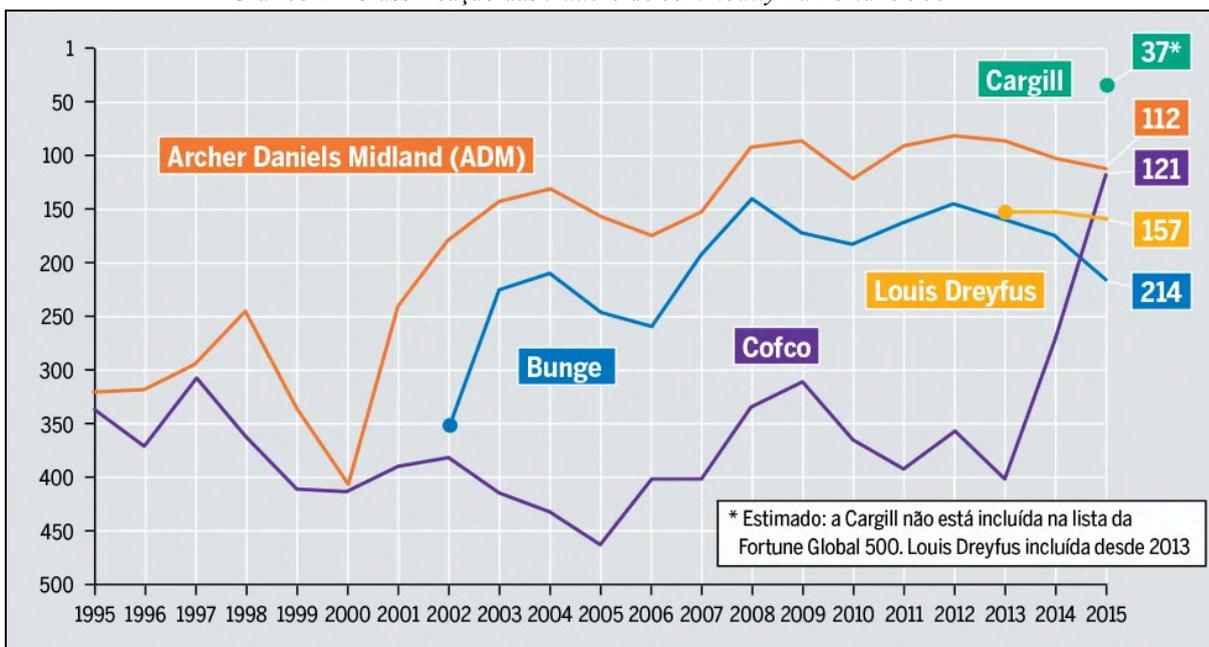
Portanto, a interação entre os três países citados forma um amálgama vital para a manutenção da Cadeia Global de Valor (CGV) da soja. São Estados-chave no estabelecimento da razão oferta-demanda, e seus cenários internos repercutem amplamente

no circuito. Podendo ser citados os acordos comerciais, os investimentos estratégicos em infraestrutura e as condições climáticas vivenciadas (McMichael, 2009). Se solidifica então o cenário em que EUA e Brasil disponibilizam maior parte da oferta e a China é o principal destino de exportação. Há, entretanto, a competência dos agentes empresariais, a ser considerada.

Deve ser sublinhado, no caso da cadeia global de *commodity* da soja, em 2015 havia uma concentração de 75% do ramo nas operações gerenciadas por quatro *trading companies*, nomeadas de grupo ABCD (Clapp, 2015) Três delas baseadas nos EUA: Cargill, Archer Daniels Midland (ADM) e Bunge. Além da Louis Dreyfus Company (LDC), dos Países-Baixos (Kosinski; Alvares. 2022). Da jusante (insumos e produção) à montante (distribuição e comercialização), tamanha oligopolização foi constituída através da ingerência ativa de tais agentes na busca por uma posição privilegiada (Paula, 2017).

Percebe-se que a espinha dorsal da cadeia global da soja está nestas empresas, mas também é significativa a própria dinâmica de transformação do setor de *commodities* (gráfico 2). Cabe então apontar a ascensão da empresa China Oil and Foodstuffs Corporation (COFCO) que conseguiu subir ao pódio recentemente, como segunda maior *commodity trader* do mundo (ETC, 2022).

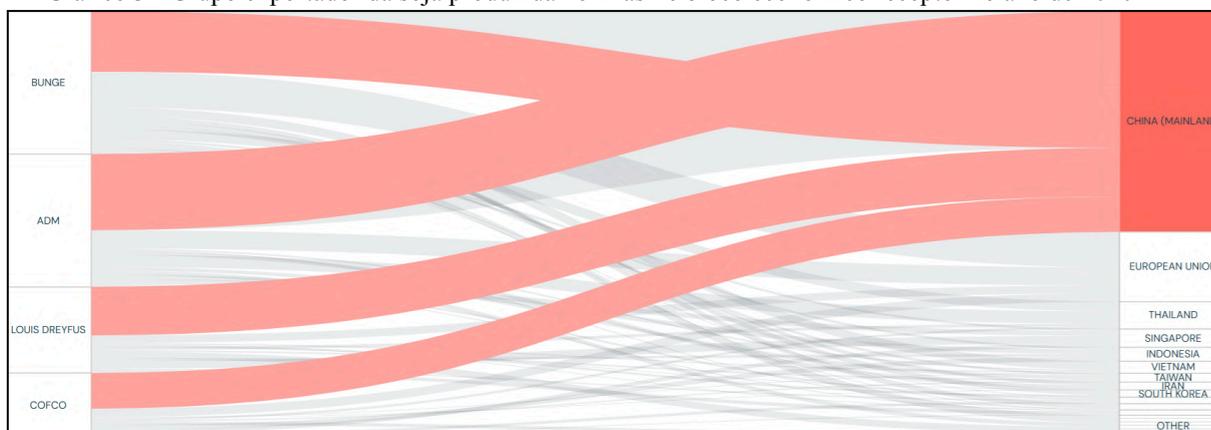
Gráfico 2 - Classificação das *traders de commodity* na Fortune 500



Fonte: Fortune 500 (2016).

Assim, será tratado como os locais de decisão e as atividades de maior valor agregado estão concentradas nos eixos geopolíticos com potencialidade de participar centralmente nas Relações Internacionais. Por outro lado, apesar de o Brasil figurar como principal produtor e fornecedor de soja em escala global, nenhum dentre os principais agentes privados que compõem o dito setor está baseado no país. Como consequência, argumentamos que a produção e distribuição sojícola por meio de recursos que se encontram no terreno brasileiro atendem, primordialmente, interesses de uma seleta parcela de atores. A gráfico 3, que se segue, vislumbra a concentração de tal mercado, paralelo à alta demanda sínica:

Gráfico 3 - Grupo exportador da soja produzida no Brasil e bloco econômico receptor no ano de 2020



Fonte: Elaborado em Trase (2024, n.p.), com dados de Lathuillière *et al.* (2022).

Tal movimento, no entanto, se insere em uma ampla dinâmica de transformação de padrões mundiais em torno da alimentação. O que abrange desde questões produtivas, de comercialização e consumo, mas também às condições institucionais, materiais e até mesmo ideológicas que conformam as relações entre atores na sociedade. Aqui, cabe fazer uma pequena observação: apesar de reconhecida a relevância da soja nas cadeias industriais, principalmente como base biocombustível e a aplicação da lecitina<sup>2</sup>, o enfoque da presente pesquisa se concentra na questão alimentícia.

Isso posto, o recorte temporal do estudo está concentrado no meio século que envolve da década de 1970 à atualidade. Nesse sentido, visa-se abarcar a consolidação mundial das *traders* do ramo da soja, o reposicionamento geopolítico dos EUA, as implicações da dita Revolução Verde no Brasil, e a consolidação de uma nova etapa econômica na China.

<sup>2</sup>Emulsificante de alimentos ultraprocessados, cosméticos, curtumes e têxteis.

Mais especificamente utiliza-se de marco o início do regime agroalimentar contemporâneo (Clapp, 2015; Krausmann; Langthaler, 2019; McMichael, 2009; Norberg; Deutsch, 2023; Paula, 2017) por volta de 1973. Ainda, deve-se notar que o presente momento abre discussão acerca da transição para uma nova fase do mesmo (Wesz; Escher; Fares, 2021). Conforme não há consenso sobre o tema, o estudo se insere no esforço de identificar rupturas e continuidades que qualificam o período vigente.

Frente ao exposto, a presente pesquisa possui como objetivo geral analisar as transformações contemporâneas nos três principais atores territoriais da CGV da soja (Estados Unidos da América, China e Brasil), buscando compreender o papel desempenhado pelas cinco maiores traders do grão em relação às dinâmicas geopolíticas destes Estados.

Para a empreitada, elenca-se como objetivos específicos. Analisar os impactos histórico/territoriais das transformações do regime agroalimentar nos países envolvidos; Investigar as estratégias de atuação das cinco maiores ETNs na CGV da soja; Examinar as relações de poder e as disputas geopolíticas entre Brasil, China e Estados Unidos no contexto da CGV da soja; Compreender os desafios e alternativas para a inserção estratégica do Brasil nesse mercado global.

Neste sentido, resgata-se o papel dos EUA, em sua relação com ETNs, na consolidação de algumas das bases do regime alimentar global vigente. A isso, se soma o estudo da trajetória recente da China, e sua busca por uma participação mais ativa no comércio agroalimentar através de grandes empresas estatais. Para que, posteriormente, se traga o desenvolvimento das mesmas questões, mas a partir das condições presenciadas no Brasil, analisando a relação do mesmo com ETNs num cenário de mudanças do sistema agroalimentar mundial.

São reflexões, porém, que estão inseridas em um cenário holista. O plano de fundo, e a lente primordial de análise, é a interpretação de que tais casos são deveras frutíferos para o estudo da projeção de poder no espaço. Ou seja, se considera o aspecto geográfico da manifestação das hierarquias entre atores. Mais do que isso, há predileção por tratar de que forma as disputas hegemônicas se expressam nas mais variadas dimensões e escalas sociais. O que calhou a dissertar, na exposta obra, sobre o comportamentos de ETNs na CGV da soja, e como elas estão atrelados à geopolítica.

Sem mais delongas, o problema que guia a presente pesquisa busca responder: De que maneira as dinâmicas geopolíticas de Brasil, Estados Unidos da América e China se

relacionam à atuação das cinco maiores Empresas Transnacionais da Cadeia Global de Valor da Soja?

Parte-se do princípio que tais países disputam entre si melhores posições no Sistema Internacional por meio da inserção na CGV da soja, sendo as empresas um dos pilares no processo de reorganização geopolítica destes Estados no contexto vigente. Porquanto, pelas características da integração do Brasil, este tende a arcar com consequências de tal atividade, sem que haja retorno de capital econômico e político condizente aos ônus socioambientais presenciados.

### 1.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Como dito, se objetiva analisar as raízes das transformações em três importantes Estados para a CGV da soja (EUA, China e Brasil), buscando compreender suas relações com as cinco maiores *traders* do grão. Ou seja, ao analisar o contexto contemporâneo da realidade, procura-se entender “como” e “por que” ocorrem determinados fenômenos (Yin, 2001).

Para tal, o esforço da pesquisa está em identificar as tendências de fluxos da soja nos países Brasil, China e Estados Unidos, além de apresentar as influências das corporações para o comércio mundial, com especial atenção para a participação geopolítica das ETNs. Então, assumem-se características de um estudo de caso, de acordo com Stake (2011), mais uma escolha sobre o que será estudado do que uma metodologia em si. Ainda que haja referência na comparação incorporada, (McMichael, 1990), em que a participação das partes são cotejadas enquanto o todo estudado emerge.

De início, a primeira etapa do trabalho visou avaliar a originalidade da presente pesquisa, recorrendo-se a dois bancos de dados sobre produções científicas brasileiras de alto nível. Tanto o catálogo de Teses e Dissertações disponibilizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2024) quanto a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD, 2024).

A partir da pesquisa, em separado, pelas palavras-chave ‘geopolítica’, ‘soja’ e ‘transnacionais’, foi averiguado em quais áreas estavam presentes correspondências e posteriormente investigados os resumos que se aproximavam da proposta em questão<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup>Para um real detalhamento textual e gráfico do presente exercício, poderá se recorrer à publicação *Soja, Empresas Transnacionais e Geopolítica: uma revisão das abordagens e dos eixos temáticos nos catálogo de*

Como resultado, notou-se o diálogo com uma série de textos, sendo que dez deles receberam uma atenção mais detida, devido às contribuições encontradas. Por fim, ficou latente, tanto o diálogo com as publicações contemporâneas quanto a relevância da presente pesquisa em busca de sanar a lacuna, no que tange aos estudos da geografia política aplicado ao papel das ETNs no processo de globalização.

Posteriormente, foi realizada uma revisão bibliográfica, a qual visou constituir o ferramental necessário para tratar das dinâmicas elencadas no objetivo geral da pesquisa, trazendo tanto o papel da economia como da logística na Geopolítica atual. Na terceira etapa a abordagem foi complementada pelo levantamento de dados secundários acerca da situação do setor de produção e distribuição de soja no mercado internacional.

Enquanto que o Banco de Dados do World Bank Group (WBG, 2024) trouxe uma visão geral dos países, o site Trade Map (ITC, 2024b) serviu de referência para dados comerciais específicos. E o Logistics Performance Index (LPI, 2024) compara aspectos infraestruturais e organizacionais dos mesmos. Já a Food and Agriculture Organization (FAO) disponibiliza números sobre a produção da soja, em quantidade, área e produtividade (FAOSTAT, 2024) Enquanto que a UN Trade and Development (UNCTAD) e a World Trade Organization (WTO) entregaram as transações interestatais do grão (ITC, 2024).

Para informações específicas dos países estudados, servem de fonte primordial os dados e relatórios disponibilizados oficialmente pelas suas instituições. Os EUA detalham suas produções e exportações agrícolas e de demais países através do Market and Trade Data, na esfera do US Department of Agriculture (USDA, 2024g; 2024i), o que se soma à produção de relatórios com temáticas específicas (USDA, 2013; 2023; 2024e);. No caso das informações provenientes da China, foram utilizados informes do Information Center, Ministry of Agriculture and Rural Affairs of the People's Republic of China (MARA, 2024a).

Foram coletados dados produtivos da soja no Brasil através da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2024) e dos relatórios de safra da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2020, 2024). Em conjunto, levanta-se as estatísticas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre o comércio exterior do agronegócio brasileiro (AgroStat, 2024) e a Associação Brasileira de Óleos Vegetais

---

*teses e dissertações*, apresentado no Fórum Gaúcho dos Programas de Pós-Graduação em Geografia (2024), cujo texto será encontrado nos anais do evento.

contribui fornecendo tabelas e gráficos sobre produção e exportação de grão, farelo e óleo de soja no período recente, indicando o porto de saída e o país de destino (ABIOVE, 2024a; 2024b). Ainda, cita-se o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da USP (CEPEA, 2024a; 2024b; 2025b), bem como as análises de GRAIN (2023) e Mapbiomas (2024), para aprofundamento na temática.

Já para compreender tendências de agregação de valor, uma análise pormenorizada ancorou-se no Atlas de Complexidade Econômica (GrowthLab, 2021) e nos relatórios econômicos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, disponibilizados na plataforma Trade in Value Added - TiVA (OCDE, 2023).

Após, na quarta etapa nos debruçamos sobre o papel que as *traders* citadas desempenham nestes países; houve uma ampla contextualização econômica (Fortune 500, 2016, 2024a, 2024b, 2024c; Forbes, 2023a, 2023b) para então recorrer-se aos relatórios disponibilizados, uma a uma, anualmente.

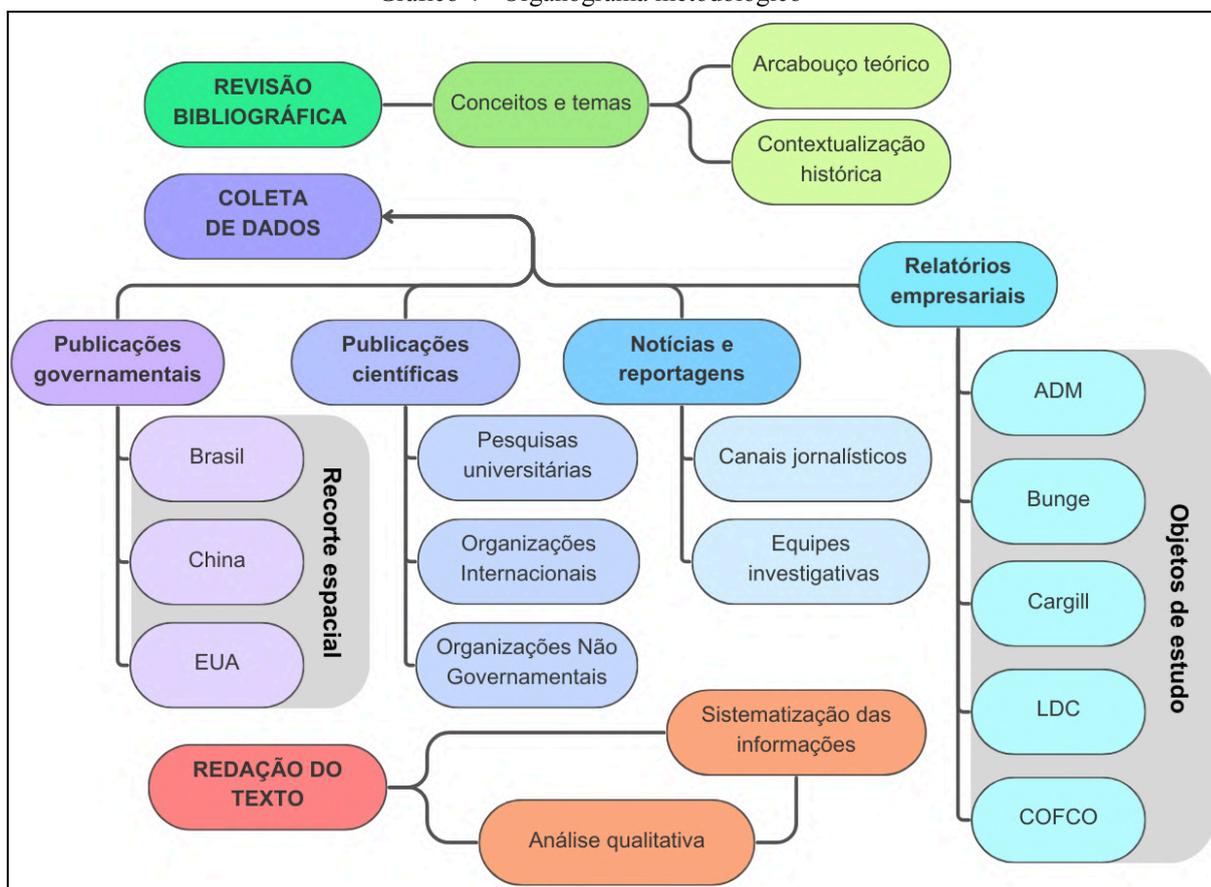
Em maior ou menor grau, tais documentos servem para atender às exigências de prestação de contas aos acionistas, às imposições legais dos governos ou até mesmo à transparência demandada por parte da sociedade civil (ADM, 2024a; 2024b; Bunge; 2018; 2023a; 2023c; 2024a; Cargill, 2024a; 2024b; 2024c; 2024d; COFCO, 2023b; 2024b. LDC 2023a; 2023b; 2024a; 2024d). Tendem as ser entregues não só dados econômicos, mas informações sobre o posicionamento do mercado e ações que visam dar visibilidade às práticas de *Environmental, Social and Governance* (ESG) das companhias (ADM, 2024c; BUNGE, 2023c; Cargill, 2019; 2021b; COFCO, 2021; 2023a; 2024a; LDC, 2023c, 2024e).

Outro importante contribuinte é o banco de dados e relatórios da Transparent Supply Chains for Sustainable Economies, uma iniciativa sem fins lucrativos fundada pelo Stockholm Environment Institute e o Global Canopy que visa analisar os impactos ambientais das cadeias de *commodities* agrícolas (Trase, 2022). A partir de tal ferramenta foi possível cruzar os dados das ETNs com seu impacto no território brasileiro, traçando o bioma original da soja exportada, a participação de empresas no processo, e a quais países as operações estão ligadas (Lathuillière *et al.*, 2022). Procurou-se, então, incrementar tais dados com notícias e reportagens veiculadas em canais jornalísticos (Harari, 2023; Melito; 2023; Oliveira, 2023). Além disso, são inúmeras as publicações acadêmicas que serviram de referência, creditadas ao longo do texto.

A última etapa consistiu na retomada das discussões teóricas em conjunto com os dados supracitados, em vias de atender ao objetivo elencado na pesquisa. Aqui, se visou

trazer aspectos da abordagem quantitativa, ou seja, estabelecer um raciocínio a partir de medições e análises estatísticas. O que também alia-se à experiência pessoal, no intuito de compreender o fenômeno em sua subjetividade (Stake, 2011). De forma que as etapas podem ser assim representadas:

Gráfico 4 - Organograma metodológico



Fonte: Produzido pelo autor, 2025.

A partir do exposto por Marshall e Rossman (2010) a estrutura textual se inspira no formato de lente teórico/interpretativo, tendo início com uma introdução que dá visão geral ao tópico abordado e o propósito almejado, seguido pela estrutura e perguntas gerais de pesquisa. Posteriormente são abordadas as tradições teóricas e é empreendida uma revisão crítica. Por fim, se faz o estudo da população de amostragem, que no caso são tanto os Estados quanto os entes privados.

Para tratar do proposto, o trabalho se divide em seis capítulos: a presente introdução e mais cinco seções de produção textual. Desse jeito, o próximo trecho do desenvolvimento corresponde ao segundo capítulo da dissertação. Nele se busca lastrear uma ampla e diversa produção científica, que construa as bases para o exercício de analisar

o papel geopolítico de ETNs. Ou seja, há uma discussão sobre a particularidade e competência no estudo da conformação entre espaço e poder, visando abarcar a complexidade do momento vigente. A partir disso, se averigua o processo de globalização, tensionando-o, entre o movimento mais abrangente do capitalismo e as qualidades condizentes à atualidade. Nesse sentido, será analisado o papel do Estado, comparando-o historicamente em sua diversidade e contabilizando suas transformações mais recentes em relação aos agentes privados (Castro, 2011; Medeiros, 2019).

Que, por sua vez, sofrerá aplicação no seguimento do texto. No terceiro capítulo passamos pela reconstituição do modelo de produção e distribuição de alimentos, em nível global. Contabilizando a influência de Harriet Friedmann e Philip McMichael (1989), será versado como o comércio transnacional é moldado pelos sucessivos regimes alimentares. Em específico, são alçados dois países-chave para análise: os Estados Unidos da América e a República Popular da China. Isso se dá pelo papel ímpar que os mesmos cumprem nas disputas geopolíticas que concernem tanto à estrutura do sistema agroalimentar quanto às dinâmicas da CGV da soja. Importante realçar que a escrita estará sempre colocando em evidência a centralidade de ETNs em ambos aspectos.

Para tal, em consonância aos estudos sobre CGVs, rastreia-se as dinâmicas entre Estados e as empresas sediadas pelos mesmos. Nota-se, então, a relevância dos Estados Unidos da América na formulação e promoção das características específicas ao Sistema Agroalimentar capitalista. Primeiramente como principal estabelecedor da cadeia global de soja como base, matéria-prima para diversos produtos industriais, através da promoção de entes privados. Na sequência traz-se o caso chinês, contrastando a sua inserção desprivilegiada ao longo do século XIX e XX à forma a qual tal a civilização alçou-se como uma das principais economias na atualidade, galgando posições vantajosas na agregação de valor produtivo. Ou seja, a China se destaca como berço do cultivo, principal comprador internacional do grão e exemplo de *catching up* na CGV através do investimento em ETNs estatais.

Na sequência, no quinto capítulo disserta-se acerca das dinâmicas vivenciadas pela República Federativa do Brasil em relação a sua sociedade, ressaltando a dificuldade em superar a colocação em elos de baixa remuneração e limitada complexidade, e o mais recente processo de desindustrialização. De certa forma, beneficiário da infraestrutura global constituída, é um receptor de investimento direto e caso de país semiperiférico que mantém sua posição, ainda que se consolide como principal vendedor da soja no mercado

global. Por outro lado, é realçada a construção de *expertise*, a partir do investimento público em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Ainda, a última subseção de texto buscará se aprofundar nas transações entre os países e a participação das principais empresas do ramo, avaliando não só as questões econômicas, mas como elas estão projetadas no espaço.

Em coerência, é abarcada a análise de Milton Santos (2008) acerca do comportamento de transnacionais no meio técnico-científico-informacional e suas consequências para as dinâmicas vividas no espaço geográfico. Tal ideia guia o exercício de perspectivar a importância da cadeia da soja em relação às dinâmicas de cooperação e/ou controvérsia empreendidas entre os Estados-nação, através de empresas. No entanto, vislumbra-se a grande dificuldade em se equalizar as necessidades da constituição de uma grande potência e o respeito para com classes menos favorecidas e populações tradicionais que ocupam o território brasileiro. O que se propõe, é um diálogo capaz de aceitar as contribuições das mais diferentes formas de se relacionar para com o mundo, esperando encontrar respostas para as crises latentes da humanidade.

Por fim, a conclusão busca retomar algumas das ideias centrais e realçar os principais achados da pesquisa. Havendo uma atenção especial à produção textual que entende o comércio e a logística como racionalidades basilares na nova Geopolítica. Revisando o intrincado relacionamento entre China e EUA, são sublinhadas suas capacidades de projetar poder no Sistema Internacional através de ETNs, na medida em que pensa no Brasil como arena de central importância para o desenrolar das dinâmicas que se dão no setor sojeiro.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para fundamentar a base conceitual que dá conta dos objetivos da pesquisa, há uma sequência de assuntos a serem tratados. A seguir, buscamos delinear os campos que compõem o marco teórico: a geografia política e geopolítica contemporânea; a globalização em sua relação com o paradigma tecnológico e o prisma escalar vigente; e o papel das ETNs ligadas aos Estados através das CGVs.

### 2.1 A GEOGRAFIA POLÍTICA E A GEOPOLÍTICA CONTEMPORÂNEA: NOVOS ARRANJOS ENTRE ESPAÇO E PODER

Quando abordados temas que competem à Geografia Política e/ou Geopolítica, nota-se limitada compreensão acerca dos termos, não só entre o público em geral, mas também comunicadores e pesquisadores. Presencia-se, com frequência, confusão entre as diferenciações dos ramos entre os próprios geógrafos e discentes que aspiram sê-lo. A falta de esclarecimento sobre o campo de estudos e objetos de análises da Geopolítica, bem como a estreita compreensão acerca de sua importância são, em parte, relegadas à própria história da disciplina.

Podemos citar aqui a proeminência da escola alemã na construção da interpelação geopolítica, e sua impactante aplicação através do projeto nazista, ou como apontado por Castro (2011), pela crítica, no pós Segunda Guerra Mundial, à instrumentalização imperialista do saber geográfico. Mas também é essencial recordar da chaga aberta pelos vinte e um anos de ditadura cívico-militar vivenciada no Brasil, em específico.

Um dos principais responsáveis por resgatar a discussão geopolítica para o seio da academia universitária, Wanderley Messias da Costa, busca em seu livro, *Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder* (1992), expor a evolução de tal campo de estudo por meio de seus autores proeminentes. Ele o faz através da interpretação da questão política, mediante discursos centrados “no território como objeto e meio do poder do Estado” (Costa, 1992, p. 9). Aqui, há uma distinção primária entre a Geografia Política, cunhada por Friedrich Ratzel em 1897, e interpretada como estudo sistemático das inúmeras questões que concernem à relação entre espaço e Estado. Já Geopolítica, filiada ao sueco Kjéllen a partir de 1905, comporia projetos e teorias que visam ser aplicados pragmático e estrategicamente por Estados na sua disputa por poder.

Uma distinção limitante, segundo o próprio Costa (1992) mas que servirá para a abertura da presente discussão.

Avançando para a obra *Geografia e política: território, escalas de ação e instituições*, de Iná Elias de Castro (2011), postula-se que o atual campo da Geografia Política engloba a dimensão relacional da política com o território. Nessa chave, a política é entendida como a instância de controle de conflitos de interesses, organizadora de decisões e ações; já o território funciona como uma base material e simbólica que sustenta a vida cotidiana.<sup>4</sup> Um processo que ocorre sempre circunscrito à esfera de poder, organizando o espaço social em meio às assimetrias inter-relacionais.

Dessa forma, não se pode ignorar o contexto atual, de espraiamento do modelo de sociedade ocidental, que institucionalizou o convívio e a organização dos diferentes por meio da centralidade do Estado. Ou seja, muito embora o exercício de poder não se limite à atuação do Estado, a política contemporânea territorialmente centralizada permanece estatal *per se* (Castro, 2011). Em comparação, Costa (1992, p.55) aponta que a Geopolítica apresenta-se como um subproduto da Geografia Política, o qual detém-se a compreender a partir de postulados gerais desta o “jogo de forças estatais projetado no espaço”.

Como será visto, apesar da proposta de Iná Elias de Castro (2011) em ampliar o horizonte de atores e dinâmicas examinados pela área, é rechaçada a visão que minimiza o Estado na arena internacional. Mantém-se a relevância do Estado-nação territorial na análise geográfico-política das sociedades modernas. Amparada por Raymond Aron (1980), a autora reafirma a primazia deste ator nas relações internacionais. Ou seja, o sistema de Estados-nações permanece como instância política credenciada a conduzir a negociação de interesses, afirmada pela soberania estatal em estabelecer acordos diplomáticos e, até mesmo, recorrer à força.

A autora batiza como espaço político o campo do conhecimento implicado pelas noções aqui pinceladas, utilizando-o como recurso metodológico para delimitação dos estudos, em um movimento que realça o caráter societário das escalas territoriais. Dessa forma, a metodologia adequada para a análise dos fenômenos a partir da Geografia Política está assentada em recortes escalares que a consideram: local, regional, nacional e global. No mais, é necessário contabilizar todas essas instâncias na pesquisa, avaliando seus diferentes liames com o objeto de estudo — articulando as escalas entre si (Castro, 2011).

---

<sup>4</sup>Haesbaert (2004) realça esta multiplicidade ao retomar a etimologia de território, advinda tanto de ‘domínio da terra, posse’ mas também ‘terror, aterrorizar, ameaçar o de fora’.

Partindo de provocações teóricas que visam superar limitações dos estudos da Geopolítica que naturalizam o papel do Estado, entende-se que não é estreito a tal ator as dinâmicas do poder mundial, nem que este possui uma forma acabada. Pelo contrário, Bertha Becker (2003, p. 117) argumenta que a relação entre o Estado e o espaço possui uma complexidade própria, circunstancial: "[c]ada vez mais o controle do espaço é utilizado como forma de alternativa de controle social. O modo pelo qual o espaço é apropriado e gerido e o conhecimento desse processo constituem, ao mesmo tempo, expressão e condição das relações de poder".

Em vias de abordar um tema correlato, retoma-se José William Vesentini (2011), segundo o qual, a área do conhecimento nomeada Geopolítica esteve por um longo período subordinada ao Estado-nação como único agente na política mundial, debruçada sobre o problema da guerra de cunho militar. Comum à abordagem clássica também é o nacionalismo incrustado nas propostas de ação, visto a tendência dos autores promoverem a posição do Estado-nação que procuram respaldar.

Em seu livro *Novas geopolíticas: as representações do século XXI*, Vesentini (2011) trata das contribuições de diversos pesquisadores na ampliação desse campo, para outros atores e temáticas. Dessa forma, pode-se pensar na Geopolítica que envolve as ações de Organizações Internacionais, grupos civilizacionais, blocos regionais, Organizações Não Governamentais e, central para o nosso estudo, Empresas Transnacionais. Conjuntamente, os campos críveis de disputas passam a englobar desde as relações econômicas até questões ambientais e lutas por direitos de comunidades marginalizadas politicamente.

Em diálogo, pode-se recorrer à compreensão de Becker (2003) sobre a nova Geopolítica. A autora recorre a Henri Lefebvre (1976) para tratar do campo sócio-político como um conjunto de conexões. Segundo o qual, o próprio espaço vem sendo constituído através da imposição de certa racionalidade de escala cuja concepção é logística. Além disso, Paul Virilio (1984) vê na logística uma nova fase da inteligência militar. O comportamento estratégico passa a estar subordinado à logística em seu contínuo preparo à competição e, assim sendo, à guerra. De sorte que se consolida a logística como fulcro do poder do Estado moderno (Becker, 2003).

Para Pera e Caixeta-Filho (2022) o que entende-se por logística envolve diversas dimensões, do planejamento à operação integrada de um sistema físico, informacional e gerencial no intuito de possibilitar a consolidação do fluxo de determinado insumo/produto. No processo, considera-se os condicionantes espaciais e temporais (como

o armazenamento) no intuito de deslocar algo otimizando os custos econômicos e a eficiência de tal operação.

Retomando, graças à revolução científica-tecnológica operada conjuntamente da internacionalização da economia, certas relações de poder passam a ser executadas por meio de redes de troca de informação. Em um cenário em que os fluxos mercantis e financeiros se dão de maneira heterogênea e desigual, conforme uma “nova divisão territorial de trabalho” (Becker, 2003, p. 287). Mas também para as relações sociais e de poder há novas dinâmicas e formas de organização através da possibilidade de criação de redes de troca de informação. E tanto os setores civis quanto militares concentram-se em ganhos produtivos através da acumulação de conhecimento.

Por outro lado, os Estados presenciam relativização do seu poderio, na medida em que agentes econômicos e financeiros impactam no zoneamento de áreas tendo em vista seus próprios objetivos. Dessa forma, o grau de valorização de regiões ocorre pela combinação entre a vontade política dos atores envolvidos e suas características específicas, principalmente no que tange ao acesso às redes de informação e à disponibilidade de recursos (Becker, 2003).

O que vem a desembocar no presente momento, da configuração de um novo tipo de Estado. Segundo Becker (2003) a revolução científico-tecnológica foi capaz de instaurar a logística como fulcro do poder, ou melhor: “inteligência militar do Estado moderno” (Becker, 2003, p. 287). Corresponde, portanto, aos movimentos de internacionalização de fluxos financeiros e mercantis batizado de globalização. Processo, no entanto, que não se expressa de forma homogênea. Como pincelado, a valorização de determinados territórios é feita a despeito de outros, que não estão inseridos nas mesmas condições políticas e/ou de recursos. Tal zoneamento, por sua vez, relativiza o poder do Estado e se traduz no impacto dos agentes econômicos para com sua ingerência no espaço (*Ibidem*).

Emerge então uma nova forma de Estado — e também de compreensão sobre a Geopolítica — que não opera mais isolado como fonte de poder autônoma. Ainda que se estabeleça como ente essencial no jogo de forças envolvendo agentes do mercado internacional que galgam, por meio de sua estrutura política, controlar o espaço e reproduzir o capital. “Sob condições de menor autonomia do Estado, amplia-se sobremaneira a fragmentação do espaço nacional pela apropriação e gestão privada de grandes parcelas que, vinculadas a um espaço transnacional, são relativamente autônomas” (Becker, 2012, p. 124).

É compreensível, então, que a Geopolítica deva ampliar o horizonte analítico para abarcar atores que impactam de forma direta a própria lógica de funcionamento da estrutura estatal no sistema internacional contemporâneo. Becker (2012, p. 125) analisa que:

[d]evido à implicação política de se reposicionar numa economia mundial crescentemente internacionalizada e estruturada pela alta tecnologia, os governos nacionais não podem se limitar ao seu papel tradicional. Os estados entram na arena de reestruturação econômica como uma preocupação de competição, procurando recuperar a iniciativa que perderam para o setor privado.

As ações dos Estados, neste jogo de forças internacionais, será impactada/mediada pelo papel das ETNs. Que, por sua vez, ganham relevância à medida que fraturam as estruturas estatais na escala interna e externa. O papel do Estado na lógica internacional é reconfigurado por um processo de globalização crescente que fortalece o controle de algumas ações desses entes por parte do mercado, o qual passa ser um dos principais eixos para compreendermos a Geopolítica contemporânea.

## 2.2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO ATRAVÉS DA GLOBALIZAÇÃO

Há enfoque, portanto, no atual momento de mundialização do espaço geográfico, possibilitados pela reformulação de conexões econômicas, políticas, sociais e culturais (Gonçalves, 2012). Constantemente apresentada como a ideia-chave para entender a transição para o terceiro milênio (Water, 2001), a globalização tende a ser definida como um conjunto de processos integradores de produção, comércio e financeirização em um só mercado, crescentemente interconectado através de sistemas telecomunicacionais (Gibson-Graham, 1996).

Em geral, Wallerstein (2012) pensa o capitalismo como uma rede não só econômica, mas também social e cultural, estruturada por meio da divisão mundial do trabalho. Através de distintas contribuições, se estabelece que tal economia-mundo teria surgido da incorporação das Américas (Amadeo; Rojas. 2011) e do leste-asiático (Souza; Oliveira, 2022) em torno da Europa, como eixo motriz de acumulação de capital.

Como será visto, no entanto, o debate aqui levantado gira em torno do que Milton Santos (2020) denominou meio técnico-científico-informacional. A etapa do capitalismo em que convergem múltiplos fatores para que um modelo tecnológico se consolide na

totalidade dos territórios, possibilitando a extração de uma mais-valia mundial por parte de monopólios transnacionais.

### **2.2.1 Contextualizando e caracterizando a globalização econômico-produtiva**

Culpi (2016) propõe que os primórdios da globalização remontam à predita expansão ultramarina europeia, no século XV. Mas é somente em meados do século XIX que propriamente se testemunha a “Primeira Era da Globalização” (Culpi, 2016, p. 31). Caracterizada pela hegemonia inglesa na economia mundial, o período é conhecido como *Pax Britannica*, que por meio da incontestada liderança militar marítima garantiu a abertura dos portos e a liberalização econômica. Assim, integrou o mercado consumidor das colônias e passou a acessar suas matérias-primas. Essa dinâmica alimentou a Revolução Industrial, que por sua vez, ampliava as tecnologias de integração, como as máquinas a vapor, as estradas de ferro e o telégrafo. Nesse sentido, viu-se a abertura de vários mercados financeiros e a exportação de máquinas para economias em emergência. O período termina com as duas grandes guerras, marcantes da disputa hegemônica entre Inglaterra, França e Alemanha, além da decadência do pensamento liberal pós-crise de 1929.

A globalização, em sua segunda era, é fruto do encadeamento que pode ser traçado ao estabelecimento dos EUA como potência hegemônica com o fim da Segunda Guerra Mundial, mas que, somente em meados da década de 1970 se consolidou, através de uma série de mecanismos. Dentre os mais notórios: institucionalização do comércio internacional, desregulamentação de mercados nacionais e dispersão de companhias transnacionais. Marcado na virada do milênio, por uma série de acordos comerciais de eliminação de barreiras e estabelecimento de blocos econômicos regionais, Culpi (2016) engloba o dito período como *Pax americana* e sublinha que seus impactos vão muito além do caráter econômico.

Em tal questão, Iná Elias de Castro (2011) traz aspectos que compõem a lógica da globalização e como tal processo rearranja o espaço. São promovidas instituições que viabilizam a circulação do capital, assentado em certo modelo de direito privado, segurança jurídica e disciplina laboral. Nesse sentido, as firmas são atores-chave. Não só pelo tamanho que as transnacionais vêm adquirindo, pela centralidade de P&D, ou pelo papel estratégico no vínculo com o território. Mas, notoriamente nas mudanças

organizacionais. Nisso, a logística fragmentada garante flexibilidade e rapidez necessários para a extração de recursos de forma eficiente, otimizada. E a tendência de terceirização mune tais atores da capacidade de se posicionar competitivamente em um cenário dinâmico. O que se soma ao fluxo de produtos, que assume uma disponibilidade massiva e uma amplitude mundial (Castro, 2011).

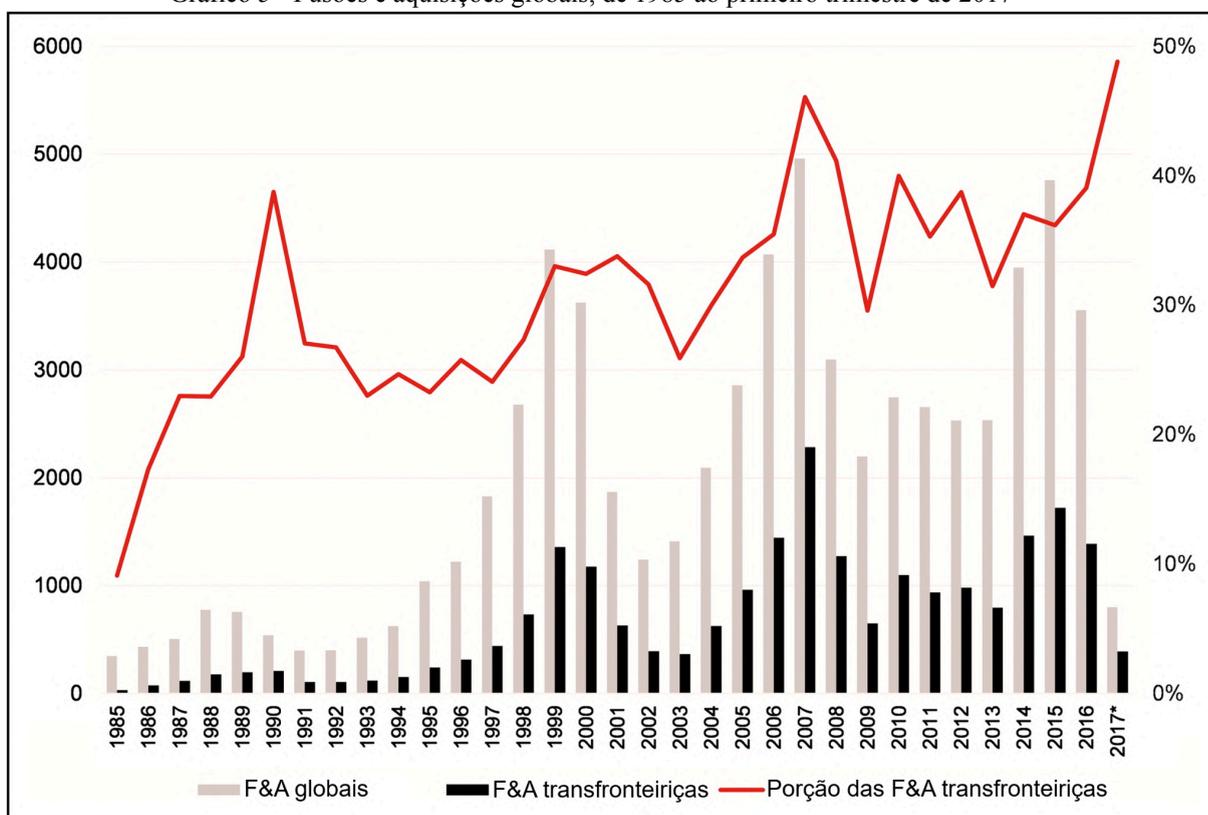
Em paralelo, há uma contínua corrosão do poder de barganha do agente que vende sua mão-de-obra: o trabalhador. Tanto pela incorporação de outros nacionais na oferta, quanto pela menor necessidade manufatureira. Até mesmo, pelo próprio enfraquecimento de representantes políticos da classe nas instâncias de negociação. Portanto, essa é a esfera mais afetada pelas transformações produtivas, que sente os reflexos da busca transnacional por trabalho barato e ao mesmo tempo qualificado. O caldo é engrossado, ainda, pela corrosão de políticas públicas garantidoras do bem-estar social, perante prioridades outras do Estado (*Ibid.*).

Dentro da discussão, pode-se argumentar pelo encolhimento da função dirigente do Estado na economia nacional. No entanto, há cuidado em não menosprezar seu papel estrutural para a globalização — visto que é o espaço decisório por excelência. Internamente, se mantém tal instituição como gestora das sociedades, definindo a distribuição dos excedentes e garantindo a disciplina dos corpos. A própria legitimação dos fluxos, é garantida pelo respeito às normas. O que se vê, entretanto, é o espraiamento da racionalidade privada, na medida em que consolida-se a solidariedade entre a classe burocrática e os dirigentes empresariais. Nessa toada, é solidificada a proteção de mercado que subsidia vantagens competitivas e viabiliza a projeção de certas empresas para o mercado global (Castro, 2011), coloquialmente chamadas de campeãs nacionais.

Então, se realça o reflexo territorial dos processos globalizantes. Em um cenário de espraiamento tecnológico, há tanto um reescalonamento das posições competitivas quanto uma maior vulnerabilidade ao impacto de eventos distantes. As relações sociais passam a permear a escala global, e também os comportamentos, incorporam padrões legais e organizacionais advindos dessa arena. Em uma complexa equação, os Estados visam equilibrar a liberdade de iniciativa dos lugares com a necessidade de sua submissão a certo paradigma técnico-competitivo que atende aos seus interesses centralizadores. Ainda, passa a ser avaliada a competitividade dos territórios em seu conjunto, tendo como horizonte uma inserção competitiva na escala global (Castro, 2011).

Ou seja, há um importante paradoxo que circunda a performance de capitalização. Enquanto que o capital de tipo produtivo atinge mais mercados e recursos através da organização flexível, este é pautado pela captação de vantagens locais. Também as crescentes Fusões e Aquisições (F&A) de empresas (gráfico 5), que visam ganho de escala e/ou monopolização do mercado, se relacionando à busca constante de inovação tecnológica ligada a melhorias competitivas. O capital financeiro, semelhantemente, se beneficia das transações simultâneas e da compressão tempo-espacial. No entanto, ao comportamento especulativo, que movimenta o capital tendo em vista as taxas de retorno mais atrativas, interessa erodir leis e normas restritivas, assim como qualquer barreiras fronteiriças para sua circulação (Castro, 2011).

Gráfico 5 - Fusões e aquisições globais, de 1985 ao primeiro trimestre de 2017



Fonte: Traduzido pelo autor, a partir de Babic, Fichtner e Heemskerk (2017, p. 25).

Na emergência de espaços de globalização, é de grande conveniência a conjugação entre o progresso informacional e a desregulação pecuniária. Se revela um sistema financeiro de operação contínua, devido à multinacionalização das redes comerciais e da transnacionalização dos centros financeiros, dos mercados *offshore* e dos paraísos fiscais.

Em paralelo, se intensifica a concentração geográfica das transações e o acúmulo de poder do setor financeiro, que passa a conduzir a economia mundial (Santos, 2020).

Para Gregory Papanikos (2024), o futuro da globalização condiz com a intensificação de seu aspecto não só econômico, mas também cultural, social e democrático. Uma visão otimista da razão entre conexão econômica, queda na pobreza e melhoria da abordagem às questões ambientais. Enquanto que Peter Zámorský, Zheng Joseph Yan, Snejina Michailova e Vincent Zhuang (2023) indicam um movimento complexo, com tendências de desglobalização e reglobalização que se sobrepõem. Ou seja, existem episódios de declínio da interdependência global e integração entre países, o que se torna visível nos seguintes fenômenos: a) restrição das mais variadas circulações; b) escrutínio regulatório nas importações; c) mudanças políticas condizentes com agendas domésticas; d) *reshoring* da produção e; e) regionalização das CGVs. Enquanto que também há ímpetos contrários, de flexibilização destes mesmos aspectos (*Ibid.*).

### **2.2.2 O aspecto técnico-científico-informacional da globalização**

Na sequência, cumpre-se aprofundar na própria natureza do espaço, como descrito por Milton Santos (2020), para que se compreenda o movimento de unificação técnica solidificado e avaliar com clareza o entendimento sobre globalização. Para Yuk Hui (2020), é no século XX que as tecnologias dão corpo à *noosfera*, e o campo do pensamento se manifesta de novas formas, a partir da participação ativa das máquinas.

Por mais que se notasse a intensificação de trocas transoceânicas de objetos e modos de fazer a partir da criação da economia-mundo no século XVI. No período hodierno o subsistema (técnico) capitalista foi capaz de ampliar sua área de ação à ubiquidade do globo, graças a sua eficácia e tendência invasora, impondo-se aos demais (Santos, 2020).

Para se aproximar de tal debate, cumpre dizer que “[a]s técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (Santos, 2020, p. 29). Já os sistemas técnicos são constituídos pelo conjunto indissociável entre sistemas de objetos e sistemas de ações, unidos no intuito de atingir um objetivo. Mais além, o momento histórico é definido pela sucessão de expressões desses objetos e ações, e de que maneira eles são socialmente regulados.

Ao passo de que, “[n]o passado, o material determinava como o objeto seria fabricado” (Santos, 2020, p. 216). Os grupos humanos eram servidos somente pelas técnicas do corpo, e as limitações de mobilidade os tornavam dependentes de recursos naturais do entorno imediato (Santos, 2020). Assim, os instrumentos possuíam uma múltipla aplicabilidade — o que os inculcia certa liberdade e fantasia — enquanto eram utilizados através de uma técnica subjacente ao grupo social, em vias de atender seus propósitos. Santos (2014, p. 146) foi emblemático ao dizer que “[n]a aurora da história, havia tantos sistemas técnicos quantos eram os lugares”.

Neste ponto cumpre salientar o perfil *sui generis* vigente, os objetos técnicos possuem a pesquisa e a ciência como base intelectual, não mais a descoberta ocasional e a experiência, como anteriormente fora. Em outras palavras, atualmente o objeto técnico passa a ser produzido em laboratório para atender uma função precisa e predeterminada, da forma mais eficaz possível. Milton Santos (2020) sinaliza que agora a função do objeto é o que irá definir o material utilizado, e então a substância adequada é criada para atender eficientemente o objetivo primordial. Sua intencionalidade sói ser mercantil, ainda que carregada do simbolismo que constitui tal racionalidade.

Os objetos também precisam se tornarem informacionais, pois contém dados precisos sobre sua aplicabilidade no trabalho e compõem uma rede cibernética de troca de informação com outros objetos. Esta carga de informação é essencial para que estes atendam à necessidade de produtividade otimizada no trabalho hegemônico. Isto posto, a dinâmica de tais objetos é programada a seguir a informação científica e atender ao sistema de ações submisso à concentração de mais-valia em escala mundial (*Ibid.*).

Assim sendo, os fins das ações são crescentemente desconectados das próprias pessoas que as executam, e dos lugares em que elas se dão. Os atos passam a ser nada mais que uma resposta a um comando gerado externamente e precisam seguir cega e pragmaticamente certa razão técnica, uma vez que os objetos carregam em si a exata racionalidade que já fora definida, por agentes alheios. E aqui notamos um caráter global, de centros decisórios coordenando ações unificadas, *just in time* e *just in place*. A eficácia desse procedimento, por sua vez, depende da certeza que ele será propriamente exercido, que cumprirá rigorosamente as etapas previstas (Santos, 2020).

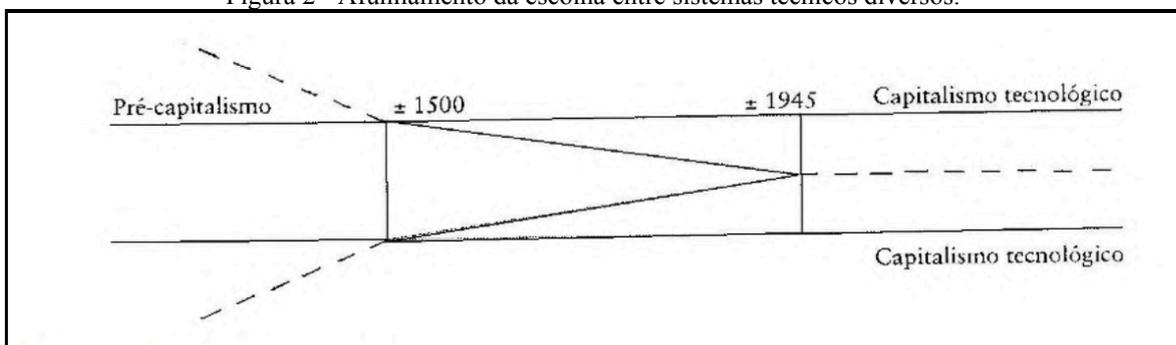
A ação, então, é: informada, inquirida de resultados técnico científicos; coordenada no tempo e no espaço visando máximo rendimento, e; codificada em uma formalização sistemática que organiza a vida coletiva e conduz a vida individual. O que se nota é a

simultaneidade em que os eventos mais longínquos podem ser informados, convergindo os momentos em uma unicidade (*Ibid.*).

Considerando que é no encontro entre os sistemas de objetos e de ações que o espaço se apresenta, Milton Santos (2020) caracteriza o contexto pelo qual passamos como meio técnico-científico-informacional. Nesse panorama, tal meio dá esteio à produção, utilização e funcionamento do espaço. Esse é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e crescentemente tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes (Santos, 2020, p. 63).

Em um plano abrangente, as técnicas são apresentadas como neutras, indiferentes ao meio instalado, de aura exógena à humanidade. Mas se a difusão tecnológica (figura 2) é vista como inevitável, é graças ao imaginário que dá suporte à produção de mais-valia mundial, operante direta ou indiretamente em todos os lugares. De forma que a tecnociência atual se porta como base material e ideológica do amplo processo, nomeado globalização.

Figura 2 - Afunilamento da escolha entre sistemas técnicos diversos.



Fonte: Santos (2020, p. 192).

Ainda que a competição tecnológica venha definindo os rumos da política, Yuk Hui (2020) dá uma especial atenção à abordagem instrumentalista desse campo, já que favorece uma história da técnica que se referencia somente na Europa. Na medida em que a própria ideia de globalização “é um processo de sincronização que faz com que diferentes tempos históricos convirjam em um único eixo de tempo global e prioriza tipos específicos de conhecimento como força produtiva principal” (*Ibid.*, p. 17). O que, por sua vez, traz implícito que tanto a referência do que é civilização quanto a dinâmica da geopolítica global estão inevitavelmente dominados pelo pensamento ocidental.

Entretanto, não se pode ignorar a importância dos processos de colonização para interligar as assimetrias de poder às diferenças técnicas e possibilitar a globalização calcada em “um amálgama de alto custo-benefício entre tecnologia moderna, mão-de-obra barata e *cheap nature*” (Yuk Hui, 2020, p. 83). Ou seja, a globalização unilateral seria uma perspectiva econômica e tecnocrática universalizante, que limita a utilidade das localidades quanto à sua disponibilidade de recursos naturais.

Como veremos, tais reflexões são vitais para desnaturalizar certa ideia de progresso técnico que sustenta a difusão produtiva da soja e a família de objetos acompanhantes. Além de colocar em perspectiva a sua submissão a um sistema de ações informado, coordenado e codificado por um oligopólio de atores capitalistas.

### **2.2.3 Escala global e o processo de globalização**

Neste contexto, retoma-se o pensamento de Iná Elias de Castro (2011) acerca do raciocínio escalar como uma das bases para compreendermos a relação entre poder e espaço. É ventilada a ideia de que há impacto das determinações globais sobre as dinâmicas nacionais e locais. Inseridos no léxico da globalização, certos atores ampliam sua capacidade de dinamizar a forma de organização e relação entre os demais.

Todavia, a própria noção de escala — seja ela global, local ou até mesmo estatal — condiz com a especificidade do atual momento, e é fruto do processo de disputas sociopolíticas, mediadas ao longo da história e através de diversas instituições. Para Neil Smith (1992), ao estudar a produção do espaço devemos considerar os processos de construção e reconstrução de diferenças relacionais. Incluindo aqui as escalas geográficas, como resultado de interações através da estrutura social. É primaz que sejam concatenados os aspectos material e imaterial da noção de escala: na medida em que esta conecta a hierarquização intrínseca do capitalismo com certa abstração conceitual, mas também dá as próprias lentes para a interpretação de eventos sócio-espaciais. Portanto as escalas podem se expressar como uma tecnologia do capitalismo, capazes de apaziguar os conflitos provisoriamente e propiciar ciclos cumulativos. Ou seja, na medida em que certas escalas são percebidas como estáveis, se delimita os agentes competentes para participar das mesmas e qual seu raio de ação.

Em diálogo, Erik Swyngedouw (2004) argumenta que o termo globalização está inserido em um movimento discursivo responsável por reorganizar a sociedade e a

cidadania em suas diferentes esferas, ao mesmo tempo em que ofusca a disputa sócio-espacial que promove tal transformação. Segundo o autor, a década de 1980 marca o deslocamento da percepção acadêmica e política — crítica sobre as consequências advindas da expansão espacial do projeto capitalista — para uma visão naturalizante do processo de globalização, focada ao aprimoramento da competitividade de atores nacionais e regionais em um contexto de desregulamentação de múltiplos mercados.

Ou seja, há um movimento de ocultação das configurações setoriais e institucionais específicas primordiais para o sucesso econômico de certos locais. Visto que a organização em *fillières* advinda dos centros de poder é o que suporta o posicionamento vantajoso de dados atores privados no comércio internacional. Inclusive, segundo o autor, poderia se pensar em processos de *glocalisation*. Porque são as densas e complexas redes de produção regional que permitem a certas companhias passar a se organizar globalmente. Ao que retoma-se a argumentação anterior, a concepção e a tentativa de naturalização de uma escala está imbricada em mudanças regulatórias e organizacionais da vida social. No presente caso, elites econômicas se utilizam de argumentos sobre as ‘forças da globalização’ para modelar condições locais na direção de menores salários, liberalização do Estado e aumento de produtividade. Enquanto as instituições se utilizam das redes sociopolíticas consolidadas no ambiente em que se encontra sua sede organizacional. Swyngedouw (2004) então arremata: não se pode esquecer que ETNs são simultaneamente locais e globais.

Retomando o já dito, deve-se reforçar que é evitada uma argumentação que minimize o papel dos governos estatais na estruturação econômica global, considerada simplista. Contudo, um olhar linear que aponta o Estado como centro decisório unilateral também precisa ser rechaçado. A partir de Giddens (2002) e Castro (2011) é possível notar as transformações de elementos modernos nas dinâmicas da globalização, graças à nova realidade espaço-temporal, as quais incidem de forma direta na maneira como os Estados se reorganizam nesta fase do capitalismo.

O atual momento é então marcado pela transformação estatal em suas capacidades econômicas e geopolíticas, além do estabelecimento de marcos institucionais que consolidam seus papéis em nova roupagem. Tal movimento, de expansão e ampliação organizacional, está calcado na interação dialética entre os Estados e a economia capitalista. E nesse processo, a própria noção de globalização capacita seus atores centrais a exercê-la.

### 2.3 EMPRESAS TRANSNACIONAIS E SEU PAPEL GEOPOLÍTICO

No contexto descrito, as companhias transnacionais emergem como atores de monta, isso porque elas não só operam em múltiplos países, mas também acabam por impactar no molde das relações econômicas e político-sociais na dita escala global. A definição destas, no entanto, possui uma miríade de abordagens. Para este capítulo, serão exploradas suas características distintivas, analisando as estruturas organizacionais e estratégias de operação que as definem<sup>5</sup>. Visa-se portanto, assentar a discussão para o papel dessas empresas, tanto na formação das CGVs, quanto na influência sobre políticas transnacionais.

Ainda que nesta seara ‘empresa multinacional’ seja um conceito leigo, ele é de larga utilização (Amatucci, 2009), um tanto consolidado no debate público e até mesmo na produção acadêmica clássica. Por exemplo, a especialista na área Mira Wilkins (1998), ao optar pelo termo, se referindo amplamente a um negócio que opera através de fronteiras. Por outra via, pode-se trazer o que seria o “termo oficial” para Amatucci (2009, p. 6), traduzido pelo mesmo a partir do World Investment Report, em que é proposta a seguinte definição para corporações transnacionais:

[...] empresas incorporadas ou não incorporadas, compreendendo as empresas matrizes e suas filiais estrangeiras. A empresa matriz é definida como uma empresa que controla ativos de outras entidades em países outros que não o de origem, geralmente através da propriedade de determinados direitos sobre o capital. (UNCTAD, 2005, p. 329 *apud* Amatucci, 2009, p. 6)

Advindo do arcabouço da teoria de negócios internacionais, Marcos Amatucci (2009) concentra sua pesquisa na análise qualitativa do investimento direto estrangeiro realizado no Brasil. Para o autor, ETNs são aquelas que investem no exterior por meio de filiais, subsidiárias. Ou seja, aplicam em uma atividade produtiva, de liquidez imediata limitada.<sup>6</sup>

Porém, convém pontuar que a presente pesquisa orienta-se pela noção de empresa transnacional assentada na capacidade de “coordenar e controlar operações em mais de um

---

<sup>5</sup>O artigo intitulado *Empresas Transnacionais: caracterização, transformações e relevância contemporânea* se aprofunda na temática e foi apresentado no IX Congresso Latino-Americano de Estudos Humanísticos Multidisciplinares (Völz; Duarte, 2024). O mesmo está no prelo da Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade - RELACult, a ser publicada em 2025.

<sup>6</sup>Para a definição de investimento estrangeiro direto conferir OECD (2024).

país” (Dicken, 2010, p. 125). Em *Mudança global: mapeando as novas fronteiras da economia mundial* Peter Dicken (2010) opta por essa definição no intuito de atender à diversidade e complexidade da participação de tais atores nas redes transnacionais. Indo além, portanto, na designação convencional, que contabiliza os níveis de propriedade externas das firmas.

Isso porque, segundo o autor, as operações transnacionais englobam colaborações de diferentes modos, que se expressam das mais variadas formas na coordenação e no controle das transações. E tal aspecto está em constante mutação, visto que uma das características básicas de tais atores é a flexibilidade — em escala global — de locação e do uso de recursos, bem como da execução das operações. Esse fator, por sua vez, interage com a capacidade de se beneficiar das diferenças entre políticas estatais e da distribuição geográfica dos fatores de produção (Dicken, 2010).

Ainda, é ressaltada a diversidade presente entre as ETNs, levando em conta seu modo de funcionamento, o tamanho da estrutura e o alcance das operações. Até mesmo a peculiaridade do país de origem delas refletem intensamente em tais aspectos. Consequentemente, a interação dessas questões com as anteriormente mencionadas, conformam um cenário deveras intrincado acerca da distribuição geográfica e o funcionamento das redes de produção (Dicken, 2010). Algo a ser considerado na futura análise das distinções entre ETNs estadunidenses e chinesas.

### **2.3.1 Transformações históricas das ETNs**

Para Culpi (2016) o que entende-se pela relação entre empresas e Estados foi originado no período mercantilista, por volta do século XVI. O que guiava uma postura ativa dos Estados no comércio era a busca por uma balança superavitária e as empresas colaboraram com esse processo através da expansão das riquezas. Nesse sentido, as práticas militares e imperialistas foram essenciais para o estabelecimento de entrepostos comerciais avançados. As multinacionais se estabelecem nesse bojo, organizando transações em grande distância, de natureza complexa e incerta.

Segundo Bresser-Pereira (1976), em um primeiro momento as grandes corporações são responsáveis por aplicar os excedentes de capital de Estados industrializados em colônias extrativistas nascentes, através do estabelecimento de infraestruturas e instituições comerciais. Possibilitando, então, a construção de uma divisão internacional do trabalho. O

próximo estágio começa no século XX: em um cenário de ascensão hegemônica estadunidense e científica produtiva, grandes montadoras expandem sua produção industrial massiva sem que percam eficiência. Então passam a exportar para Estados periféricos, garantindo maiores lucros e assegurando novos mercados de consumo.

Após 1950 há um terceiro momento, quando as grandes corporações ampliam sua produção para as economias em desenvolvimento no intuito de garantir reservas de mercado. Importante notar que tais atores se sentiam ameaçados em perder suas vantagens monopolísticas. Portanto, as subsidiárias industriais surgem como resposta à política de substituição de importações implementadas por projetos nacionalistas de países periféricos. Já o quarto estágio inicia-se na década seguinte, quando as empresas se estabelecem em mercados locais, visando utilizar mão de obra intensiva e serem favorecidas por desequilíbrios de poder em nível internacional. Então, o que se percebe ocorrer ao longo do tempo é a conformação de um novo tipo de dependência, em que elites econômicas transnacionais são capazes de desenvolver a manufatura e o mercado interno das periferias, sem que se espraíam setores mais lucrativos, como o de desenvolvimento tecnológico (Bresser-Pereira, 1976).

Abordando os escritos de Stephen Gill (1990), é possível assinalar que os anos 1960 correspondem à constituição de uma verdadeira classe capitalista transnacional. Em vias de estabelecer uma ligação orgânica entre estrutura e superestrutura, houve todo um direcionamento de esforços de certa liderança política para que se produzisse um bloco histórico transnacional. O que para Robert Cox (1983) desembocou em um novo arranjo institucional e o restabelecimento do consenso hegemônico. Que passa a considerar nações recém industrializadas e a forte transnacionalização do capital.

Segundo Muniz Ferreira (2012) remete-se às décadas de 1980 e 1990 um processo de reorganização da distribuição internacional do trabalho, caracterizada pela automatização produtiva e pela intensificação do *gap* econômico entre os países. A dita Terceira Revolução Industrial teria surgido em resposta à três pontos de inflexões para o Estado norte americano: o déficit comercial e o endividamento externo causado por gastos militares; a valorização de matérias-primas pleiteada por países do terceiro mundo; e a desestabilização militar causada pela ascensão soviética. O que é seguido pela mobilização do complexo militar industrial estadunidense em prol da elaboração de tecnologias avançadas, de alto custo de investimento — mas que retribuem em valor agregado — e que busca utilizar fontes energéticas menos custosas.

Em paralelo, optou-se pelo assentamento da política externa bilateral em detrimento dos mecanismos internacionais de deliberação, buscando efetivar os interesses geopolíticos dos EUA e atrelar financiamentos externos com o ajuste econômico dos receptores. Os próprios países centrais sofreram uma forte reestruturação do Estado, ensejando frear tendências inflacionárias e dinamizar o setor industrial. Tendo como prioridade o estímulo aos fluxos privados de capital (Ferreira, 2012) e os eventos elaborados na seção 2.2.1.

Não obstante, Michel Chossudovsky (1999) sublinha que o pós guerra fria marcou a utilização de ajustes estruturais para enfraquecer determinados Estados tendo em vista certos empenhos geopolíticos. No mais, o autor enfatiza que a integração econômica, principalmente no interior dos blocos econômicos, favorece as empresas maiores e tende a suprimir a mobilidade do pequeno capital local. Inclinando-se à monopolização, as menores firmas tendem a falir, se estabelecer como franqueadas, ou serem adquiridas em fusões.

No âmbito externo, Charles-Albert Michalet (1984) realça a centralidade das ETNs<sup>7</sup> em facilitar a produção, para além da circulação, o que concretiza a transferência de valor do capitalismo global. Atuando, portanto, como produtoras ativas desse sistema, mas também produto – reprodutoras da dialética da totalidade da economia mundial. Por exemplo, a lógica de investimento dessas companhias busca atender às demandas rentáveis de instituições financeiras privadas e, por outro lado, explorar disparidades regulatórias nacionais e regionais, vislumbrando oportunidades geradas pelo desenvolvimento desigual. O que demanda um complexo cálculo sobre os custos de deslocalização produtiva, que equaciona taxas alfandegárias, alcance de mercado e perspectiva de crescimento (Michalet, 1984).

Como consequência, Ferreira (2012, p. 222) aponta a “subordinação formal da totalidade da atividade econômica do planeta à lógica dos processos de produção e reprodução ampliadas do capital”. O paradoxo está em uma unificação hierarquizada e excludente, que coexiste ao protecionismo de blocos econômicos. O que se materializa em uma interação competitiva norte-norte e uma integração antagônica norte-sul.

A título de comparação, Grieco (1993) aponta que na década de 1970 havia cerca de 7 mil transnacionais operando, número acrescido de 30 mil firmas até o início da década de 1990. A partir de dados coletados na alçada do Núcleo de Estudos Estratégicos da

---

<sup>7</sup>Michalet (1984) privilegia o termo multinacional, mas optou-se por manter a nomenclatura transnacional por não haver prejuízo de conteúdo e se adequar apropriadamente à designação feita pela pesquisa.

Universidade de São Paulo, o autor demonstra que em 1992 fora notado que as ETNs empregavam 20% da mão de obra industrial do mundo, enquanto as companhias mantinham metade de seu capital fixo fora do país de origem e dois terços do funcionalismo estava no estrangeiro. Entre as dez maiores corporações não financeiras, cinco eram norte-americanas, duas suíças, uma holandesa, outra inglesa e a primeira colocada, uma multinacional de cofundação Inglaterra-Holanda (Grieco, 1993). Já, na virada do milênio, quase 40% do valor econômico gerado por transnacionais estava sob controle de uma intrincada rede de 147 empresas que possuíam direitos de propriedades mútuos (Klein, 2000).

A tendência de expansão se confirma na atualidade, visto que o fluxo em cadeias de valor ligados à transnacionais gira em torno de 80% das trocas no comércio exterior (UNCTAD, 2013a). No entanto, avista-se a entrada de firmas provenientes de novas regiões do globo, principalmente europeias. Em 2003, entre as dez maiores transnacionais não financeiras, organizadas por ativos estrangeiros, ainda havia quatro norte americanas, duas francesas, duas inglesas, uma alemã, e a binacional já citada (UNCTAD, 2003) Em 2013 três norte americanas, três inglesas, uma japonesa, uma francesa, uma alemã e uma italiana (UNCTAD, 2013b). No ano de 2021, haviam três inglesas, duas alemãs, uma japonesa, uma francesa, uma holandesa, uma belga e somente uma norte-americana (UNCTAD, 2022). Por outro lado, a lista que contabiliza vendas, lucros, ativos e valor de mercado do ano corrente identificou que entre as 10 maiores empresas do mundo, seis são norte-americanas, três chinesas e uma saudita (Forbes, 2023b). Dados estes, que remontam transformações no comércio internacional, um momento de rearranjo das principais economias do globo e seus agentes privados.

### **2.3.2 O papel das ETNs em relação aos Estados**

Segundo Giovanni Arrighi (1994) advém da década de 1970 o processo de derrocada do sistema estadunidense de acumulação capitalista. Sendo a expansão financeira um sintoma da entrada na fase de destruição de tal regime. Retomando a contribuição braudeliana, o autor percebe na história do capitalismo a recorrência de ciclos sistêmicos de acumulação. Após momentos de expansão produtiva e comercial, o esgotamento de determinado modelo econômico faz com que negociações puramente financeiras passem a se tornar mais lucrativas. O que marca a etapa de crise e ruptura: um

processo de financeirização que denota o fim do ciclo de pujância da potência hegemônica, indicando o encaminhamento para um processo de disputa aberta com potências em ascensão — quando essas visam capitalizar seu próprio novo ciclo.

Em diálogo a estas reflexões, Greta Krippner (2005) realça o padrão de financeirização vivido pela economia dos EUA, encontrando um movimento de aumento da proporção dos lucros advindos dos investimentos em portfólios<sup>8</sup> por parte de ETNs não-financeiras. Segundo a socióloga, uma conjunção de fatores, como o fortalecimento da militância trabalhista nos Estados Unidos e o crescimento da competição internacional, propiciaram a conversão do capital produtivo de tais firmas para o mercado financeiro. Realçando que não seria uma questão de terceirização ou formação de subsidiárias — ao analisar os lucros das corporações e seu fluxo de caixa fica latente o processo de financeirização.

Deve se considerar, ainda, que as empresas privadas possuem um papel ímpar na sociedade norte-americana, visto que para Peter Hall e David Soskice (2006) seu modelo atende à uma economia de mercado liberal. Ou seja, os autores realçam a centralidade das firmas na coordenação das atividades em geral, em que seriam privilegiadas relações impessoais, estabelecidas por meio de mercados competitivos. Nesse sentido, toda estrutura institucional nacional tende a priorizar a mobilidade de capital e a concorrência nos mais distintos setores. Em tal cenário, os mercados sujeitos ao controle corporativo visam lucrar, não somente através dos ganhos produtivos, mas estão constantemente condicionados pelo seu desempenho acionário.

Em contraste à tendência estrutural mencionada, é sempre necessário encarar com ceticismo científico o entendimento de que a hegemonia norte-americana sofre de uma crise incontornável. Para Stephen Gill (1990) a insistência em perceber de que há um movimento cíclico e contínuo de estabelecimento de novas hegemonias já havia se revelado errônea no final dos anos 1970. Muito pelo contrário, a capacidade de resposta do *hegemon* à crise que atravessou a virada da década seria um indicativo de fortalecimento, visto o restabelecimento de uma aliança orgânica com seus aliados geopolíticos.

Seguindo na discussão, é reforçado que a atuação dos entes privados transnacionais vai muito além da esfera econômica. Munido de referências que debatem grandes temas como o imperialismo do centro e a dependência da periferia global, Peter Evans (1980) aponta que as ETNs são a materialização organizacional do capital internacional. O autor

---

<sup>8</sup>Ganhos por juros, dividendos e retorno de capital realizado.

realça que as próprias estruturas internas de tais firmas estão intrincadas à economia do mundo. Visto a sua capacidade de maximização dos lucros a partir de estratégias planetárias, há possibilidade ampliada de alienação da força de trabalho através das fronteiras políticas.

Ao analisar o impacto da entrada de empresas estatais em economias dependentes, atendo-se ao caso do desenvolvimento brasileiro, o mesmo indica que a própria lógica organizacional das firmas tende a desincentivar um investimento promissor em países periféricos. Isso se dá porque os investidores estrangeiros veem com desconfiança o compartilhamento ampliado do conhecimento organizacional e tecnológico que detêm. O que é reforçado em uma dinâmica de concentração das decisões e monopolização das atividades inovadoras. Sendo Evans (1980) enfático ao dizer que o processo decisório das ETNs refletem os ditames do imperialismo.

Ainda, essa forma de imperialismo afeta estruturas sociais internas de periferia. As ETNs tendem a cumprir o papel de espraiamento de relações interclasse e ideias pelo globo, acentuando a ampliação das desigualdades salariais e incentivando a mimetização dos hábitos de consumo de luxo. E, por fim, gerar sua desarticulação tecnológica e social. Há também nesse meio, uma aliança entre as Transnacionais, o Estado dependente e sua burguesia nacional. Como cada esfera possui interesses contraditórios no ato de acumulação de capital, se concilia uma tríplice aliança, para usar a expressão cunhada por Evans (1980), que se baseia na subordinação da população periférica. De forma que o próprio capital acumulado no centro através do processo de espoliação acaba por ser utilizado, na forma de recursos econômicos, políticos e militares, para intervir na periferia e disciplinar sua mão-de-obra — preservando a mais-valia dos investimentos feitos.

Grande parte das pesquisas sobre multinacionais, inclusive, realçam que até os anos 1970, os fluxos de Investimento Estrangeiro Direto advinham basicamente de EUA, Reino Unido e Países Baixos (Babic; Fichtner; Heemskerk, 2017). Todavia, recentemente, potências emergentes vêm sendo associadas a um modelo de desenvolvimento econômico com importante participação de corporações estatais. Para o presente estudo, cumpre notar que determinados interesses geopolíticos podem, sim, ser facilitados pela transnacionalização de capital que as Empresas Transnacionais Estatais (ETNEs) permitem. Entretanto, também deve-se atentar à dependência a qual um Estado pode ficar implicado nesse movimento — acerca da performance e até mesmo colaboração daqueles que gerenciam suas operações (*Ibid.*). Nessa questão, destaca-se a China, com 19,5% das

empresas sob controle estatal e que atuam em outros países (Tabela 1). Confirmando o papel do Estado na economia chinesa e sua estratégia de internacionalização (Babic; Fichtner; Heemskerk, 2017).

Tabela 1 - Principais proprietários de Empresas Transnacionais Estatais - Mundo, 2017.

Posição	País	Ligações externas (ponderado) <sup>9</sup>
1	China	1168
2	França	870
3	Rússia	564
4	Alemanha	461
5	Emirados Árabes	305
6	Áustria	197
7	Singapura	195
8	Noruega	162
9	Finlândia	161
10	Suécia	134

Fonte: Calculado por Babic, Fichtner e Heemskerk (2017, p. 35), a partir de Orbis database (2017).

Para Curtis Milhaupt (2017) um dos grandes entraves em compreender o caso chinês é que por muitas vezes o capitalismo corporativo possa ser estranho a observadores externos, ainda que extremamente familiar para aqueles que o operam. Mas assim como em demais países capitalistas, os principais atores na economia chinesa são entidades jurídicas minimamente autônomas, com um conselho de administração e gestores nomeados, cujos interesses estão relacionados aos detentores das ações. Ainda que se argumente que sua grande novidade seria a proeminência de Empresas Estatais, países como Japão, Coreia do Sul e Singapura possuíram uma abordagem semelhante sobre a organização econômica (Milhaupt, 2017).

O autor (Milhaupt, 2017) nota, porém, que o capitalismo corporativo chinês possui características distintas, como a centralidade do Partido Comunista da China (PCCh), que conta com órgãos dedicados ao monitoramento dos atores corporativos e a nomeação de gerentes de alto nível em empresas estatais, e até mesmo grandes empresas privadas. Há

<sup>9</sup>O cálculo utilizado usa como base o número de ETNEs e o grau de saída (Babic; Fichtner; Heemskerk, 2017, p. 34).

também uma ponte institucional entre grupos econômicos, empresas estatais e autoridades governamentais. De forma que o partido se torna um elo entre firmas, bancos, órgãos estatais e outras organizações, como universidades e institutos de pesquisa. Para Nana de Graaff (2019) a inserção chinesa revela a integração pragmática às redes liberais, ainda que se mantenha um capitalismo coordenado pelo Partido, através do Estado.

Retomando brevemente a discussão antes pincelada, se mostra curioso o sobressaltado prognóstico acerca da China, apresentada por um dos principais teóricos a oxigenar a discussão sobre imperialismo no início do século XX, John Hobson (1938, p. 308 *apud* Evans, 1980, p. 29):

perfeitamente equipada para futuro desenvolvimento interno em todos os necessários poderes produtivos, essa nação pode voltar-se contra seu civilizador, inconstante pela necessidade de maior ajuda industrial, vender a preços inferiores aos dele em seu próprio mercado, tomar seus outros mercados estrangeiros e assegurar para si qualquer novo trabalho de desenvolvimento a ser feito em outras partes subdesenvolvidas da terra.

Ainda que extremamente problemático, tal alarme abre uma discussão sobre a presença de transnacionais estatais em solo brasileiro: sexto principal destino de ETNEs no globo, mas de central interesse à China (Babic, Fichtner e Heemskerk, 2017).

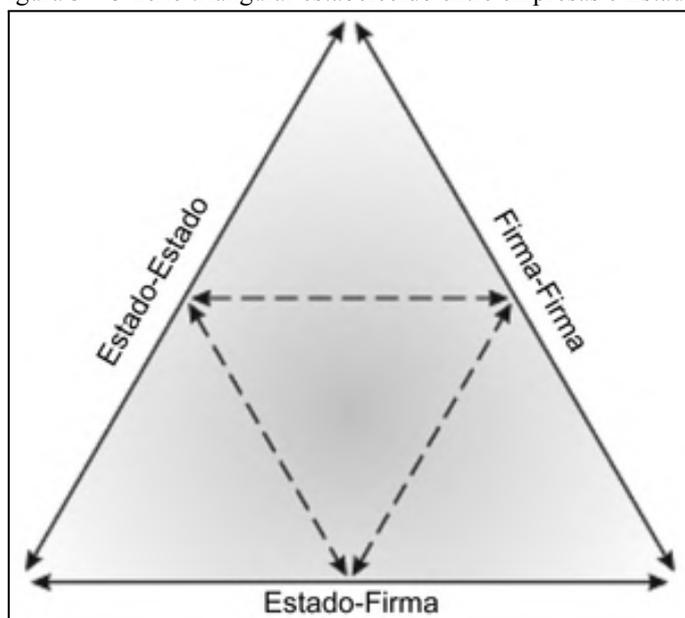
Babic, Fichtner e Heemskerk (2017) atentam-se sobre a aquisição de ramos estratégicos, como na incorporação da terceira maior firma de energia brasileira (Companhia Paulista de Força e Luz) por parte da principal empresa de transmissão de energia elétrica no mundo (State Grid Corporation of China). Além da intensificação nos investimentos na COFCO e na Sinochem Brazil, que para os autores pode indicar tanto alavancagem de projeção de poder, quanto fortalecimento de coesão econômica.

Sobre essa segunda perspectiva, pode ser proposta a emergência de uma outra globalização, com características chinesas (Wang; Miao, 2019; Wang, 2022). Considerando que o desenvolvimento da China enquanto mais nova potência econômica reestrutura a Geografia Econômica Global (Vadell, 2019; 2020). Em um novo cenário de declínio no *gap* entre pólos econômicos (Arrighi, 2003), atores emergentes passariam a impulsionar instituições e dinâmicas distintas daquelas desenhadas pelo Ocidente (Merino, 2022). Por meio da cooperação sul-sul, com cada país contribuindo em suas capacidades específicas, a ação coletiva seria capaz de transformar a ordem mundial — calcando-a em novas formas de diálogo político, acordos comerciais e investimento em infraestrutura (Vadell, 2020).

É possível, então, realçar a específica coadunação de elementos econômicos, sociais e culturais no objetivo de patrocinar a ascensão de determinadas ETNs e a importância de regiões específicas para tal encadeamento. Um cenário de profícuo estudo, adentrando a alçada das Novas geopolíticas, visto o movimento identificado por José William Vesentini (2004), de englobar atores e sujeitos eclipsados na geopolítica clássica.

Para Peter Dicken (2010) o Estado nacional se mantém como unidade básica da regulamentação política necessária ao funcionamento das redes de produção, é inclusive a forma territorial mais importante. Mas o autor aponta que existe um nexos triangular, estabelecido entre empresas e Estados, os quais podem ser representados da forma adjacente:

Figura 3 - O nexos triangular estabelecido entre empresas e Estados



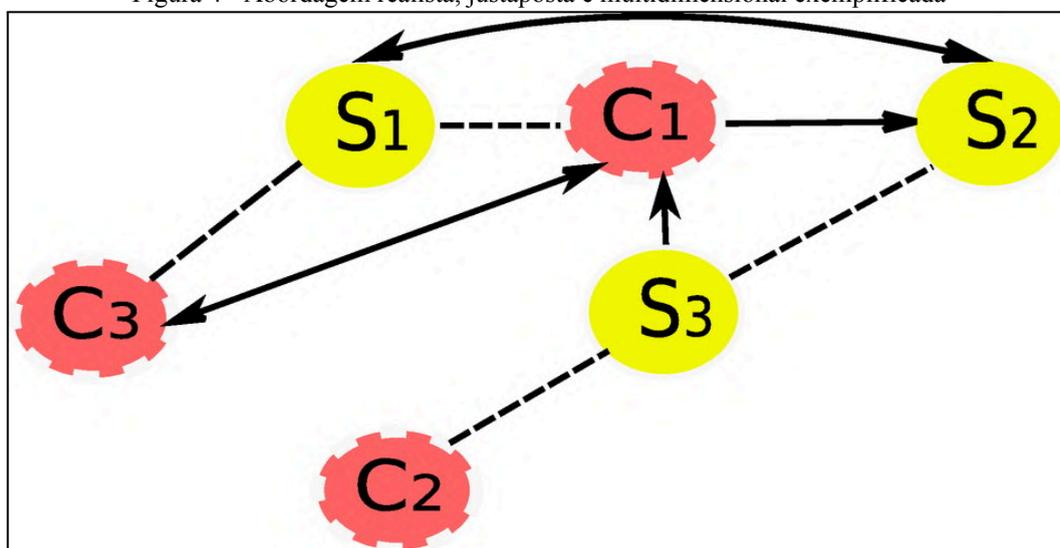
Fonte: Dicken (2011, p. 63).

Enquanto as ETNs buscam obter vantagens a partir das diferenças entre os regimes reguladores nacionais, os Estados buscam minimizar os impactos negativos de ingerências externas. Para o autor (Dicken, 2010) há uma interação multiescalar, em que os dois conjuntos de instituições podem tanto conflitar quanto colaborar. Não só isso, é viável apontar que a própria lógica geopolítica será resultante das interações complexas estabelecidas por tais atores em seu jogo de poder.

Milan Babic, Jan Fichtner e Eelke Heemskerk (2017) defendem que se deve ir além de uma visão estadocêntrica que subordina as multinacionais indiscriminadamente. Segundo eles, o cenário global é composto por uma rede de atores que se sobrepõe, cujas

relações de poder são distintas em cada arena e não devem ser determinadas *a priori*. Não que haja uma similitude completa, notadamente, as corporações buscam segurança e garantia aos seus direitos de propriedade através do Estados, enquanto que estes necessitam recolher tributos e de que seus cidadãos estejam empregados. Mas ambos são foco de disputas pela consolidação dos próprios interesses no capitalismo global. Um exemplo está ilustrado na figura 4: a corporação C1 seria propriedade do Estado S1 e daria suporte a suas ambições geopolíticas ante ao Estado S2. Da mesma forma, o Estado S3 poderia ser ameaçado pelas atividades de C1 e se unir ao S2 para antagonizá-la. Além disso, C3 pode usar da jurisdição de S1 para evitar taxas e ter vantagens competitivas frente às demais (Babic; Fichtner; Heemskerk, 2017).

Figura 4 - Abordagem realista, justaposta e multidimensional exemplificada



Fonte: Babic; Fichtner; Heemskerk (2017, p. 31).

### 2.3.3 Cadeias Globais de Valor: o elo contínuo entre empresas e Estados

Para darmos continuidade à trama que envolve os processos de globalização e os impactos ocasionados nas dinâmicas geopolíticas contemporâneas, torna-se necessário nos debruçarmos sobre um último aspecto: as CGVs e como os Estados e as ETNs estão imbricados neste contexto.

Recorre-se a Terence Hopkins e Immanuel Wallerstein (1986), em sua percepção sobre a necessidade de cadeias de *commodities* como um importante conjunto de processos responsáveis por produzir um bem de consumo final. Tais cadeias mercantis foram o que possibilitaram, não só a anexação capitalista de extensas áreas, mas também a divisão

internacional do trabalho. De forma que os agentes e instituições que reforçam seu funcionamento são os capazes de concentrar capital por via da hierarquização espacial entre centro e periferia.

Gary Gereffi, Miguel Korzeniewicz e Roberto Korzeniewicz (1994, p. 2) apontam então que uma cadeia global de *commodity* é uma rede interorganizacional que liga empresas e Estados em torno de um produto, por meio da economia-mundo. Fruto destas reflexões e de outras contribuições paralelas, testemunhamos um momento distinto da produção teórica, que identifica a necessidade de realçar o valor produzido ao longo do processo. Privilegia-se a noção de cadeia de valor em comparação à cadeia produtiva, visto sua capacidade de analisar atividades funcionalmente integradas, mas fragmentadas no globo (Oliveira, 2015). Segundo Gereffi, Humphrey e Sturgeon (2005) é tal fragmentação a responsável pela produção de um mesmo produto estar presente em diferentes países e empresas.

Na elaboração do conceito de *global value chains*, passa a se vislumbrar a importância do estudo das mais variadas etapas, como P&D, distribuição e *marketing*, visto a sua complexidade de execução em escala global. Dessa forma, as empresas buscam novas formas de maximizar o valor na concepção de um produto ao longo das atividades que o compõem, tendo em vista a produção de estratégias para melhorar seu posicionamento no mercado, o que implica diretamente no estabelecimento de relações com os mais variados Estados-nação (*Ibid.*).

Quando são referidos os elementos globais de tais questões, podemos pensar nas empresas-líder dos setores, que visam aprimorar a governança das cadeias que constituem e patrocinar um *upgrading* para atividades de maior valor agregado. E aqui também os Estados almejam alcançar formas produtivas avançadas dentro de suas economias, podendo se afirmar bem sucedidos aqueles em que se identifica a concentração dessas tarefas — os países ditos desenvolvidos (Gereffi; Fernandez-Stark, 2016).

Para Gereffi e Luo (2014) a participação nas cadeias globais de valor possui forte influência dos governos, únicos atores capazes de promover a infraestrutura necessária para incentivar exportações e gerar acesso a mercados internacionais, bem como, qualificar a mão de obra e regular as condições laborais. Por outro lado, muitos são os casos em que países de baixa renda mantém condições insalubres para os próprios trabalhadores no intuito de atrair empresas que buscam mão-de-obra irregular e barata.

Gereffi (2013) aponta que na década de 1980 as ETNs vislumbraram a utilização de áreas recém industrializadas e que mantinham baixos salários, como Ásia e América Latina, para terceirizar sua produção. Tal movimento de *offshoring* veio a ser fortalecido pela procura da redução do número de fornecedores, estabelecendo-se em mercados com consumo em expansão e de alta disponibilidade de insumos, notadamente grandes países emergentes. Por fim, se consolidam as seguintes dimensões, que serão utilizadas na análise focada em uma CGV: a configuração geográfica acerca da densidade das redes de produção; os fluxos entre os atores; a governança promovida por meio de relações de poder e; o contexto institucional. (Gereffi *et al.*, 1994)

Clarissa Black (2024), no entanto, vê certa limitação na abordagem sociológico-econômica engendrada por Gary Gereffi, pelo enfoque dado às razões técnicas e tecnológicas da fragmentação produtiva. Ainda que Black (2024) concorde que tais transformações viabilizaram a internacionalização descrita, as motivações para sua consolidação são de outra ordem.

A autora (Black, 2024) busca retomar alguns estudos em Economia Política para englobar as disputas de poder e capital que conformam as CGVs. Sua argumentação é de que a competição ocorre em três palcos: a) interestatal, entre os Estados Nacionais, pela hegemonia e o domínio de zonas periféricas; b) intercapitalista, entre as firmas-líder, dentro e fora das cadeias e; c) interclasse, entre empresas e trabalhadores, na relação de custo do trabalho e poder do capital. Retomando os atores citados, já podemos notar em Hopkins e Wallerstein (1977) que o cerne da sua disputa se dá tanto na hegemonia, pelos Estados fortes e na sua relação com Estados periféricos, mas também pelo controle dos grupos de influência no interior desses.

Assim, Hopkins e Wallerstein (1982) identificam algumas características que marcam a baixa acumulação de valor, por parte de economias periféricas, na sua participação em cadeias produtivas. Sendo elas a superexploração do trabalho, a concentração em uma limitada variedade de atividades destinada à exportação e a simples reprodução de *commodities*. Em geral, o controle estrangeiro de sua produção. Entretanto, posteriormente houveram autores que buscaram realçar as particularidades do processo de hierarquização contemporâneo.

Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori (1997) argumentam que a captação de vantagens da divisão internacional do trabalho não decorre de simples mecanismos comerciais, mas sim, advém da capacidade política de certos Estados fazerem valer seus

interesses. Já para Maria Caraméz Carlotto e José Paulo Guedes Pinto (2015) a divisão centro-periferia hoje se concentra na produção de bens intangíveis e tangíveis, respectivamente. Enquanto que Dev Nathan e Sandip Sarkar (2011) vêm um zoneamento por graus de qualificação e abstração do trabalho executado. No mais, ainda que pareça contraditório, o ambiente em que as firmas-líderes interagem tende a ser composto por uma estrutura oligopolista nos países centrais, e um cenário de concorrência perfeita na periferia. De forma que as companhias transnacionais se beneficiam por estar tanto em posição de oligopólio quanto oligopsônio (Milberg; Winkler, 2013).

Especificamente, Carlos Aguiar de Medeiros (2019) analisa o papel relegado às ETNs no desenvolvimento industrial de países em desenvolvimento. Para o autor, o objetivo nato dos investimentos diretos estrangeiros articulado através de tais firmas é o de extrair e concentrar capital por meio de suas operações. Nesse sentido, o progresso técnico nas economias emergentes não se dá de forma automática a partir de sua integração às CGVs. A simples remoção de barreiras ao capital estrangeiro para a utilização de mão-de-obra barata se mostra inoperante e tende a agravar problemas já latentes. O valor adicionado através de exportações é limitado e inclusive tende a reduzir-se com o processo. Nesse sentido, a integração à CGV deve ser feita através de negociações entre o Estado receptor e as empresas investidoras. Prima-se construir um aparato institucional capaz de absorver tecnologia e gerar aprendizado. Em sintonia, são necessárias políticas públicas integradas a um sistema nacional de inovação, visando estabelecer a produção nacional em estágios de maior valor agregado (Medeiros, 2019).

Voltando à argumentação feita por Black (2024) há um aspecto vital a ser considerado: a governança das CGVs. E aqui é louvável o esforço de Gereffi, Humphrey e Sturgeon (2005), ao idealizar cinco tipos possíveis de governança identificáveis em CGVs, variando conforme o grau de coordenação da firma-líder e seu poder perante os fornecedores.<sup>10</sup> É necessário compreender que o próprio acúmulo de valor de uma cadeia está ligado à capacidade de certos atores em governá-la, e no modo de produção capitalista, são as firmas os *chain drivers* (Gereffi, Korzeniewicz e Korzeniewicz, 1994).

Para o caso da soja, se destaca o controle histórico da maioria do comércio global de grãos e oleaginosas, por parte do grupo ABCD, desde o início do século XX. De maneira que a coordenação das informações de um mercado cada vez mais complexo e amplo, estão condensadas em poucos atores que se apoiam em sua posição para atingir os

---

<sup>10</sup>Para atender à discussão do tema, conferir Black (2024, p.6).

próprios objetivos. Mais recentemente, uma empresa estatal foi capaz de penetrar no seletivo grupo. Ao que se deve sublinhar, graças ao apoio da estrutura governamental que a mune de capacidade técnica e financeira.

Nessa toada, é importante uma última observação. A globalização das cadeias de suprimentos alimentares possui amplas implicações para o bem-estar humano e dos demais seres. No deslocamento de recursos por meio destas, o que se nota é uma tendência de periferização dos impactos negativos das atividades intensivas, criando uma complexa desconexão espacial entre o consumo e os processos produtivos (Pendrill *et al.* 2019; Wiedmann; Lenzen, 2018). Uma questão a ser tratada no quarto capítulo, acerca dos impactos socioambientais da logística sojeira no Brasil.

Em balanço, este capítulo procurou evidenciar questões elementares sobre a relação entre espaço e poder no momento atual. Houve uma revisão teórica sobre o estudo desse aspecto, realçando as continuidades e transformações do campo. Tornou-se latente que muito embora se vislumbre o poderio econômico de grandes ETNs, não se deve perder de vista a importância dos Estados na viabilização das suas atividades. O intuito desse exercício, no entanto, vai além: está em abarcar a complexidade que permeia o ramo da soja na contemporaneidade.

Para tal, o próximo capítulo contextualiza as dinâmicas mundiais, em seus aspectos produtivos, econômicos e institucionais, que configuram o setor agroalimentar em suas fases recentes. Nesse sentido, o que especialistas no assunto percebem é o papel de um seletivo grupo de grandes empresas, como importantes atores para a alimentação das mais distintas localidades. Como será visto, tamanha concentração nos setores-chave, o último meio século vem sendo identificado como um regime agroalimentar corporativo.

Uma discussão que é levantada no intuito de se fitar a específica, mas significativa, cadeia da soja. A proeminência de cinco ETNs como *traders* do grão é, não só reflexo do momento apontado, mas diz respeito a amplas dinâmicas geopolíticas. Argumento que se consolida com a percepção de que qualquer possibilidade de transformação desse ramo e do regime agroalimentar como um todo, passa pelo mesmo movimento de contestação da hegemonia em escala global. Ou seja, foi vital pensar o processo de globalização a partir da participação das ETNs, para que se aborde as tendências vigentes de projeção de poder no espaço e de que maneira elas se interligam com a CGV da soja.

### **3 REGIME AGROALIMENTAR E DISPUTAS GEOPOLÍTICAS: O CASO DA SOJA**

Interligado ao que vem sendo elaborado, as dinâmicas agroalimentares também são formadas por uma série de atores, que assumem uma extensão global. No geral, há proeminência de certos Estados, notoriamente do eixo atlântico norte, que consolidaram seu papel nas mais distintas economias. Tal fator está atrelado a incentivos estatais no desenvolvimento transnacional de seus complexos agroindustriais, concomitante à estruturação de organismos supranacionais viabilizadores de um comércio internacional de larga escala. Ao mesmo tempo, a atualidade é marcada pelo considerável crescimento de alguns países emergentes e suas empresas capitalistas, notoriamente chinesas.

As disputas por poder comportadas neste universo, por sua vez, integram o que denominamos, a partir de Vesentini (2004), o campo das “novas geopolíticas”. Aqui, intenciona-se retomar as discussões indicadas por Bertha Becker (2003), em vias de situar a importância da soja nas competições entre atores internacionais. Para além do já apontado envereda-se na agrologística: esta considera as especificidades do sistema agroindustrial no deslocamento dos produtos e insumos, centrado em fatores como o condicionamento, a pontualidade e os custos de gerenciamento, transporte e armazenagem (Pera; Caixeta-Filho, 2022).

Nessa toada, as cadeias de produção e distribuição de alimentos cumprem um papel central para a manutenção dos arranjos sociais. Primeiramente, em questão de segurança alimentar, mas também, devido às disputas de mercado travadas entre entes privados, mais ou menos atrelados aos interesses dos Estados. Ou seja, no raciocínio que vem sendo deflagrado, estes aspectos não podem ser olvidados de sua face geopolítica.

A partir desta problemática, a presente seção se insere em um esforço geral, de analisar as transformações históricas no sistema agroalimentar contemporâneo, buscando compreender as relações existentes entre os tipos selecionados para análise. Em termos gerais, o texto alinha-se a uma revisão que vincula a ampliação transnacional de empresas e a organização do espaço mundial centrado em determinados modelos de produção e consumo. Em conjunto específico, se reconstitui a trajetória das firmas do ramo produtivo e distributivo da soja e sua relação com os interesses de seus países sede.

### 3.1 OS REGIMES ALIMENTARES E O SISTEMA AGROALIMENTAR CONTEMPORÂNEO

Levando em conta os processos já delineados acerca da escala internacional, é possível identificar que estamos inseridos em uma determinada ordem político-econômica, caracterizada pela hegemonia dos atores em conformidade. Que McMichael (2009) retoma ao analisar a história geopolítica do capitalismo partindo da questão agroalimentar. Identificando, então, regimes alimentares, compostos por dada (ainda que momentânea) estabilidade institucional e a consolidação de relações de poder entre produtores, empresas e governos, o que concebe uma específica divisão global do trabalho. Sistemas esses, que lidam com impactos externos se adaptando e/ou resistindo, de forma que pequenas alterações podem gerar grandes efeitos cumulativos, causando rompimentos que consolidam uma nova etapa (Norberg; Deutsch, 2023) dentro do sistema agroalimentar mundial (Paula, 2017).

Feitos os apontamentos iniciais, se avança à identificação dos marcos sócio-históricos para a estruturação do regime contemporâneo, considerando as dinâmicas entre seus principais atores para a consolidação do modelo capitalista de produção e distribuição de alimentos. A partir do livro *Evolução do sistema agroalimentar mundial: contradições e desafios*, redigido por Nilson Maciel de Paula (2017), retoma-se o estabelecimento do que seria o primeiro regime alimentar de ordem internacional. Este se deu entre as décadas de 1870 e 1930, sob a égide britânica. Caracterizado, então, pelo Padrão-Ouro, pela expansão do livre mercado e pela queda nos custos de transporte. Quando a exportação de alimentos e matérias-primas baratos que partiam de locais colonizados, explorados, deram suporte à industrialização europeia (Paula, 2017). Ao que se pode inculir na primeira era da globalização, retratada na seção 2.2.1.

Já nesse momento os EUA começaram a articular seus setores agrícolas com uma agroindústria nascente, cujo ápice culminará numa próxima etapa, quando os norte-americanos emergem como potência hegemônica após as duas Guerras Mundiais (1914 – 1945). Como será visto a seguir, há um regime alimentar centrado nos EUA entre 1947 e 1973 e após a transição para uma dinâmica notoriamente corporativa. Em vias de introduzir a cronologia, utiliza-se a figura a seguir:

Figura 5 - Os três regimes agroalimentares mundiais



Fonte: Disponibilizado em Sustentarea (2021, n.p.), produzido com base em Krausmann e Langthaler (2019).

Derivando do então considerado, pode-se apreciar que também o modelo vigente de produção e distribuição de grãos é específico à estrutura capitalista do comércio internacional, sendo que sua consolidação se deu através da construção de instituições condizentes a seu contexto político-econômico. Nesse sentido, houve forte influência dos interesses de atores hegemônicos, em vias de firmar sua posição e consolidar seu poderio. Para tal é notório o papel dos agentes capitalistas na criação de cadeias globais de *commodities* oligopolizadas.

O que se assinala, porém, é o fator geopolítico no delineamento e manutenção do sistema agroalimentar contemporâneo no que diz respeito ao ramo dos grãos, notando-se a soja como objeto de estudo privilegiado para compreender as dinâmicas vigentes. No entanto, esta não é uma imagem estática. Como vimos, o regime alimentar comporta também disputas e rupturas. Dessa forma, há um amplo debate sobre os desdobramentos do momento vigente, levando em consideração a ascensão de atores que competem por um melhor posicionamento na arena internacional. Nesse sentido, a seguinte seção da pesquisa buscará se aprofundar na análise interrelacionando a trajetória histórica dos Estados e empresas centrais para a compreensão da evolução da CGV da soja ao longo do tempo.

### 3.2 O REGIME AGROALIMENTAR ESTADUNIDENSE EM FACE À SUA HEGEMONIA

Paula (2017) traça à década de 1920 a consolidação das cinco grandes multinacionais (Cook Industries, Continental Grain, Louis Dreyfus, Bunge Born e Cargill)

juntamente à formação de políticas produtivas estadunidenses de estímulo a inovações químicas, biológicas e mecânicas. Inserido, então, em um contínuo esforço de gerar superávit e evitar excesso de estoque interno através do subsídio de suas exportações.

Importante assinalar a dinâmica estabelecida entre empresas e o governo norteamericano, o que garantiu a constituição do complexo alimentar e sua expansão, em uma dinâmica consoante aos interesses geopolíticos do governo. Nesse sentido, se constitui uma política externa de transferência de alimentos, através da doação assistencialista ou da prática de preços extremamente baixos, identificada como *dumping*. O que ao mesmo tempo favorecia internacionalmente a imagem positiva do *hegemon* e, internamente, garantia a estabilização do preço dos grãos em um contexto de “excedente crônico” (Paula, 2017, p. 43).

O que, por sua vez, promoveu nos lugares receptores uma maior adequação a hábitos de consumo específicos, condizentes com as atividades das companhias transnacionais. Por outro prisma, certo modelo produtivo/distributivo que converte atividades agrárias em meros elos de uma cadeia agroindustrial — essencialmente dependente de insumos e firmada na lógica concorrencial — passou a ser incentivado em países emergentes que vislumbraram construir capacidade competitiva ao aplicar o novo pacote tecnológico (*ibid.*).

O que se via era uma divisão internacional do trabalho reestruturada, em que os Estados Unidos se tornaram o principal exportador de alimentos na década de 1970, por meio de doação e comércio, enquanto os demais países começaram a absorver hábitos de consumo centralizados na carne e no trigo. Dessa forma, o dito “hemisfério sul” passa de simples agroexportador para uma crescente integração ao comércio internacional. Salienta-se que tal movimento esteve inserido em uma política de protecionismo econômico e agroindustrialização promovida pelos EUA, que vislumbrava em sua produção um importante instrumento de política externa (Paula, 2017).

Posição essa, garantida pela institucionalização do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, juntamente ao dólar, como moeda de referência internacional. Assim, a ordem geopolítica que se estabelece durante a Guerra Fria é marcada pela articulação entre corporações transnacionais e instituições supra-estatais, responsáveis pela difusão de um modelo capitalista concentrador e liberalizante (Freitas, 2013).

### 3.2.1 A soja nos EUA e a consolidação do grupo ABCD

Ainda que o primeiro registro de cultivo da soja na América do Norte remeta a 1765 (Hymowitz, 1990), foi somente no século 19 que seu potencial se consolidou, a partir das experiências conduzidas pela Estação experimental agrícola da Rutgers College, em Nova Jersey (Werner; Newton, 2005). Para que houvesse engajamento no cultivo, porém, foi necessária a participação de diferentes atores, notoriamente o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) ao distribuir sementes entre produtores e pesquisadores. Até os anos de 1930 a entrada da soja na rotação do plantio se restringia ao aumento da produtividade de milho tendo em vista sua capacidade de fixação de nitrogênio e sua destinação para forragem.

Enquanto isso, na Europa floresciam descobertas sobre novas aplicações do grão esmagado, o que ia desde óleo comestível e substituto de manteiga até lubrificante, tinta, sabão e explosivos. Para a manufatura, a Manchúria se mantinha como principal fornecedor de óleo de soja (Du Bois, 2018).

Em paralelo, *traders* de grãos estabeleciam uma importante infraestrutura de processamento, que logo seria facilmente convertida para a soja, enquanto uma tendência de fusão entre empresas propiciava a concentração do ramo. Se destacando a Archer-Daniels-Midland (ADM), que foi fundada em 1902 em Minneapolis e no ano de 1910 já era maior produtora mundial de óleo de linhaça. Na década seguinte passou a usar a mesma estrutura para processar soja enquanto premiava sua dissipação entre agricultores e no ano de 1949 adentrou também na produção de farinha de soja, óleo comestível e margarina (ADM, 2024a; Norberg; Deutsch, 2023).

Para abarcar uma real transformação, os anos de 1930 devem ser focados, quando foram encontradas formas de atingir maior produtividade, além do farelo sojeiro se mostrar uma base barata e rica em proteína para a ração animal. Agora, com a liderança dos EUA no desenvolvimento de novas aplicações, criou-se um ambiente propício para a instituição de tarifas protetivas contra a importação da soja e seus derivados. Começaram a ser constituídos os elos de uma ampla cadeia de *commodity* e no ano de 1935 metade da soja estadunidense já era esmagada, se tornando o líder mundial em 1970 com processamento de 70% do produzido (Norberg; Deutsch, 2023).

Deve ser considerado também o papel das empresas na modelagem deste setor. Em 1929 a Cargill foi responsável por estabelecer o padrão *Free on Board* (FOB) de comércio

internacional da soja — que incorpora os preços de financiamento e envio da carga na venda, assegurando assim, uma alta barreira de entrada no mercado (Norberg; Deutsch, 2023). Essa empresa também possuía centenas de moinhos e elevadores e foi pioneira no transporte através do rio Mississippi, além da aquisição de portos e indústrias esmagadoras de grão e da incorporação de produtoras de ração. Nos anos 1940 já construía barcas e possuía o Porto Cargill no rio Minnesota. Na mesma década incorporou companhias do setor de ração animal (Cargill, 2024c; Cunha, 2020; Norberg; Deutsch, 2023).

Já a Bunge compôs o setor dos grãos nos EUA em 1935, acoplando-se a um terminal ferroviário de Minneapolis. Fundada em 1818, em Amsterdã, Países Baixos, no intuito de comercializar produtos das colônias holandesas, firmou parceria com o alemão Georges Born em 1884 para se expandir ao ramo dos grãos. Em 1918 se estabeleceu na América do Norte e em 1943 se tornou a Bunge Corporation (Bunge, 2024a; Cunha, 2020). Também devemos citar outra empresa de origem europeia, fundada em 1852 por Léopold Louis-Dreyfus. Até o início do século XX esteve expandindo-se internacionalmente com o comércio de grãos, para que então se consolidasse nas Américas com a exportação de oleaginosas. Mas é após a Segunda Guerra Mundial que se nota uma presença realmente global da Louis Dreyfus Company (LDC), sacramentada em inúmeros novos escritórios (Cunha, 2020, LDC, 2024a).

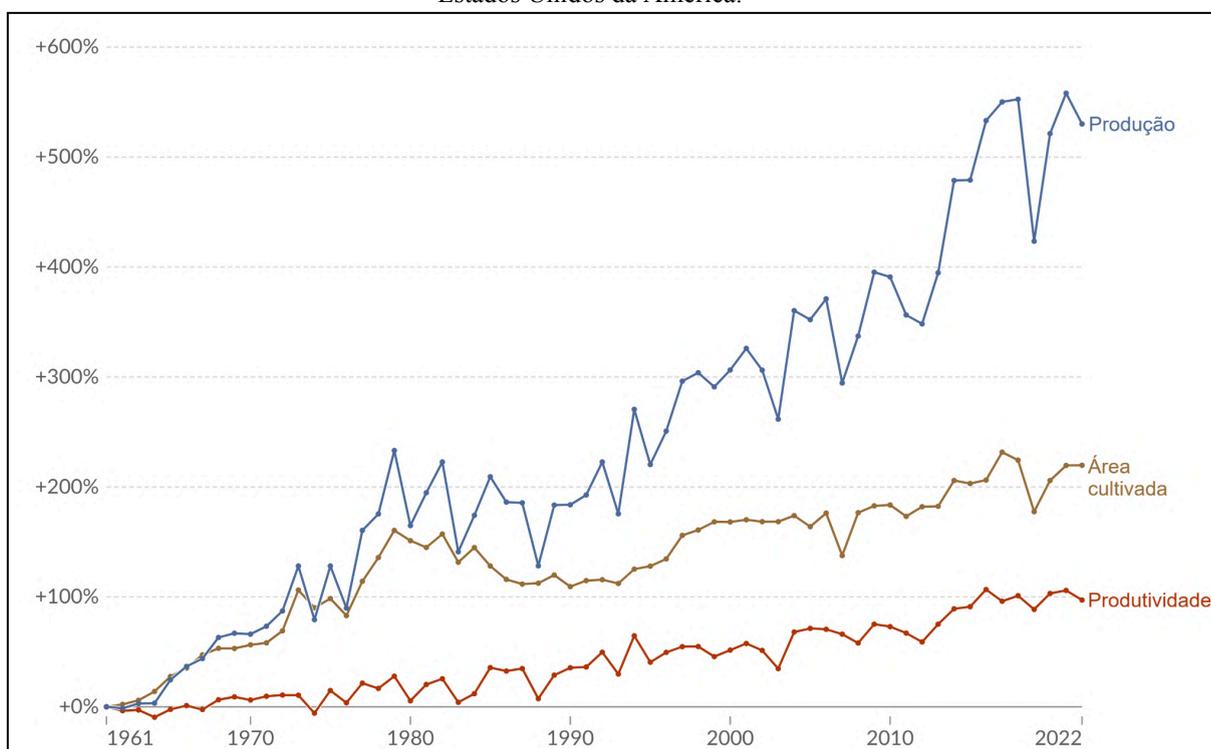
Então o que se confirma, além dos incentivos aos produtores e a aquisição de infraestrutura orientada para exportação, é a entrada desses *traders* na criação animal, gestão de propriedades agrícolas e atuação do setor de finanças, com cada vez maior participação na economia internacional (Norberg; Deutsch, 2023). Bem como, se estabeleceu a integração de tais ETNs às instituições norte-americanas e seus alinhamentos geopolíticos.

A exportação de óleos baratos expandiu e as *commodities*, em geral, passaram a ser comercializadas na chicaguense CBOT, com os contratos futuros da soja estabelecidos em 1937. Mas parafraseando o presidente do Soybean Nutritional Consil, foi a guerra que trouxe à soja sua grande oportunidade (Kishlar, 1944, p. 2 *apud* Norberg; Deutsch, 2023). Esse momento intensificou certa tendência, que já advinha da expansão de escritórios dos *traders* na Europa. A demanda emergencial pela alimentação com o grão concretizou suas rotas de venda ali, para posteriormente serem direcionadas às dietas animais. No contexto de recuperação pós-guerra a carne atingiu um alto *status* de abundância e prosperidade, então sua produção barata se tornou uma prioridade política. Interagindo assim com o

comportamento da American Soybean Association (ASA), que passou a ser direcionado para altas de exportação sojícola e entrada em novos mercados — como base da cadeia de produção de carne. Foi então a expansão da soja, desde os anos 40, que propiciou todo um processo de “*meatfication*” das refeições (Norberg; Deutsch, 2023, p. 149).

Nascia assim o modelo sojeiro estadunidense: baseado em práticas intensivas em capital e na constante superação tecnológica, alcançou-se um aumento de produtividade nunca antes visto (gráfico 6). A partir da adição de fertilizantes petroquímicos que superam os constrangimentos ecológicos e do uso de técnicas que necessitam de cada vez menos mão-de-obra, a atividade se industrializou. Inserida, assim, em uma longa cadeia fornecedora de insumos: sementes comerciais, herbicidas, pesticidas, adubos sintéticos, além do maquinário e dos sistemas de irrigação. O produto agrícola se torna, da mesma forma, um *output* especializado. Integrado em um sistema agroalimentar padronizado, que se utiliza de novas ferramentas de mensuração em vias de reduzir os custos de transação (Norberg; Deutsch, 2023).

Gráfico 6 - Transformação relativa entre 1961 e 2022 em produção, área cultivada e rendimento da soja nos Estados Unidos da América.



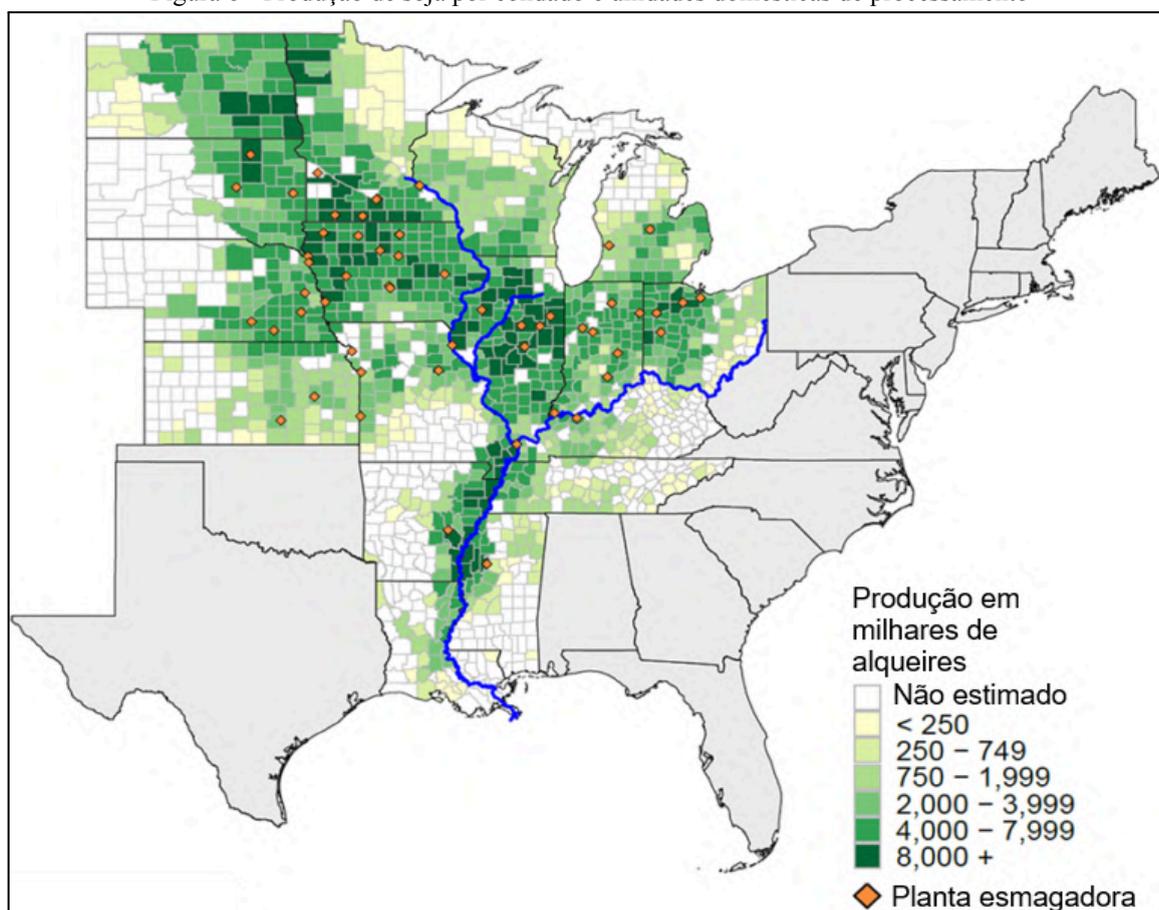
Fonte: Processado em Our World in Data (2024), a partir de FAO (2023).

No primeiro avanço sobre o cinturão do milho, entre as décadas de 1950 e 1970, a soja vinha sendo incorporada complementarmente às culturas anteriores, e tirando proveito

da infra-estrutura correspondente. Mas logo em seguida, se tornou o grão principal da rotação. Posteriormente houve uma ampla especialização granal, visando os ganhos de escala, já que a soja se adaptou muito bem ao meio-oeste americano, devido à baixa quantidade de mão-de-obra disponível e à capacidade dos fazendeiros em absorver as inovações (Roth, 2018).

Todavia, conforme o cultivo se expandia para o sul, ficou claro que o pacote tecnológico da soja deu privilégio competitivo para as grandes propriedades e reproduziu uma dinâmica de extinção de postos de trabalho. Conseqüentemente, agravando o êxodo rural e a concentração da terra. O que se vê na figura 6 é a manutenção do padrão espacial das áreas de maior produção de soja nos EUA e a proximidade com unidades de processamento, além da centralidade do Mississippi para o escoamento da produção via Golfo do México, abarcando mais de 60% da saída do grão (Denicoff; Prater; Bahizi, 2014). O rio e seus afluentes conectam considerável parte da produção graneira aos maiores mercados de exportação (USDA, 2024g).

Figura 6 - Produção de soja por condado e unidades domésticas de processamento



Fonte: Traduzido pelo autor, a partir de Flores e Janzen (2023).

Deve ser considerado, então, a capacidade logística que as ETNs construíram, ao integrar múltiplas dimensões. Mesmo que desde o início do século XX o grupo ABCD já controlasse a maior parte dos fluxos de oleaginosas, foi nos anos 1940 que se intensificaram as atividades *downstream* à comercialização. Nessa década Bunge e Cargill lançaram a tendência de adquirir portos e terminais férreos. Nos anos 1970 as corporações intensificaram os investimentos de estruturas locais para exportação, o que fez parte de uma intensa onda de fusões e aquisições globais. Essa integração horizontal espalhou seus poderes, incrementando as economias de escala e diversificando riscos (Norberg; Deutsch, 2023).

Todavia, Baraibar Norberg e Lisa Deutsch (2023) realçam que o esmagamento foi o primeiro setor correlato a ser controlado pelas ETNs. Desde 1973, Cargill e ADM alternavam como primeiros colocados no ramo. Em meados dos anos 1980 a Bunge possuía 15 plantas de esmagamento e oito refinarias de óleo, quando adquiriu mais quatro plantas fora do país e se tornou a líder mundial absoluta. A expansão para a industrialização, cabe dizer, cobriu um interregno próximo à comercialização final, onde tais empresas se estabeleceram através de conhecidas marcas. A venda de óleo foi capitaneada até os anos 1970 pelos EUA, quando novos competidores entraram no mercado. Que desde os anos 1990 é dominado pela Argentina.

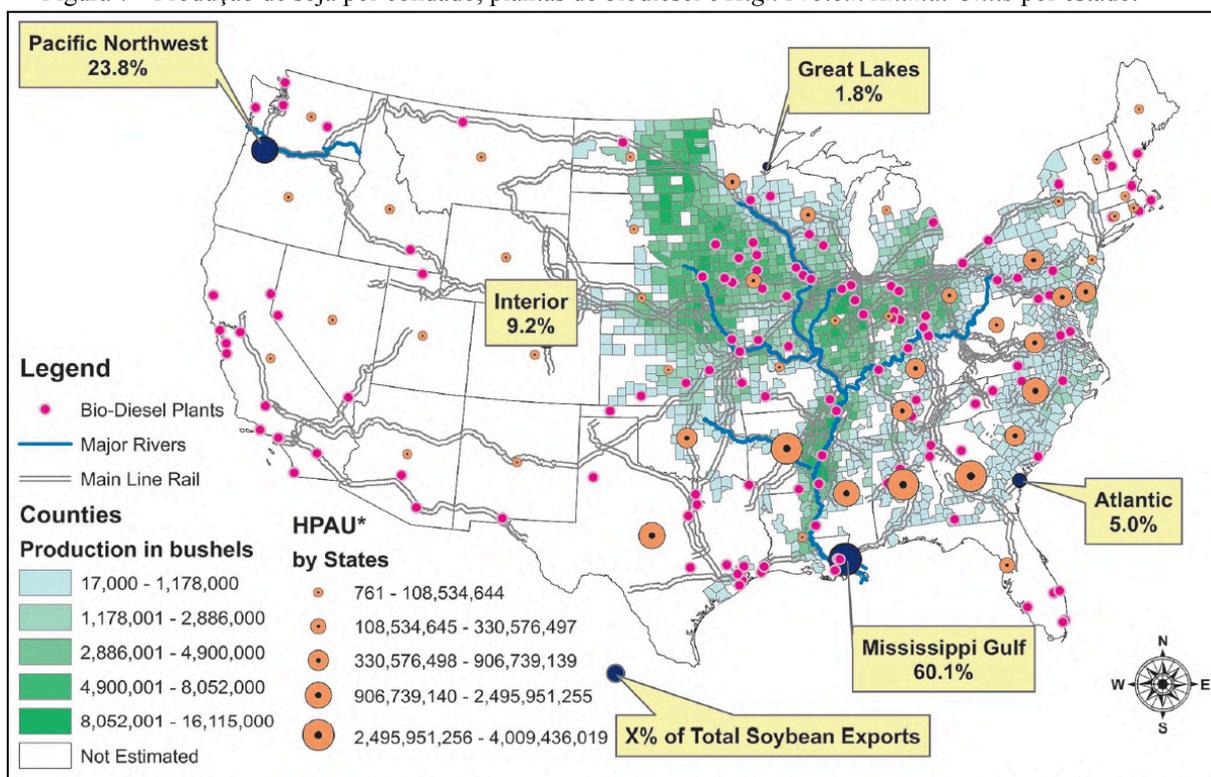
No entanto, deve-se considerar que uma unidade de soja produz 18% de óleo e 80% de farelo. Graças às abundantes quantidades de tal bioproduto, o mesmo foi submetido a uma série de experimentos públicos e privados, até que se encontrasse um destino devidamente lucrativo: a ração animal. Atualmente, o *soymeal* possui 40% de proteína e graças ao seu baixo custo se tornou o principal ingrediente da indústria da carne (Norberg; Deutsch, 2023). Se calcula que 80% do grão de soja é destinado para ração e, virtualmente, a sua totalidade alimenta criações (FAOSTAT, 2024)

Como vem sendo argumentado, a construção do *US Soy-Meat Complex* foi consequência da necessidade de que seu preço se mantivesse sem grandes subsídios governamentais. Como solução, buscou-se destinar o excedente para uma demanda além-mar. Norberg e Deutsch (2023) apontam para um acordo tácito, que liberava o fluxo de soja e derivados para a Europa, desde que seus produtores de trigo também pudessem exportar abertamente.

Em confluência, o grupo ABCD teve um importante papel, de direcionar a criação de animais para a especialização em sistemas intensivos, e os técnicos do ASA prestavam

auxílio no espraioamento global do uso do bolo de proteína. Nesse sentido, Bunge, ADM e Cargill já controlavam o setor de esmagamento e nas décadas seguintes, através de aquisições de outras empresas passaram a dominar também o elo da ração para criações. Para que se tenha ideia, no ano de 2004 a Cargill possuía 163 plantas de nutrição animal, presentes em 22 diferentes países (Norberg; Deutsch, 2023). Na figura 7 percebe-se a importante confluência entre as regiões de produção de soja, a rede logística e as *High Protein Animal Units* (HPAU)<sup>11</sup> nos EUA.

Figura 7 - Produção de soja por condado, plantas de biodiesel e *High Protein Animal Units* por estado.



Fonte: Denicoff, Prater e Bahizi (2014, p.6) com base em Grain Inspection/AMS Grain Transportation Report (USDA, 2013).

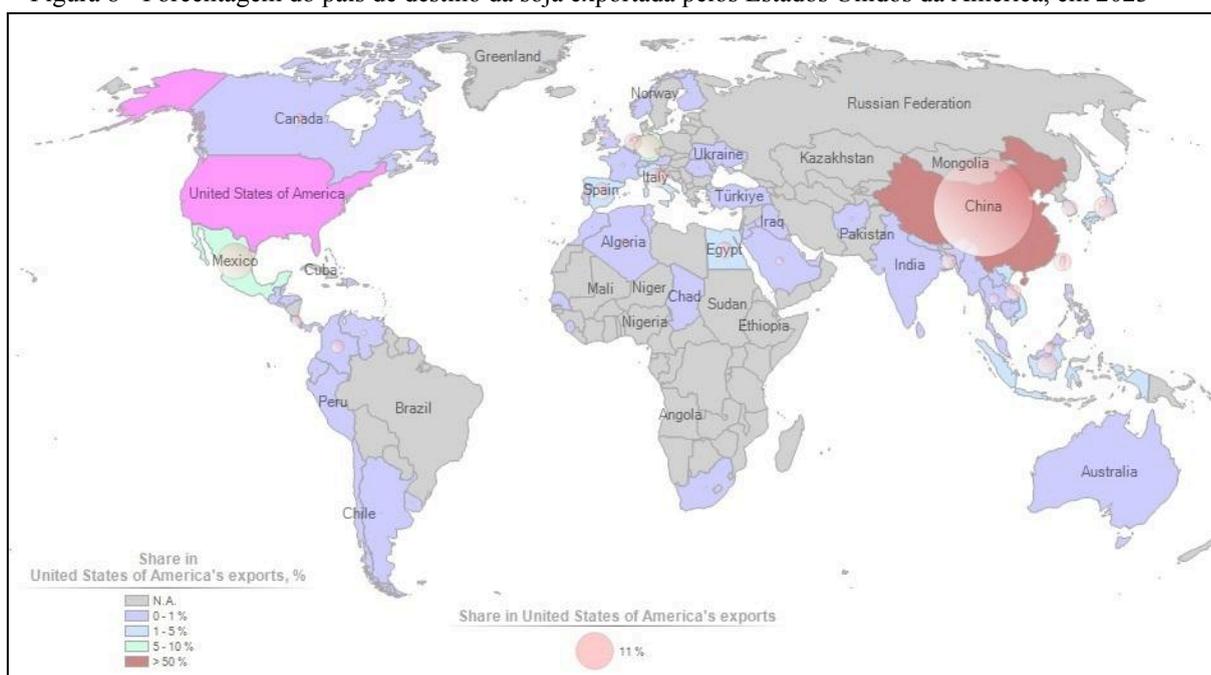
Finalmente, deve-se dizer que houve um importante incremento de operações a montante, dando às ETNs um caráter de *financial trading*. Notoriamente a partir do ambiente de desregulação dos anos de 1990, percebe-se um forte aporte de fundos de investimento e pensões, que convertem seus ativos para o mercado de *commodities* através de tais empresas. O que atinge outro patamar quando se avalia o acesso que as *traders* têm aos mais distintos elos e setores. Ou seja, devido à privilegiada posição de controle e

<sup>11</sup>Visando a comparação entre diferentes criações, a USDA formulou um padrão de medida que possui como referência a pecuária leiteira. Assim, é calculado o consumo alimentar, dessa mesma unidade, incorporado pelas espécies (Capehart, 2013).

coordenação dos mercados, há uma importante vantagem informacional sobre as tendências futuras, e até mesmo, elas podem influenciar substancialmente seus movimentos. O que, por sua vez está estreitamente ligado ao movimento de financeirização de produtos agrícolas, que os converte em derivativos de mercados de câmbio futuro, distanciando-os do seu ambiente biofísico e eclipsando suas relações produtivas sob complexas cadeias de valor (Clapp, 2015).

Na atualidade, os EUA se mantêm como um importante ator na cadeia da soja, sediando grande parte das atividades de maior valor agregado, além do grande peso de sua produção agrária. O que se nota é um histórico de mútuo benefício entre o eixo geopolítico alinhado aos EUA e as ETNs que interagem estreitamente com tais Estados. Todavia, o último ciclo de regime agroalimentar apresentou várias transformações nas dinâmicas dos atores. Ao que podemos citar, a alta demanda de soja por parte da China (figura 8) e até mesmo a abrupta entrada de suas ETNEs no mercado em questão.

Figura 8 - Porcentagem do país de destino da soja exportada pelos Estados Unidos da América, em 2023



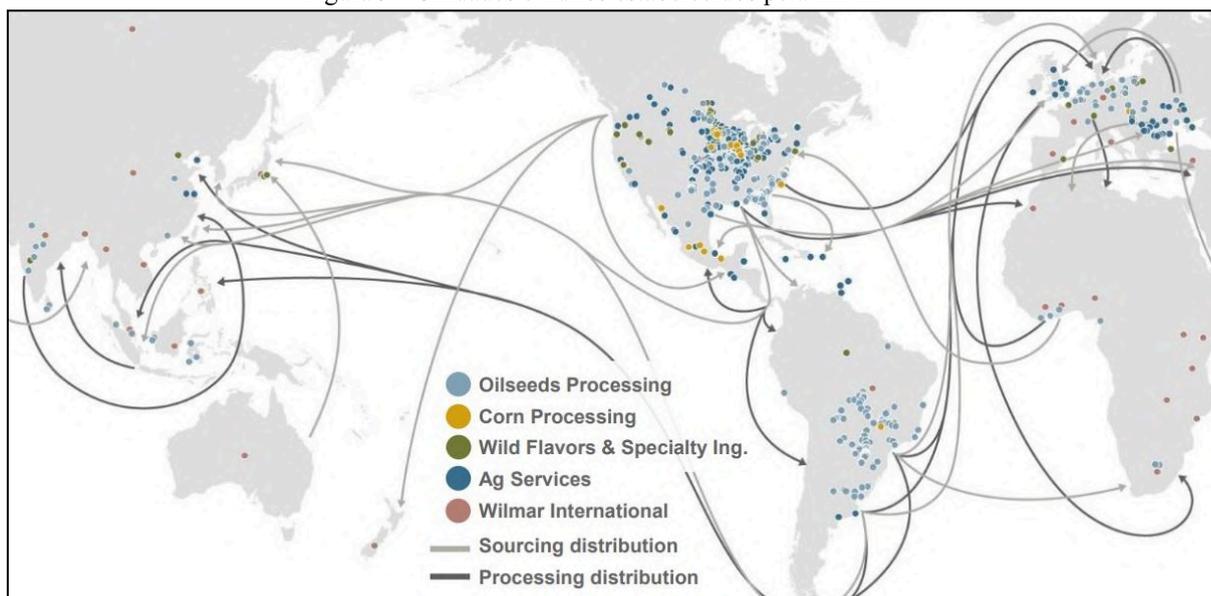
Fonte: Produzido em International Trade Centre (ITC, 2024b), a partir de dados de UNCTAD e WTO.

Por hora, o trecho a seguir procura fazer uma breve explanação sobre a atual situação das empresas citadas, a partir das informações disponibilizadas e o posicionamento das suas unidades. Para que assim se possa avaliar as principais predisposições contemporâneas.

A comercializadora de grãos e processadora de comidas Archer-Daniels-Midland Company (ADM) está baseada em Chicago. É a 117ª empresa de maior receita do globo, segundo a lista *Fortune 500* (Fortune, 2024a). Conforme relatório apresentado pela secretaria do senado estadunidense, no ano de 2023 ela doou em forma *lobby* USD\$195.212 mil para seus representantes políticos (LDA, 2024) e no site da ADM (2024d) indica-se que até o segundo trimestre de 2024 haviam sido entregues 249.800 mil dólares. No último ano fechado foi apresentado USD\$6.2 bilhões em lucro de operação, o segundo mais alto da sua história. Para as vendas feitas pelas subsidiárias dos sete principais países, os Estados Unidos foi o lugar de maior lucro, 38,783 milhões de dólares em 2023. O Brasil ficou em quarto, atrás da Suíça e das Ilhas Cayman com USD\$3,361 mi. Quanto aos ativos de longa-duração, os EUA correspondem a USD\$6,660 mi e Brasil a USD\$874.00 mil. A comercialização dos grãos de soja corresponderam a 18% do total de lucros da empresa e a de farelos 13% (ADM, 2024a).

Nos relatórios disponibilizados ao público-alvo acionista, são representadas as unidades da empresa (figura 9). Também chama atenção a indicação de que os principais locais de oferta de produtos do seu portfólio são as América e Europa e a demanda está concentrada na África, bem como China e Índia. Existem 29 centros de inovação na América do Norte, e cinco ao Sul. Na África e Eurásia existem 20, na Ásia do pácífico, sete (ADM, 2021).

Figura 9 - Unidades e fluxos estabelecidos pela ADM



Fonte: ADM (2016 *apud* SSD, 2017).

Quanto à presença no setor das oleaginosas, o país com maior número de unidades é os EUA, tanto as 50 de processamento quanto as 234 de estoque e distribuição. Em segundo lugar está o Brasil, com 17 e 37, respectivamente. No total, as instalações de processamento estão em 15 países e os locais de aquisição estão em 23, com números bem inferiores aos dois principais citados. Mundialmente, são 400 postos de aquisição e armazenamento, 42 de esmagamento de oleaginosas e 109 de processamento. Além dos 42 portos gerenciados, três embarcações oceânicas, 1800 barcas fluviais e 10000 vagões ferroviários. Quanto à capacidade, são 20 milhões de toneladas (mi/ton) de estoque diário e 41 mi/ton de processamento anual (ADM, 2022).

Já a Bunge Global SA é uma *holding company*, cujas operações são conduzidas através de subsidiárias (Bunge, 2023a). Posição 230 na classificação global (Fortune, 2024b), a empresa é líder mundial no processamento de grãos e oleaginosas, sendo que mais de 80% de suas receitas advêm da soja e seus derivados. (Pittelkow, 2023). Com cerca de 23 mil funcionários, para além de 300 unidades e presente em mais de 40 países (Bunge, 2024a). Sediada em St. Louis, Missouri, Estados Unidos, possui por volta de 100 postos no Brasil. No site da empresa estão indicados os endereços de 40 unidades nos EUA e oito na China (Bunge, 2024c). Também possui marcante presença nos setores de óleos de cozinha e biocombustíveis, farinhas e proteínas vegetais destinadas tanto a humanos quanto criações pecuárias (Bunge, 2024b).

Fundada em 1818, em Amsterdã, no ano 1884 estabelece a sede na Argentina e em 1905 passa a operar no Brasil também. Sendo que em 1997 adquire a brasileira Ceval Alimentos, se tornando a maior processadora de soja desse país. Em 2001 transfere a sede para os EUA, abre capital na bolsa de Nova Iorque e assume uma estratégia de expansão para a Ásia. No ano seguinte tornou-se a maior processadora do mundo e maior fornecedora de óleo para consumidores a partir da aquisição da francesa Cereol. A primeira planta de processamento de soja inaugurada na China foi em 2005 (Bunge, 2024). Além disso, há o recente movimento de aprovação da incorporação da Viterra à Bunge no âmbito do estratégico mercado brasileiro, sendo necessário, no entanto, o aval de agências de demais países para que o mesmo processo ocorra globalmente (Gottens, 2024).

Conforme o último *Annual report* disponível, o ano de 2023 fechou com ganhos<sup>12</sup> de USD\$3.333 milhões, um crescimento de USD\$1,002 mi em comparação ao anterior. Correspondendo a um resultado líquido de USD\$2,243 mi. O arquivo também faz uma

---

<sup>12</sup>Lucro operacional, antes dos juros e tributos, em inglês *Earnings Before Interest and Taxes* (EBIT).

vasta apresentação da empresa e seu posicionamento no mercado, indica seus serviços, apontando alguns dos seus principais produtos e marcas. São contabilizados os financiamentos para produtores brasileiros e são indicadas parcelas de ações em revendedores, com destaque para empresas de agronegócio desse país. Além disso, há uma análise do impacto do desaceleramento econômico, tanto do Brasil quanto da China, no final do ano de 2023 e se realça a preocupação com as disputas tarifárias entre China e EUA. Há atenção para possíveis consequências na volatilidade de preços e mudanças da área de plantio. Também existem os relatórios de sustentabilidade, disponíveis desde a safra 2020/21. O documento 2022/23 indica a existência de onze unidades agroindustriais no Brasil, além da capacidade de moagem de 32.4 mi/ton da empresa (Bunge, 2023b).

Outras fontes de informação também indicam a forte integração com os EUA, nas atividades de esmagamento e exportação. O Brasil se destaca ainda quanto à presença na rede de originação, processamento e logística (Fonte: Bunge, 2023, p. 14). No Brasil, são apontados dois *hubs* globais de inovação e quatro *hubs* regionais de inovação. Nos EUA há um polo de cada tipo. Na Europa são seis regionais e um global, enquanto que na ásia existem dois de cada (Bunge, 2024). A seguir, a representação geral de seu impacto:

Figura 10 - Operações da Bunge: presença em países e unidades



Fonte: Bunge, 2018, p. 8-9.

Outra importante transnacional do ramo da comercialização e distribuição de *commodities* agrícolas é a Cargill, Incorporated. Ela também atua na produção de ração animal, de ingredientes para ultraprocessados e de óleos industriais. Além do mais, possui um importante braço de serviços financeiros, focado na administração de ativos dos

mercados de *commodity*. Devido ao capital fechado, há menos informações sobre seus ativos. Tanto é que na figura 11 está o máximo de geolocalização disponibilizada pela empresa. Por outras fontes, nota-se sua presença em 70 países, empregando 160 mil funcionários, mas que prevê uma redução de 5% do seu quadro diante dos resultados financeiros do último ano (InfoMoney, 2024). Dentre o seu *staff*, 31% está na América do Norte e 21% na América Latina, 15% estão na Europa, Oriente Médio e África, enquanto que a Ásia Pacífica está com 33% (Cargill, 2024a.) No ano de 2023 suas receitas atingiram um recorde de US\$ 177 bilhões, 7% a mais que em 2022 (Cargill, 2024a; Forbes, 2023a). Enquanto que no último ano fiscal apresentou um lucro de apenas US\$ 160 bi, o que vem demandando uma reestruturação interna (InfoMoney, 2024).

Figura 11 - Países com a presença da Cargill em 2020



Fonte: Cargill (2020, n.p.).

É a maior empresa de capital fechado existente, sendo que 90% das suas ações são mantidas sob controle de uma mesma família (Forbes, 2023a). Nesse sentido, quando avaliados os seus relatórios, nota-se uma diminuta disponibilidade de informações econômicas se comparado às demais empresas. É baixa a presença de dados quantitativos, e as estratégias de seu posicionamento em diferentes países não são mencionadas (Cargill, 2023a). Deve-se levar em conta o caráter privado do capital da empresa. Tal questão está expressa na mensagem da página *Credit and financial information* em seu site: “Como

companhia de capital fechado, nossas informações financeiras são compartilhadas exclusivamente com instituições autorizadas” (Cargill, 2023b, n.p., tradução nossa).<sup>13</sup>

Com sede em Minnetonka, Minnesota, EUA, foi fundada em 1865 após a guerra civil do país. No Brasil, se estabeleceu nos anos de 1940, quando foram abertos seus primeiros silos de grãos. Na mesma década a empresa entrou no mercado de processamento de soja. Já nos anos 1960 a empresa sofreu uma dramática expansão para novos mercados como a China (Cargill, 2024c). Atualmente, opera globalmente através de quatro escritórios regionais, que coordenam 46 escritórios de venda e representação. Também existem onze laboratórios de estudos, dois centros de inovação e 46 locais de produção (Cargill, 2023a). 33% do seu pessoal está empregado na Ásia e no Pacífico, 31% está na América do Norte e 21% na Latina, enquanto que Europa, Oriente Médio e África correspondem, juntos, a 15% (Cargill, 2023c).

Recentemente se percebe um esforço em alinhar sua imagem aos compromissos com os objetivos do desenvolvimento sustentável do milênio estabelecidos pela agenda da ONU, cristalizado em seu relatório de *Environmental, Social, and Governance* (Cargill, 2024b). Enquanto que no arquivo *Soja da América do Sul: Relatório de Sustentabilidade* (Cargill, 2021) trata-se das políticas implementadas na empresa acerca do seu impacto ambiental no Brasil e na Argentina. Quanto à cadeia de fornecimento nessa região, são 135 armazéns, nove plantas de processamento, 14 portos e 26 escritórios (Cargill, 2023a).

A última *trader* abordada é a Louis Dreyfus Company (LDC), que além do transporte internacional, está envolvida em diversas outras áreas, incluindo agricultura, armazenamento, processamento, distribuição de alimentos e finanças. Pode ser identificada como uma *besloten vennootschap*, companhia típica neerlandesa, em que as ações são privadas e intransferíveis. Atualmente está baseada em Rotterdam, Países Baixos e é subsidiária do fundo emiradense *Abu Dhabi Developmental Holding Company PJSC*, desde 2020. Em 2023, a LDC demonstrou vendas líquidas totais de US\$50,6 bilhões, embora tenha visto uma diminuição em relação aos US\$59,9 bilhões do ano anterior. Em termos de volume transportado, a companhia enviou 80 mi/ton em 2023, uma leve queda em comparação aos 83 mi/ton de 2022 (LDC, 2024c).

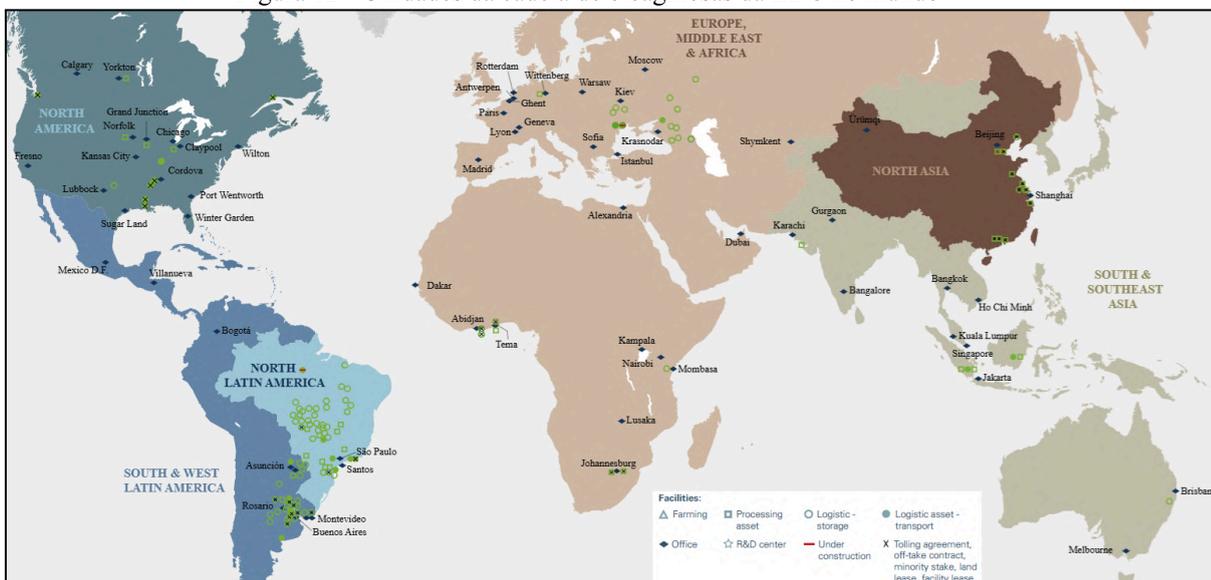
Conforme pode ser vislumbrado na figura 12, a LDC está presente em 180 localidades, em mais de 100 países e emprega cerca de 18.000 pessoas. Desde o final do

---

<sup>13</sup>“As a privately held company, we make financial information available only to authorized institutions(Cargill, 2023b, n.p.).

século XIX, a empresa já havia se estabelecido nos Estados Unidos e no Brasil. Após a Segunda Guerra Mundial, a LDC diversificou seus produtos e expandiu suas operações em larga escala, consolidando sua presença no Brasil durante a década de 1990 com a construção de novas instalações em diversos ramos de atividade (LDC, 2024a).

Figura 12 - Unidades da cadeia de oleaginosas da LDC no mundo



Fonte: adaptado de LDC, 2020; 2022, p. 12.

### 3.2.2 Regime agroalimentar corporativo: continuidades e rupturas

Para o caso estudado, é importante notar a posição das *trading companies* já começara a ser consolidado no início do século XX, quando as quatro se tornaram controladoras da maior fatia de comércio de grãos e óleos derivados (Norberg; Deutsch, 2023). Aqui, é argumentado que o grupo ABCD se estabeleceu em consonância ao movimento de projeção de poder dos países hegemônicos no sistema agroalimentar.

Visto a construção de um poderoso aparato tecno-informacional, empresas puderam se estabelecer em longas e complexas cadeias de *commodities* (Gereffi *et al.*, 1994), e no percebido às mencionadas, são variadas estratégias de integração. Elas se consolidam verticalmente, ao financeirizar suas movimentações e investir em infraestrutura para exportação, além de se aproximar do consumo final através do beneficiamento de alimento e criação animal, bem como processamento de biocombustíveis. Mas também horizontalmente, ao adquirir empresas menores de estoque e transporte, além da diversificação de riscos em vários negócios (Norberg; Deutsch, 2023).

Retomando alguns dos argumentos já propostos, Charles-Albert Michalet (1984) interpela o papel de companhias transnacionais na produção e circulação de ativos, que viabilizam a reprodução de relações capitalistas em escala global. De sorte que suas cadeias de valor estão presentes em  $\frac{1}{3}$  das transações executadas internacionalmente (UNCTAD, 2013a). Para Michalet (1984), as disparidades regulatórias e o desenvolvimento desigual entre regiões são instrumentalizados por tais empresas no intuito de maximizar seus ganhos.

Ao que se pode inserir no contexto apresentado por Erik Swyngedouw (2004): de transformações técnico-informacionais que intensificaram o fluxo de mercadorias, e de desregulamentação do mercado financeiro pós-Bretton Woods. Não se podendo obliterar os arranjos institucionais vitais para o funcionamento das conexões econômicas, culturais e sociais — cujo Estado-nação mantém centralidade. O que Chossudovsky (1999) sublinha, aqui, é o caráter geopolítico das transformações estruturais enfrentadas pelos Estados desse período. Visto a intensificação de disparidades econômicas no bojo da automatização produtiva e da redistribuição internacional do trabalho promovida entre as décadas de 1980 e 1990 (Ferreira, 2012).

Para o caso estudado, enfoca-se que a ampliação da atuação das ETNs gerou a replicação de tecnologias no ramo das sementes, fertilizantes, herbicidas e implementos em outras áreas do planeta (Goodman; Redclift, 1991), integrando um sistema agroindustrial complexo que expande-se por meio de suas estruturas para diversas economias. Tal momento histórico denota então a entrada de países, como o Brasil, que utilizaram de oportunidades emergentes para aplicar o pacote tecnológico da Revolução Verde<sup>14</sup> e alçar-se a um posto entre os principais competidores (Paula, 2017). Essa terceira etapa dos regimes agroalimentares é caracterizada por um salto em liberalização das economias e industrialização do campo, aguçando a oligopolização de cadeias comerciais extensas e padronizadas, além da Revolução Genética dos cultivos (McMichael, 2009).

Para Daniel Santos Kosinski e Ticiane de Oliveira Alvares (2022, p. 219) intensifica-se a concentração de importantes elos da cadeia agroalimentar entre seletos grupos de ETNs. No ramo da tecnologias de produção 55% das sementes são fornecidas

---

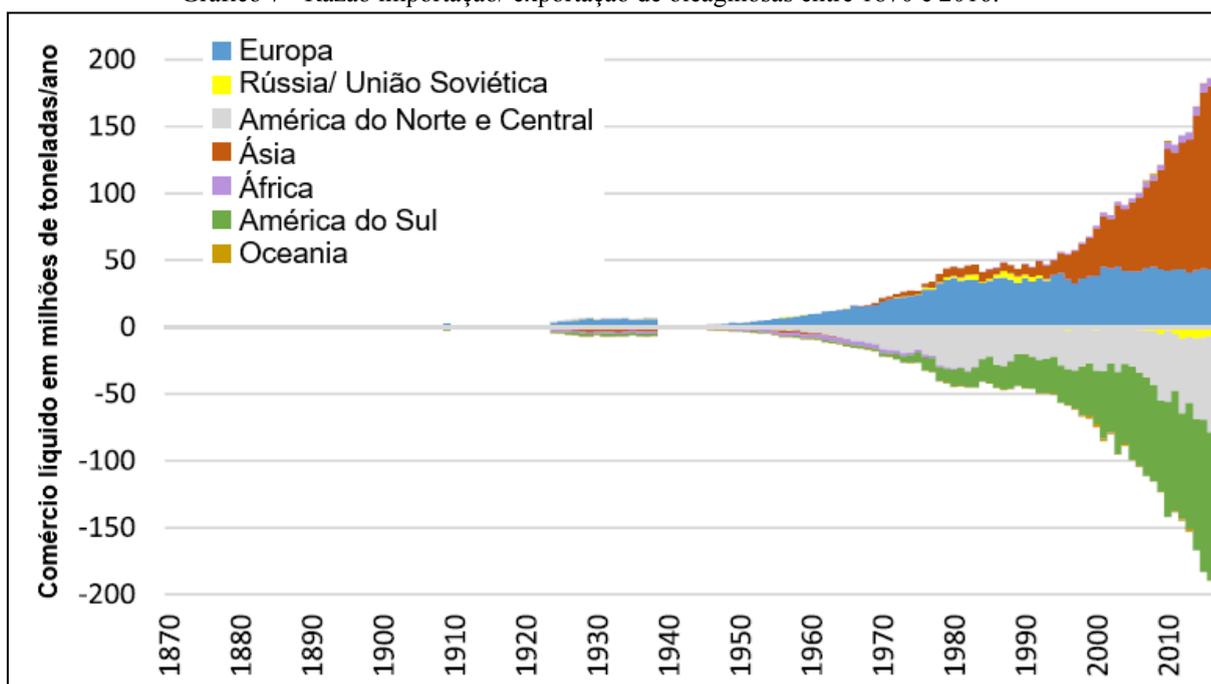
<sup>14</sup>Em oposição às revoluções vermelha e branca, ocorridas respectivamente na URSS e no Irão, o diretor da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), William Gaud, anunciou em 1968 uma revolução produtivista na técnica agrícola (Coelho, 2014). Em geral, visando frear as mobilizações sociais que reivindicavam melhorias no acesso à terra e alimentos, foi produzida uma modernização conservadora (Moore, 1975), que alterava as condições de manejo do plantio (Novaes, 2017) mas que mantinha a estrutura regente, firmada por desigualdade e exclusão (Moore, 1975).

por Monsanto, DuPont e Syngenta. 76% dos pesticidas e herbicidas são produzidos por Bayer, Basf e Dow Chemical. Em conformidade, traz-se o caso da cadeia global de *commodity* da soja. Visto a concentração, de 75% do ramo do grão, da jusante (insumos e produção) à montante (distribuição e comercialização), entre as gigantes agroquímica-biotecnológicas (Clapp, 2015.).

Inclusive, para McMichael (2009), estaríamos atravessando o regime corporativo/neoliberal, visto a dominação de todo setor alimentar por parte de grandes agentes privados. Para Krausmann, Langthaler (2019) já não há um centro estatal claro, como nos regimes anteriores, muito embora a agenda de desregulamentação da Organização Mundial do Comércio tenha se tornado referência aos países. Nesse sentido, os tratados internacionais que a baseia são fruto da inserção de novos países no mercado global através da agricultura, da consolidação do agronegócio, e da imposição dos interesses das ETNs. Muito embora, McMichael (2009) sublinhe a preservação de protecionismo agrícola em países industrializados através de medidas indiretas, superando o modelo de subsídio explícito até então corrente.

Há também notórias mudanças nos fluxos, visível no crescimento do comércio internacional de oleaginosas e carne a partir dos anos 1990. Com contínuo crescimento anual superior a 5% para os grãos (gráfico 7). Como será visto adiante, um importante polo de transformação nos fluxos está na China. Por hora, vale notar que, enquanto América do Sul, África e países provenientes da extinta União Soviética intensificam a expansão das fronteiras agrícolas, EUA e Europa testemunham recuo na área plantada (Krausmann; Langthaler, 2019). Qualitativamente, o vertiginoso crescimento na produção após o ano de 2002, é incentivado também pela adoção em larga escala de OGMs e inserção de insumos químicos e maquinários. O que, por sua vez, visou atender ao aumento do consumo de energia *per capita* e o processo de industrialização de economias emergentes (*Ibid.*). Em geral se percebe o agravamento das desvantagens dos países do Sul Global, em benefício de grandes empresas agroindustriais e países industrializados sede (McMichael, 2009).

Gráfico 7 - Razão importação/ exportação de oleaginosas entre 1870 e 2016.



Fonte: Traduzido e adaptado de Krausmann; Langthaler (2019, p. 3)

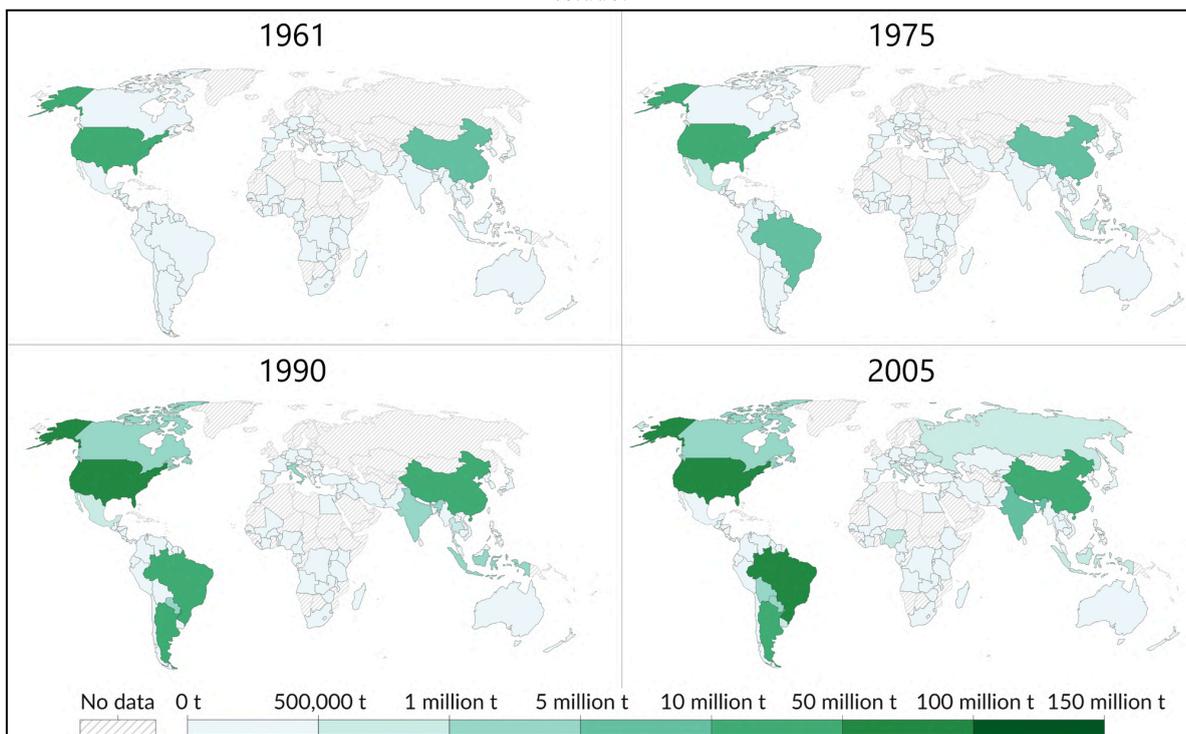
O que, por sua vez, desembocou em um cenário de outro nível no início dos anos 2000, quando se notou o controle de 70% do comércio global de milho e trigo nas mãos do grupo ABCD. Enquanto, como visto, este controlava 80% do comércio mundial da soja (Clapp, 2015). Ainda mais notório é o papel destas na América do Sul, já que moem metade do grão e executam 85% das exportações (Bethlem; Lima; Lima, 2023).

Se deve notar que tamanha oligopolização foi constituída através da ingerência de tais agentes. Ao que podemos citar alguns momentos-chave, como o estabelecimento do padrão de comércio internacional da soja por parte da Cargill — que assegura a barreira de entrada para novos competidores (Norberg; Deutsch, 2023). Essa empresa também foi pioneira na aquisição de portos e indústrias esmagadoras de grão, além da incorporação de produtoras de ração, enquanto a Bunge foi a primeira a se expandir para o ramo do plantio e a ADM estreou a produção de farinha de soja e óleo comestível (*Ibid.*).

Muito embora argumente-se acerca da transição para uma nova fase no sistema agroalimentar, ainda se mantém a forte produção estadunidense e as estreitas relações entre certas ETNs com um conjunto de países — o que era ainda mais notório na entrada do século XXI. No mais, a centralização dos preços da soja e derivados na CBOT, reafirma o poder de influência monetária e logística dos EUA (Bethlem; Lima; Lima, 2023). Entretanto, também é necessária que seja estudada a crescente participação do Brasil

dentro desta complexa dinâmica (figura 13). Mas principalmente a emergência da China no cenário contemporâneo, em conluio às ETNs de sua esfera de influência. Como veremos, um contraponto capaz de desestabilizar o oligopólio até então consolidado, principalmente quando considerado o caso da estatal COFCO.

Figura 13 - Produção de grãos de soja (em milhões de toneladas) por país, em anos significativos para o estudo.



Fonte: Processado em Our World in Data (2024), a partir de FAO (2023).

### 3.3 DA PARTICIPAÇÃO PERIFÉRICA CHINESA À INTEGRAÇÃO ESTRATÉGICA DE SEUS ATORES

Ao esquadrihar-se a datação que engloba as primeiras fases dos regimes agroalimentares globais aqui expostos, se percebe, em paralelo, os cenários adversos vivenciados pela China. Durante o modelo colonial-exportador a integração chinesa foi limitada e específica. O que foi marcado pelo envio de alguns produtos para as metrópoles industriais, como chá e especiarias, se intensificou através da abertura forçada dos portos e a conseqüente entrada de trigo e ópio. Todavia, a alimentação autossuficiente, através da produção agrícola de pequenas propriedades e descentralizada se manteve.

No momento seguinte, houveram outras questões que a apartaram do desenvolvimento da estrutura política e institucional internacional. Após a Revolução Comunista de 1949, a agricultura foi reorganizada em torno de comunas coletivas,

intensificando o isolamento em relação aos mercados globais. Somado a isso, a trajetória sociotécnica do país separou-se dos demais devido à pressões externas e embargos econômicos.

Já a partir das reformas de 1970 e a possibilidade de entrada de capital estrangeiro, ela modificou-se não só a si, mas o mundo (Ding; Meng, 2018). Na década seguinte, presenciou o espraiamento de tecnologias inspiradas na Revolução Verde, além da contínua integração ao sistema agroalimentar, participando de CGVs através da exportação de vegetais e peixes e a importação de soja e carne.

A partir de David Harvey (2003) pode-se dizer que reemergência da China também esteve ligada ao processo de *offshoring* produtivo, atendendo à necessidade de acumulação em novos espaços e condições sociais. Nesse sentido, alianças entre autoridades chinesas e investidores externos influenciaram decisivamente o *upgrade* industrial do país (Fares, 2024). Sua contribuição com trabalho, capital, bens e ativos impactou massivamente os negócios globais e seu desenvolvimento foi capaz de ditar de forma decisiva diversas economias. A disponibilidade abundante de bens industrializados refletiu na diminuição do preço de bens manufaturados, enquanto houve efeito inverso com as *commodities*, graças à forte demanda (Dicken, 2011).

Atualmente, se testemunha uma transformação de outro nível, para além do crescimento via exportações de baixo custo, a China adentra em um movimento de capitalização externa e produção de artigos tecnológicos de ponta (Ding; Meng, 2018). O que é acompanhado de uma rápida ampliação científica, refletido no alto número de registro em novas patentes, o segundo maior no mundo quando contabilizado o período 1981–2008 (Dicken, 2011). A China se estabelece então, como pólo comercial e maior economia mundial, quando adotado o critério de Paridade de Poder de Compra (Leite; Mota; Nascimento, 2020).

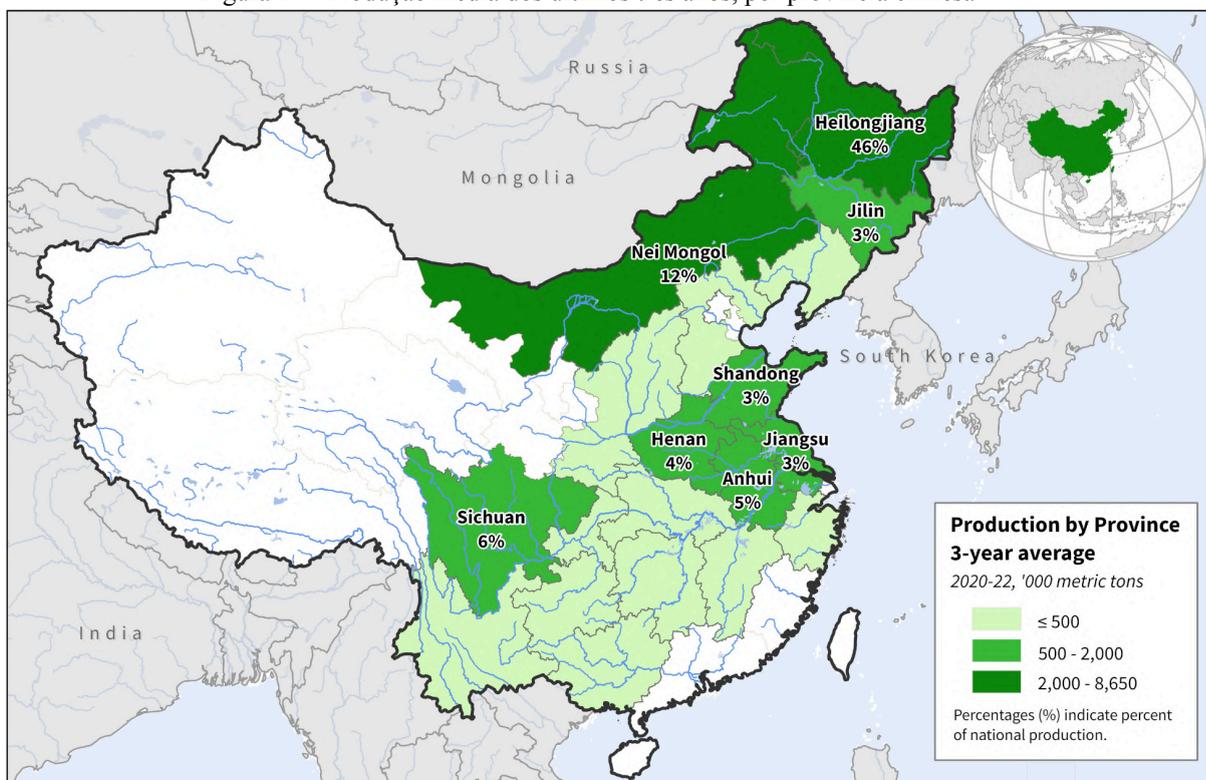
Todavia, há necessidades materiais para que tal pujança econômica seja atendida. Por consequência, o país vem moldando sua política externa na busca por recursos. John Wilkinson, Valdemar Wesz Jr. e Anna Lopane (2016) pontuam que a alta demanda por comida e matéria-prima vêm impondo soluções para além do mercado, sendo marcante a estratégia *going global* através de parcerias público-privadas. Por intermédio de uma postura que identificada como neomercantilista por certos autores, sublinha-se o papel estatal no planejamento da estratégia de crescimento e na garantia do acesso a elementos-chave (McNally, 2013; Wesz; Escher; Fares, 2021). O que se vê no setor

alimentar é uma combinação entre proteção do mercado interno e internacionalização de empresas estatais (Belesky; Lawrence, 2019; McMichael, 2020). Tal discussão será aprofundada a seguir, tentando compreender o papel chave da China no reordenamento do regime alimentar contemporâneo, a partir da sua contribuição à CGV da soja.

### 3.3.1 O ressurgimento da China e a internacionalização da COFCO

Muito embora o primeiro regime alimentar mundial tenha surgido somente nos anos de 1870, as raízes do cultivo da soja remetem à sua domesticação na civilização nascida às margens do Rio Amarelo. Um sistema de cultivo intensivo já vinha se consolidando 200 anos antes da Era Comum no norte da China. Suas aplicações se concentravam no tempero alimentar, adubo para plantio e nutrição dos porcos (Norberg; Deutsch, 2023). De forma que no milênio posterior houve o estabelecimento de uma complementaridade comercial com o arroz advindo do sul, em uma distribuição geográfica que se reproduz em grande parte até os dias atuais (figura 14).

Figura 14 - Produção média dos últimos três anos, por província chinesa



Fonte: Produzido por USDA (2024g), com base no National Bureau of Statistics of China (2022).

Ao longo do tempo o nordeste chinês se tornou um fornecedor internacional de soja, seja para produção de comida e bolo fertilizante no Japão, ou óleo e gordura para Europa e EUA. Porém, no contexto da alta disputa inter-imperial na segunda metade do século XIX, a China foi perdendo o controle sobre esse território. Na sequência das Guerras do Ópio e dos Tratados Desiguais que impuseram a abertura do mercado sínico aos atores externos, a Grã Bretanha estabeleceu a Chinese Maritime Customs Service (CMCS) em 1854, tornando o porto de Niu-chwang a espinha dorsal do comércio costeiro. Possibilitando assim, a participação de grandes *traders* inglesas no principal *hub* de comércio de soja do globo, como a Jardine & Matheson Steamship Co. e a Butterfield & Swire (Norberg; Deutsch, 2023).

Fraturada por rebeliões, a fraqueza chinesa também despertou a cobiça do império territorial czarista, que logrou avançar sobre a região *manchu* em 1858. Na sequência, o estado-fantoches Manchukuo foi estabelecido pelo Japão, após a invasão de 1894 — visando mitigar a dependência alimentar nipônica para com terras estrangeiras. No entanto, uma aliança sino-russa foi estabelecida, em troca da concessão da Chinese Eastern Railway (CER), que conectaria a transiberiana ao Porto Arthur (atual Lüshun). O que, por sua vez, foi respondido pela Grã-Bretanha e pelo Japão. A vitória deste último na guerra russo-japonesa consolidou seu controle na região sul da dita Manchúria, e consequentemente, o monopólio do escoamento da soja (Du Bois, 2018).

O domínio da rede ferroviária da região ficou ao auspício da South Manchurian Railway (SMR), que para Norberg e Deutsch (2023, p. 124) é a mais importante Empresa Transnacional japonesa que já existiu, não só no transporte da soja, mas também pela integração em setores de energia e serviços. Dessa forma, a localidade em disputa se viu dividida nas zonas de influência de duas companhias e suas respectivas redes de logística: a CER ao norte e a SMR ao sul.

Tendo em conta o transporte de carregamentos com soja para a Bretanha e os EUA através da firma japonesa Mitsui Bussan Kaisha, nesse momento o grão entra em uma nova fase: de *commodity* global. A situação da Manchúria, todavia, seria radicalmente transformada com a desintegração do império nipônico no pós-guerra e a forma que executou sua retirada da região, destruindo toda sua infraestrutura de transporte e processamento sojeiro (Norberg; Deutsch, 2023).

Como pode ser percebido, na temática soja, a China possui um papel incontornável, não só de berço da cultura, mas tendo-a como base de uma dieta milenar majoritariamente

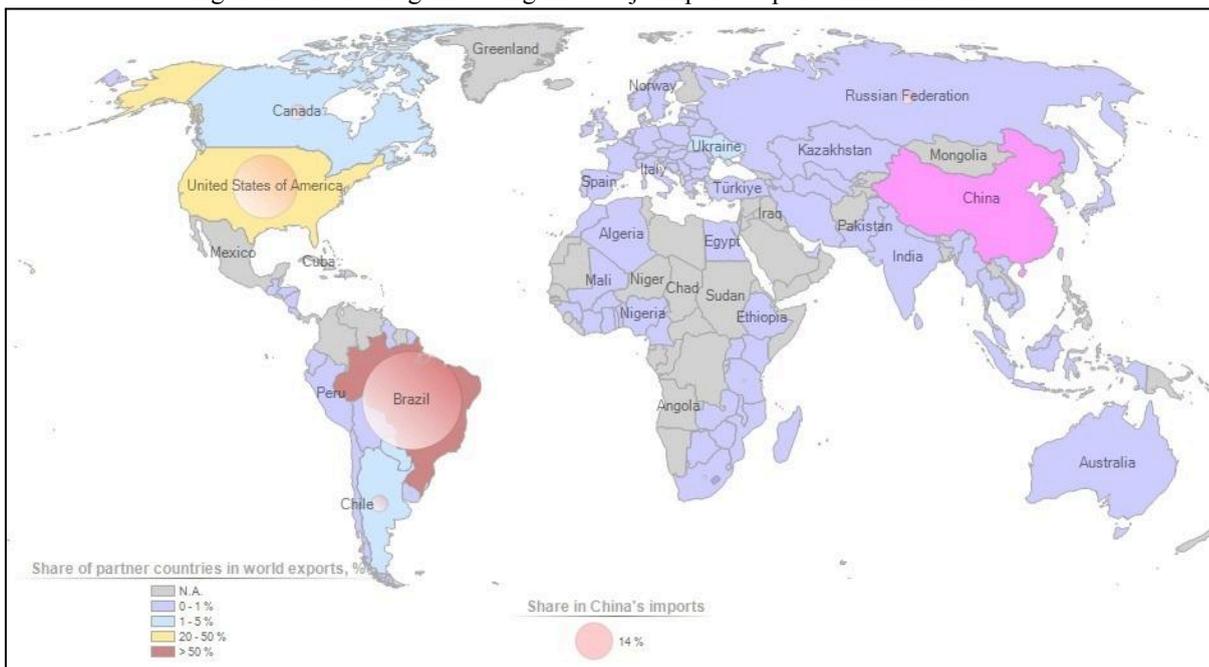
vegetariana. Entretanto, comparado aos ganhos de produtividade alcançados no Ocidente durante o século XX, os resultados chineses se mantiveram estagnados por um longo período. Muito embora o território nordeste tenha retornado à sua possessão após a Segunda Guerra Mundial, toda a logística da produção, beneficiamento e transporte estava arrasada.

Economicamente, a demanda externa se via atrofiada, tanto pela perda do mercado japonês, quanto pela ampla adoção dos fertilizantes químicos e consequente abandono do bolo de soja como insumo no plantio. Sem contar o enfoque dado a outros grãos, pelo PCCh sob o governo de Mao Zedong. Um cenário que começou a tomar outro rumo em 1976, com a morte do líder e a transição para um governo com maior atenção para seu potencial na cadeia agroalimentar.

A integração na cadeia global da soja, no entanto, correspondeu primariamente aos interesses de ETNs do agronegócio (Yan *et al.*, 2016). Considerando a hegemonia neoliberal norte-americana corrente, o grupo ABCD contou com as influências multi e bilateral no esforço de liberalização do grão (Fares, 2024). E a partir de 1995 o governo chinês central reduziu as tarifas de importação do grão de 114% para 3%. Tal processo, culminaria na membresia da Organização Mundial de Comércio no ano de 2001, consolidando tal cifra também para os derivados e eliminando quaisquer quotas de importação (Yan *et al.*, 2016).

Hoje, se pode notar uma proeminência do grão no *rol* de aquisições agrícolas transnacionais — que corresponde a 30%, seguido da carne de rês, com 9% (Good, 2019). Enquanto a produção doméstica, livre de OGMs, é direcionada ao consumo direto de sua população (Norberg; Deutsch, 2023). Ou seja, a China assumiu o papel de importante compradora do grão: 63% do mercado mundial, majoritariamente advindo de Brasil e EUA (figura 15).

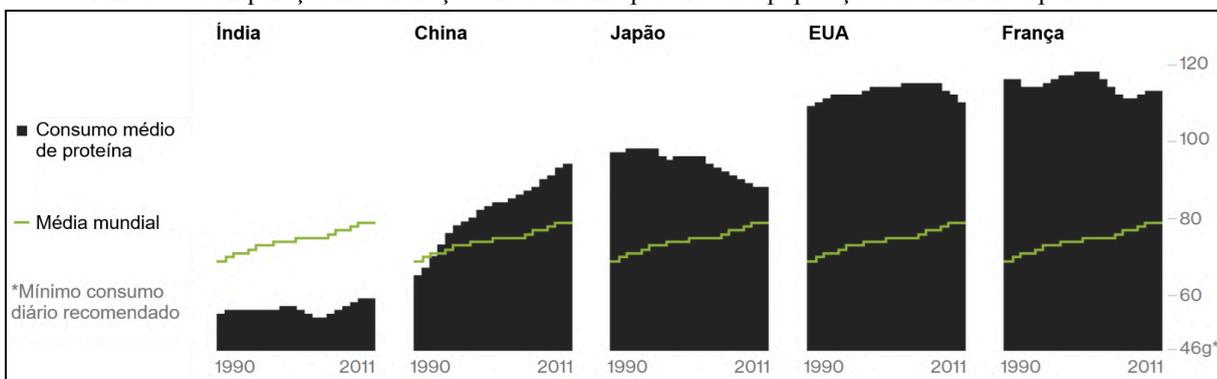
Figura 15 - Porcentagem da origem da soja importada pela China em 2023



Fonte: Produzido em International Trade Centre (ITC, 2024b), a partir de dados de UNCTAD e WTO.

Tal demanda é justificada pelo fato de que a sociedade chinesa vem encarando um rápido crescimento no consumo de carne *per capita* (gráfico 8), fruto não só da urbanização, mas também das décadas de *lobbying* das companhias transnacionais para adotar a soja como ração animal. Inserida no *soy-meat complex*, hoje a China é o país maior produtor de carne (Norberg; Deutsch, 2023). Por outro lado, a oleaginosa necessita vir do comércio exterior devido ao estabelecimento de uma política de segurança alimentar, em que os três grãos estratégicos (arroz, trigo e milho) devem ser fornecidos, em no mínimo, 95% via cultivo interno. Alinha-se tal discurso ao desafio 9-21, de alimentar 21% da população mundial com apenas 9% da área agrícola disponível (Schneider, 2014).

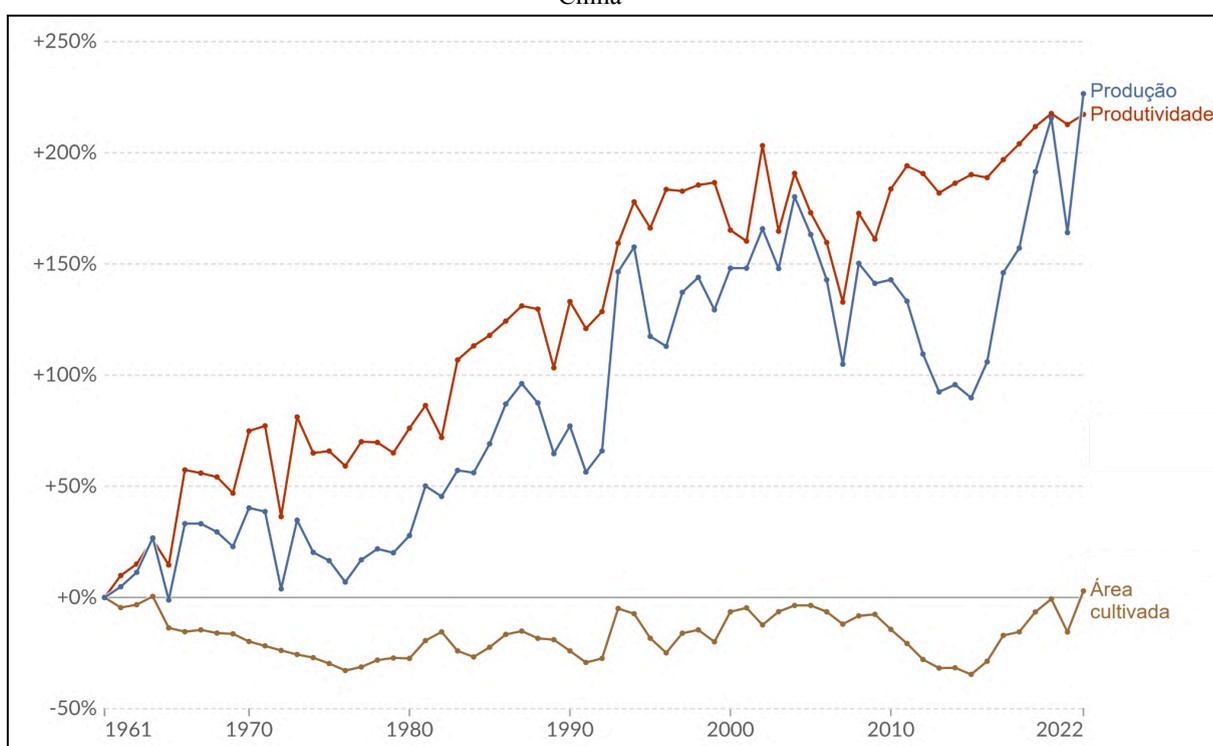
Gráfico 8 - Comparação nas alterações no consumo proteico das populações de diferentes países



Fonte: Traduzido e adaptado de Bloomberg (2017, n.p.), produzido com base em dados da FAO (2012)

Ou seja, como pode ser percebido a seguir (gráfico 9) não há uma forte propensão de dedicação da área destinada para o cultivo da soja. Assim, as influências externas, que variam das mais hostis, no caso dos EUA, às minimamente dúbias, como o Brasil, geram preocupações geoestratégicas (Chaves *et al.*, 2005). Principalmente ao considerar as disputas tarifárias entrincheiradas contra o polo hegemônico desde 2018<sup>15</sup> (Gale; Valdes; Ash, 2018). Políticas recentes do PCCh estabeleceram três anos para diminuir a dependência externa de fornecimento do farelo de soja nas rações (ASAG, 2024; MARA, 2024b) com expectativas de atingir uma redução de 6.8 mi/ton (ChinaFeed, 2023; GACC, 2024).

Gráfico 9 - Transformação relativa entre 1961 e 2022 em produção, área cultivada e rendimento da soja na China



Fonte: Processado em Our World in Data (2024), a partir de FAO (2023).

Tal movimento, porém, está contextualizado em um mercado em expansão, e uma região que deve se atentar ao impacto das flutuações produtivas devido à presença de

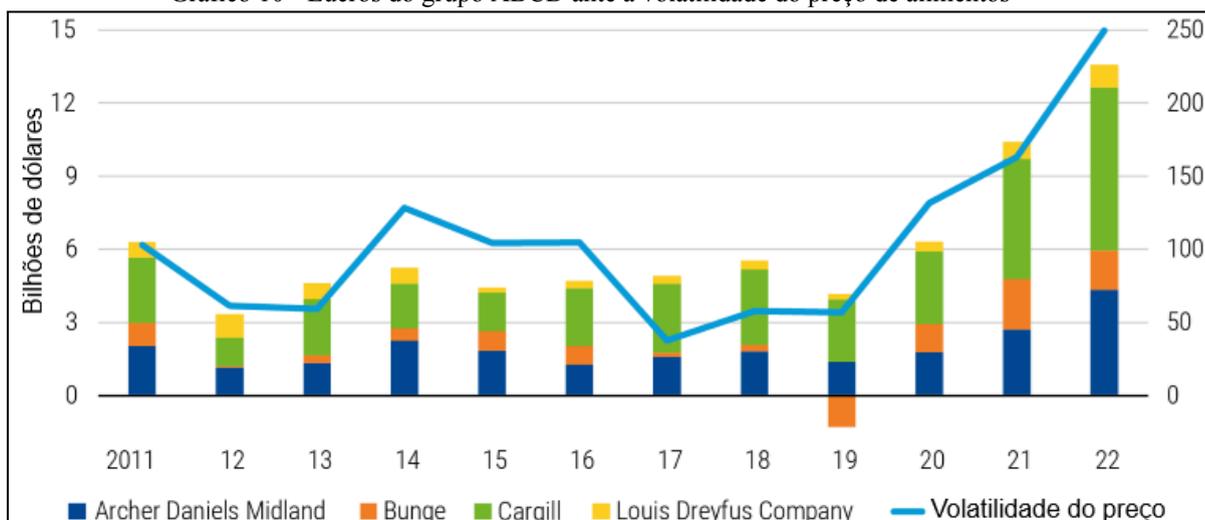
<sup>15</sup>Apesar do contínuo crescimento de exportações, variações de outro grau foram testemunhadas no bojo da guerra comercial entre EUA e China: no ano de 2018 o Brasil atingiu o teto de daturamento com exportação de soja. Quando, em resposta às taxações estadunidenses, a tarifa sobre seu grão atingiu 25% (Wesz; Escher; Fares, 2021). O que foi revertido posteriormente: no dia 26 de setembro de 2024 o painel de *Market access condition* sobre a soja do ITC (2024a) apresentou requerimentos iguais para Brasil e EUA em taxa de 3% e 167 procedimentos regulamentares. Como registro, ficaram as duas medidas de defesa comercial exclusiva contra os Estados Unidos que incluem a soja em grão, uma de 2018 e outra de 2020, indicando a oscilação tarifária.

monções (Chaves *et al.*, 2005). De forma que, para vislumbrar tendências atuais podemos arregimentar outros fatores chave, como o inédito registro de 17 variedades de soja transgênica liberadas para testes em solo chinês (USDA, 2024e; 2024f) e a capacidade de países africanos a atender sua demanda no futuro, visto o clima semelhante ao brasileiro e a capacidade a se adaptarem às suas tecnologias de plantio de soja (Burns, 2024).

Outro ponto extremamente significativo sobre o reposicionamento chinês como potência alimentar e de sua transformação na estratégia de inserção global é a reestruturação da China Oil and Foodstuffs Corporation (COFCO), que passou a operar internacionalmente nos anos 1990 e hoje capta mais da metade de seu lucro de atividades além-mar (COFCO, 2024b; Norberg; Deutsch, 2023). Portanto, se firma como uma empresa estatal, importante rede de logística global, cujo núcleo é o comércio de grãos e outros produtos agrícolas. Suas operações também se espalham pelos setores alimentício, financeiro e imobiliário (COFCO, 2024b). Com base em Chao Yang District, Beijing (COFCO, 2024d), foi fundada em 1949 para exercer monopólio da importação e exportação de *commodities*-chave (Cunha, 2020). Se mantém como líder agroindustrial do país (COFCO, 2024b), alimentando  $\frac{1}{4}$  da população mundial (Cunha, 2020). É número 106 no *Fortune global 500* (Fortune, 2024c).

Em concomitância, há a consolidação de todo um complexo agroindustrial interno, em que as operações de processamento de comida e ração animal ficam a cargo das *Dragon Head Enterprises* (DHEs), coordenadas pelo governo através de incentivos creditícios e subsidiários. Enquanto que exteriormente são projetadas grandes empresas estatais, apoiadas financeiramente por fundos soberanos, e que se inserem em mercados, até então oligopolizados, através de fusões e aquisições (Leite; Mota; Nascimento, 2020; Wesz; Escher; Fares, 2021). Tal estratégia está centralizada na State-Owned Assets Supervision and Administration Commission (SASAC), que dá suporte e supervisão à transnacionais como COFCO, Sinograin, China National Agricultural Development Group (CNADC) e ChemChina (Zhang, 2018). Essa postura também surge como resposta a um cenário de sucessivas crises econômicas e oscilação nos preços de alimentos, além da desconfiança para com grupos oligopólicos, que se utilizam de tais situações para aumentar sua receita (Wesz; Escher; Fares, 2021), tal qual ilustrado:

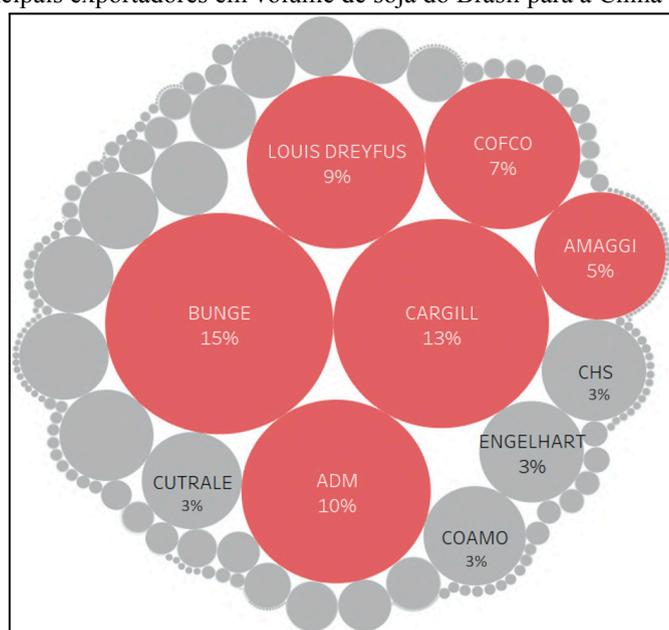
Gráfico 10 - Lucros do grupo ABCD ante a volatilidade do preço de alimentos



Fonte: Traduzido do cálculo da UNCTAD (2021, n.p.), com base no FAO Real Food Price Index.

De forma que os únicos atores capazes de desestabilizar o oligopólio ABCD advém da esfera Chinesa. Vide tratado no gráfico 11, no ano de 2014 a transnacional COFCO adquiriu as estabelecidas firmas Noble Agri e Nidera, o que a colocou de pronto na quinta posição das transações do Brasil, já à frente da brasileira Amaggi (Lathuillière *et al.*, 2022). Entre os países do Cone Sul, atingiu o terceiro lugar em exportação de soja em 2018 (Kosinski; Alvares. 2022). A importância de tal empresa não cessa no lucro no comércio de *commodities*, também é vital para garantir o acesso chinês a recursos estratégicos e possibilitar sua exportação de capital excedente (Wilkinson; Escher; Garcia, 2022).

Gráfico 11 - Principais exportadores em volume de soja do Brasil para a China entre 2013 e 2017.



Fonte: Trase (2019, p. 2)

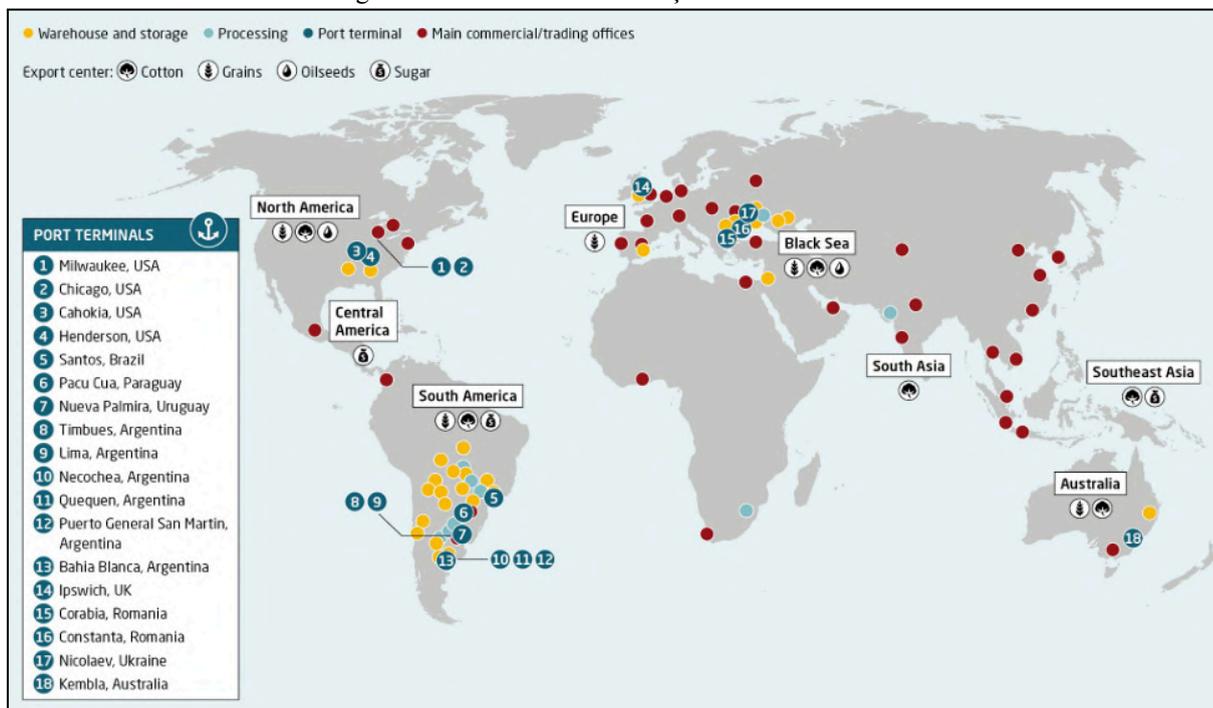
No mais, para McMichael (2020) a COFCO está posicionada para ampliar a efetividade de outros projetos chineses de integração, como a *Belt and Road Initiative* (BRI). Já a ChemChina é capaz de modificar qualitativamente as relações de poder nas indústrias de sementes e agroquímicos (McMichael, 2020). Nos seus movimentos recentes está a fusão com a Sinochem, a compra do grupo suíço Syngenta e a aquisição de parte da israelense Adama (Leite; Mota; Nascimento, 2020). Há também uma dinâmica que se retroalimenta, em que a COFCO provê fertilizantes próprios, além de sementes e agroquímicos de subsidiárias da ChemChina, em vias de estreitar laços diretamente com produtores locais através de permuta (Wesz; Escher; Fares, 2021).

Somado a isso, se nota a capacidade do mercado doméstico chinês em possibilitar ganhos de escala em direção à internacionalização das empresas, e o contínuo financiamento para consolidar as próprias empresas estatais. Nesse sentido, demais atores apontam certa agressividade na postura da COFCO ao adentrar novos mercados, aceitando valores mais altos na compra das *commodities* em vias de atender interesses que não financeiros (Wesz; Escher; Fares, 2021). Por exemplo, levando em conta as demais *traders* agrícolas, ainda que entre 2014 e 2019 a receita anual da COFCO tenha ficado somente atrás da Cargill, suas margens se mantiveram abaixo da média das concorrentes. Muito embora, há de se apontar que a empresa busca manter dinâmicas lucrativas que herdou das empresas incorporadas, como o acesso aos mercados brasileiro, europeu e asiático (*Ibd.*)

Segundo a COFCO International, *trader* com 51% das ações sob controle da COFCO, seus 11.799 empregados estão alocados em 36 diferentes países (figura 16), sua receita contabilizada está em US\$50.1bi e a movimentação de produtos anual foi de 121.7mi de toneladas de produtos (CIL, 2024). Dentre os relatórios e informes disponibilizados publicamente, é interessante notar que a companhia apresenta poucos dados sobre as estruturas interna à China, que pode ser tido como informação sensível. Quanto ao resto do globo, há um armazém e outra unidade de processamento na Ásia do Pacífico, e são três tanto armazéns quanto portos na América do Norte. Na área que cobre Europa, Oriente Médio e África estão duas unidades de processamento, 17 armazéns e quatro portos. Mas é a América Latina que se destaca, com 36 armazéns, oito unidades de processamento e oito portos. No Brasil, as atividades foram iniciadas em 1974 — atualmente, são 7.500 empregados, e unidades em 60 locais, o que corresponde a 40% dos negócios da firma (Fontes, 2024). Para a própria companhia, uma das suas maiores

realizações está na consolidação de um corredor que liga as regiões produtoras de grãos aos mercados asiáticos emergentes (COFCO, 2024b).

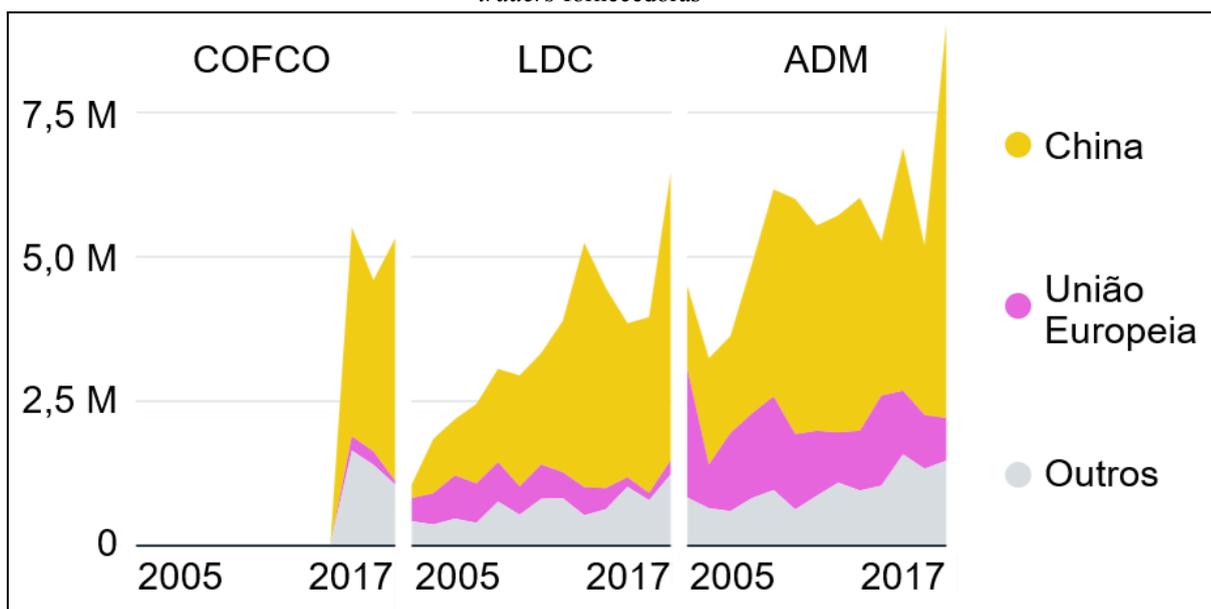
Figura 16 - Escritórios e instalações da COFCO



Fonte: COFCO, 2024.

É possível concluir que a estratégia chinesa funciona com um amálgama de elementos, tanto de continuidade quanto de ruptura com o regime alimentar vigente. Segundo Wesz, Escher e Fares (2021), o papel da COFCO não é um fim em si mesmo, mas um passo em direção a uma posição vantajosa para a China na disputa hegemônica vigente. Já para Belesky e Lawrence (2019), o regime agroalimentar contemporâneo é marcado por um momento de multipolaridade e transição (gráfico 12), o qual não se pode compreender sem contabilizar o papel neomercantilista Chinês. Que, por sua vez, está inserido em uma ampla dinâmica de estímulo a fluxos de comércio, de investimento e de tecnologia sentido Sul-Sul e/ou Leste-Sul. Entretanto, Wesz, Escher, Fares (2021) enfatizam que o futuro do sistema agroalimentar se assenta, notoriamente, nas disputas hegemônicas da presente conjuntura histórica.

Gráfico 12 - Crescimento (em milhões de toneladas) da demanda chinesa por soja e resposta das principais *traders* fornecedoras



Fonte: Adaptado de Trase (2018, p. 35).

#### 4 A INSERÇÃO BRASILEIRA NA CADEIA GLOBAL DE VALOR DA SOJA

O presente capítulo continua permeando as dinâmicas transestatais, mas agora debruça-se sobre a inserção brasileira na composição da CGV da soja. Nesse sentido, retomamos como a produção e exportação da soja está localizada em uma ampla e fragmentada cadeia, que tanto recebe quanto fornece insumos a nível global. Assim, nota-se a necessidade de identificar e avaliar a tônica dos processos baseados no Brasil. Paralelamente, são analisadas as mudanças ocorridas ao longo do tempo, no que tange à concentração de poder nessa CGV e como tal aspecto está condicionado às reestruturações de um Sistema Internacional dinâmico, competitivo e assimétrico.

Nesse sentido, busca-se apontar as relações geopolíticas entre os Estados-nação, esclarecendo o *modus operandi* das companhias transnacionais na consolidação de uma estrutura de produção e distribuição de soja que imprime influências à conformação espacial brasileira. Não são apagadas, todavia, as contradições e complexidades do processo, ressaltando marcos institucionais que conferem certo grau de autonomia à tal sociedade, e possibilitam a acumulação de capital e influência de alguns atores. Há um contraditório exemplo, o papel da EMBRAPA na elaboração de variedades que podem ser cultivadas em distintos biomas brasileiros. Sendo necessário relativizar a questão, visto a proeminência, da norte-americana Monsanto<sup>16</sup> e demais companhias forasteiras, que garantem a posição de dominação tecnológica e retenção de lucros da semente transgênica imune à defensivos agrícolas (Filomeno, 2012).

Será registrado que a incorporação do país no eixo global do trabalho está ligada à expansão de cultivares que atendem a uma longa cadeia produtiva, ao mesmo tempo em que se estabelece o *input* dependente de insumos importados. Na sequência, a maioria da soja é exportada em grão, sem agregação de valor, o que remete a uma reprodução simples de capital. De forma que a presença das ETNs em múltiplos elos da cadeia — desde o fornecimento de insumos e crédito até a infraestrutura de logística e comercialização — funciona como um oligopólio para com os preços de mercado (Søndergaard, 2018).

---

<sup>16</sup>A partir de pressões do governo dos EUA, o Brasil aceitou incorporar, nos anos 1990, parte das normativas sobre Propriedade Intelectual requeridas. Aqui se destaca a cobrança de *royalties* sobre o grão transgênico armazenado entre as safras (Filomeno, 2012). Atualmente, o prazo de cobrança da patente está vencido, e a detentora dos direitos, Bayer, está sendo processada pela Associação dos Produtores de Soja e Milho do estado de Mato Grosso para que ressarça os valores cobrados “indevidamente” (APROSOJA-MT, 2024, n.p.).

Essas constatações elevam-se a uma reflexão acerca da atuação das ETNs, como esta marginaliza atores locais, aprofunda a divisão internacional do trabalho e cristaliza desigualdades espaciais. Paralelamente, os custos socioambientais — como a degradação de biomas e a concentração fundiária — contrastam com a retenção privada de lucros, evidenciando um desequilíbrio estrutural. O que continua na discussão que fecha o capítulo, acerca da reprodução sociotécnica possibilitadora da relação entre os múltiplos agentes abordados.

#### 4.1 O QUINHÃO DO BRASIL NO SISTEMA AGROALIMENTAR CONTEMPORÂNEO

Como citado anteriormente, o pós-Segunda Guerra Mundial é marcado pela reorganização econômica e consequentes transformações espaciais no sistema agroalimentar. Tal movimento se dá através da internacionalização de capital, que transforma as dinâmicas alimentares rumo a complexificação agroindustrial (Friedmann; McMichael, 1989). A sequência de transformações técnicas que buscavam o controle científico-industrial da natureza marcam esse período. E a ampla replicação do modelo estadunidense de Revolução Verde gera uma visível descaracterização da agricultura local.

O que, no Brasil, se iniciou na década de 1950 com intensificação da intervenção estatal, aliada a corporações transnacionais e organismos internacionais, no intuito de consolidar a lógica de mercado no campo (Cardona *et al.*, 2016). Movimento esse, viabilizado pelo pacote tecnológico que utiliza insumos químicos, agrotóxicos e espécies de alto rendimento em um ambiente extremamente controlado. Ainda, busca-se mecanizar tais processos e aplicá-los em larga escala (Pereira; Alentejano; Frigotto, 2012). Notando-se o início da instalação do período técnico, como é chamado por Milton Santos (2020), correspondente à certa artificialização e mecanização do espaço. Além do crescimento de trocas entre os grupos e a intensificação da agregação à divisão internacional do trabalho, ainda que seus efeitos sejam limitados quando comparados ao estágio posterior.

Na América Latina, essa estruturação denota uma recomposição das forças latifundiárias, em conluio com o capital estrangeiro, por meio de ditaduras militares (Novaes, 2017). Nesse sentido, é marcante a aplicação do investimento externo no Brasil durante os governos militares (1964–1985), que veio a beneficiar as maiores agroindústrias

a se instalarem em novas regiões através de incentivos fiscais e creditícios (Severo; Anjos; Silva, 2020). Um movimento que foi acompanhado da falência de importante volume de empresas artesanais menores, sem competitividade correspondente. Giancarla Salamoni e Carmen Waskiewicz (2013) identificam aqui uma importante transformação qualitativa, visto que agricultores passaram a ser incluídos na cadeia industrial de forma dependente ao capital monopolista. Importante ainda traçar nos anos 1960 o início do cultivo da soja com fins comerciais. Havendo forte aceleração na década seguinte, graças ao contexto de dispersão de novas tecnologias a partir do incentivo político (Mello; Brum, 2019).

Em escala global, nos anos de 1970 há sintomas de uma crise na acumulação de capital (Novaes, 2017). É quando finda o afluxo de crédito para o Brasil, gerando um efeito cascata de quebra de negócios, êxodo rural e concentração de terras (Pretto, 2019). Por outro lado, há uma ofensiva em busca de rendimentos, resumida na pressão por abertura de mercados e reificação das relações sociais e dos processos produtivos (Novaes, 2017). “Ou seja, ocorrem alterações profundas, tanto no plano objetivo (econômico) da produção, bem como na reprodução das relações de classe, no plano subjetividade” (Novaes, 2017, p. 18). Esse momento corresponde à emergência do terceiro regime alimentar, que gerou uma série de transformações na relação entre o agronegócio e o Estado brasileiro no decorrer dos anos (Søndergaard, 2020).

Niels Søndergaard (2020) também realça o papel da EMBRAPA, instituto público de pesquisa fundado em 1972 e que foi responsável por elaborar grãos adaptados às regiões tropicais, para serem cultivados em larga escala. Por meio de parcerias público-privadas, a adaptação das sementes para vários climas e biomas, possibilitaria crescimento da produção sojeira, consolidada através do trabalho de extensão rural (Norberg; Deutsch, 2023). No seu nascimento, a empresa possuía uma papel estratégico para o então governo militar. Ao aglutinar órgãos federais e estaduais de pesquisa, visava-se fortalecer o ideário da Revolução Verde, de produção em larga escala, destinada à alimentação dos crescentes centros urbanos. Ao mesmo tempo em que se buscava o avanço da fronteira agrícola sobre novos biomas e/ou territórios de comunidades tradicionais. Nessa toada, as atividades de pesquisa contaram com importante colaboração do sistema técnico estadunidense, seja através da orientação de funcionários em universidades, ou no fornecimento de espécimes melhoradas para o estudo (Peres, 2021).

Fazendo um paralelo com a bibliografia de Milton Santos (2014), é possível identificar aqui o reordenamento espacial nos países de terceiro mundo. Quando se erige

um mercado global, que em consonância à tecnociência, intensifica a divisão internacional do trabalho. O autor (Santos, 2008) aponta como a agricultura dos mais distintos lugares passa a se pautar por uma única referência planetária. Quantidades crescentes de produtores imprimem em suas ações uma forma específica de técnica, alinhada à busca por altas quantidades de produção. Conjuntamente, através de um processo homogeneizante, certa ciência estabelece cultivos e bens que devem reger as atividades. O tripé fecha com a dissipação de informação, que possibilita a incidência de fatores externos, extremamente longínquos, e a afirmação da racionalidade mercantil no campo.

Nessa toada, Moura, Salamoni e Costa (2009) apontam um aguilhoamento da integração da agricultura à cadeia produtiva industrializada, se transmutando para simples elo receptor e fornecedor de insumos. Assim, a lógica de cultivo e comercialização se adequa às determinações técnicas transnacionais. E atividades agrícolas locais se integram a um circuito global (Paula, 2017). Ao avaliar a reprodução de tal dinâmica em locais específicos, se nota uma forte queda na produção de alimentos destinado ao consumo local, gradualmente substituída pelo plantio de *commodities*.

Gabriela Gois (2018) aponta uma progressiva interligação entre a agricultura familiar e os complexos agroindustriais, no seu financiamento de insumos e equipamentos, somado ao fornecimento de assistência técnica. Em contrapartida, há adequação aos parâmetros da companhia, e por muitas vezes é exigida a totalidade da safra. Recentemente, é a soja que demonstra forte tendência de crescimento: a importância em área cultivável se alia às características de sua dinâmica. A dizer, uma produção preferencialmente em larga escala, mecanizada e dependente de insumos, que frequenta o mercado global, atrelado a um restrito número de ETNs. Mantelli, Dutra e Konze (2019) condicionam a implementação do pacote modernizante à expansão do cultivo sobre as propriedades maiores, que antes se atrelavam ao milho e à pecuária. Também é pontuado a aglutinação de propriedades e o esvaziamento do campo, já que esse é um cultivo que pouco utiliza mão-de-obra.

O que se nota, portanto, é uma intensificação do meio-técnico-informal. Utilizando o expresso por Milton Santos (2020), que qualquer espaço banal passa a ser atingido por atores hegemônicos através de suas redes sócio-econômicas. De forma que os locais passam a se especializar “em função de suas virtualidades naturais, de sua realidade técnica, de suas vantagens de ordem social” (*Ibid.*, p. 167). Nesse sentido, a articulação de diferentes campos (economia, ideologia e política) influenciaram em sua composição

social. Que, em relação à instância espacial, determinam o todo complexo da economia global — de forma que a compreensão das suas dinâmicas passa pelo espaço geográfico. Ou seja, em razão da particular relação entre aspectos físicos e o constructo social, existem adequações ao desenvolvimento uniforme preconizado pela Revolução Verde, de modo que essa se solidificasse em cada território de maneira ímpar. Denotando assim, uma dinâmica de transformação (adaptações e resistências) dos sistemas internos às localidades, relacionando-se entre si, em confluência ao impacto do meio técnico-científico-informacional.

Há uma intensa alteração dos fluxos, de comunicação com amplos e complexos sistemas técnicos. Cristalizado na transformação das culturas agrícolas, desde os insumos utilizados no plantio, tratamento e colheita, passando pelo próprio produto a ser cultivado, culminando em sua destinação — majoritariamente externa ao território. O que é correlato à influência de atores transnacionais em tal processo. Ou seja, a autonomia dos agentes internos ao sistema agrário local vê-se relativizada pelo impacto das flutuações do comércio exterior, internalizados através da consolidação de dinâmicas econômicas que crescentemente atendem aos interesses de empresas externas.

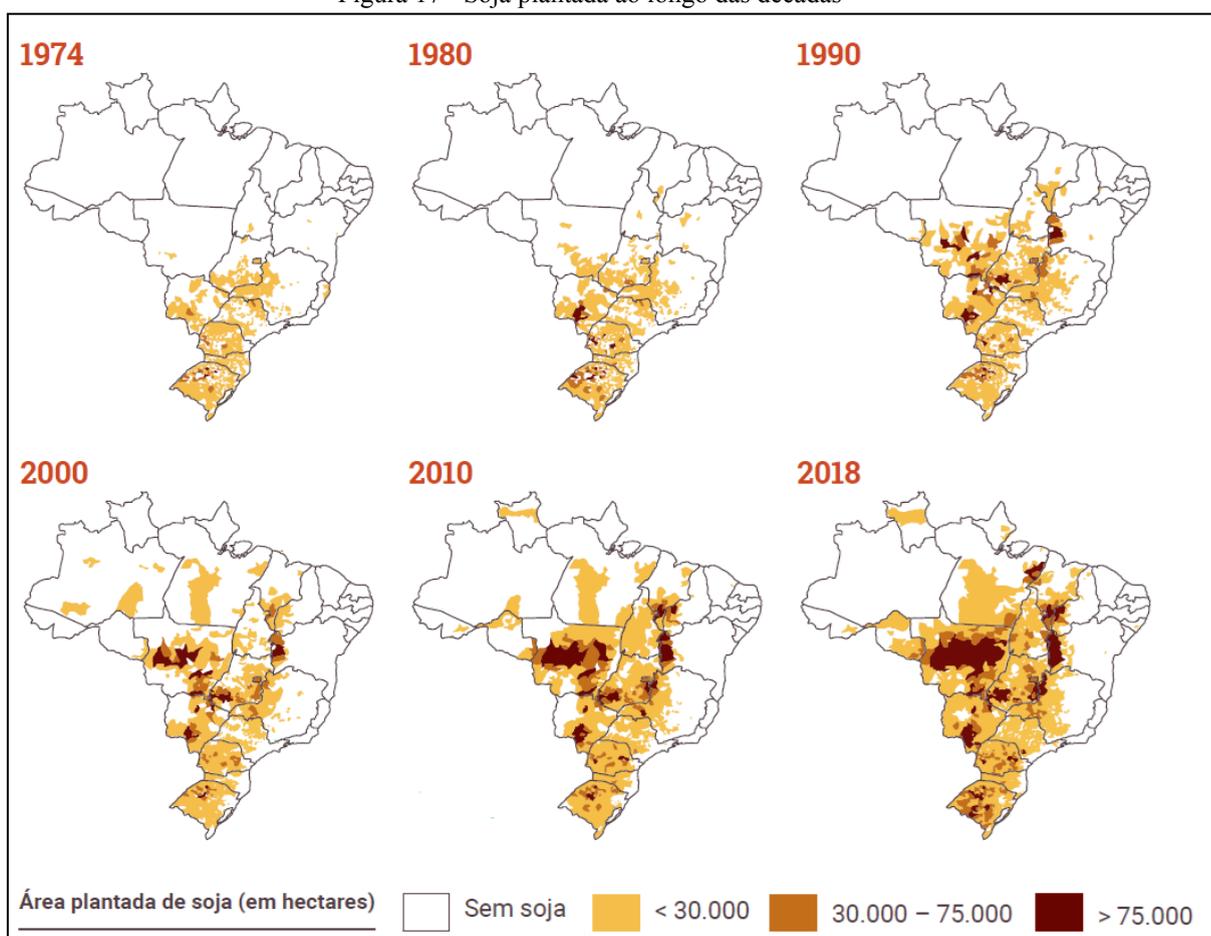
A partir de Niels Søndergaard (2020) pode-se concluir que tais transformações estão intimamente relacionadas com as dinâmicas do regime agroalimentar corporativo/neoliberal. Nesse sentido, a reorganização do Estado e forças sociais no Brasil, são expressas através de múltiplas dimensões. Tanto a consolidação da visão mercadológica no campo, quanto o direcionamento de atividades produtivas para o mercado externo estão relacionados ao contexto institucional, de firmamento de tratados, e promoção de determinadas políticas econômicas. Assim como, a dimensão ideológica interage com as estruturas agrícolas e reforça sua integração no plano internacional. Portanto, a especialização em determinados artigos — soja e carnes bovina, de frango e de porco — reflete a inserção brasileira na cadeia global de proteínas, dentro do contexto agroalimentar mais abrangente.

#### **4.1.1 A questão do valor agregado através da cadeia da soja no Brasil**

A confluência dos fatores descritos até então apresentados desemboca no período vigente, de consolidação do complexo soja como carro-chefe da pauta exportadora brasileira, após anos de expansão da fronteira agrícola (figura 17). Em paralelo,

testemunha-se diversas transformações no espaço brasileiro, incorporando dinâmicas do dito agronegócio (Mello; Brum, 2019). Como visto, o *case* brasileiro ilustra um percurso que iniciou nos anos de 1960. O apoio dos governos, principalmente no período militar, através de bancos estatais e da construção de infraestruturas, além da colaboração com instituições estadunidenses, permitiu uma transformação radical do campo. Também a elaboração, por parte da EMBRAPA, de um grão cultivável em solo ácido e ambiente tropical<sup>17</sup>, foi deveras importante (Burns, 2024).

Figura 17 - Soja plantada ao longo das décadas



Fonte: Adaptado de Aguiar, (2021, p.15).

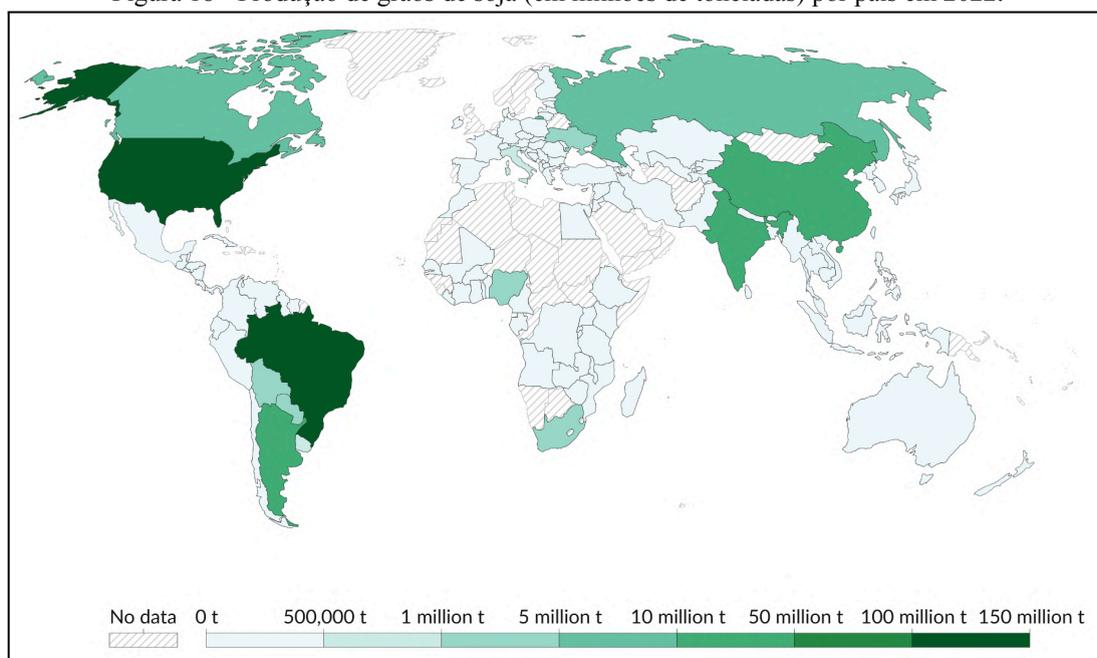
Já nas duas décadas seguintes, o apoio estatal se concentrou nos setores de maior valor agregado, como o óleo vegetal. Conseqüentemente, o quarteto ABCD investiu pesadamente no processo de esmagamento, o que possibilitou a instalação da manufatura de ração e, posteriormente, a expansão de um setor suíno e avícola baseado na oleaginosa

<sup>17</sup>Através de seleção artificial, nos anos 1980 a variedade Doko foi elaborada para ter um período vegetativo maior, mesmo em baixa latitude, conseguindo assim que a planta crescesse antes de se reproduzir, o que tornou viável seu plantio perante o alcance do dobro de produtividade (Peres, 2021).

(Norberg; Deutsch, 2023). Na virada do milênio, o lançamento da variedade Monsanto resistente ao herbicida glifosato e a entrada da China no mercado mundial geraram outra importante mudança. O que se somou ao *lobby* ruralista no Congresso brasileiro, capaz de garantir suporte para inovações, investimentos direcionados e empréstimos com juros reduzidos. Somente no ano de 2023, o financiamento direcionado ao setor do agronegócio girou em torno de US\$ 73 bi (Burns, 2024).

Tais fatores confluíram de forma que desde 2018 o Brasil é o primeiro produtor e vendedor mundial de soja (figura 18). Que por sua vez é o grão mais produzido no país, cuja área dedicada é superior ao dobro do segundo colocado, o milho (USDA, 2024g). Apesar disso, há uma crescente dificuldade em reter valor através dessa cadeia, tendo em vista a inserção brasileira no atual momento do sistema agroalimentar global.

Figura 18 - Produção de grãos de soja (em milhões de toneladas) por país em 2022.

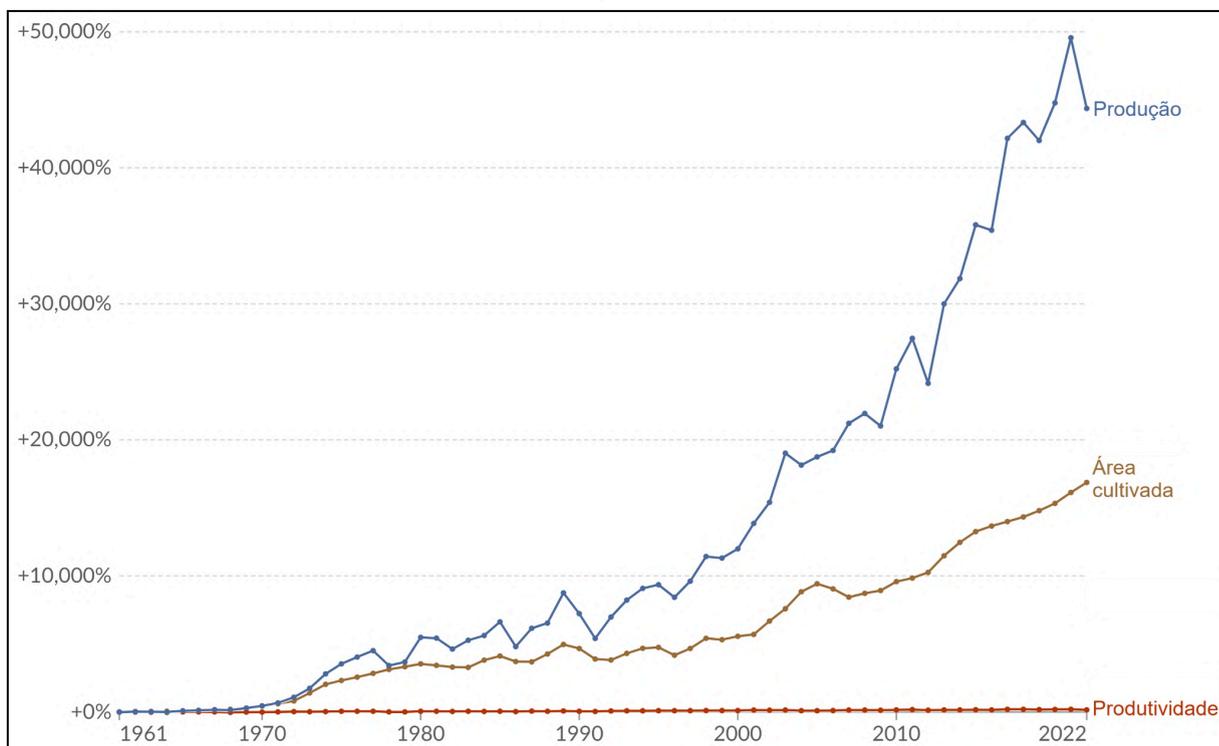


Fonte: Processado em Our World in Data (2024), a partir de FAO (2023).

É notório um salto quantitativo (gráfico 13), de 16 milhões de hectares cultivados no ano 2000 (MapBiomass, 2024), para os 44.062,6 milhões de hectares da safra 2022/2023 (Conab, 2024). Sem que houvesse importante melhoria na produtividade<sup>18</sup> tal estirada dependeu do avanço da fronteira agrícola. De fato, hoje há uma produção de 154.566,3 mi/ton, a maior do mundo (EMBRAPA, 2024).

<sup>18</sup> Relação entre o resultado colhido e a terra utilizada.

Gráfico 13 - Transformação relativa entre 1961 e 2022 em produção, área cultivada e rendimento da soja no Brasil

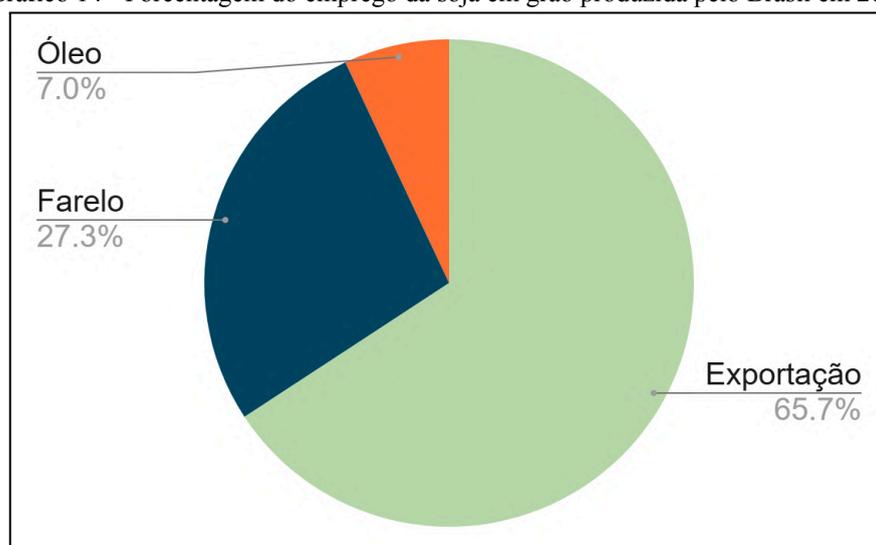


Fonte: Processado em Our World in Data (2024), a partir de FAO (2023).

A título de comparação, dentre as 339,00 mi/ton produzidas na safra 2019/2020 o Brasil foi responsável por 37,93%, enquanto o segundo colocado, Estados Unidos, correspondeu à fatia de 28,54%. No entanto, entre o comercializado mundialmente de 165,18 mi/ton, o Brasil ficou com 55,74% e os EUA 27,66%. Ou seja, a proporção de grão, sem beneficiamento, exportada por parte do Brasil é consideravelmente maior. Já a China, principal consumidor, produziu 5,4% do total e importou aproximadamente 59,66% (CONAB, 2021).

Como pode ser notado (gráfico 14), dentro das 160.300 mi/ton produzidas pelo Brasil no ano de 2023, 101.870 foram direcionadas ao mercado internacional. Internamente, do farelo produzido, 22.474 Mi/ton foram exportadas e 20.511 destinadas ao consumo interno. Para o óleo, a situação é um tanto diversa, visto que a exportação reteve 2.333 Mi/ton, enquanto que o consumo interno foi de 8.677 Mi/ton. No ano em exercício e o seguinte, a Associação Brasileira de Óleos Vegetais (ABIOVE, 2024a) prevê pequena redução na produção do grão em 2024, totalizando 153.300 Mi/ton, e um aumento para 168.700 Mi/ton em 2025. Como pode ser visto a seguir, o destino para produção interna pouco se aproxima do volume exportado *in natura*.

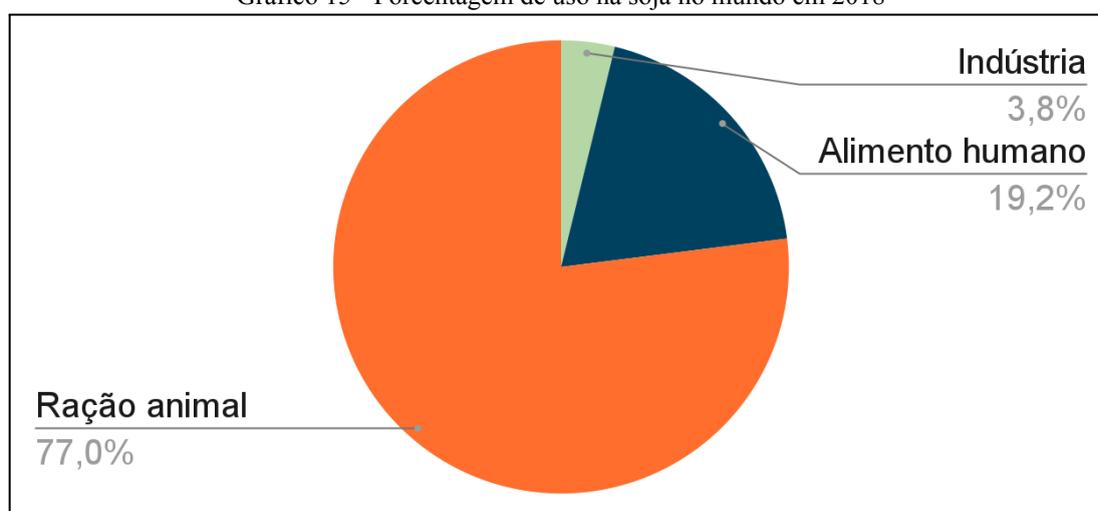
Gráfico 14 - Porcentagem do emprego da soja em grão produzida pelo Brasil em 2023



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de ABIOVE (2024a)

A explosão da soja é traçada, por Niels Søndergaard (2018), ao *boom* internacional na demanda por *commodities*. Principalmente no que diz respeito à produção de ração destinada à criação de proteína animal, que como pode ser visto no gráfico 15, corresponde à grande parte do seu destino. Também deve-se recordar que a América do Sul possibilita uma estação de plantio mais longa, e conseqüentemente duas colheitas no ano (Burns, 2024). Cunha e Espíndola (2015) justificam que a alta no ramo esteve ligada a um conjunto de fatores: as características naturais e a existência de um Sistema Nacional de Inovação do Brasil, além da forte busca internacional por fonte de proteína vegetal para a produção de carne.

Gráfico 15 - Porcentagem de uso na soja no mundo em 2018



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de Statista (2018).

Portanto há lastro na elevação de demanda externa, impactando na atratividade dos preços e intensificando a consolidação de múltiplas cadeias globais (figura 19). Principalmente devido ao aumento do uso da soja para ração animal consumida por União Europeia (UE) e China (Wilkinson; Escher; Garcia, 2022). Em outro estudo, Batista e Brum (2022) identificam certa relação entre a taxa de juros média anual praticada pelos estadunidenses e o volume de negociação de contratos futuros de soja entre 2006 e 2020, sem, no entanto, ignorar o papel de demais variáveis de influência. Dá-se ênfase ao ‘efeito china’, tendo em vista a janela de oportunidade aberta pela demanda do seu modelo de desenvolvimento. O que gerou intensificação da relação estratégica entre Brasília e Pequim no pós-crise de 2008.

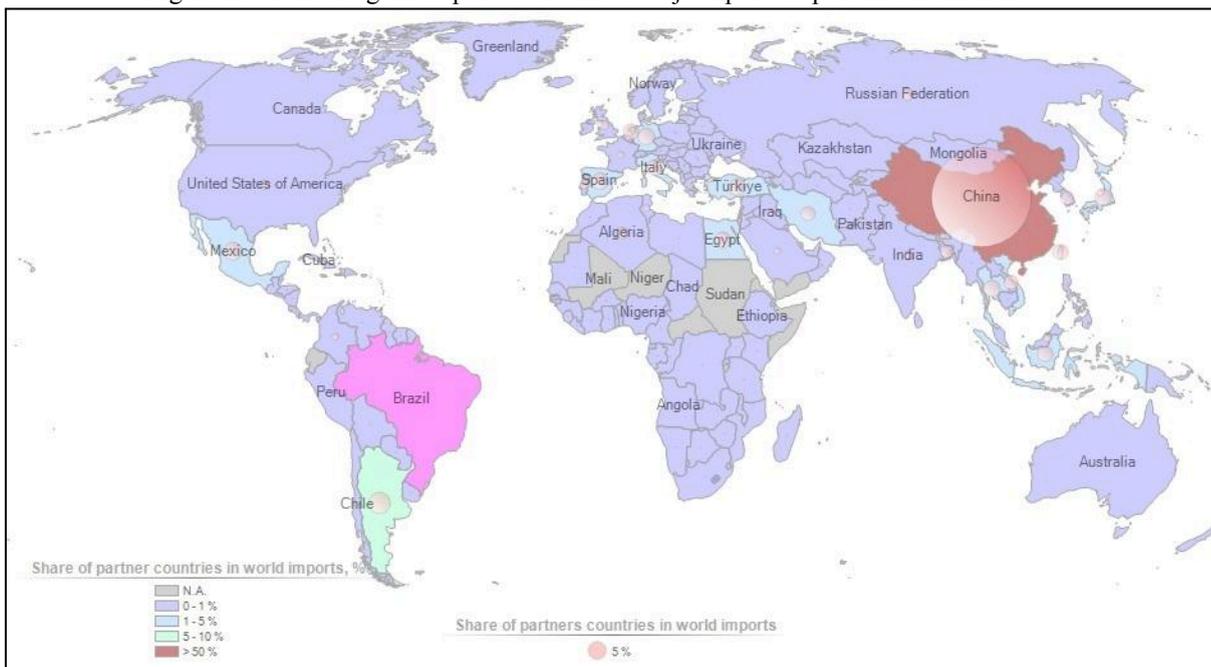
Figura 19 - Rotas de exportação da soja em grão brasileira



Fonte: elaborado por Salin (2024, p. 48), com base em Agricultural Marketing Service e Foreign Agricultural Service (USDA, 2023).

Se, ainda, nota que o setor da soja é mantido como mercado agrícola mais concentrado mundialmente (Gale; Valdes; Ash, 2019), 45% da soja produzida é negociada internacionalmente, sendo que 60% desse montante é direcionado para a China (USDA, 2022d). Entre 2007 e 2017 as exportações de soja Brasil-China cresceram 300% — alcançando dois terços das movimentações na cadeia e 80% da quantia em grãos (Trase, 2018). Uma realidade que se vê representada na figura 20:

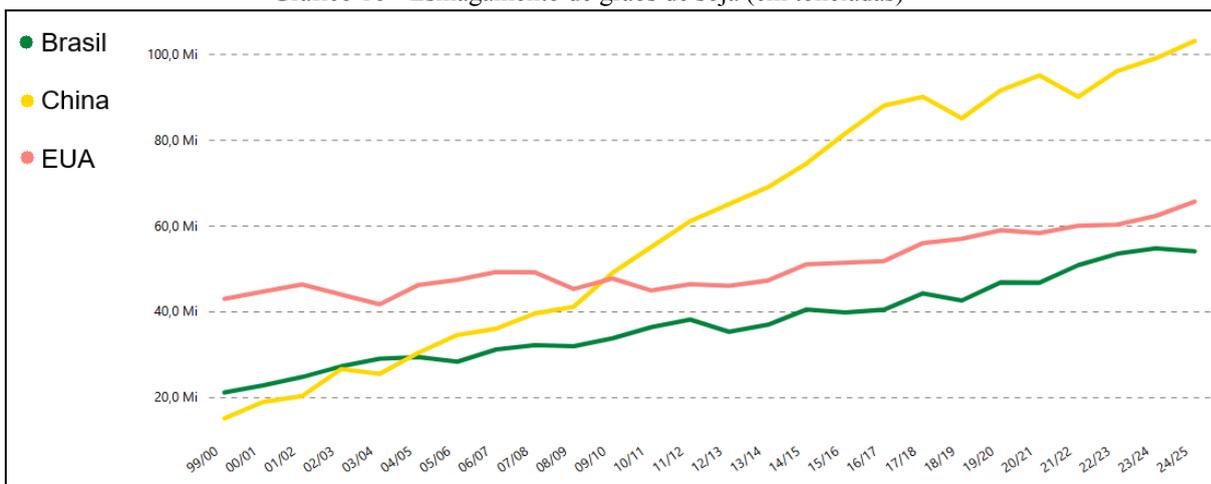
Figura 20 - Porcentagem do país de destino da soja exportada pelo Brasil em 2023



Fonte: Produzido em International Trade Centre (ITC, 2024b), a partir de dados de UNCTAD e WTO.

A participação chinesa na arena global vem impactando de sobremaneira o posicionamento geopolítico brasileiro e a própria organização econômica da soja no território nacional. Como é apresentado a seguir (gráfico 16), o primeiro vem intensificando fortemente a industrialização do grão importado, enquanto o segundo aumenta a produção de soja, sem que o processamento acompanhe o movimento, uma estagnação relativa que contrasta com as possibilidades da sua matriz.

Gráfico 16 - Esmagamento de grãos de soja (em toneladas)

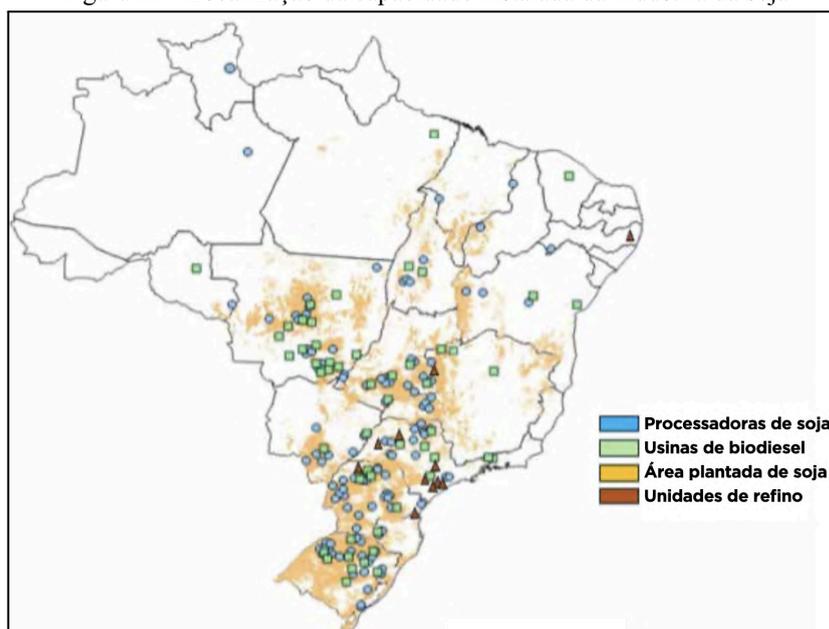


Fonte: Elaborado por Market View Database (MVD, 2024, n.p.), com base em Production, Foreign Agricultural Service Data/ Supply and Distribution Online (USDA, 2024).

Buscando vislumbrar o contexto industrial atual, pode-se recorrer ao Atlas de Complexidade Econômica (GrowthLab, 2021), no qual o Brasil recuou da 26ª posição no ano 2000 para a 67ª em 2020, um indicativo de simplificação e reprimarização da economia. E ao apresentar dados sobre os produtos manufaturados a partir da soja, Daniele Siqueira (2022) nota que entre 2000 e 2005 o Brasil alcançou seu pico de exportação do óleo de soja. Mas posteriormente os números vão baixando até 2010, aumentam bruscamente para 2011 e 2012 e oscilam rumo a valores menores até 2020. Já o farelo de soja demonstra crescimento na exportação nos primeiros cinco anos, depois cai e se estabiliza entre 2006 e 2009, e vai oscilando a patamares superiores até 2018 quando congela por volta das 17 mi/ton (Siqueira, 2022).

Segundo Siqueira (2022), o Brasil possui capacidade ociosa significativa no esmagamento do grão, assim, há pouco aumento na capacidade instalada de processamento frente às oscilações. Não há estímulo para transformação interna por duas questões centrais: o perfil importador da China, que prioriza o grão *in natura*, e mecanismos tributários domésticos, como a Lei Kandir, que desonera a exportação da soja somente em grão (Siqueira, 2022). Como pode ser notado na figura 21, também há uma forte disparidade regional, com o Centro-Oeste concentrando 43,8% capacidade instalada de processamento e refino. Seguido do Sul, com 35,3%, do Sudeste com 11,2%, Nordeste com 6,4% e Norte com 3,4% do total (ABIOVE, 2024b).

Figura 21 - Localização da capacidade instalada da indústria da soja

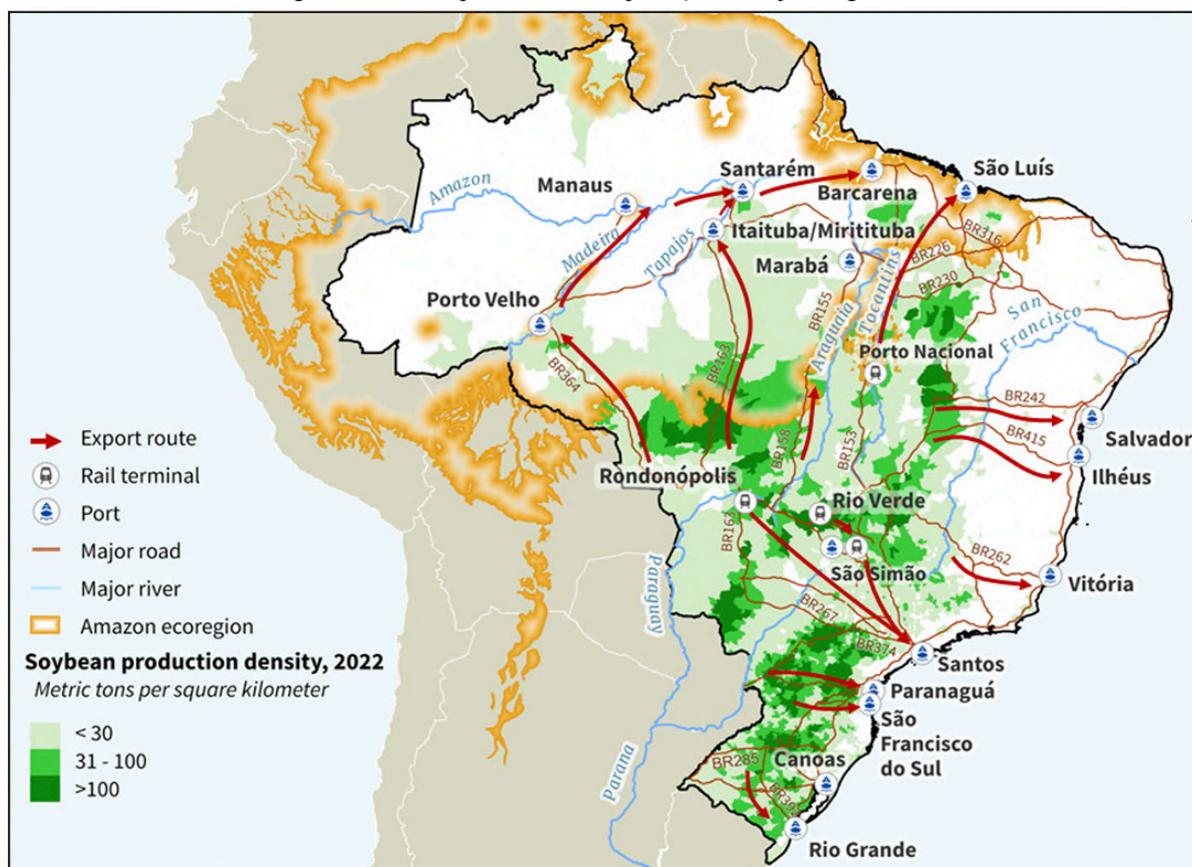


Fonte: ABIOVE (2024b, n.p.)

Outra questão deficitária está no armazenamento. Comparando a situação do país com seu competidor direto, se nota que o Brasil tem uma capacidade absoluta de armazenar 178 mi/ton, relativo a 80% da produção, quando os EUA possuem capacidade de 660 mi/ton, equivalente a 131%. Outro ponto alarmante é que somente 15% da capacidade estática brasileira é *on-farm*, comparado a 53% norte-americana (CNA, 2023). O que denota, não só a adição de mais uma etapa custosa de transbordo e alocação, mas também maior dependência dos produtores para com empresas atravessadoras.

Como temos trabalhado, para a execução do fluxo em questão é necessária uma consolidada e complexa rede logística, ilustrada na figura 22. No caso brasileiro, o transporte rodoviário cumpre fator central para o escoamento de grãos, havendo crescido dos 44,5% registrado em 2010. A título de comparação, em 2023, 54% da soja foi transportada via caminhão, 33% por trem e 12% em barcas. Já nos EUA, 14% do transporte foi rodoviário, 38% ferroviário e 48% fluvial (Salin, 2024). Para Henrique Alvarenga (2020), a redução dos custos e o aumento da competitividade internacional brasileira clama por amplas melhorias. Além do que, é necessário explorar a potencialidade de outros modais, conforme sua vocação. Principalmente para a soja, que necessita uma logística eficiente, visto que é através do transporte de grandes volumes que se compensa o baixo valor agregado. Nesse sentido, nos últimos anos tem havido um aumento anual de dois dígitos para a cabotagem de contêiner (Alvarenga, 2020), com destaque para o escoamento via rio Rio Amazonas (Colussi; Schnitkey, 2022).

Figura 22 - Principais rotas de exportação da soja em grão



Fonte: elaborado por Salin (2024, p. 46), com base em Agricultural Marketing Service e Foreign Agricultural Service (USDA, 2023).

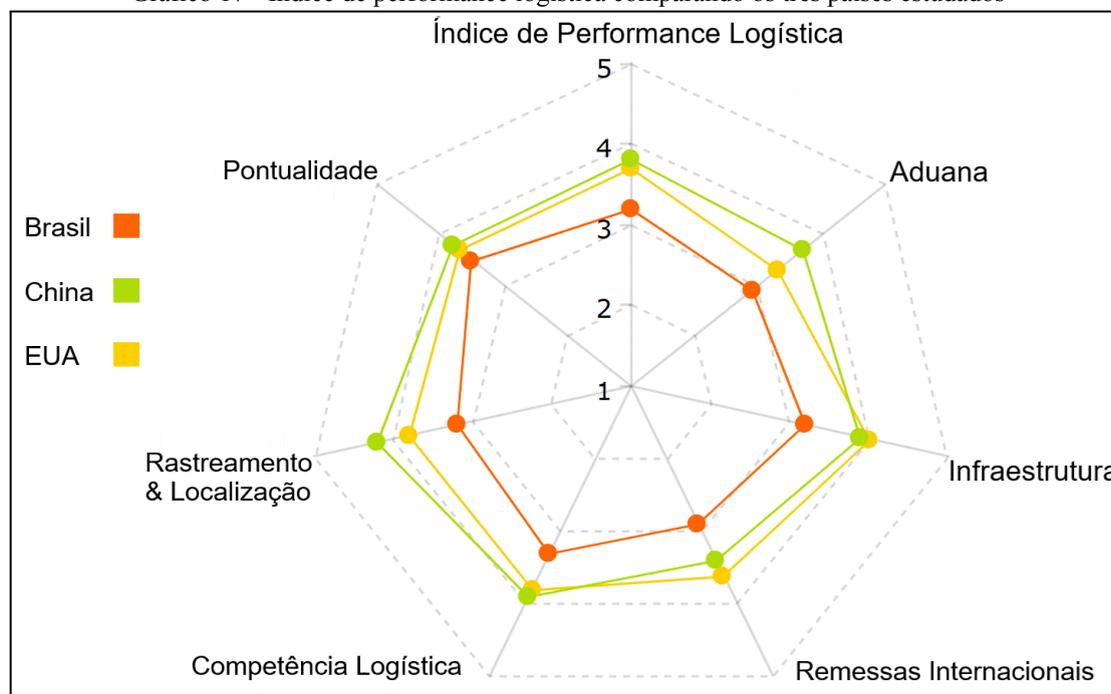
Especialistas indicam que a otimização econômica da exportação passa pela melhoria do eixo norte, com atenção aos portos de Santarém e Barcarena. Tendo em vista que há sobrecarga nos pontos de escoamento das regiões Sul e Sudeste (Lopes; Lima; Ferreira, 2016). Enquanto que os portos do Nordeste e Norte exportaram 30.5 mi/ton, cerca de 30% do total. Sul e Sudeste ficaram com 60.4 mi/ton, 59% de tudo. (Salin, 2024; USDA, 2024g). Com base em dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (2023) e do ComexStat (2023), Salin (2024, p. 48) identifica que o porto de Santos se mantém como principal ponto de escoamento do grão de soja. Graças ao baixo custo de frete ferroviário, este engloba 30% do total. A seguir temos Paranaguá e Rio Grande com cerca de 15% e São Luís com 12%. Os demais constam com números inferiores a 10%.

Segundo o Plano Nacional de Logística e Transporte do Ministério dos Transportes (MT, 2019), havia necessidade de igualar o modal fluvial ao rodoviário e tornar o

ferroviário o principal. Porém Joana Colussi e Gary Schnitkey (2022) veem com pouco otimismo esse aspecto, tendendo para a continuidade dos *déficits* logísticos, devido à deficiências estruturais. Como por exemplo, a existência de duas bitolas diferentes presentes na malha ferroviária brasileira, o que gera custos extras em transbordo de cargas ou de ajustes nas locomotivas e vagões (Salin, 2024). O maior alarde é que, na atualidade, um terço dos 30 mil km do modal ferroviário está operando (Savenhago, 2025).

Enquanto o Brasil investe em torno de 0,5% do PIB em logística, o percentual de EUA e China está em 2% (*Ibid.*). Para abordar tendências de maior amplitude, utiliza-se o *ranking* do Banco Mundial, chamado Logistics Performance Index (2024). Entre os anos de 2007 e 2023, a China avançou da 30ª para a 19ª posição, enquanto que os EUA caíram de 14ª para 17ª e o Brasil subiu de 61ª para 51ª. Observando os sete indicadores criados pelo *scorecard* de performance logística<sup>19</sup>, pode-se perceber que a situação da China em 2007 possuía marcas muito semelhantes à da atualidade brasileira. Ambos países aprimoraram significativamente em todos os aspectos medidos. Ao contrário dos EUA, que decaiu em pontualidade, infraestrutura e embarques internacionais. Como pode ser visto (gráfico 17) em vários dos pontos a China se aproxima dos EUA.

Gráfico 17 - Índice de performance logística comparando os três países estudados

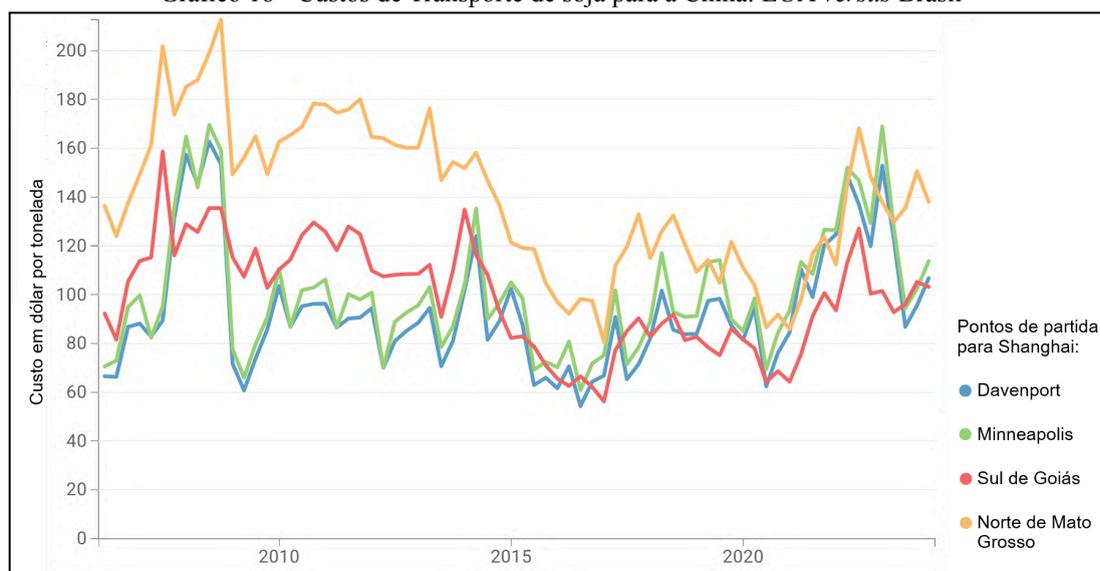


Fonte: Confeccionado através do Logistics Performance Index (LPI, 2024)

<sup>19</sup>O índice de performance logística calcula seis dimensões: eficiência do processo de liberação; qualidade da infraestrutura; facilidade e preços nos embarques; competência logística; rastreabilidade e pontualidade.

No transporte da soja, a histórica vantagem logística dos EUA vem decaindo em comparação à brasileira. Para Colussi e Schnitkey (2022), investimentos como os terminais instalados ao longo do Rio Amazonas e o asfaltamento da rodovia BR-163, que liga Mato Grosso e Pará, derrubaram custos de combustível e manutenção. O envio para Xangai, de Sorriso (Mato Grosso) via Santarém custou US\$72 em 2020, US\$14 a menos que Minneapolis (Minnesota) e US\$7 a menos que Davenport (Iowa). Já a saída de Sorriso pelo porto de Santos diminuiu em torno de 16% nos últimos cinco anos, enquanto que a o caminho de Davenport, aumentou aproximadamente 14%. Mantendo, todavia, a diferença de US\$13 de vantagem para o caminho feito pelo Golfo do México. A ser apreciado no décimo primeiro gráfico da dissertação, há uma comparação entre o custo por tonelada praticado na soja que advém de quatro portos. Pode ser percebida a aproximação dos custos de saída para diferentes pontos.

Gráfico 18 - Custos de Transporte de soja para a China: EUA versus Brasil

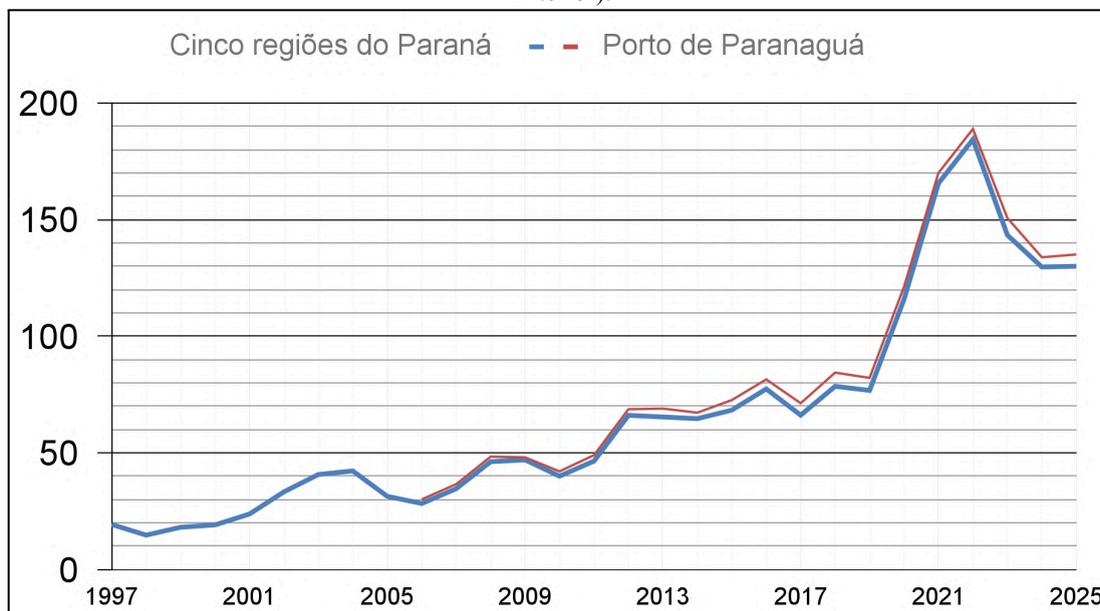


Fonte: Traduzido e adaptado de USDA (2024i).

Conforme apresentado pelos indicadores do CEPEA, a partir dos dados da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), da Bovespa e da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), se percebe uma tendência de alta no preço da soja brasileira (gráfico 19). Nos dados que englobam as cinco regiões do Paraná, desde 1997, ou focado no porto de Paranaguá, a partir de 2006, é notado que o preço da saca à vista oscilou anualmente, mas manteve-se a tendência de encarecimento. Tendo 2000 como referência (R\$ 19,13), essa mais do que dobrou até 2008 (R\$ 46,24), tendo triplicado para 2013 (R\$ 65,42) e

baixado posteriormente, crescendo a R\$ 115,86 no ano de 2020 e R\$ 130,03 em 2025 (CEPEA, 2025a).

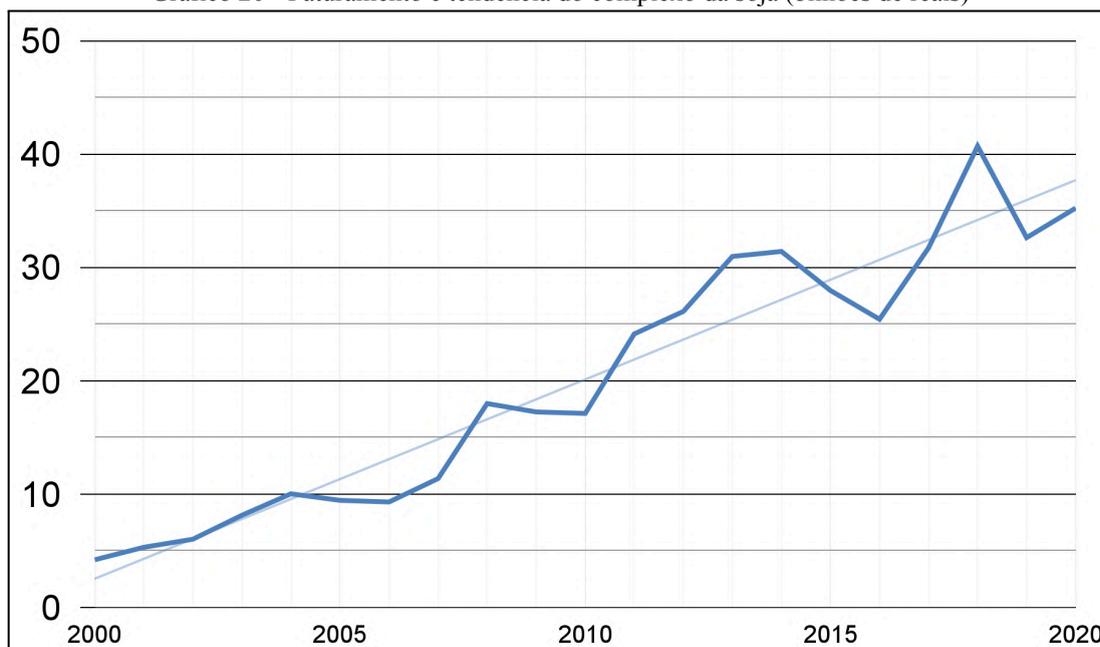
Gráfico 19 - Preço da saca (60Kg) do grão granel padrão CONCEX (Conselho Nacional de Comércio Exterior).



Fonte: Produzido pelo autor a partir de CEPEA (2025a).

Em concordância, o faturamento no complexo sojeiro (gráfico 20), apresentou forte melhora nas duas primeiras décadas do milênio, ainda que algumas quedas, estas tendem a acompanhadas de recuperação e superação dos números anteriores (AGROSTAT, 2024).

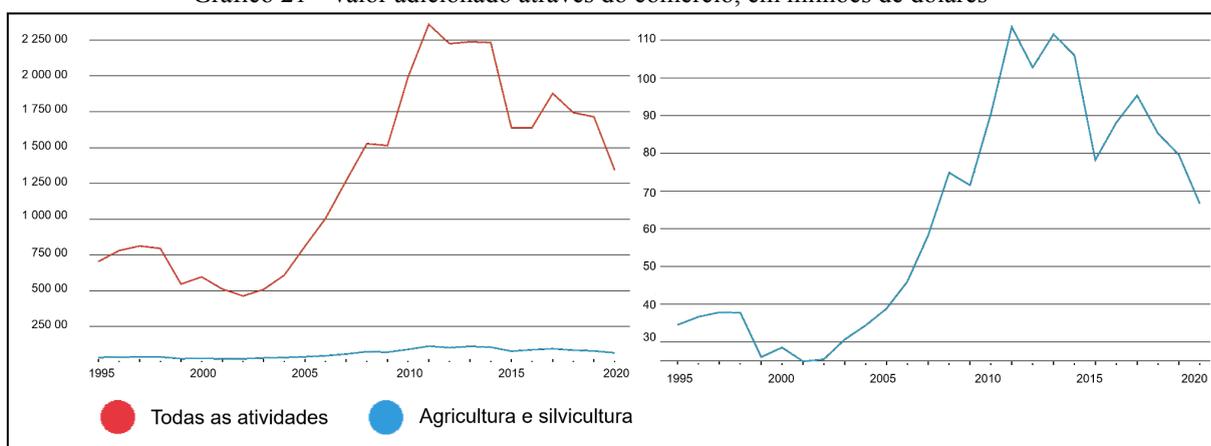
Gráfico 20 - Faturamento e tendência do complexo da soja (bilhões de reais)



Fonte: Produzido pelo autor a partir de AGROSTAT (2024).

No âmbito da plataforma Trade in Value Added (TiVA), observou-se uma forte adição de valor na economia brasileira através do comércio entre os anos de 2001 e 2010. A partir de então se testemunhou uma tendência de queda que perdura até a atualidade (gráfico 21). Em comparação, os setores agrários parecem manter certa estabilidade. No entanto, ao focar somente nos dados da agricultura e silvicultura é possível perceber que a soma destes setores apresenta tendências de agregação de valor muito semelhantes à economia do país, num geral (OCDE, 2023).

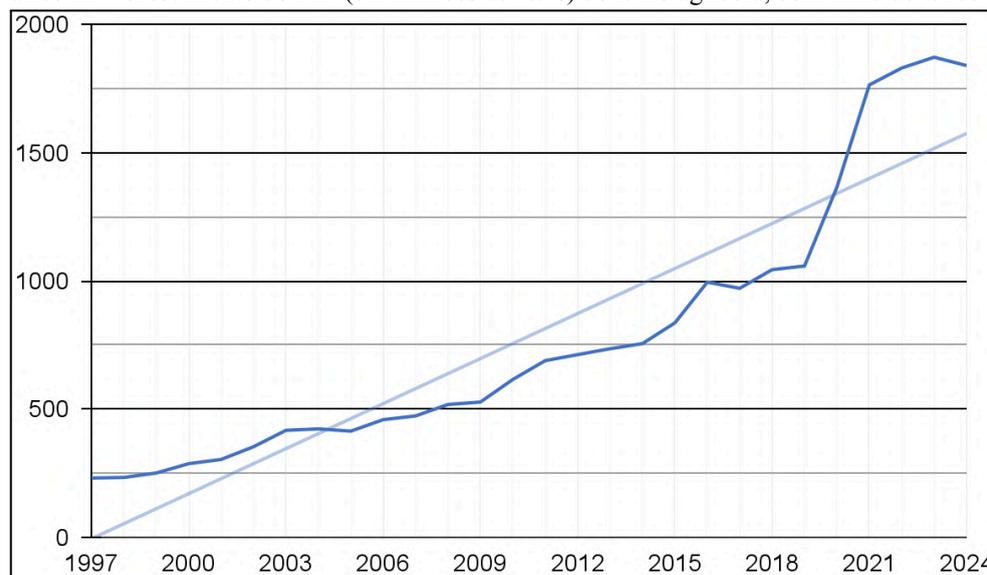
Gráfico 21 - Valor adicionado através do comércio, em milhões de dólares



Fonte: Traduzido e adaptado a partir da plataforma TiVA, com dados da OCDE (2023).

Já quando se analisa o Produto Interno Bruto (PIB) agrícola absoluto, os dados do CEPEA (2025b) relatam o movimento de crescimento:

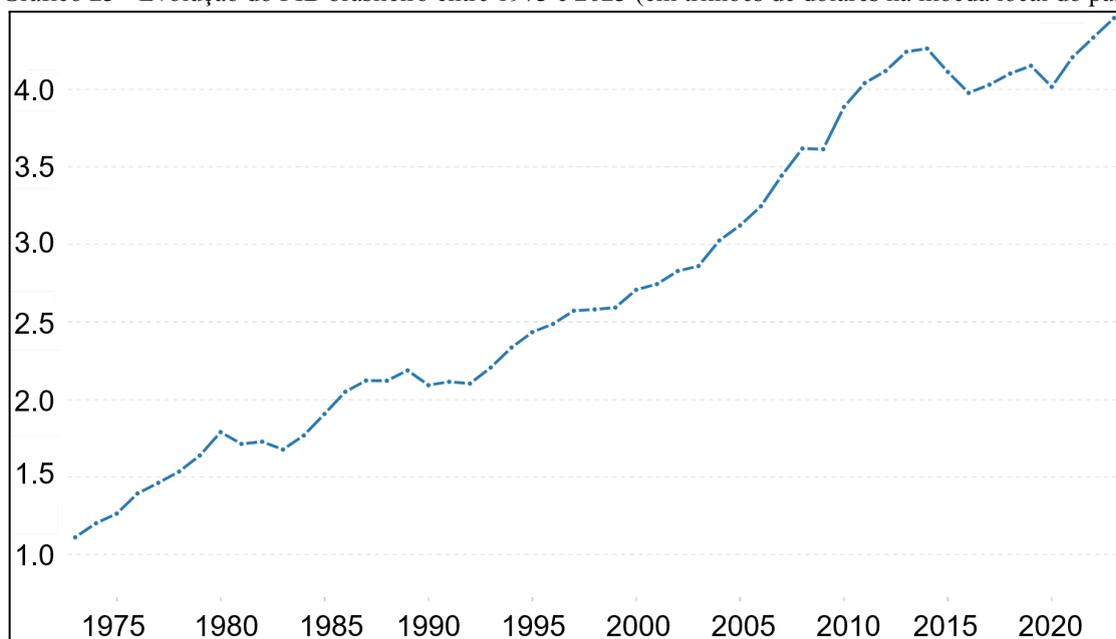
Gráfico 22 - Crescimento do PIB (em milhões de reais) do ramo agrícola, com linha de tendência



Fonte: Produzido pelo autor a partir de CEPEA (2025b).

Quando se vislumbra o gráfico 23, é realçada a manutenção da estabilidade do setor da agricultura, apesar da importante crise enfrentada pela economia brasileira entre os anos de 2014 e 2020:

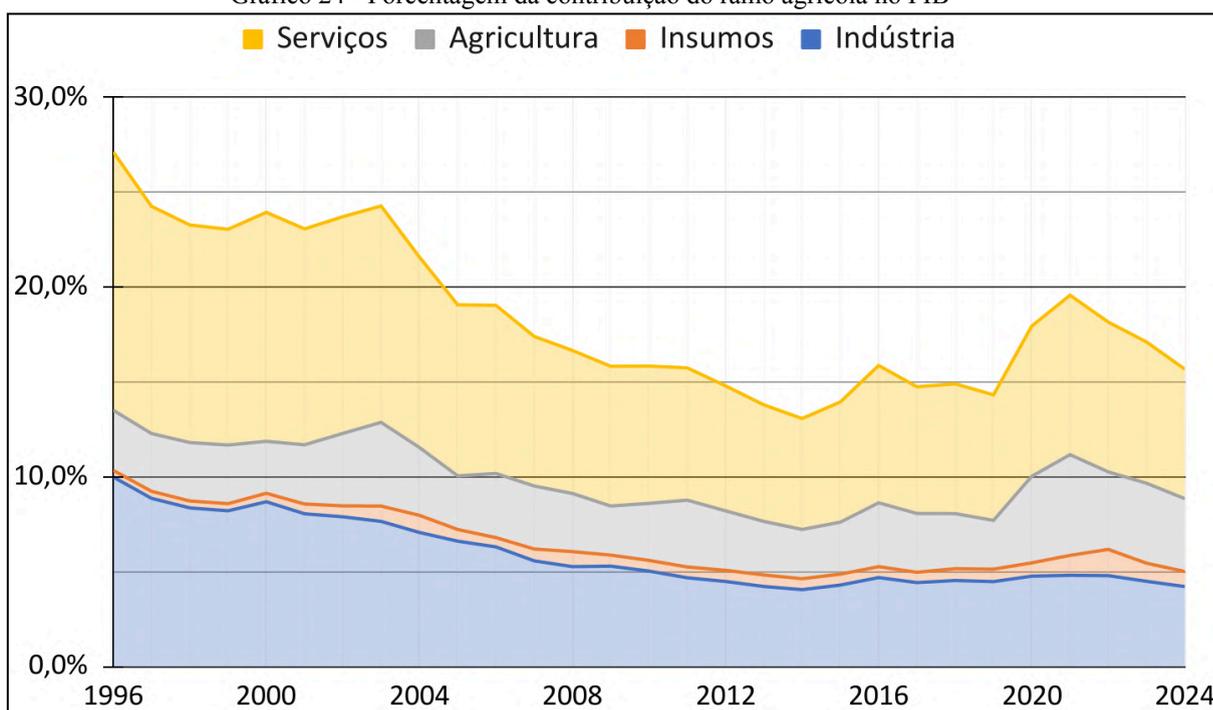
Gráfico 23 - Evolução do PIB brasileiro entre 1973 e 2023 (em trilhões de dólares na moeda local do país)



Fonte: Adaptado dos dados produzidos em World Bank Group (2025).

Por outro lado, do ano de 1996 a 2014 houve importante queda do percentual da participação agrícola na composição do PIB, chegando a 5,8% (gráfico 24). Em parte, houve retomada até 2021, quando alcançou 8,4%. Ainda, há de se salientar que o subramo industrial manteve a tendência de queda com menores repiques, confirmando a tese de reprimarização da economia. O setor dos serviços, mesmo diminuindo, se mantém como fração mais importante, enquanto a agricultura e os insumos emplacam uma titubeante ascendência. Sendo assim, o percentual da participação do PIB entre 1996 e 2024 diminuiu de 27,1% para 15,7%.

Gráfico 24 - Porcentagem da contribuição do ramo agrícola no PIB



Fonte: Produzido pelo autor a partir de CEPEA (2025b).

Assim, há a ampliação do PIB brasileiro sem que o setor do agronegócio aumente sua composição percentual, o que demonstra a dificuldade em acumular valor no setor e é confirmado pela tendência de priorização de exportação da soja em grãos. Ainda que seja notada sua contribuição na disponibilidade de divisas externas, há uma potencialidade inexplorada, já que o setor de P&D focado na produção agrícola possui características de alto valor agregado e exista capacidade de expandir sua atividade para demais países, por exemplo.

Movimento que, todavia, não se dá sem controvérsia. O caso brasileiro alarma na desindustrialização relativa da economia sojeira (Batista; Brum, 2022), intensificada pelo aumento das exportações em grão (Escher; Wesz, 2022). Ainda que deva se retomar a iminência do aspecto logístico na consolidação dos Estados-nação na arena internacional. O que transparece na cadeia de produção, distribuição e beneficiamento da soja, tendo em vista sua importância como matéria-prima basilar a produtos altamente demandados. De igual maneira estão os processos a jusante e montante no agronegócio, em razão da dinamicidade econômica promovida pela industrialização do setor. De forma que, também os setores de serviços, mas notoriamente, pesquisa e inovação são beneficentemente impactados.

Nesse sentido, é vislumbrada uma importante oportunidade para o Brasil agregar valor através do ramo da soja, ainda que seja preocupante a tendência recente de diminuição relativa na participação de fases de processamento do grão. Analisando a trajetória de consolidação e *upgrade* dos principais atores do complexo agroalimentar, nota-se a necessidade de o Estado tomar iniciativa de alavancar firmas-líderes, capazes de reter os principais elos. Muito embora tal esforço necessite estar acompanhado de outras medidas, como ajustar distorções fiscais incentivadoras de setores econômicos que apresentam baixa contrapartida e/ou recebem concessões sem que contribuam para a execução de um planejamento de longo prazo para a sociedade.

Percebe-se que tanto os atores públicos quanto os privados baseados no Brasil estão situados nos mais díspares níveis de desenvolvimento, sendo que as contradições entre os elos mostram-se como um importante fator de entrave. A própria dinâmica de avanços e retrocessos revela muito do próprio processo histórico vivenciado. Apesar da longa história de industrialização, a participação do Brasil na economia mundial centrada em *commodities* o torna altamente vulnerável às flutuações do mercado (Dicken, 2011). Em contraposição, Ouriques e Vieira (2017) apontam que exatamente a forte posição brasileira em alguns nichos como o agronegócio, além do petróleo e a indústria aeroespacial, é o que possibilita sua manutenção como economia intermediária do sistema-mundo.

No geral, ao buscar características da inserção brasileira na cadeia da soja, que poderiam qualificá-la como periférica, Søndergaard (2018; 2020) avalia até que ponto as dinâmicas de incorporação, concentração do processo produtivo, conversão da força de trabalho e simples reprodução estão presentes em seu caso — a partir do arcabouço analítico apresentado por Hopkins e Wallerstein em 1982. O autor realça que, muito embora os estágios de ligação externa com as cadeias de *commodities* se deem através de operadores estrangeiros, a produção agrícola doméstica mantém-se sob domínio de capital brasileiro. Um processo que, todavia, direciona o enfoque do agronegócio para a esfera internacional e incrementa as dinâmicas de financeirização.

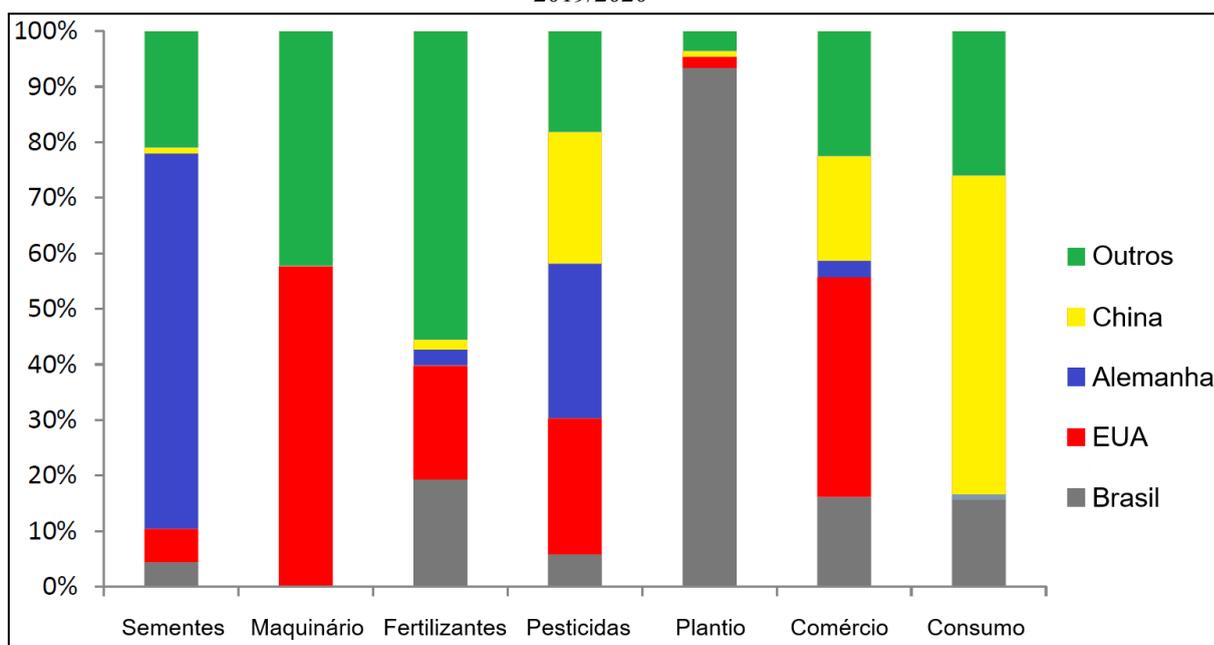
No mais, apesar de o espriamento do cultivo da soja no campo brasileiro aqueça sua capitalização e gere receitas para a união, tal desenvolvimento econômico tende a dar-se de forma extremamente desigual (Bandeira; Dutra; Mazzin, 2019). O monocultivo mecanizado da soja também está agravando o processo de concentração de terra e diminuição da diversidade de cultivos, o que impacta aspectos locais quanto à segurança alimentar. Outro ponto é a baixa taxa de emprego proporcionada, além da precariedade de

condições fornecidas ao trabalhador contratado. Remetendo que ETNs externas concentram um forte grau de poder de mercado, impactando nos preços e tomando decisões que concernem à manufatura da produção, que vem a estar ligadas exclusivamente a seus interesses de governança e extração de valor (Søndergaard, 2018).

#### 4.1.2 A participação das ETNs no espaço brasileiro

Para que haja tratamento adequado acerca do impacto de atores externos no específico do contexto brasileiro, cabe ater-se à porção controlado por seus atores privados *vis à vis* ETNs. Como apresentado no seguinte gráfico, tarefas agroindustriais chave são executadas por firmas estrangeiras:

Gráfico 25 - Nacionalidade das empresas do setor da soja, conforme a fatia de mercado brasileiro na colheita 2019/2020



Fonte: Adaptado pelo autor (2025), a partir de Medina e Thomé (2021, p. 09).

Conforme Reis *et al.* (2024) a ligação entre os produtores brasileiros e o mercado global tende a cumprir duas tendências. Plantadores podem fornecer a soja diretamente a um vendedor internacional ou concentrar localmente a produção para com um cerealista, que realiza o intermédio. Assim sendo, nas zonas de expansão do agronegócio os produtores costumam ser mais dependentes de crédito bancário e dos *commodity traders*. Já que as vendas são acertadas previamente através de contratos que preveem contrapartida em financiamento e fornecimento de insumos. Já nas áreas consolidadas, correspondentes

às regiões sul e sudeste do Brasil, há uma maior industrialização e capitalização dos próprios produtores, que direcionam o grão para armazéns e cooperativas, responsáveis por negociá-lo *on the spot*<sup>20</sup>.

No entanto, partindo das estruturas analíticas de Gereffi, Humphrey e Sturgeon (2005), pode-se identificar que a CGV da soja atende, em ambas as dinâmicas, ao ‘tipo cativo’. Isso, visto a baixa especificidade dos ativos e a relação de dependência dos fornecedores para com as firmas-líder, em seu notório papel de monitoramento e controle. Também condiz com tal modelo o domínio de transações de alta complexidade, que demandam habilidade de codificação, mas cujos fornecedores (brasileiros) possuem capacidade limitada para operar.

Assim, é vital, para compreender a CGV da soja a análise dos atores privados que gerenciam seu processo de distribuição. Na década de 1990 o mercado do Brasil presenciou outro patamar de participação das intermediárias Archer Daniels Midland, Bunge, Cargill e Dreyfus — provenientes do eixo Atlântico Norte e comumente designadas as companhias ABCD (Escher; Wesz, 2022). No intervalo de 2010-2015 cada uma de tais empresas mantiveram fatias maiores que 5% do mercado em todos os anos, coletando, somadas, 59% da terra utilizada para soja exportada. Movimentaram, então, 57% do valor e 56% do volume comercializados (Trase, 2018).

Mais recentemente, percebe-se certa transformação no mercado, na entrada de algumas empresas menores e, mais notoriamente, o estabelecimento da chinesa COFCO (Reis *et al.* 2024). No Brasil, seu rápido crescimento se deu na esteira da aquisição de empresas do ramo, já se colocando como quinta maior negociadora do mercado, quando desbancou a empresa nacional Amaggi (Escher; Wesz, 2022).

Cabe mencionar que a Amaggi foi criada no Brasil em 1977, é maior produtora do Mato-Grosso e, diferentemente das demais mencionadas, produz grande parte da soja que comercializa. Teve 5,75% do exportado no ano de referência (Trase, 2018). Compõe com outra empresa privada o Grupo Bom Futuro, sendo que ambas são controladas pela família Maggi, de forte tradição política na região. Tal grupo é o maior produtor privado de soja no mundo. As empresas também adentraram nos ramos da produção de sementes e fertilizantes, armazenamento e comercialização de *commodities* agrícolas, navegação fluvial e produção de energia hidrelétrica (Oliveira; Hecht, 2016). A Amaggi participa de diversas *joint ventures*, estratégicas às maiores ETNs do ramo. Como por exemplo a

---

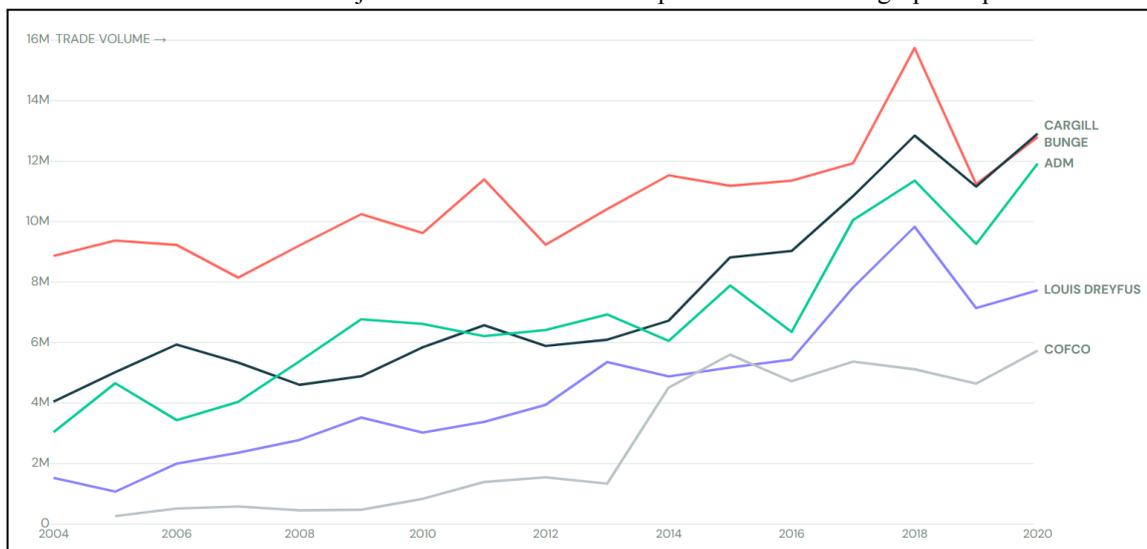
<sup>20</sup>Mercado à vista, em que a *commodity* possui liquidez quase que imediata.

empresa de logística criada em união à Dreyfus em 2019, que se tornou sócia da ADM e da Cargill em 2021. Posteriormente também foi incorporada uma companhia brasileira de pagamento para frete rodoviário, conectando mais de 5 mil caminhões/dia. Recentemente, a participação da Bunge em tal empresa foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), e há expectativa de aquisição de mil caminhões graneleiros e caçamba a partir da fusão (Pressinott, 2024).

Apesar dos diferentes níveis de integração vertical, as estratégias se assemelham entre as citadas ETNs. Geralmente se baseiam em uma rede de integração infraestrutural, composta por silos, armazéns, unidades de esmagamento, linhas de trem e portos. Além de antigas ligações com regiões específicas, que influenciam decisivamente nas trajetórias de desenvolvimento local. Ou seja, para  $\frac{2}{3}$  dos municípios brasileiros, isso se reflete em mais da metade das exportações concentradas em um só *trader*. E mais,  $\frac{1}{6}$  dos municípios entregou toda sua produção a apenas um exportador (Trase, 2018).

Portanto, o que se consolida é a concentração da cadeia de distribuição da soja por parte de um seleto número de empresas estrangeiras (gráfico 26). Muito embora um novo agente tenha conseguido adentrar o mercado do Brasil, isso se deu por fatores à parte da dinâmica interna do país, e esse fato pouco contribuiu para melhoria das condições dos atores brasileiros do setor. Em comparação, é possível se debruçar sobre as especificidades de cada empresa no território em questão. A seguir, serão abordadas as maiores exportadoras da soja brasileira, ordenadas conforme volume no último ano disponibilizado pelo banco de dados Trase (Lathuillière *et al.*, 2022).

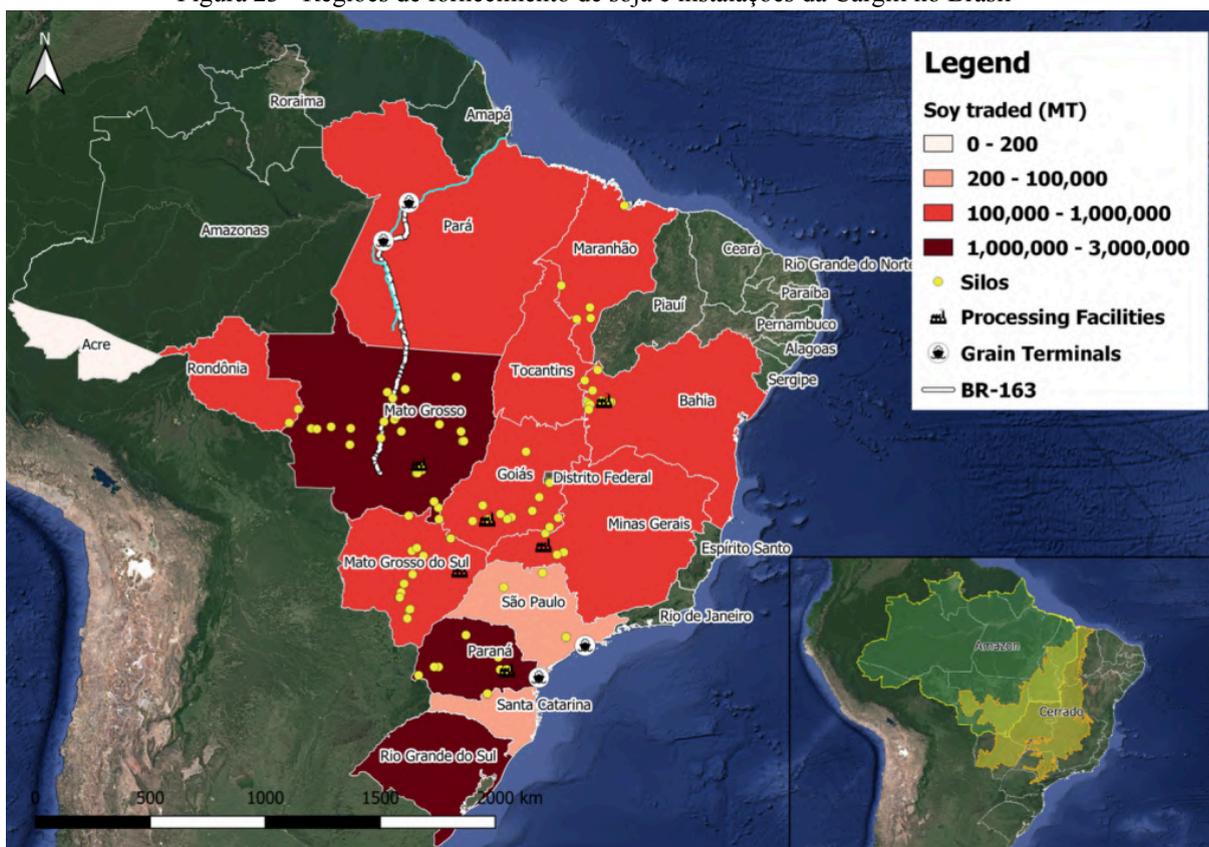
Gráfico 26 - Volume de soja brasileira comercializada pelos cinco maiores grupos exportadores



Fonte: elaborado em Trase (2024), com dados de Lathuillière *et al.* (2022).

Iniciando pela Cargill, que está no Brasil desde 1965. No ramo da soja, se destaca para com o consumidor final através da marca Liza. No entanto, o enfoque do trabalho é seu impacto na captação e transporte de insumo. Em comparação às demais *traders* analisadas, em sua presença no solo brasileiro possui mais operações no norte e noroeste amazônicos (figura 23), englobando portos em Santarém e Porto Velho (Trase, 2018). Todavia, mais da metade da oleaginosa exportada passou pelos portos de Santos e Paranaguá no ano de 2020, um padrão recorrente nas últimas duas décadas. Com exceção de 2012 a 2015, quando o porto de Rio Grande chegou a ter um papel de relevância. Em questão de volume de envio, assumiu o primeiro lugar em 2020, com 25.3% do conteúdo, mas revezou as posições seguintes com a ADM desde 2004, quando tinha enviado mais de quatro mi/ton. Até 2014, quando finalmente tinha se consolidado como segunda maior exportadora com 6.7 mi/ton (Trase, 2020).

Figura 23 - Regiões de fornecimento de soja e instalações da Cargill no Brasil



Fontes: CRR (2019, p. 2), elaborado com base em Trase (2017), SICARM (2019) e Cargill (2019).

Suas atividades nos rios do Arco Norte do Brasil e da Hidrovia Paraná Paraguai demandam o uso de três rebocadores e 24 barcaças, que fazem o traslado entre quatro terminais da empresa e outros, de *joint ventures* com a LDC, em Santos e Guarujá. A Estação de Transbordo de Cargas em Miritituba (PA) é capaz de armazenar 54.000 toneladas e a de Porto Velho (RO), 39.000 toneladas. O porto de Santarém (PA) tem capacidade 114.000 toneladas, enquanto o de Paranaguá (PR), atual sede administrativa, armazena 115 mil toneladas, interligadas por um corredor de exportação (Cargill, 2024d).

Há ainda o projeto de construir outro porto em Abaetetuba (PA), no entanto, o processo vem sendo questionado tanto pelas comunidades locais quanto pelo Ministério Público Federal. O órgão publicou um memorando que revela indícios de atos de improbidade, principalmente no que diz respeito à aquisição de 359 hectares em um área previamente destinada pela União ao assentamento de ribeirinhos (Harari, 2023). O estabelecimento dos outros dois portos citados feitos no Pará também teriam descumprido diversas leis — notoriamente a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, que estipula uma consulta prévia às comunidades tradicionais afetadas. Segundo Isabel Harari (2023), do Jornal SUMAÚMA, a obra foi feita sobre um sítio arqueológico e, passados 20 anos, nunca foram observadas as populações indígenas e quilombolas impactadas pelo porto de Santarém (figura 24). Nem o povo Munduruku foi levado em consideração no empreendimento de Miritituba, executado na década seguinte (Harari, 2023). Algo semelhante ocorre no Porto de Santos (SP), onde a ampliação do píer da Cargill irá impossibilitar o acesso ao mar, por parte de uma comunidade de pescadores tradicionais do Guarujá (Oliveira, 2023).

Figura 24 - Em perspectiva, embarcações dos ribeirinhos impactados pelo empreendimento da Cargill em Santarém, nunca consultados sobre o processo.

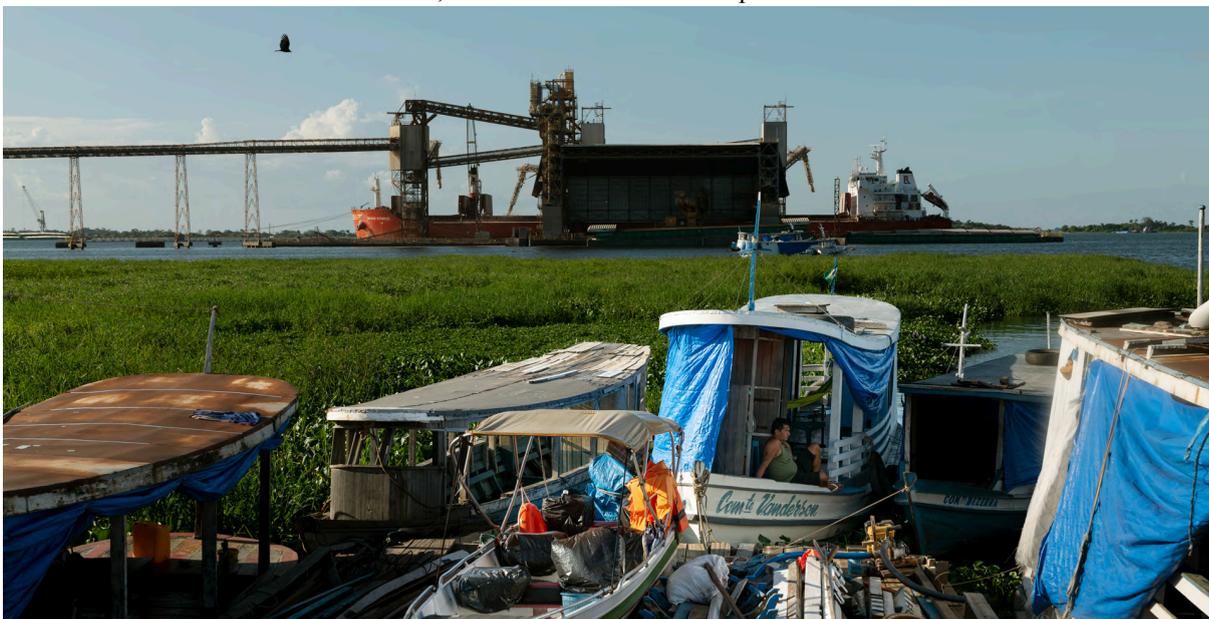


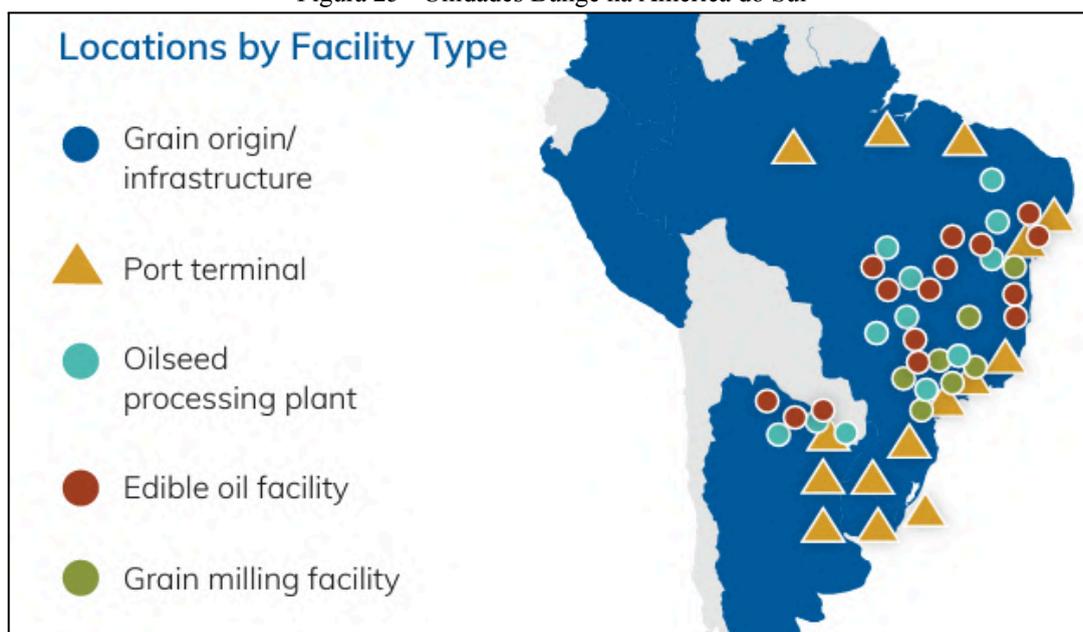
Foto de Alessandro Falco (2023, n.p.), para o jornal SUMAÚMA.

Mais um empreendimento que vem recebendo especial atenção da sociedade civil, movimentos sociais e parte do judiciário brasileiro é a Ferrogrão (EF-170). Uma ferrovia com cerca de mil quilômetros, que pretende ligar Sinop (MT) ao porto de Miritituba. Não só a Cargill, mas também ADM, Bunge, Dreyfus e a nacional Amaggi pressionam pela execução da obra, que cruzará ao menos 17 unidades de conservação e seis terras de comunidades originárias, além de três povos indígenas isolados (Melito, 2023). Mas não só na construção da sua infraestrutura é possível notar irregularidades: foi rastreada a aquisição de soja, tanto pela Cargill quanto pela Bunge, advinda da propriedade Brasília do Sul, envolvida diretamente em processos de grilagem de terras indígenas e assassinatos, como o do líder Marcos Veron (EarthSight, 2022). Questões como as acima mencionadas, somadas à problemáticas nas diversas cadeias em que a empresa está envolvida — como o impacto ambiental, a presença de trabalho escravo e alimento fornecido contaminado — fez com que a Cargill fosse nomeada ‘A Pior Empresa do Mundo’ pela organização Mighty Earth (2019).

Já a empresa Bunge integra a dita cadeia agroalimentar brasileira desde 1995, está presente desde a compra e processamento de grãos até a industrialização de alimentos, sendo líder dos serviços portuários (figura 25). Mais de 28% do seu *staff* e  $\frac{1}{3}$  das instalações estão no país atualmente. Também possui marcas consolidadas no mercado

como Soya, Salada e Delícia (Bunge, 2024a). No ramo da soja, abocanhou o mercado brasileiro em 1997 ao adquirir a então maior processadora, Ceval, quando suas operações se consolidaram no Mato Grosso central e Bahia oriental (Trase, 2018). Se manteve como principal *trader* no Brasil até o ano de 2019, momento em que foi ultrapassada pela Cargill por leve margem. No ano de 2020 foi responsável pela exportação de cerca 13 mi/ton, 25% do total (Lathuillière *et al.*, 2022).

Figura 25 - Unidades Bunge na América do Sul



Fonte: Bunge, 2018, p. 8

Dentre sua importante infraestrutura portuária, se destaca a unidade em Rio Grande/RS (figura 26) e a provável aquisição — em consórcio à Zen-Noh Grain Corporation — de metade do porto de Santos, o maior da América Latina (Forbes, 2024). Este foi seu principal porto de evasão de 2010 a 2013 e desde 2016, quando desbancou o de Rio Grande, contando com mais de 29% do total em 2020 (Lathuillière *et al.*, 2022). Em Rio Grande, o impacto da Bunge Alimentos vem se expressando negativamente por meio da reincidência em crimes ambientais, notado no descarte inadequado de resíduos sólidos e líquidos (Rodrigues, 2018). Apesar de o Ministério Público Federal na cidade ter denunciado a empresa e seus diretores, a segunda turma do STF decidiu encerrar a ação contra o presidente da empresa à época dos ocorridos, Raul Alfredo Padilla, por entender que não havia provas ligando sua conduta ao fato (STF, 2022).

Figura 26 - Terminal Portuário Bunge Alimentos em Rio Grande/RS



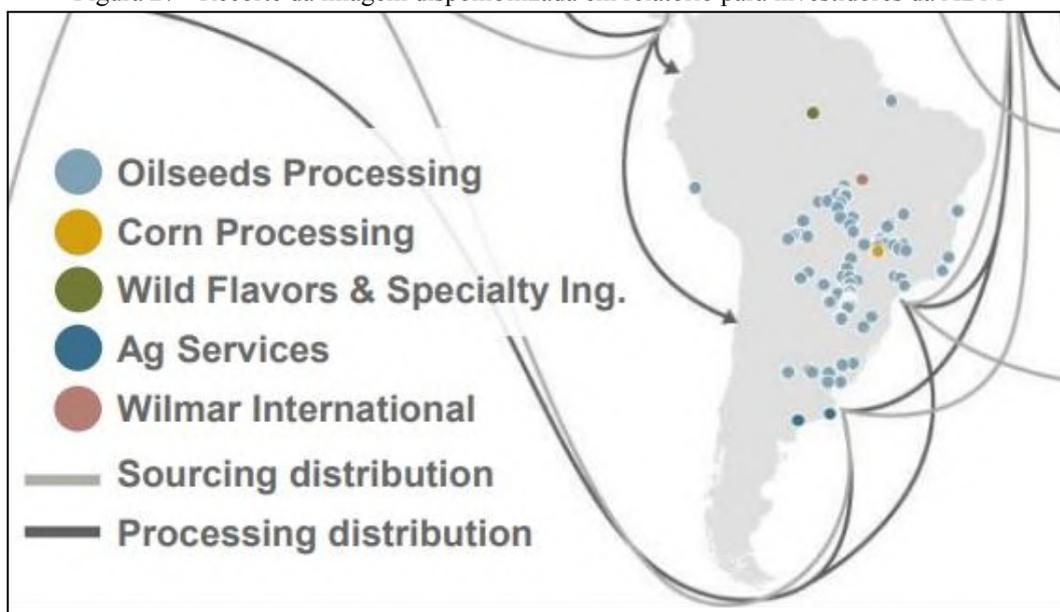
Fonte: PortosRS (2024, n.p.).

Uma questão alarmante é o papel da empresa na expansão da fronteira agrícola em direção às áreas de Cerrado. Nesse bioma, as atividades da mesma correspondem a metade do risco de desmatamento. E mesmo reconhecendo a recepção de soja de fazendas que desmatam, não expressou intenção em romper com tais fornecedores ou aprofundar investigação sobre os demais (Pittelkow, 2023). Ao verificar as atividades da ETN no sul do Piauí, Vicente Eudes Lemos Alves (2012) nota que sua presença alterou dramaticamente a comercialização de produtos da região, com tendência de monopólio da soja e monopólio de insumos e financiamentos. Reforçando um ciclo de padronização das culturas, crescimento dos ônus ambientais e extinção dos meios de reprodução do modo de vida local.

A empresa em terceiro lugar, ADM, concentra suas operações estrategicamente perto das matérias-primas, no caso, os Estados Unidos é seu principal fornecedor de *commodities* agrícolas. Então 49% das instalações de processamento e distribuição de oleaginosas estão localizadas na América do Norte (Cunha, 2020). No Brasil, a entrada se deu em 1997 e sua soja tende a advir do Mato Grosso (Trase, 2018) sendo majoritariamente despachada através do porto de Santos (Lathuillière *et al.*, 2022). Neste, houve um pesado investimento estrutural, gerando um recorde de movimentação de carga e a transformação das esteiras transportadoras para o tipo enclausurado, que limita a

poluição atmosférica com poeira (Figueiredo, 2023). A partir da comparação entre os documentos disponibilizados pela empresa, no Relatório para investidores de 2022 eram mapeadas 37 unidades de distribuição e 17 de processamento (ADM, 2023), enquanto que no relatório do progresso sojeiro da ADM na América do Sul de 2023 (ADM, 2024c) são indicados apenas 30 unidades de obtenção e aquisição, sete estruturas de processamento e um escritório de comercialização. A imagem a seguir é a mais recentes disponibilizada que indica as unidades da empresa localizadas no território de estudo:

Figura 27 - Recorte da imagem disponibilizada em relatório para investidores da ADM



Fonte: ADM (2016 *apud* SSD, 2017).

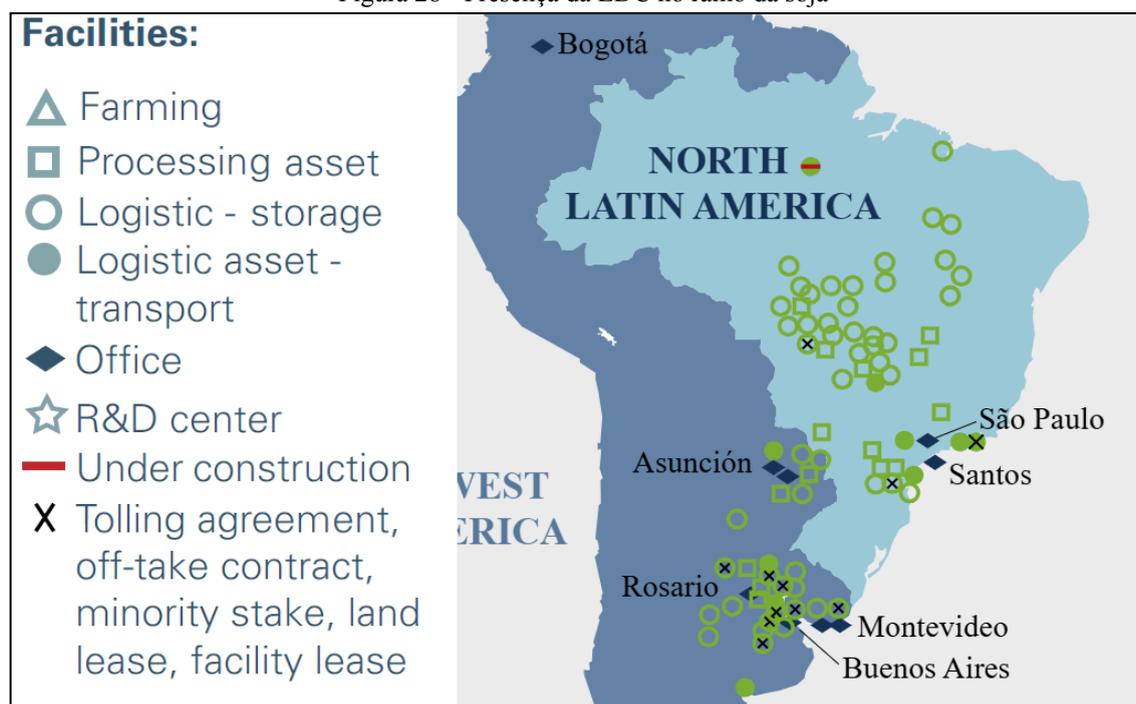
Ela esteve entre as duas maiores *traders* do grão brasileiro em 2009 e 2013, nos demais anos estudados se manteve como terceira. Com 24.3% do exportado em 2020 (Lathuillière *et al.*, 2022). Direcionando relatórios específicos ao progresso da soja na América do Sul, que permeiam planos de ação de não-desmatamento e garantia da rastreabilidade da origem do grão está disponível a informação de que no ano de 2023 a empresa comemorou 25 anos de presença no Brasil plantando 25 mil árvores de espécies nativas à região (ADM, 2024c). O ano de 2024, no entanto, foi marcado pela queda de suas ações devido a erros contábeis e cortes na previsão de lucro anual. Todavia, importante fatia da piora nos resultados é justificado pela corporação, no cenário de baixa produtividade de grãos em Mato Grosso (Carvalho, 2024).

Compromissos socioambientais não isentaram a ETN de estar presente em denúncias sobre aquisição de soja advinda de fazendas irregulares, que pressionam o

território de camponeses em vias de praticar ‘grilagem verde’. Tal esquema visa se apropriar de terras tradicionais para compensar o fato de que demais propriedades foram exploradas sem cumprir o mínimo de Reserva Legal (RL) para o bioma Cerrado. Segundo a Procuradoria Geral do Estado da Bahia (PGE-BA) a comunidade de Capão do Modesto vem sofrendo investidas e ameaças nesse sentido (Alessi, 2023).

À Louis Dreyfus, no Brasil a partir de 1942, coube 15% da soja exportada do Brasil em 2020. Seu insumo é proveniente em grande parte do Sul e Centro-Oeste brasileiro, desembarcando a partir dos portos de Santos e Paranaguá, tendo este tomado o primeiro lugar a partir de 2016 (Trase, 2020). Abaixo, as unidades da empresa no cone-sul (figura 28) Também cita-se que tal empresa estabeleceu uma *joint venture* com a Amaggi em 2009, e ambas vêm expandindo seus negócios para a região do Matopiba<sup>21</sup> (Trase, 2018). Recentemente, foi anunciado a rastreabilidade de 84% da *supply chain* para com os plantadores brasileiros (LDC, 2023c; LDC, 2024e).

Figura 28 - Presença da LDC no ramo da soja



Fonte: adaptado de LDC, 2020; 2022, p. 12; 2025.

Já a COFCO é a grande peculiaridade em termos de deslocamento do eixo geográfico sede às empresas. Como já citado, Escher e Wesz Junior (2022) notam o

<sup>21</sup>Matopiba é a uma região que compreende a região de Cerrado do Sul e Leste do Maranhão, a totalidade de Tocantins e a parte Oriental de Piauí e Bahia, a nomenclatura é um acrônimo para tais Unidades Federativas. Em 2012, recebeu atenção do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos como recente fronteira agrícola brasileira (GRAIN, 2020).

domínio absoluto da cadeia da soja por parte de quatro companhias transnacionais do Atlântico Norte na década de 1990. Mas o rápido crescimento da COFCO, principalmente após a aquisição da Noble Agri e da porção da América do Sul da Nidera no ano de 2014, deu nova dinamicidade ao setor. O que transparece no seu alcance instantâneo à quinta colocação das transações brasileiras (Lathuillière *et al.*, 2022). Desde então o país se mostra central para a COFCO International, não só pelo traslado de soja, mas também algodão, arroz e café, haja visto que é onde está localizada 70% da sua força de trabalho (Milhorange; Locatelli, 2020).

No mais, atenta-se que o posicionamento estratégico da estatal chinesa prioriza a exportação da soja em grão, para que seja beneficiada no interior da economia sínica. Isso gera certo movimento de desinvestimento nas agroindústrias de esmagamento de soja e produção de óleo brasileiras, ao se diminuir a produção e parar obras que estavam sendo executadas no momento em que as empresas incorporadas foram adquiridas (Escher; Wesz, 2022). Enquanto pode-se notar o forte suporte da mesma em logística e armazenagem de grãos, como visto na figura 29. Além disso, passou-se a incentivar a utilização de insumos produzidos por empresas estatais chinesas, atrelando-os ao financiamento produtivo e à compra do grão (Escher; Wesz, 2022). Ainda que a COFCO não ignore as dinâmicas das firmas adquiridas, buscando reproduzi-las e adaptando a sua abordagem à realidade de cada país das filiais. Além da busca por pessoal, contratando técnicos e gerentes advindos de concorrentes — com importante *expertise* junto dos locais de produção (Wesz; Escher; Fares, 2021).

Figura 29 - Unidades da COFCO na América do Sul



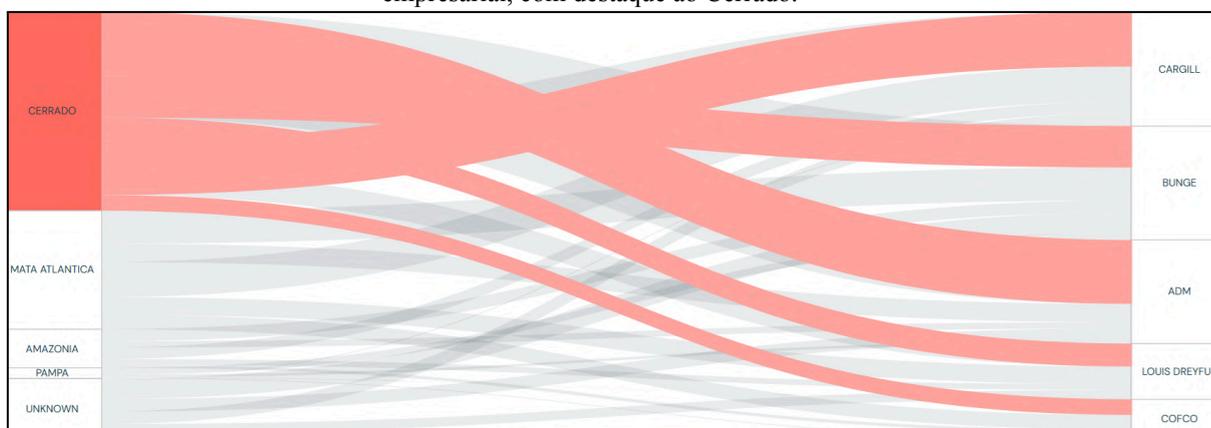
Fonte: Adaptado de COFCO (2024b, n.p.).

Dos 1.5% do volume de soja registrados no ano de sua entrada no mercado brasileiro, 2005, a empresa manteve um oscilante crescimento até o ano de 2014, quando a partir das incorporações citadas deu um salto para 16.7%. No ano seguinte chegou a desbancar a consolidada LDC por 1.3 pontos percentuais, mas perdeu a posição posteriormente e se manteve estável por volta de 13% do mercado (Lathuillière *et al.*, 2022). É estimado que no ano de 2020 a COFCO Int. tenha exportado mais de 5 mi/ton de soja do Brasil (Lathuillière *et al.*, 2022), mas não é possível precisar o volume, pelo grande número de subsidiárias de capital fechado envolvidas que não fornecem informações voluntariamente. (Dallabrida; Chavkin, 2023). O coração das suas operações está em Mato Grosso, onde possui uma rede de silos com a capacidade de armazenar 1.1 mi/ton de grão. Nessa Unidade Federativa, a COFCO chega a receber 85% de desconto em alguns impostos (Dallabrida; Chavkin, 2023).

Também é vital lembrar que quase metade do Mato Grosso e toda Região do Matopiba são cobertos por Cerrado, do qual a COFCO extrai  $\frac{1}{3}$  da soja no país (Dallabrida; Chavkin, 2023). Bioma este, que cobre mais de um quinto do território brasileiro, mas possui menor proteção ambiental que a Amazônia (Milhorange; Locatelli, 2020), tanto que já perdeu metade da sua vegetação nativa (Dallabrida; Chavkin, 2023). No ano de 2020, a COFCO International comprou mais de 12 mil hectares de soja proveniente de território recentemente aberto, a maior parte do Cerrado. (Lathuillière *et al.*, 2022). Há fortes indícios de que a mesma vem adquirindo soja do arco do desmatamento, em fazendas embargadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA-MT) no Cerrado e em área desmatada na Amazônia, mesmo assim, ela recebeu uma *Sustainability-Linked Loan* de 2,3 bilhões de dólares, a maior já registrada para empresas de *commodities*. (Dallabrida; Chavkin, 2023).

Apesar da COFCO ter atingido a rastreabilidade total dos seus fornecedores diretos em 2023, a mesma não apresenta dados sobre os indiretos. Elos em que, segundo Poliana Dallabrida e Sasha Chavkin (2023), tendem a ocorrer as principais irregularidades. Em comparação, a Amaggi, rastreia 26% das aquisições indiretas na Amazônia e a Bunge monitorou 65% destas no Cerrado, em 2022. No gráfico seguinte é possível notar a importância desse bioma na produção de soja, para todas as empresas estudadas:

Gráfico 27 - Bioma em que a soja foi produzida no Brasil, ligado à porção exportada em 2020 por cada grupo empresarial, com destaque ao Cerrado.



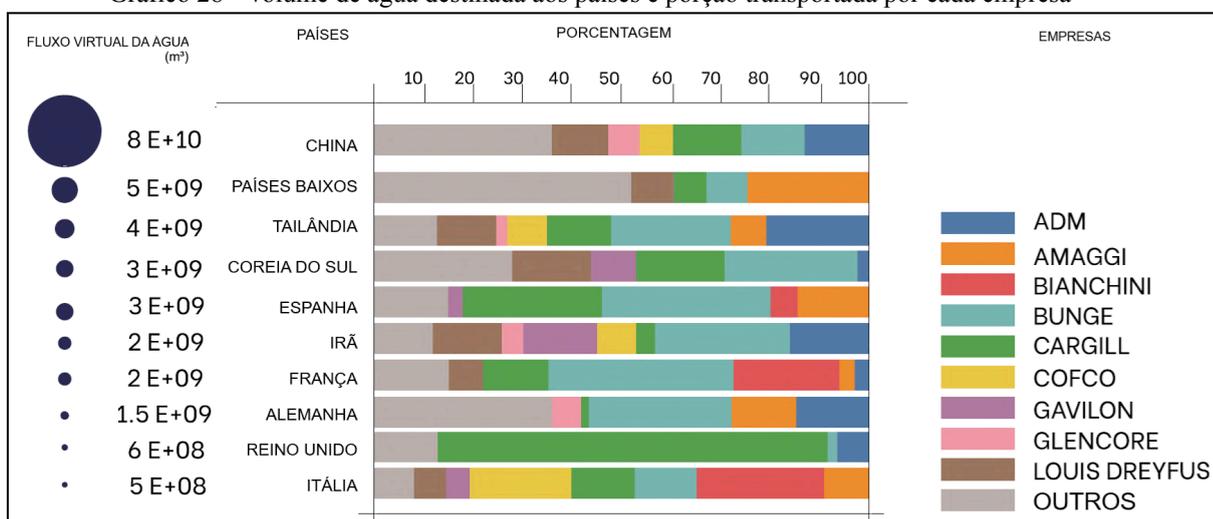
Fonte: Elaborado em Trase (2024, n.p.), com dados de Lathuillière *et al.* (2022).

O Cerrado se tornou 45% da área agropecuária nacional, origem de mais da metade da soja produzida. Um *locus* cuja estrutura logística e agrária crescentemente se adequa à organização de conglomerados estrangeiros. Havendo destaque para os terminais de Cargill e COFCO, zonas irradiadoras de expansão das atividades de fundos de pensão e investimento (Grain, 2020). Nesse sentido, a produção da soja se destaca no processo de desmatamento: foi responsável por 12 milhões de alqueires, dos 16.5 mi convertidos na última década (Grain, 2020).

Para tentar frear o processo que assola um bioma, pode-se tomar como exemplo a Moratória da soja na Amazônia: um acordo costurado entre as empresas distribuidoras de grãos, governos e a sociedade civil. Nele a ABIOVE e a ANEC (Associação Nacional dos Exportadores de Cereais) firmaram o compromisso de não financiar ou comercializar a produção advinda de áreas derrubadas após 2008. Somado a outros esforços, houve algum sucesso na iniciativa, estimando-se a preservação de 17 mil km<sup>2</sup> da Amazônia, muito embora  $\frac{1}{5}$  do grão exportado do Brasil em 2018 ainda tenha ligação com desflorestação (Garcia, 2021). Lucy Nepstad *et al.* (2019) argumentam que se a iniciativa tivesse sido implementada no Cerrado entre 2008 e 2014, a mesma englobaria 0,7 milhão de hectares de soja. Visto que esta savana de altitude fornece água para oito das doze bacias hidrográficas brasileiras, sua proteção é essencial para a manutenção do ciclo hidrológico, e até mesmo a continuidade de outros biomas (Milhorange; Locatelli, 2020).

Nesse sentido, cabe pensar no deslocamento de recursos vitais e estratégicos, que são exportados através da CGV da soja<sup>22</sup>. O estudo de Elena De Petrillo, Marta Tuninetti, Luca Ridolfi e Francesco Laio (2023) traça o fluxo de água embutido na exportação do grão, contabilizando o país de destino e a ETN responsável pela transação, como resumido no gráfico 28. Entre os anos de 2004 e 2018 foi registrado um aumento de 43 para 100 bilhões de m<sup>3</sup> da água que os municípios brasileiros fornecem anualmente para os 10 principais países importadores. Como esperado, a China lidera com 80% do total. No entanto, se destaca o fato de que as companhias foram responsáveis por quantias maiores que os demais países. Por exemplo, a Bunge deslocou quatro vezes mais volume de água que o recebido pela Tailândia, e Louis Dreyfus, o dobro dos Países Baixos.

Gráfico 28 - Volume de água destinada aos países e porção transportada por cada empresa



Fonte: Traduzido e adaptado de De Petrillo *et al.* (2023).

Se destaca também a capacidade das companhias em se conectar a diferentes fontes de recursos, se adaptando a momentos de crise hídrica ou outros gargalos. Semelhantemente, os países receptores de soja possuem certo poder de manobra, quanto mais amplo seu leque de fornecedores. Por outro lado, o local de produção da *commodity* possui menos ferramentas para lidar com situações emergenciais (De Petrillo *et al.*, 2023).

Conseqüentemente, as ETNs são essenciais para aprimorar a sustentabilidade das cadeias de fornecimento, assumindo o elo global-local. Os autores (De Petrillo *et al.*, 2023) argumentam pela necessidade de constituir uma sinergia entre estas, governos, sociedade civil e pesquisadores, estabelecendo uma rede de trocas de informações que visa a

<sup>22</sup>Para analisar o desequilíbrio no ciclo do nitrogênio aliado à exportação de proteína vegetal para a Europa, acessar Rezende *et al.* (2023). Já em Silva *et al.* (2017) é analisado o efeito ambiental e de insegurança alimentar em cascata, gerado no Brasil, a partir da alta demanda chinesa por soja.

manutenção da biosfera. Dessa forma, os dados fornecidos pelas firmas podem qualificar o trabalho científico e direcionar esforços políticos, além das movimentações econômicas, para soluções eficazes.

Outras consequências ambientais também foram tratadas por Escobar *et al.* (2020), ao avaliar a emissão de CO<sup>2</sup> decorrente da produção e do comércio da soja brasileira entre os anos de 2010 e 2015. No período, as exportações do grão e derivados corresponderam à emissão de 223,46 mi/ton de Gases de Efeito Estufa (GEE), sendo a China responsável por mais da metade. Todavia, foi surpreendente descobrir que os países que compõem a UE apresentaram maior pegada de carbono, devido à ligação com áreas desmatadas. Também é interessante notar que há uma grande variabilidade no que diz respeito ao impacto dos municípios, graças às diferenças no uso da terra e na inserção da cadeia produtiva. Nesse sentido, houve alta intensidade de carbono por tonelada exportada do MATOPIBA, enquanto o Mato Grosso se destacou pelas quantidades absolutas.

Outro mais, nos locais de extração da *commodity*, as questões do desmatamento e da exaustão hídrica tendem a somar-se à contaminação de solo e água, bem como a consequente perda de biodiversidade. Então, os territórios tradicionais, indígenas e camponeses tendem a ser deslocados para áreas de menor produtividade, ao serem impactados pela ampliação dos monocultivos (Aguiar, 2021). De forma que o modelo sul-americano de expansão da fronteira agrícola, tem se caracterizado pela geração de tensões socioespaciais (Freitas, 2021).

Tendo em vista que a soja, diferentemente de grande parte dos *commodities* minerais, é extraída de forma extensiva e envolve múltiplos grupos econômicos, é comum a preferência pela infraestrutura mantida por terceiros (Aguiar, 2021). Confluindo, os grandes projetos implementados no território brasileiro tendem a considerar as necessidades de agentes privados na busca por capitalização, como notado na figura 30. A partir de Diana Aguiar Orrico Santos (2019) podem ser citados exemplos de ferrovias que a China Communications Construction Company (CCCC) sinaliza interesse de investimento, em vias de obter concessão: o trecho entre Palmas (TO) e Anápolis (GO); a via entre Ouro Verde (GO) e Estrela D'Oeste (SP); a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol); a Transnordestina e a já abordada Ferrogrão.

Figura 30 - Integração logística do arco-norte, impulsionado pela expansão da fronteira agrícola



Fonte: Adaptado de Neder (2023).

De outro ângulo, no aspecto de P&D, Søndergaard (2018) recorda do desenvolvimento em variedades de plantio adaptadas às distintas regiões brasileiras, pela empresa pública EMBRAPA. Gerando, então, ramificações estruturais na produção de pesquisas. Entretanto, mantém-se a dependência com um agente externo, visto que a parceria com a Monsanto na produção das sementes transgênicas resistentes a agrotóxicos garante a ela importante fatia dos lucros adquiridos.

Havendo intenção de adentrar nas questões sócio-ambientais que atravessam o tema, cabe ensejar reflexões sobre os interesses brasileiros no seu posicionamento em tal mercado e quais são os objetivos que busca-se atender a longo prazo, tendo em mente o investimento logístico que a *filère* sojeira vem despendendo a mais de meio século. Para além de uma primeira vista, em que se acentua a inserção do Brasil na cadeia da soja em vias de atender a demanda externa, Søndergaard (2018) realça fatores como a dependência

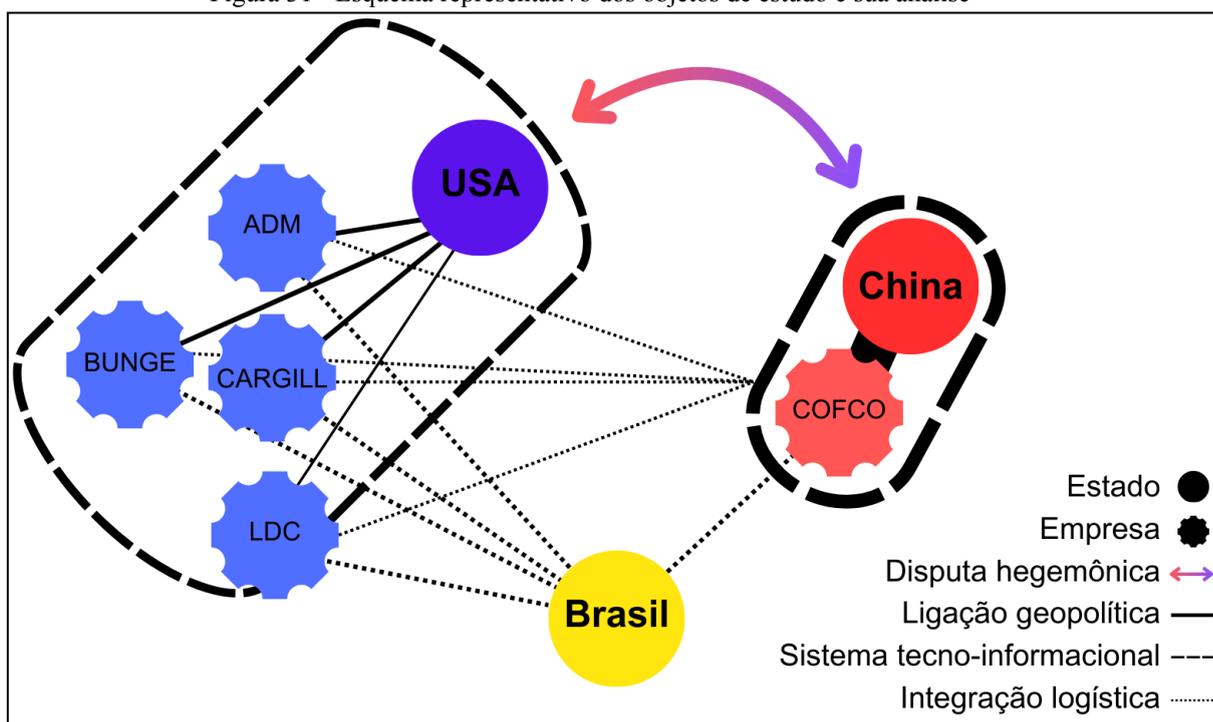
de insumos importados, tal qual pesticidas, fungicidas, herbicidas e fertilizantes, além das consequências degenerativas presenciadas, do solo, da água e da biodiversidade.

Elisa Pinheiro de Freitas (2021) argumenta pela necessidade do agronegócio brasileiro se nortear pela participação em etapas de melhor remuneração do capital, em contraponto às práticas de baixa capilarização territorial praticadas pelas *traders*. Se visa assim, retomar a soberania de recursos, não só escassos, mas vitais para a reprodução social. Outros pontos que podem incentivar o aprimoramento da CGV da soja no Brasil advém da seara externa: primeiramente, as barreiras não tarifárias de cunho ambiental que tendem a ser praticadas por países em que o setor agrícola é extremamente organizado, como o europeu. Em segundo está a própria potencialidade da agenda verde ser utilizada como *soft power* pelo Estado brasileiro.

Conclui-se, por fim, que a logística se reafirma como fulcro do poder. Ainda que o território brasileiro esteja integrado às redes das citadas empresas, seus interesses geopolíticos não o estão. Como mencionado, a Amaggi, empresa transnacional (ETN) mais relevante do setor com sede no Brasil, direciona sua gestão para a esfera de ação de outras *tradings*, ao mesmo tempo em que grande parte dos recursos por ela comercializados é indiretamente demandada pela China. No que se refere às dinâmicas geopolíticas, a participação das firmas brasileiras permanece muito aquém da atuação dos entes privados que se inserem nas disputas pela monopolização do capital internacional.

Inspirado no enfoque proposto por Babic, Fichtner e Heemskerk (2017), identificam-se duas principais esferas de projeção de poder, conforme a relação entre Estados e empresas se mostra mais coesa. A abordagem realista, justaposta e multidimensional (Figura 31), também evidencia a integração logística da China com a totalidade das ETNs, ainda que seu sistema técnico não permita a inserção de atores estrangeiros na alocação interna de recursos. Por outro lado, a COFCO mantém uma participação limitada na economia estadunidense. No mais, fica evidente a assimetria na posição do Brasil em relação às demais extremidades de influência: sem uma ETN capaz de competir com o oligopólio vigente, ou mesmo se posicionar de forma autônoma no sistema técnico-científico-informacional

Figura 31 - Esquema representativo dos objetos de estudo e sua análise



Fonte: Produzido pelo autor (2025).

#### 4.2 A NATUREZA DA SOJA NO MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL

Assim como tratado na seção 2.2.2, a abordagem ao espaço deve considerar a multiplicidade de fatores que interferem na sua composição. Para o presente estudo busca-se realçar as implicações socioambientais da aplicação pragmática e estratégica acerca do conhecimento sobre o meio. Ainda assim, se reconhece o fator político nesta relação, salientando que o padrão vigente da utilização das técnicas é decorrente de uma série de condições históricas. Então, optou-se por analisar a própria constituição do espaço como um amálgama entre os sistemas de objetos e ações, interagindo de forma complexa.

Portanto, outro aspecto de envergadura para pensar na CGV da soja é a sua participação na produção do espaço, conforme a esta expressão está intimamente ligada à consolidação do meio técnico-científico-informacional. O que se fez latente na abordagem da realidade brasileira é o espraiamento desse cultivo, advindo do outro lado do globo, mas inserido em uma determinada cadeia de produção — por sua vez, sintomática do funcionamento da política internacional.

Dessa forma, o grão de soja se torna uma *commodity* central para o campo, quando inserido em uma família de técnicas muito específica, possibilitadora da cultura mecanizada e intensiva em insumos. Ainda, a reprodução desses objetos, nos mais distintos territórios, está intimamente conectada a um sistema de ações altamente específico. Se por um lado diversas sociedades passaram a se integrar a hábitos alimentares como meras atividades de consumo, por outro, a reprodução da base material da vida se iguala à necessidade de constante e ascendente capitalização. No ínterim, a sojicultura se integra a uma série de tarefas, atendendo a tal lógica e conectadas ao mercado mundial.

Tendo em perspectiva que os processos técnicos, econômicos e políticos podem ser operados a partir de bases que irradiam informações para diversos pontos, nessa esteira, ETNs se estabelecem entre os grandes decisores acerca da alocação e utilização dos recursos. Exatamente graças à unicidade da técnica, a atuação pode ser coordenada de forma segura, instantânea e complementar. Ainda que haja vultosa dispersão dos momentos de operação, a concentração da gerência nas áreas de inovação, circulação e gestão do capital permite uma resposta uniforme. Tal funcionamento proporciona a produção de uma mais valia em nível mundial, a partir do “motor único” das vidas econômica e social em um exercício de instrumentalização e racionalização do espaço (Santos, 2020, p. 204).

Isso, porque o controle desde a concepção, até a fabricação e produção, o todo é integrado mundialmente (Veltz, 1993 *apud* Santos, 2020). Dessa maneira, firmas de proporções extraordinárias se aliam para organizar os mercados e circuitos produtivos (Michalet, 1984), reduzindo custos, e tirando máximo proveito, tanto na prática de escalonamento quanto em especializações de firmas associadas. O que, por sua vez, se orienta para a formação de firmas-rede, ramificadas, interdependentes, flexíveis e móveis (Santos, 2020). Nasce aqui um complexo industrial transnacionalizado (Zimmermann, 1988 *apud* Santos, 2020) que passa do regime concorrencial para a regulação monopolista (Attali, 1981 *apud* Santos, 2020). Tanto, que as grandes transnacionais utilizam todas as redes e se servem da totalidade dos territórios, se tornando atores centrais da vida internacional (Santos, 2020, p. 43).

É assim que se constituem as organizações privadas no nível mundial. São elas que comandam as técnicas hegemônicas da produção da informação e da finança, por intermédio das quais galgam o comando do tempo e realizam a mais-valia global (Santos, 2020, p. 211). Mas as grandes organizações não garantem sua hegemonia através da pura e

simples capacidade de gerar lucro, os aspectos políticos são tão relevantes quanto. Expressos no controle da produção, circulação, distribuição e consumo, se vê a capacidade de tais entes em gerar uma corporatização do território (Santos, 2020). Elas estabelecem normas internas e externas: para seu funcionamento técnico, e seu comportamento político frente ao poder público, bem como suas relações de cooperação e concorrência com demais firmas. E aqui chamam atenção Taylor e Thrift (1982 *apud* Santos, 2020) na capacidade de poder das organização estar atrelada à influência dos recursos que fazem funcionar outras organizações.

Um exemplo interessante para se pensar no espraiamento e impacto das ETNs ligadas à cadeia da soja no terreno sul-americano reside na percepção latente no imaginário coletivo da consolidação de uma transformação do cone-sul na virada do milênio. Um movimento, como veremos, que não surge no vácuo. No ano de 2003 a transnacional de agroinsumos, Syngenta<sup>23</sup>, vinculou uma peça publicitária nos jornais argentinos Clarín e La Nación, em que representava um vasto território, designado ‘República Unida de la Soja’ (figura 32). Muito embora, no ano em questão, a soja Geneticamente Modificada (GM) fosse legalizada somente no Uruguai e na Argentina, o tracejado envolve também importante parte de Brasil e Bolívia e cobre a totalidade do Paraguai. Na realidade, sementes transgênicas já vinham sendo contrabandeadas através das fronteiras desde a década passada, mas a propaganda foi uma entre as várias iniciativas de pressão sobre distintos governos. Em decorrência da intervenção de associações de produtores e lobistas do agronegócio, em 2004, o Paraguai aprovaria a produção com sementes GMs, e no ano seguinte Brasil e Bolívia integrariam o *rol*.

---

<sup>23</sup>Ainda que não seja central ao presente estudo, se menciona que a empresa Syngenta surge da iniciativa de grupos majoritariamente suíços, e embora a americana Monsanto tenha feito uma oferta de compra desta no ano de 2014, foi a ChemChina que a adquiriu em 2016, na maior transação chinesa do tipo feita até o momento. Posteriormente, as atividades agrícolas da Nidera, The Cropio Group, Sinochem e Adama também passaram a integrar a nova companhia, agora identificada como Syngenta Group, baseada em Basileia (Suíça) mas sob auspício da China (Li; Chan, 2023).

Figura 32 - Recorte do anúncio publicizado na Argentina em 2003



Fonte: Grain, 2013.

Nessa toada, cabe notar que o movimento de hegemonia de certos objetos e ações que passam a se instalar na sociedade, tidos como hierarquicamente superiores aos demais, não é simplesmente técnico, é mais que tudo histórico. A substituição e a velocidade com que ocorre a obsolescência dos equipamentos e lugares advém da doutrina da competitividade produzida por atores globais, notadamente empresas, organizações e bancos (Santos, 2020).

O espaço passa a ser povoado por objetos que se difundem quantitativamente como nunca testemunhado, e cuja qualidade também é ímpar — por abarcar até mesmo processos vitais, gerando novas espécies animais e vegetais. A paisagem é cientificizada, tecnicizada por meio do nexos informacional e os artefatos se associam a atores hegemônicos através de lógicas globais. Há proeminência, então, de espaços racionais, que tentam fazer o encontro entre “a ação pretendida e o objeto disponível com o máxima eficácia” (Santos, 2020, p. 300) e cuja regulação parte de comandos centralizados. Como confere a figura seguinte, são inúmeros agentes privados que se posicionam no território, havendo toda uma infraestrutura que dá suporte às suas operações.

Figura 33 - Infraestruturas logísticas e principais agentes na expansão do agronegócio



Fonte: Adaptado de GRAIN (2020, n.p.).

Azevedo e Kato (2024) demarcam a valorização da terra e dos recursos naturais na presente fase do capitalismo extrativista, de forma que há demanda pela intensificação de um aparato logístico que dê conta de extrair as *commodities* da periferia do sistema mundial. Enquanto que essa zona, no caso o Brasil, assiste a reprimarização da economia. Já para as populações que são diretamente impactadas pelos empreendimentos em questão, seu significado está na ameaça do acesso à própria subsistência. E aqui os autores apontam as Estações de Transbordo de Carga (ETCs) do corredor Tapajós como importante disruptor da cultura Munduruku.

Nesse movimento, não só o meio ambiente se impregna da tecnologia, mas a sua domesticação se confunde com a dos humanos. Presenciamos a extinção de espécies através da execução da racionalidade homogênea. O pesticida, como exterminador da vida indesejada, é utilizado nas mais distintas geografias. Ao contrário da multiplicidade de técnicas para combater pragas utilizadas anteriormente, que estavam ligadas aos recursos da região daquela produção agrícola (Hui, 2020).

De sorte que o meio rural é preenchido crescentemente pela artificialidade e as transformações biotecnológicas, químicas e organizacionais (figura 34). O que interfere sensivelmente na produção por unidade de tempo e espaço. Ali se descortina também o impacto da reorganização territorial balizada pela lógica competitiva e pela racionalidade que lida pragmáticamente com os objetos. O corpo social se altera, e os interesses se orientam para a individualidade, o que se expressa no exercício da política e na própria relação com a urbanização. Se por um lado, a cidade passa a regular o trabalho agrícola, controlando os capitais tecnológico, financeiro e intelectual, por outro, a *urbe* passa a adaptar-se às exigências do campo modernizado (Santos, 2020).

Figura 34 - Registro da 'Cosecha de Soja' em Tangará da Serra/MT (2012)



Fonte: Fotografia de Livio Giordano (2022), disponível em Tierra Viva.

Inclusive, a especialização de lugares, tanto no campo como na cidade, diz menos respeito aos recursos naturais do que às condições técnicas e políticas. Há um hiperativo de modernizar selecionadas áreas no intuito de atender atores privilegiados, enquanto o restante dos recursos sociais, principalmente os coletivos, são utilizados conforme uma racionalidade que não visa atender à população como um todo. Sendo seriamente custoso renovar a materialidade, alterar os capitais fixos, os agentes que concentram a capacidade decisória buscam atender seus interesses particulares (Santos, 2020).

O autor, no entanto, é cauteloso ao analisar a difusão de inovações aos casos específicos, apontando riscos ao estudar sua gênese, tanto isoladamente quanto em conjunto. Visto que “[a] adaptação à modernidade não se submete a leis absolutas” (Santos, 2020, p.226). Nesse sentido, o impacto da corrente etapa do capitalismo possui características específicas, que devem ser posicionadas no seu longo movimento. O que se presencia, então, é a convivência entre alguns objetos novos e o restante, objetos herdados de diferentes épocas (Santos, 2020).

Mesmo que latente a primazia das empresas sobre um relógio mundial que se mescla aos espaços de globalização, ele opta por assinalar a dinâmica parcial do processo, realçando que não há um tempo nem um espaço global, hegemônicos completamente por tais atores (Santos, 2020, p. 333).

E a própria historicidade da configuração entre objetos e ações imprime possibilidades múltiplas para outras naturezas de relações. A expansão da soja testemunhou uma série de estratégias de respostas. Povos originários e tradicionais, frente à espoliação, buscaram resistir em sua terra e retomá-la de grileiros, e até mesmo se re-territorializar para além da expansão das *plantations* ou junto de acampamentos da reforma agrária (Aguiar, 2021).

Todavia, há grande dificuldade de pensar o usufruto do território, respeitando a diversidade de ser e estar no mundo; ou até mesmo o papel da soja, para além da *commodity*-exportação. Para Diana Aguiar (2021, p. 6) isso se dá porque, propriamente, “[a] cadeia monocultural é um instrumento político que aprisiona outras formas de viver e produzir”. Ao que Yuk Hui (2020) se volta para as localidades, na esperança de redescobrir a diversidade de elos entre a técnica e o meio, que se expressa no pensamento geográfico. Assim, ele cria um paralelo à biodiversidade. Para o filósofo, há necessidade de discutir a ecologia das máquinas a partir da noção de tecnodiversidade. Tendo em mente que são infinitas as possibilidades de relação entre as culturas e o cosmos, faz-se crucial pensar na multiplicidade da cosmotécnica.

O que se perfaz é que a transformação agrologística, frequentemente celebrada como um fator de progresso, ilustra um paradoxo: o simples aprimoramento da infraestrutura de transporte, essencial para o escoamento da soja, não necessariamente se traduz em uma melhoria substancial das condições de vida da população dos locais impactado. Em vez de promover uma distribuição mais equitativa dos benefícios do crescimento econômico, o Brasil tem se consolidado, cada vez mais, como um fornecedor

de insumos primários de baixo valor agregado. Essa dinâmica, que expõe a fragilidade do modelo de desenvolvimento baseado na exportação de *commodities*, desconsidera as implicações sociais, econômicas e ambientais dessa dependência, perpetuando uma relação subalterna na divisão internacional do trabalho.

Ainda que não se possa ignorar que a centralização da disputa através de meios técnico-científico-informacionais significou o estabelecimento de uma racionalidade que privilegia tão somente ao lucro. Algo deveras problemático, já que aceita a premissa de que o movimento de homogeneização dos sistemas técnicos conduz necessariamente a uma disputa nos termos da tendência vigente.

Porém, busca-se argumentar que a construção de sistemas de ações paralelos à trajetória ocidental manteve-se possível no período recente. A capacidade da República Popular da China como importante *player* internacional oxigena a percepção de que há viabilidade da construção de múltiplas formas de se inserir na economia capitalista. Inclusive, seu fortalecimento encontra capacidade de disputar importantes fatias de poder no Sistema Internacional. Com essa reflexão, todavia, não se visa incorporar a alternativa chinesa acriticamente — alçando-a como referência de trajetória. Há, inclusive, inúmeras questões sobre o deslocamento do ônus socioambiental de seu vertiginoso crescimento, o que acarreta indagações acerca dos benefícios mútuos na cooperação sul-sul.

Nesse debate, a tecnodiversidade nos convida a refletir sobre outras possibilidades de construção de sistemas econômicos e sociais. A aplicação desse conceito ao caso brasileiro sugere que o país, longe de se submeter passivamente às imposições de um sistema agroalimentar global homogeneizante e predatório, poderia buscar formas alternativas de inserção. A ideia de "empresas vivas", conforme proposta por Capra e Luisi (2014), oferece uma perspectiva inovadora ao pensar as corporações — não como agentes de dever fiduciário e desprovidos de responsabilidade, mas — como elementos dinâmicos, capazes de atender às necessidades dos trabalhadores e dialogar de maneira respeitosa com o território em que operam, considerando suas especificidades.

A ponderação sobre a construção de um projeto de nação, em um contexto de acelerada reificação do meio, torna-se, portanto, um exercício essencial para o futuro do Brasil. A ideia de que o país poderia prosperar à custa do esgotamento de seus recursos, sem considerar os impactos ambientais e sociais dessa trajetória, é uma visão simplista e insustentável. Ao buscar sua inserção no mercado global, o Brasil precisa alertar-se sobre o

controle estrangeiro de sua produção, repensando na estratégia de desenvolvimento que o torna subserviente.

Não basta seguir os modelos impostos por movimentos padronizantes, é necessário conceber alternativas que respeitem as especificidades dos territórios Brasis e promovam formas mais equilibradas e sustentáveis de crescimento. Nesse sentido, torna-se essencial fomentar a participação popular nas instâncias de organização das decisões e ações. Bem como, buscar a participação das cosmotécnicas dos distintos povos brasileiros na formulação de uma nova lógica produtiva.

Além disso, é imperativo que um Estado em periferização busque novas formas de negociação e cooperação nas Relações Internacionais, sem se submeter de maneira subalterna aos interesses dos polos de poder. A multipolaridade premente oferece uma janela de oportunidade para que o país adote uma postura mais assertiva, capaz de disputar a tônica da sua inserção. No entanto, isso exige uma transformação profunda nas formas de organização econômica e política interna, privilegiando a cooperação, a solidariedade e o respeito às riquezas naturais, em vez da desenfreada exploração predatória.

Por fim, a globalização, enquanto discurso consolidado no espaço, não deve ser vista como algo inevitável ou natural. A ideologia do progresso, sustentada por uma visão linear de desenvolvimento, oculta as mazelas da trajetória vigente. O Brasil deve, portanto, conceber um projeto de futuro que não reproduza acriticamente modelos alienígenas, mas aprenda com erros e acertos das demais trajetórias e conjuntamente busque uma integração respeitosa, responsável com o mundo. Isso implica, antes de tudo, repensar as práticas logísticas e as dinâmicas de poder que sustentam a cadeia global da soja e, em última instância, construir um novo paradigma de envolvimento sócio-econômico — um horizonte que não seja pautado pelo uso indiscriminado dos recursos, mas que integre de maneira equilibrada as necessidades econômicas, sociais e ambientais. A verdadeira transformação do Brasil no cenário internacional depende da construção de um processo político mais justo e participativo, capaz de dialogar com a realidade contemporânea sem comprometer os valores das populações e as riquezas de seus territórios.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Como mirado ao longo do texto, a estruturação e reelaboração dos regimes agroalimentares estiveram intrincadas às tendências estruturais do Sistema Internacional. Nessa toada, a disputa entre EUA e China, intensificada ao longo do século XXI, revela-se em diversas frentes, entre elas destacamos na pesquisa que o caso da soja é emblemático para compreender dinâmicas que vêm se conformando na *longue durée*. Como plano imediato, a globalização, enquanto um processo material e discursivo que se reafirma constantemente, tende a ser vista como um curso inevitável do desenvolvimento, em um bojo no qual as ETNs atuam não só como possibilitadoras de complexas transações, mas também como atores da geopolítica contemporânea.

Nesse cenário, grandes corporações, como as que compõem o grupo ABCD (Cargill, ADM, Bunge e Louis Dreyfus), foram responsáveis pela modelagem da CGV da soja, consolidando sua atuação por meio de certa padronização e da expansão de suas operações. Essas empresas, por meio de estratégias de integração vertical e horizontal, controlam não apenas a exportação de grãos, mas também influenciam a produção, atuam na transformação e promovem o consumo de produtos derivados, como alimentos processados e biocombustíveis. Neste sentido, demonstramos ao longo do trabalho que as ETNs serviram como promotoras e consolidadoras do modelo comercial que atendia aos interesses ocidentais, integrando — como em um motor único — o globo a seu sistema técnico, por meio da reprodução do paradigma de objetos e ações padronizados.

A análise da soja revela, porém, a constituição de inúmeras trajetórias distintas, à medida que está inserida em sociedades com sua particular relação entre cultura e técnica. Especificamente, argumentamos que as empresas estatais chinesas atuam no regime agroalimentar contemporâneo não apenas como meras reprodutoras da dinâmica vigente. Ao compor a globalização, os dirigentes sínicos compreenderam que a ligação com investidores externos deveria se direcionar ao próprio *upgrade* industrial. Além disso, a internacionalização bem-sucedida de firmas do país demandaria apoio governamental em seu local de origem.

Muito embora não seja novidade a capacidade da estrutura política interna de um país influenciar o posicionamento das ETNs que dele irradiam, sobressaem ao longo da pesquisa os posicionamentos que visam atender ao capitalismo corporativo agenciado pelo PCCh. Assim, foi centralizada a ascensão da COFCO, subvencionada por financiamento

estatal e em consonância com suas preocupações sobre segurança alimentar, que, nessa toada, conseguiu adentrar no oligopólio das *traders* de *commodities* e, contemporaneamente, figura entre os mais importantes gestores da CGV da soja.

Podemos observar ao longo do texto que este caso, igualmente, coloca o Brasil no centro da reconfiguração das relações geopolíticas globais, tendo em vista as importantes ligações técnicas e econômicas constituídas com as duas economias citadas — as maiores do planeta. Durante a dissertação, foi evidenciada a distribuição geográfica dos ativos e fluxos das cinco ETNs sojeiras centrais, realçando o impacto espacial de suas operações. Neste contexto, percebemos que a expansão das redes logísticas no território, voltadas principalmente para a extração e distribuição de recursos naturais, reflete um modelo de desenvolvimento que promove o crescimento em termos absolutos, mas não necessariamente se traduz em melhorias concretas para o Estado como um todo.

Demonstrou-se, então, que o modelo sojeiro elaborado nos EUA é baseado na extração intensiva, mecanizada e dependente de insumos, por meio de grandes propriedades rurais, reflete uma lógica capitalista que prioriza o lucro e a maximização da produção. Seu espraiamento se dá em detrimento de uma consideração mais profunda sobre os impactos sociais e ambientais das ações de seus agentes. No contexto brasileiro apontamos que a estrutura do setor é construída por uma tríplice aliança entre o capital internacional, o nacional e o Estado brasileiro. Desta forma, a inserção do país nesse sistema, longe de promover uma verdadeira autonomia ou um modelo de desenvolvimento inclusivo, vem perpetuando uma relação de dependência em relação às potências e suas corporações.

No decorrer da pesquisa evidenciou-se ainda que alguns aspectos que nutrem tal dinâmica sobressaem; Pode-se lembrar o advento de benefícios fiscais, como a Lei Kandir, que desonera a exportação de produtos primários e, dessa forma, a incentiva. A tendência de crescimento produtivo, que não é acompanhada por melhorias nem no processamento nem na armazenagem, torna os atores brasileiros suscetíveis às oscilações do comércio exterior. O que contrasta com o fato de outros países se mostrarem bem-sucedidos na busca por internalizar os elos de maior valor agregado.

Tal imagem se cristaliza na composição notoriamente estrangeira e oligopólica dos setores mencionados, implicando numa restrita capacidade de controle, por parte das instituições brasileiras, sobre o que é produzido no seu próprio território e para onde são destinados seus próprios recursos. Nisso se retroalimenta uma baixa retenção de valor na

economia do país, em contraposição à concentração dos ônus das atividades, arcadas em seu interior.

É notória, afinal, a complexa condição contemporânea: As duas maiores economias possuem uma intrincada relação, sendo que os EUA figuram como importantes promotores da CGV do grão e a China a principal compradora transnacional. Já as ETNs servem de amálgama no comércio mundial, além de canais estratégicos nas disputas internacionais, o que implica diretamente no papel geopolítico do Estado diante desse contexto. Em um cenário em que a hegemonia norte-americana começa a ser desafiada pela ascensão da China, a soja não se configura apenas como um setor fundamental nas cadeias globais de *commodities*, mas também como um indicativo da participação dos países em elos de menor ou maior valor agregado, edificando posicionamentos e disputas entre todos os atores analisados.

Por outro lado, no cenário estratégico para os Estados, as cinco maiores *traders* do grão influenciam o comportamento não só de EUA e China, mas notoriamente do Brasil. Tendo em vista que os posicionamentos geoestratégicos neste setor são mediados pela forma como as atividades empresariais se expressam espacialmente e como o modelo de negócio construído define o poder econômico na cadeia. Há então, um vínculo entre as escalas local e mundial, que é constituído e reafirmado pelas ETNs.

Dando um passo além, a análise da soja, no contexto geopolítico contemporâneo, revela a conjuntura que permeia a inserção do Brasil nas dinâmicas globais. Como produto agrícola estratégico, esse pequeno grão tornou-se um pilar essencial da economia brasileira e, simultaneamente, um dos principais elementos de disputa entre potências mundiais. Nesse cenário, é reafirmado o papel da logística na projeção de poder, tanto na sua promoção quanto no seu controle.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABIOVE. **Estatísticas Cadeia da Soja 2024**. Associação Brasileira de Óleos Vegetais. 2024a. Disponível em: <https://abiove.org.br/estatisticas-cadeia-da-soja/> Acesso em: 02 set. 2024.
- ABIOVE. **Capacidade Instalada da Indústria de Óleos Vegetais**. Associação Brasileira de Óleos Vegetais. 2024b. Disponível em: <https://abiove.org.br/capacidade-instalada-da-industria-de-oleos-vegetais/> Acesso em: 02 jan. 2025.

- ADM. 2022 **Annual Report**. Archer Daniels Midland Company. 2023. Disponível em: <https://investors.adm.com/financials/annual-reports/> Acesso em: 09 jan. 2024.
- ADM. 2023 **Annual Report**. Archer Daniels Midland Company. 2024a. Disponível em: <https://investors.adm.com/financials/annual-reports/> Acesso em: 10 agos. 2024.
- ADM. **ADM Reports Fourth Quarter Earnings and Full-Year 2023 Results**; Provides 2024 Guidance. Archer Daniels Midland Company. 2024b. Disponível em: <https://investors.adm.com/news/news-details/2024/ADM-Reports-Fourth-Quarter-Earnings-and-Full-Year-2023-Results-Provides-2024-Guidance/default.aspx> Acesso em: 09 jan. 2024.
- ADM. **H1 2023 Soy Progress Report**. Archer Daniels Midland Company. 2024c. Disponível em: [https://www.adm.com/globalassets/sustainability/sustainability-reports/pdfs/reporte\\_h2\\_2023\\_horizontal\\_v6-compressed.pdf](https://www.adm.com/globalassets/sustainability/sustainability-reports/pdfs/reporte_h2_2023_horizontal_v6-compressed.pdf) Acesso em: 31 jan. 2025.
- ADM. **U.S. Political Contributions and Advocacy**. Archer Daniels Midland Company. 2024d. Disponível em: <https://www.adm.com/en-us/about-adm/our-company/us-political-contributions/> Acesso em: 09 jun. 2024.
- AGUIAR, Diana. **Dossiê Crítico da Logística da Soja**: Em defesa de alternativas à cadeia monocultural. Rio de Janeiro: FASE, 2021. 48 p.
- AGROSTAT. **Estatísticas de Comercio Exterior do Agronegócio Brasileiro**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 2024. Disponível em: <https://mapa-indicadores.agricultura.gov.br/publico/extensions/Agrostat/Agrostat.html> Acesso em: 20 jul. 2024.
- AIRES, Alana Paula de Araujo; RAVENA, Nírvia; DIAS, Gustavo Francesco de Moraes; MIRANDA, Sarah Brasil de Araújo de; CARVALHO, André Cutrim; Estado e meio ambiente: a desregulação ambiental no uso de agrotóxicos na cadeia de valor da soja na região amazônica. *In*: BARBOSA, Frederico Celestino. **Ciências agrárias: a multidisciplinaridade dos recursos naturais**. 7. ed. Piracanjuba, GO: Conhecimento Livre, 2022. cap. 3, p. 19-35. Disponível em: <https://doi.org/10.37423/220806380>
- ALESSI, Gil. **PGE aponta grilagem verde em área onde vive comunidade Capão do Modesto**. Repórter Brasil. 24 Set. 2023. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2023/09/pge-aponta-grilagem-verde-em-area-onde-vive-comunidade-capao-do-modesto/> Acesso em: 10 Jan. 2025.
- ALVARENGA, Henrique. **Matriz de transportes do Brasil à espera dos investimentos**. ILOS - Instituto de Logística e Supply Chain LTDA. Disponível em: <https://ilos.com.br/matriz-de-transportes-do-brasil-a-espera-dos-investimentos/> Acesso em: 06 Jan. 2025.
- ALVES, Vicente Eudes Lemos. A presença das grandes empresas do agronegócio nos cerrados nordestinos: o caso da Bunge Alimentos no sul do Piauí. **Boletim Campineiro De Geografia**, n. 2, v. 2, p. 241–261. 2012.
- AMADEO, Javier. ROJAS, Gonzalo. **Marxismo, pós-colonialidade e teoria do sistema-mundo**. Lutas Sociais: São Paulo, n.25/26, p.29-43, 2011.
- AMARAL, Ana Flávia Marcondes do. **Uso corporativo do território e rendas do agronegócio: a atuação das corporações de agrotóxicos-sementes no Brasil**. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro. 2023.
- AMATUCCI, Marcos. Teorias de negócios internacionais e a economia brasileira: 1850 a 2007 *in* AMATUCCI, Marcos (Org.) **Internacionalização de Empresas: teorias, problemas e casos**. São Paulo: Atlas, 2009. 281p. p. 4-19.

APROSOJA-MT. Nota oficial à imprensa: Justiça determina fim da cobrança de royalties por patentes vencidas pela Monsanto. Associação dos produtores de soja e milho do estado de Mato Grosso, 20 dez. 2024. Disponível em:

<https://aprosoja.com.br/comunicacao/release/nota-oficial-a-imprensa-justica-determina-fim-da-cobranca-de-royalties-por-patentes-vencidas-pela-monsanto>. Acesso em: 04 Jan. 2025.

ARON, Raymond. **Estudos políticos**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1980. 478 p.

ARRIGHI, Giovanni; DRANGEL, Jessica. A estratificação da economia mundial: considerações sobre a zona semiperiférica in ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, p. 137-206. 1997.

ARRIGHI, Giovanni. Globalização e macrosociologia histórica. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v.20, p.13-23, jun. 2003.

ASAG.搜索结果. 国家粮食和物资储备局科学研究院 - Academy of Science, National Food and Strategic Reserves Administration . 2024. Disponível em:

<http://sousuo.agrs.ac.cn:8087/was5/web/search?page=2&channelid=298899&searchword=%E5%A4%A7%E8%B1%86&keyword=%E5%A4%A7%E8%B1%86&perpage=10&outinepage=10&searchscope=&andsen=&total=&orsen=&exclude=&orderby=> Acesso em: 03 set .2024

ASA. **Soybean Bluebook**. American Soybean Association, Hudson Iowa. 1949.

AZEVEDO, Gustavo Silva de Azevedo; KATO, Karina Yoshie Martins. O corredor logístico do Tapajós, investimentos em infraestrutura e o modo de vida de povos tradicionais. **Revista IDEAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 18, e024003, p. 1-24, jan./dez. 2024.

BABIC, Milan; FICHTNER, Jan; HEEMSKERK, Eelke M.. States versus Corporations: Rethinking the Power of Business in International Politics. **The International Spectator**, v. 52, n. 4. p. 20-43. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03932729.2017.1389151>

BANDEIRA, João Luciano. **A dinâmica geoeconômica do setor de genética vegetal no Brasil**: os casos de milho, soja e trigo. Tese (doutorado em Geografia,) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. 2021.

BANDEIRA, Silvana de Matos. DUTRA, Éder Jardel da Silva, MAZZIN, Luiz Fernando. As transformações na relação campo-cidade no município de Canguçu/RS. **Boletim Gaúcho de Geografia**, VOL. 46, Nº 1/2. 2019.

BARROS, José D' Assunção. Fixos e fluxos: revisitando um par conceitual. **Cuadernos de Geografía**: Revista Colombiana de Geografía. v. 29, n.2. p. 493-504. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.15446/rcdg.v29n2.81618>

BASTOS LIMA, Mairon. Corporate Power in the Bioeconomy Transition: The Policies and Politics of Conservative Ecological Modernization in Brazil. **Sustainability**, v.13 n.12: 6952.2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su13126952>

BATISTA, Guilherme; BRUM, Argemiro Luis. Geopolítica da commodity soja no Brasil e no mundo no período de 2006/2020 In: III Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional (SLAEDR). Ijuí, 08 a 11 de novembro de 2022. **Anais do [...]** v.3 n.1. n.p. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n10-049>

BDTD. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações**. Instituto Brasileiro de Informação em ciência e tecnologia. Brasília, DF. 2024. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/> Acesso em: 13 set. 2024

BECKER, Bertha Koiffmann. **A geografia e o resgate da geopolítica**. Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, v. 2, n. 1, p. 117-150, 2012.

BECKER, Bertha. A Geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, Iná Elias de. COSTA GOMES, Paulo Cesar da Costa.

- CORREA, Roberto Lobato. (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. c. 10 p. 271-307.
- BELESKY, Paul; LAWRENCE, Geoffrey. Chinese State Capitalism and Neomercantilism in the Contemporary Food Regime: Contradictions, Continuity and Change. **Journal of Peasant Studies**. v.46 n.6 p. 1119–1141. 2019.
- BETHLEM, Isadora Vercesi; LIMA, Roberto Arruda de Souza; LIMA, Lilian Maluf de. The impact of the USDA soybean crop condition reports on CBOT futures prices. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, n. 2, e257641, p. 1-13 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18069479.2022.257641>
- BLACK, Clarissa. Economia política das Cadeias Globais de Valor. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 1 (80), p. 101-122, janeiro-abril 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2024v33n1art06>
- BLOOMBERG. **Farming the World: China's Epic Race to Avoid a Food Crisis**. Bloomberg News. 22 mai. 2017. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/graphics/2017-feeding-china/> Acesso em: 25 nov. 2024.
- BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco. 1987. 94 p.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Empresas multinacionais e interesses de classe. **Encontros com a Civilização Brasileira**, n. 4,p. 11-27. out. 1978,
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Um estudo sobre as empresas multinacionais no Brasil. **Revista de Administração de Empresas - RAE**, v. 16, n. 1, p. 42–45, 1976.
- BUNGE. **Annual Report** Embracing Change, Building on Our Mission. Bunge. 2018. Disponível em: <https://investors.bunge.com/~media/Files/B/Bunge-IR/documents/financial-information/annual-reports/2018ar.pdf> Acesso em: 01 Jan. 2025
- BUNGE. **2022 Annual report**. Bunge Global SA. 2023a. Disponível em: <https://investors.bunge.com/financial-information/annual-reports> Acesso em: 20 jul. 2024.
- BUNGE. **2023 Annual report**. Bunge Global SA. 2023. Disponível em: <https://investors.bunge.com/financial-information/annual-reports> Acesso em: 20 jul. 2024.
- BUNGE. **Conectados por um amanhã melhor**. BPBUNGE. 2024a. Disponível em: <https://www.bunge.com.br/#:~:text=Somos%20líderes%20mundiais%20em%20processamento,combustíveis%20essenciais%20para%20o%20mundo> Acesso em: 20 jul. 2024.
- BUNGE. **Relatório de Sustentabilidade | Safra 2022/23**. BPBUNGE. 2023c. Disponível em: <https://bpbunge.com.br/relatorio-de-sustentabilidade/> Acesso em: 20 jul. 2024.
- BUNGE. **Somos parte fundamental da cadeia global de alimentos**. BPBUNGE. 2024b. Disponível em: <https://www.bunge.com.br/Somos-Bunge/Nossa-Historia> Acesso em: 20 jul. 2024.
- BUNGE. **Unidades**. BPBUNGE. 2024c. Disponível em: <https://www.bunge.com.br/Location> Acesso em: 20 jul. 2024.
- BURNS, Nick. **The Past, Present and Future of Soy in South America**. Americas Quarterly. 02 Out. 2024. Disponível em: <https://www.americasquarterly.org/article/the-past-present-and-future-of-south-american-soy/> Acesso em: 10 Jan. 2025.
- CABRAL, Samuel de Jesus; RODRIGUES, Thales; VÖLZ, Josué Kuhn. O sistema territorial do tráfico de drogas: nós, tessituras e redes no estado do Rio Grande Do Sul. *in* Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território - IV CONGEO. **Anais do [...]** São Paulo(SP) USP, 2023.
- CAPEHART, Tom. **Animal Unit Calculations**— First Projections for the 2013/14 Crop Year. Feed Outlook: Special Article/FDS-13e-SA. Economic Research Service, USDA.

2013. Disponível em:

[https://www.ers.usda.gov/webdocs/outlooks/36619/41018\\_fds13esa.pdf?v=4478.8](https://www.ers.usda.gov/webdocs/outlooks/36619/41018_fds13esa.pdf?v=4478.8)

Acesso em: 30 dez. 2024.

CAPES. **Catálogo de Teses e Dissertações**. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. 2024. Disponível em: <https://Catalogodeteses.Capes.Gov.Br/> Acesso em: 13 Set. 2024.

CAPRA, Fritjof; LUISI, Pier Luigi. **A visão sistêmica da vida: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas**. São Paulo: Cultrix, 2014. 615 p.

CARDONA, Juan de Los Ríos; CRUZ, Mailane; VENDRUSCOLO, Rafaela;

RADOMSKY, Guilherme. Desenvolvimento rural: do agrícola ao territorial. *In* **Introdução às teorias do desenvolvimento**. p.113-122 Editora UFRGS: Porto Alegre, 2016.

CARGILL. **2021 Sustainability Report** - Cargill Brasil. Cargill, Incorporated. 2022.

Disponível em:

[https://www.cargill.com.br/pt\\_BR/doc/1432224620668/2021-sustainability-report-cargill-brasil.pdf](https://www.cargill.com.br/pt_BR/doc/1432224620668/2021-sustainability-report-cargill-brasil.pdf) Acesso em: 21 jul. 2024.

CARGILL. **2022 Annual report**. Cargill, Incorporated. 2023a. Disponível em:

<https://www.cargill.com/sustainability/reporting-hub/annual-report-library> Acesso em: 21 jul. 2023.

CARGILL. **2023 Annual report**. Cargill, Incorporated. 2024a. Disponível em:

<https://www.cargill.com/sustainability/reporting-hub/annual-report-library> Acesso em: 21 jul. 2024.

CARGILL. **2023 ESG Report**. Cargill, Incorporated. 2024b. Disponível em:

<https://www.cargill.com/sustainability/2023-esg-report> Acesso em: 21 jul. 2024.

CARGILL. **2024 Annual report**. Cargill, Incorporated. 2024c. Disponível em:

<https://www.cargill.com/about/2024-annual-report> Acesso em: 21 jul. 2024.

CARGILL. **A history of nourishing the world**. Cargill, Incorporated. 2024d. Disponível

em: <https://www.cargill.com/about/cargill-history-timeline> Acesso em: 21 jul. 2024.

CARGILL. **About Cargill México**. 2020. Cargill, Incorporated. Disponível em:

<https://www.cargill.com.mx/en/about-cargill>. Acesso em 28 Jan. 2025.

CARGILL. **Brazil Annual Report 2018-2019**. Cargill, Incorporated. 2020. Disponível

em: <https://www.cargill.com.br/en/brazil-annual-report> Acesso em: 21 jul. 2024.

CARGILL. **Brazil Annual Report 2020**. Cargill, Incorporated. 2021a. Disponível em:

[https://www.cargill.com.br/pt\\_BR/doc/1432224627411/2020-cargill-annual-report-brazil-eng.pdf](https://www.cargill.com.br/pt_BR/doc/1432224627411/2020-cargill-annual-report-brazil-eng.pdf) Acesso em: 21 jul. 2024.

CARGILL. **Credit and financial information**. Cargill, Incorporated. 2023b. Disponível

em: <https://www.cargill.com/about/financial/credit-financial-information> Acesso em: 21 jul. 2024.

CARGILL. **Política de Soja Sustentável da Cargill para a América do Sul**. 4. Cargill, Incorporated. 2019. Disponível em:

[https://www.cargill.com.br/pt\\_BR/doc/1432139768806/politica-de-soja-sustentavel-para-a-america-do-sul-pdf-pt\\_br.pdf](https://www.cargill.com.br/pt_BR/doc/1432139768806/politica-de-soja-sustentavel-para-a-america-do-sul-pdf-pt_br.pdf) Acesso em: 21 jul. 2024.

CARGILL. **Produtos e Serviços**. Cargill, Incorporated. 2024e. Disponível em:

[https://www.cargill.com.br/pt\\_BR/produtos-e-servi%C3%A7os](https://www.cargill.com.br/pt_BR/produtos-e-servi%C3%A7os) Acesso em: 21 Dez. 2024.

CARGILL. **Relação de empregados**. Cargill, Incorporated. 2023. Disponível em:

<https://www.cargill.com/image/1432248729769/at-a-glance-employees-map.jpg?v=1699609095000>. Acesso em 28 Jan. 2025.

CARGILL. **Soja da América do Sul: Relatório de Sustentabilidade**. Cargill, Incorporated.

2021b. Disponível em:

- <https://www.cargill.com/doc/1432209011320/south-american-soy-sustainability-report-2021-portuguese.pdf> Acesso em: 21 jul. 2024.
- CARLOTTO, Maria Caraméz; PINTO, José Paulo Guedes. A divisão internacional do trabalho no século XXI: um estudo sobre o peso da propriedade intelectual na relação EUA – América Latina. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 10, edição especial, p. 94-113, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.21530/ci.v10n3.2015.306>
- CARVALHO, Jéssyca Tomaz de. **Agro: a síntese das ações das corporações de commodities nos territórios brasileiros**. 366 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022.
- CARVALHO, Renato Carvalho. **ADM tem piora nos resultados do trimestre**. AGFedd. 30 Jul 2024. Disponível em: <https://agfeed.com.br/negocios/adm-tem-piora-nos-resultados-do-trimestre-e-diz-que-mato-grosso-foi-o-problema/#> Acesso em 10 Jan. 2025.
- CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. 4. ed. Brasil: Bertrand Brasil, 2011. 360 p.
- CEPEA. **Consulta ao Banco de Dados, Séries de Preços ESALQ/BM&FBOVESPA**. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. CEPEA-USP/CNA, 2025a. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/consultas-ao-banco-de-dados-do-site.aspx> Acesso em: 30 Jan. 2025.
- CEPEA. **PIB do agronegócio brasileiro**. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. CEPEA-USP/CNA, 2025b. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx> Acesso em: 30 Jan. 2025.
- CHAVES, Adilson de; COSTA, Eduíno; DESCOVI, Leônidas; DINIZ, Rodrigo; SEIDEL, Roberto; RUHOFF, Anderson Luis. Geopolítica da soja: capital e contexto internacional. *in* Anais do eixo agronegócio: III Simpósio Nacional de Geografia Agrária. **Anais eixo agronegócio**. Presidente Prudente: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em São Paulo, v. 3 n. 1. n.p. 2005.
- CHINA FEED. 饲用豆粕用量占比如何再降1.5个百分点?. 饲料市场信息网/China Feed. 2023. Disponível em: <http://www.chinafeedm.com/h-nd-23086.html> Acesso em: 19 Dez 2024.
- CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial**. São Paulo: Moderna. 1999. 320 p.
- CIL. **Alimentando o futuro**. COFCO International. 2024. Disponível em: <https://br.cofcointernational.com/> Acesso em: 21 ago 2024
- CLAPP, Jennifer. ABCD and beyond: From grain merchants to agricultural value chain managers. **Canadian Food Studies / La Revue canadienne des études sur l'alimentation**, v. 2, n. 2, p. 126, set. 2015.
- CLAVAL, Paul. **Terra dos homens: a geografia**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2010. 143 p.
- CNA. **Diagnóstico da armazenagem agrícola no Brasil**. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil/ Grupo de Pesquisa e Extensão em Logística Agroindustrial da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq-LOG). Universidade de São Paulo (USP). 2023. Disponível em: [https://www.cnabrasil.org.br/storage/arquivos/Relato\\_rio-Armazenagem-\\_PARTE01\\_CAP-01-AO-05\\_compressed-1.pdf](https://www.cnabrasil.org.br/storage/arquivos/Relato_rio-Armazenagem-_PARTE01_CAP-01-AO-05_compressed-1.pdf) Acesso em: 06 Jan. 2025.
- COELHO, Ricardo. **Uma outra revolução verde**. Esquerda. 23 de março 2014. Disponível em: <https://www.esquerda.net/dossier/uma-outra-revolução-verde/31823> Acesso em: 01 Jan. 2025

- COFCO **Joycome Foods Co. Annual Report 2023**. COFCO Joycome Foods Limited. China Oil and Foodstuffs Corporation. 2023. Disponível em:  
<https://www1.hkexnews.hk/listedco/listconews/sehk/2024/0430/2024043002848.pdf>  
 Acesso em: 21 ago 2024
- COFCO. **2022 Sustainability Report**. China Oil and Foodstuffs Corporation. 2023. Disponível em:  
<https://www.cofcointernational.com/sustainability/sustainability-reporting/2022-sustainability-report/> Acesso em: 21 ago 2024
- COFCO. **2023 Sustainability Report**. China Oil and Foodstuffs Corporation. 2024a. Disponível em:  
<https://www.cofcointernational.com/sustainability/sustainability-reporting/2023-sustainability-report/> Acesso em: 21 ago 2024
- COFCO. **About COFCO**. China Oil and Foodstuffs Corporation. 2024b. Disponível em:  
<https://www.cofco.com/en/AboutCOFCO/> Acesso em: 21 ago 2024
- COFCO. **COFCO Capital**. China Oil and Foodstuffs Corporation. 2024c. Disponível em:  
[https://www.cofco.com/en/Investors/Zhongyuan\\_Special\\_Steel/](https://www.cofco.com/en/Investors/Zhongyuan_Special_Steel/) Acesso em: 21 ago 2024
- COFCO. **Contact Us**. China Oil and Foodstuffs Corporation. 2024d. Disponível em:  
<https://www.cofco.com/en/News/Media/ContactUs/> Acesso em: 21 ago 2024
- COFCO. **Sustainable Soy Sourcing Policy Version 02** | 22 December 2021. China Oil and Foodstuffs Corporation. 2021. Disponível em:  
<https://smdcofco.blob.core.windows.net/productionmedia/media/1330/sustainable-soy-sourcing-policy.pdf> Acesso em: 21 ago 2024
- COLUSSI Joana; SCHNITKEY, Gary. **Investments in Brazilian Grain Transportation Shrink U.S. Logistical Advantage**. farmdoc daily. n.12 v.8, Department of Agricultural and Consumer Economics, University of Illinois at Urbana-Champaign, 2022. Disponível em:  
<https://farmdocdaily.illinois.edu/2022/01/investments-in-brazilian-grain-transportation-shrink-u-s-logistical-advantage.html> Acesso em: 05 Jan. 2025
- COMEXSTAT. **ComexVis: Farelos de soja e outros alimentos para animais (excluídos cereais não moídos), farinhas de carnes e outros animais**. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. 2023. Disponível em:  
<https://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis/4/0819933> Acesso em: 01 ago 2024
- CONAB. **Soja Fevereiro 2021 análise mensal**. Companhia Nacional de Abastecimento. 2021. Disponível em:  
[https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/graos/boletim-da-safra-de-graos/item/download/37387\\_d0378f6d65d67721103d9801ca2e2223](https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/graos/boletim-da-safra-de-graos/item/download/37387_d0378f6d65d67721103d9801ca2e2223) Acesso em: 22 jul. 2023
- CONAB. **Nova estimativa para a produção de grãos na safra 2023/2024 está em 297,54 milhões de toneladas**. Companhia Nacional de Abastecimento. 2024. Disponível em:  
<https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/5579-nova-estimativa-para-a-producao-de-graos-na-safra-2023-2024-esta-em-297-54-milhoes-de-toneladas> Acesso em: 22 jul. 2024
- CONAB. **Último levantamento consolida safra recorde de grãos em 257,8 milhões de toneladas**. Companhia Nacional de Abastecimento. 2020. Disponível em:  
<https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/3608-ultimo-levantamento-consolida-safra-recorde-de-graos-em-257-8-milhoes-de-toneladas> Acesso em: 22. fev. 2024
- CONRAD, Joseph.. **O coração das trevas**; tradutor: Poli Júnior, Albino. São Paulo: Mediafashion, 2016. 112 p.
- COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. Brasil, Editora HUCITEC, 1992. 374 p.

- COX, Robert W. Gramsci, Hegemony and International Relations an essay on method. **Millennium Journal of International Studies** v. 12, n. 2. p. 162-175. 1983.
- CRESWELL, John. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**. Escolhendo entre cinco abordagens. 3 ed. Porto Alegre: Penso, 2014. 342 p.
- CRR. **Cargill's new policies insufficient to fully mitigate deforestation risks in Brazil**. Chain Reaction Research. 2019. Disponível em: <https://chainreactionresearch.com/report/cargills-new-policies-insufficient-to-fully-mitigate-deforestation-risks-in-brazil/> Acesso em 01 Jan. 2025
- CULPI, Ludmila Andrzejewski. **Empresas transnacionais: uma visão internacionalista**. Curitiba: InterSaberes, 2016. 224 p.
- CUNHA, Roberto César Costa. **A geoeconomia da cadeia produtiva da soja no Brasil**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2020.
- CUNHA, Roberto César. ESPÍNDOLA, Carlos José. A dinâmica geoeconômica recente da cadeia produtiva da soja no Brasil e no mundo. **GeoTextos**, Salvador, vol. 11, n. 1, p. 217-238. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/1984-5537geo.v11i1.12692>
- DALLABRIDA, Poliana; CHAVKIN, Sasha. **Gigante chinesa recebe bilhões para garantir soja sustentável no Brasil, mas compra de desmatadores**. Reportér Brasil. 20 Jun. 2023. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2023/06/gigante-chinesa-recebe-bilhoes-para-garantir-soja-sustentavel-no-brasil-mas-compra-de-desmatadores/> Acesso em: 10 Jan. 2025.
- DE PETRILLO, Elena; TUNINETTI, Marta; RIDOLFI, Luca; LAIO, Francesco. **International corporations trading Brazilian soy are keystone actors for water stewardship**. *Commun Earth Environ*. v. 4, n. 87. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s43247-023-00742-4>
- DENICOFF, Marina R.; PRATER, Marvin; BAHIZI, Pierre. **Soybean Transportation Profile**. Agricultural Marketing Service - Transportation and Marketing Programs, Research Reports 187160, U.S. Department of Agriculture, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9752/TS203.10-2014>
- DICKEN, Peter. **Global shift: mapping the changing contours of the world economy**. 6. ed. Nova Iorque: The Guilford Press, 2011. 625 p.
- DICKEN, Peter. **Mudança global: mapeando as novas fronteiras da economia mundial**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. 632 p.
- DING, Xuedong; MENG, Chen. **From World Factory to Global Investor: A Multi-Perspective Analysis on China's Outward Direct Investment**. New York: Routledge. 2018. 300 p.
- DU BOIS, Christine M. **The Story of Soy**. London: Reaktion Books. 2018. 272 p.
- EARTHSIGHT. **There Will Be Blood: The Ugly Truth Behind Cheap Chicken**. Earthsight / De Olho nos Ruralistas. 2022. Disponível em: <https://www.earthsight.org.uk/news/therewillbeblood> Acesso em: 09 Jan 2025.
- EMBRAPA. **Soja em números (safra 2023/24)**. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. 2024. Disponível em: <https://embrapa.br/soja/cultivos/soja1#:~:text=O%20Brasil%20é%20o%20maior,foi%20de%203.508%20kg%2Fha>. Acesso em: 23 jul. 2024.
- ESCHER, Fabiano. WESZ, Valdemar João Jr. Dinâmica recente do complexo soja-carne Brasil-China no contexto do Cone Sul. **Campo-Território: revista de Geografia Agrária, Uberlândia**. v. 17, n. 46, p. 131-151, 2022.
- ESCOBAR, Neus; TIZADO, Jorge; ERMGASSEN, Erasmus; LÖFGREN, Pernilla; BÖRNER, Jan Börnera; GODAR, Javier. Spatially-explicit footprints of agricultural

- commodities: Mapping carbon emissions embodied in Brazil's soy exports. **Global Environmental Change**, v. 62, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2020.102067>
- ESPINDOLA, Guilherme Boscardin. **As trajetórias desenvolvimentistas de Brasil e Coreia do Sul na semiperiferia: um estudo histórico comparativo a partir de suas inserções na divisão internacional do trabalho**. 123 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2021.
- ETC. **The Food Barons: Crisis Profiteering, Digitalization and Shifting Power**. ETC Group - Action Group on Erosion, Technology and Concentration. 2022. Disponível em: <https://www.etcgroup.org/content/food-barons-2022> Acesso em: 26 jul 2024.
- EVANS, Peter. **A tríplice aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- FALCO, Alessandro. **Cargill quer ampliar sua destruição na Amazônia**. Jornal SUMAÚMA. 2023. Disponível em: <https://insustentaveis.sumauma.com/cargill-quer-ampliar-destruicao-amazonia/> Acesso em: 09 Jan. 2025.
- FAO. **Production: Crops and livestock products**. Food and Agriculture Organization of the United Nations. 2023 – processado por Our World in Data. 2024. Disponível em: <https://ourworldindata.org/grapher/soybean-production> Acesso em: 17 dec. 2024.
- FAOSTAT. **Online database**. Food and Agriculture Organization of the United Nations. 2024. Disponível em: <http://www.fao.org/faostat/en/#data>. Acesso em: 14 jul 2024.
- FAOSTAT. **Trade / Crops and livestock products**. 2023. Disponível em: <http://www.fao.org/faostat/en/#data> Acesso em: 11 de fev de 2023
- FARES, Tomaz Mefano. What does the mid-1990s soybean liberalization tell us about the role of foreign investment in China's rural industrialization? **Review of International Political Economy**, v. 31 n.4, p. 1173-1196. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09692290.2023.2295371>
- FERNANDES, Michele Serpe. Brasil. **Uma Potência Regional Fragmentada: Análise Da Evolução Das Infraestruturas De Transporte E Integração Sul-americana**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra. Curitiba, 2020.
- FERREIRA, Muniz, Crise de hegemonia, globalização e imperialismo *in* PINHEIRO, Milton (Org). **A reflexão marxista sobre os impasses do mundo atual**. Brasil. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 213-236.
- FILOMENO, Felipe. A mudança institucional em perspectiva histórico-mundial: competição transnacional e propriedade intelectual na agricultura de soja da América do Sul. *In*: FILOMENO, Felipe; VIEIRA, Pedro Antonio; VIEIRA, Rosangela de Lima (org.). **O Brasil e o Capitalismo Histórico: passado e presente na análise de sistemas-mundo**. São Paulo: EdUNESP, 2012. p. 297-327.
- FIGUEIREDO, Nayara Figueiredo. **Após investimentos, ADM deve bater recorde de movimentação em Santos**. Globo Rural. 16 Nov. 2023. Disponível em: <https://globo.com/especiais/caminhos-da-safra/noticia/2023/11/apos-investimentos-adm-deve-bater-recorde-de-movimentacao-em-santos.ghtml> Acesso em: 10 Jan. 2025.
- FLORES, Ivan; JANZEN, Joe. Drought, Low River Water Levels, and Local Soybean Markets: The Role of Physical and Economic Distance. **farmdoc daily** v. 13, n. 61, Department of Agricultural and Consumer Economics, University of Illinois at Urbana-Champaign, 2023. Disponível em: <https://farmdocdaily.illinois.edu/2023/04/drought-low-river-water-levels-and-local-soybean-markets-the-role-of-physical-and-economic-distance.html> Acesso em 30 dez. 2024.

- FONTES, Kleber. **COFCO International: A Influência da Trading Chinesa no Agronegócio Brasileiro**. Kleber Fontes Inteligência e Estratégia Aduaneira. 2024. Disponível em: <https://kleberfontes.com.br/cofco-international-a-influencia-da-trading-chinesa-no-agronegocio-brasileiro/> Acesso em: 21 ago 2024
- FORBES. **As 10 maiores empresas privadas dos Estados Unidos em 2023**. Forbes, Inc. 2023a. Disponível em: <https://forbes.com.br/listas/2023/11/as-10-maiores-empresas-privadas-dos-estados-unidos-em-2023/> Acesso em: 20 dez. 2023
- FORBES. **The Global 2000**. Forbes. 2023b. Disponível em: <https://www.forbes.com/lists/global2000/?sh=7b91cece5ac0> Acesso em: 20 ago. 2023
- FORBES. **Rumo venderá metade de um terminal em Santos por R\$ 600 milhões à Bunge**. Forbes. 2024. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbesagro/2024/05/rumo-vendera-metade-de-um-terminal-em-santos-por-r-600-milhoes-a-bunge/> Acesso em: 08 Jan. 2024.
- FORTUNE. **Archer-Daniels-Midland**. Fortune Global 500. Retrieved Sept. 09, 2024a. Disponível em: <https://fortune.com/company/archer-daniels-midland/> Acesso em: 09 set. 2024.
- FORTUNE. **Bunge**. Fortune Global 500. Retrieved Sept. 09, 2024b. Disponível em: <https://fortune.com/company/bunge/> Acesso em: 09 set. 2024.
- FORTUNE. **COFCO**. Fortune Global 500. Retrieved Sept. 09, 2024c. Disponível em: <https://fortune.com/company/cofco/> Acesso em: 09 set. 2024.
- FREITAS, Elisa Pinheiro de. Da Geopolítica dos Estados a Geopolítica das Corporações Transnacionais: a metamorfose do Cerrado brasileiro em soja e cana-de-açúcar. **Ateliê Geográfico**, v. 7, n. 3. 2013.
- FREITAS, Elisa Pinheiro de. Agronegócio e geopolítica do liberalismo transnacional: biodiversidade e soberania alimentar em risco na América do Sul. **Tramas y Redes**. n.01. 2021.
- FRIEDMANN, Harriet; MCMICHAEL, Philip. Agriculture and the state system: the rise and decline of national agriculture. **Sociologia Ruralis**, v. 29, n. 2, p. 93-117, ago. 1989. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9523.1989.tb00360.x>.
- GACC. **General Administration of Customs**. People's Republic of China. 2024. Disponível em: <http://english.customs.gov.cn/> Acesso em: 03 set .2024
- GAIN. **Global Agricultural Information Network**. Foreign Agricultural Service. US Department of Agriculture. 2024. Disponível em: <https://gain.fas.usda.gov/> Acesso em: 26 jul. 2024.
- GALE, Fred; VALDES, Constanza; ASH, Mark. **Interdependence of China, United States, and Brazil**. Oil Crops Outlook No. (OCS-19F-01) Washington: USDA Economic Research Service, 2019. 48 p.
- GARCIA, Rafael. **Soja contribuiu para 10% do desmatamento na América do Sul em 20 anos, mostra estudo**. O Globo. 11 Jun. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/um-so-planeta/soja-contribuiu-para-10-do-desmatamento-na-america-do-sul-em-20-anos-mostra-estudo-25054890> Acesso em: 10 Jan. 2025.
- GEIC. **The Global Environmental Impacts of Consumption Indicator**. Stockholm Environment Institute; Joint Nature Conservation Committee. 2023. Disponível em: [https://commodityfootprints.earth/?footprint\\_type=consuming&footprint\\_opposite=producing&focal\\_country=China%2C+mainland&measure=production\\_embedded\\_in\\_consumption\\_\\_tonnes&filter\\_year=2021&domestic\\_flows=true&lang=en](https://commodityfootprints.earth/?footprint_type=consuming&footprint_opposite=producing&focal_country=China%2C+mainland&measure=production_embedded_in_consumption__tonnes&filter_year=2021&domestic_flows=true&lang=en) Acesso em: 14 jul 2024.

- GEREFFI, Gary. Global value chains in a post-Washington Consensus world, **Review of International Political Economy**, v.21, p. 9-37, 2013.
- GEREFFI, Gary; FERNANDEZ-STARK, Karina. **Global Value Chain Analysis: a primer**. Center on Globalization, Governance & Competitiveness (CGGC). Duke University. 35p. 2016.
- GEREFFI, Gary; HUMPHREY, John; STURGEON, Timothy. The governance of Global Value Chains. **Review of International Political Economy**, London, v. 12, n. 1, p. 78-104, Feb. 2005.
- GEREFFI, Gary; KORZENIEWICZ, Miguel; KORZENIEWICZ, Roberto. Introduction: Global Commodity Chains *in* GEREFFI, Gary; KORZENIEWICZ, Miguel. **Commodity Chains and Global Capitalism**. Westport: Bloomsbury Academic, 1994.
- GEREFFI, Gary; LUO, Xubei. **Risks and Opportunities of Participation in Global Value Chains**. World Bank Development Economics, Policy Research Working Paper 6847. 2014. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/914141468325443509/pdf/WPS6847.pdf> Acesso em: 23 set. 2023
- GIBSON-GRAHAM, JK. **The End of Capitalism (As We Knew It): A Feminist Critique of Political Economy**. Oxford: Blackwell, 1996.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Brasil: Editora Unesp, 2002. 180 p.
- GILL, Stephen. **American hegemony and the Trilateral Commission**. Cambridge University Press: Cambridge. 1990. 320 p.
- GILL, Stephen; LAW, David. Global Hegemony and the Structural Power of Capital. **International Studies Quarterly**. v. 33, n. 4, p. 475-499. 1989.
- GIORDANO, Livio. **Libre, Justa y Soberana**. Agencia de noticias Tierra Viva. 2022. Disponível em: <https://agenciatierraviva.com.ar/project/libre-justa-y-soberana/> Acesso em: 19 Dez. 2024.
- GOOD, Keith. **Interdependence of China, United States, and Brazil in Soybean Trade**. Farm Policy News. University of Illinois Urbana-Champaign. 2019. Disponível em: <https://farmpolicynews.illinois.edu/2019/06/ers-report-interdependence-of-china-united-states-and-brazil-in-soybean-trade/> Acesso em 02 jan. 2025.
- GOIS, Gabriela Rodrigues. Evolução e diferenciação dos sistemas agrários na Serra dos Tapes, Rio Grande do Sul. **Geographia Meridionalis**. v. 04, n. 01. p. 57-83. Jan-Jun/2018.
- GOLDFARB, Yamila. **Financeirização, poder corporativo e expansão da soja no estabelecimento do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o caso da Cargill**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.8.2014.tde-08052014-112830>.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. 462 p.
- GONÇALVES, Sergio. **Campesinato, resistência e emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná**. 2008. Tese. (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- GOODMAN, David.; REDCLIFT, Michael. **Refashioning Nature: food, ecology & culture**. London: Routledge, 1991. 304 p.
- GRAAFF, Nana de. China Inc. Goes Global. Transnational and National Networks of China's Globalizing Business Elite. **Review of International Political Economy**. v.27, n. 02. p. 208–33. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09692290.2019.1675741>

- GRAIN. 2013. **La República Unida de la Soja recargada**. Barcelona: Grain. 2013. Disponível em: <https://grain.org/en/article/4739-la-republica-unida-de-la-soja-recargada>. Acesso em: 19 Dez. 2024.
- GRAIN. **Cercas digitais**: cercamento financeiro das terras agrícolas na América do Sul. Barcelona: Grain. 2020. Disponível em: <https://grain.org/fr/article/6531-cercas-digitais-cercamento-financeiro-das-terras-agricolas-na-america-do-sul>. Acesso em: 19 Dez. 2024.
- GRIECO, Francisco de Assis. **O Brasil e a globalização**. Biblioteca do Exército: Rio de Janeiro. 1998. 266 p.
- GROWTHLAB. **The Atlas of Economic Complexity. Country & Product Complexity Rankings**. Harvard University. 2021. Disponível em: <https://atlas.cid.harvard.edu/rankings>. Acesso em: 10 jun. 2023
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 396 p.
- HALL, Peter; SOSKICE, David. Variedades de capitalismo: Alguns aspectos fundamentais. **Desarrollo Económico**. v.45, n.180, p. 573-590, 2006.
- HARARI, Isabel. **Cargill quer ampliar sua destruição na Amazônia**. Jornal SUMAÚMA. Jornal SUMAÚMA. 2023. Disponível em: <https://insustentaveis.sumauma.com/cargill-quer-ampliar-destruicao-amazonia/>. Acesso em: 09 Jan. 2025.
- HARVEY, David. **The New Imperialism**. New York: Oxford University Press. 2003. 288 p.
- HYMOWITZ, Theodore. Soybeans: The Success Story *in* JANICK, Jules; SIMON, James E. **Advances in New Crops**. Portland, OR: Timber Press. p. 59–63. 1990. 560p.
- HOPKINS, Terence; WALLERSTEIN, Immanuel. Immanuel. Commodity Chains in the World-Economy Prior to 1800. **Review (Fernand Braudel Center)**. v10, n.01. p.157-70. 1986.
- HOPKINS, Terence; WALLERSTEIN, Immanuel. Patterns of development of the modern World-System. **Review (Fernand Braudel Center)**, Birmingham, v. 1, n. 2, p. 111-145, 1977.
- HOPKINS, Terence; WALLERSTEIN, Immanuel. **World-systems analysis**: Theory and methodology. Beverly Hills: Sage, 1982. 199 p.
- HUI, Yuk. **Tecnodiversidade**. São Paulo: Ubu Editora, 2020. 220 p.
- HUI, Yuk. **The Question Concerning Technology in China**. An Essay in Cosmotronics. Falmouth: Urbanomic. 2017. 352 p.
- HUNTINGTON, Samuel Phillip. A mudança política: perspectivas sobre as sociedades em desenvolvimento. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 9-45, abr./jun. 1975.
- IBGE. **Produção Agrícola Municipal**. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5457>. Acesso em: mar. 2023.
- INFOMONEY. **Cargill cortará milhares de empregos no mundo todo após queda nos lucros**. Bloomberg. 2024. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/business/cargill-cortara-milhares-de-empregos-no-mundo-todo-apos-queda-nos-lucros/>. Acesso em: 08 Jan. 2025.
- IPES. **Too big to feed**: exploring the impacts of mega-mergers, concentration, concentration of power in the agri-food sector. Report 3. Bruxelas: International Panel of Experts on Sustainable Food Systems, 2017.

- ITC. **Market Access Conditions**. International Trade Centre. 2024a. Disponível em: <https://www.macmap.org/en//query/results?reporter=156&partner=842&product=120190&level=6#jump-to-trade-remedy-content> Acesso em: 28 jul. 2024
- ITC. **Trade Map**. International Trade Centre (UNCTAD/WTO). 2024b. Disponível em: [https://www.trademap.org/stAbout\\_tradeMap.aspx](https://www.trademap.org/stAbout_tradeMap.aspx) Acesso em: 28 jul. 2024
- KLEIN, Naomi. **No Logo**. Taking Aim at the Brand Bullies. New York: Picador, 2000. 512 p.
- KOSINSKI, Daniel Santos; ALVARES, Ticiana de Oliveira. Segurança alimentar e nacional da China no século XXI: rivalidade com os Estados Unidos e oportunidades para o Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**. v. 9, n. 1, p. 205–227, jan./jun. 2022
- KRIPPNER, Greta R. The financialization of the American economy. **Socio-economic review**, v. 3, n. 2, p. 173-208, 2005.
- KRAUSMANN, Fridolin; LANGTHALER, Ernst. **Food regimes and their trade links: A socio-ecological perspective**. *Ecological Economics*, v. 160, p. 87–95. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.02.011>
- LAGARES, Gustavo Xavier Peres. **Origens e disseminação das sementes transgênicas e seus direitos de propriedade intelectual: o papel da biotecnologia no regime alimentar neoliberal**. 124 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/ufu.di.2019.2414>
- LATHUILLIERE, Michael; SUAVET, Clement; BIDDLE, Harry. SU, Nanxu., PRADA MORO, Yan; CARVALHO, Tomás; RIBEIRO, Vivian. **Brazil soy supply chain 2004-2020**. Version 2.6. TRASE - Transparent Supply Chains for Sustainable Economies. 2022. Disponível em: <https://trase.earth/open-data/datasets/supply-chains-brazil-soy> Acesso em: 14 jul 2024
- LDA. **Lobbying Contribution Report**. ARCHER DANIELS MIDLAND COMPANY. Lobbying Disclosure Act (LDA) Reports. Washington, DC: Office of Public Records, 2023. Disponível em: <https://lda.senate.gov/filings/public/contribution/93d16eea-c302-442d-afc5-8fbf4ae0161d/print/>. Acesso em: 09 jan. 2024.
- LDC. **2022 Financial Statements**. Period from January 1, 2022 to December 31, 2022. Louis Dreyfus Company. 2023. Disponível em: <https://www ldc.com/annual-report-2022/financial-statements/>
- LDC. **About Us**. Louis Dreyfus Company. 2024a. Disponível em: <https://www ldc.com/who-we-are/about-us/heritage/> Acesso em: 22 ago. 2024
- LDC. **Business Lines**. Louis Dreyfus Company. 2024b. Disponível em: <https://www ldc.com/who-we-are/about-us/our-business-lines/> Acesso em: 22 ago. 2024
- LDC. **Embracing Transformation in a Changing World**. Integrated Report 2023. Louis Dreyfus Company. 2024c. Disponível em: <https://www ldc.com/integrated-report-2023/> Acesso em: 22 ago. 2024
- LDC. **FY 2023 Financial Highlights**. Louis Dreyfus Company. MAR 27, 2024d. Disponível em: <https://www ldc.com/wp-content/uploads/Update-on-FY-2023-Financials.pdf> Acesso em: 22 ago. 2024
- LDC. **H1 2023 Financial Highlights**. Louis Dreyfus Company. OCT 13, 2023a. Disponível em: <https://www ldc.com/wp-content/uploads/Update-on-H1-2023-Financials.pdf> Acesso em: 22 ago. 2024

LDC. **Interim Financial Report 2023**. Louis Dreyfus Company. OCT 2, 2023b.

Disponível em:

<https://www ldc.com/wp-content/uploads/LDC-Interim-Financial-Report-2023.pdf> Acesso em: 22 ago. 2024

LDC. **LDC Interactive Map**. Louis Dreyfus Company. OCT 2, 2023b. Disponível em:

<https://www ldc.com/annual-report-2020/regions/> Acesso em: 31 Jan. 2025.

LDC. **Regional LDC offices and assets across the globe**. Louis Dreyfus Company. 2020 Disponível em: <https://www ldc.com/annual-report-2020/regions/> Acesso em: 01 jan. 2024

LDC. **Sustainability Report 2022**. Louis Dreyfus Company. 2023c. Disponível em: [https://www ldc.com/wp-content/uploads/LDC-2022-Sustainability-Report\\_protected.pdf](https://www ldc.com/wp-content/uploads/LDC-2022-Sustainability-Report_protected.pdf) Acesso em: 22 ago. 2024

LDC. **Sustainable Soy**. Louis Dreyfus Company. 2024e. Disponível em:

<https://www ldc.com/who-we-are/about-us/our-business-lines/grains-oilseeds/> Acesso em: 22 ago. 2024

LEFEBVRE, Henri. **De l'État**, Volume 1. Paris: Union générale d'éditions, 1976. 389 p

LEITE, Alexandre Cesar Cunha; MOTA, Aline Carolina da Rocha; NASCIMENTO, Monalisa Lustosa. A China e o regime alimentar contemporâneo. Grupo de Estudos e Pesquisa em Ásia e Pacífico (GEPAP), Universidade Estadual da Paraíba, **BOLETIM GEPAP**, João Pessoa. n. 2. set. 2020.

LI, Pei; CHAN, Vinicy. **Gigante mundial de sementes, Syngenta planeja seguir em frente com IPO**. Bloomberg Línea, 18 Mai. 2023. Disponível em:

<https://www bloomberglinea.com.br/2023/05/18/gigante-mundial-de-sementes-syngenta-planeja-seguir-em-frente-com-ipo/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

LIMA, Maria Imaculada Fonseca. **Paisagem, terroir e sistemas agrários** : um estudo em São Lourenço do Sul. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,, Porto Alegre, 2006.

LOPES, Harlenn; LIMA, Renato; FERREIRA, Rafael Costa. A cost optimization model of transportation routes to export the Brazilian soybean. **Custos e Agronegócio**. v.12, n. 4. p. 90-109. 2016.

LPI. Logistics Performance Index. The World Bank Group, 2024. Disponível em:

<https://lpi.worldbank.org/international/global> Acesso em: 18 dez. 2024.

MANTELLI, Jussara, DUTRA, Éder Jardel da Silva. KONZE, Queli Rejane da Silva. A agricultura familiar no contexto do agronegócio no município de Canguçu, estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Geosul, Florianópolis, v. 34, n. 71- **Dossiê Agronegócios no Brasil**, p. 500-524, Abril. 2019.

MAPBIOMAS. **Projeto MapBiomias** – Coleção 8.0.39 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil. 2024. Disponível em:

[https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/cobertura?activeBaseMap=9&layersOpacity=100&activeModule=coverage&activeModuleContent=coverage%3Acoverage\\_main&activeYear=2022&mapPosition=-17.957832%2C-55.876465%2C5&timelineLimitsRange=1985%2C2022&baseParams\[territoryType\]=1&baseParams\[territories\]=1%3BBrazil%3B1%3BPa%3%ADs%3B0%3B0%3B0%3B0&baseParams\[activeClassTreeOptionValue\]=default&baseParams\[activeClassTreeNodeIds\]=30%2C6&baseParams\[activeSubmodule\]=coverage\\_main&baseParams\[yearRange\]=1985-2022](https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/cobertura?activeBaseMap=9&layersOpacity=100&activeModule=coverage&activeModuleContent=coverage%3Acoverage_main&activeYear=2022&mapPosition=-17.957832%2C-55.876465%2C5&timelineLimitsRange=1985%2C2022&baseParams[territoryType]=1&baseParams[territories]=1%3BBrazil%3B1%3BPa%3%ADs%3B0%3B0%3B0%3B0&baseParams[activeClassTreeOptionValue]=default&baseParams[activeClassTreeNodeIds]=30%2C6&baseParams[activeSubmodule]=coverage_main&baseParams[yearRange]=1985-2022) Acesso em 07 ago. 2024

MARA. **Data and Statistics**. Information Center, Ministry of Agriculture and Rural Affairs of the People's Republic of China/农业农村部办公厅. 2024a. Disponível em: <http://english.moa.gov.cn/datastatistics/> Acesso em: 03 set .2024

- MARA. 农业农村部办公厅关于印发《饲用豆粕减量替代三年行动方案》的通知. 农业农村部网站. 农业农村部办公厅/Ministry of Agriculture and Rural Affairs of the People's Republic of China. 2024b Disponível em: [https://www.gov.cn/zhengce/zhengceku/2023-04/14/content\\_5751409.htm](https://www.gov.cn/zhengce/zhengceku/2023-04/14/content_5751409.htm) Acesso em: 19 dez.2024
- MARK, Ehlen; SCHOLAND, Andrew. **An Agent Model of Agricultural Commodity Trade: Developing Financial Market Capability within the NISAC Agent-Based Laboratory for Economics (N-ABLE)**. National Infrastructure Simulation & Analysis Center. The Department of Homeland Security's. USA. 2005.
- MARSHALL, Catherine; ROSSMAN, Gretchen. **Designing qualitative research**. 5th ed. Thousand Oaks, CA: Sage. 2010. 321 p.
- MCMICHAEL, Philip. Does China 'Going Out' Strategy Prefigure a New Food Regime? **Journal of Peasant Studies**. v.47 n.1 p. 116–154. 2020.
- MCMICHAEL, Philip. A food regime genealogy. **Journal of Peasant Studies**, v. 36, p. 139-169, 2009.
- MCMICHAEL, Philip. Incorporating Comparison within a World-Historical Perspective: An Alternative Comparative Method. **American Sociological Review**. v. 55, n. 3. p. 385–397. 1990. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2095763>.
- MCNALLY, Christopher. How Emerging Forms of Capitalism are Changing the Global Economic Order. **Asia Pacific Issues** v.107, p. 1–8. 2013.
- MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Política Industrial e Divisão Internacional de Trabalho. **Revista de Economia Política**, v.39, n.1 (154), p. 71-87, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-35172019-2925>
- MEDINA, Gabriel, THOMÉ, Karim. Transparency in Global Agribusiness: Transforming Brazil's Soybean Supply Chain Based on Companies' Accountability. **Logistics**, v. 5, n. 3:58. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/logistics5030058>
- MELITO, Leandro. **Ferrogrão afetará pelo menos 6 terras indígenas, 17 unidades de conservação e 3 povos isolados**. InfoAmazonia/O Joio e O Trigo. Brasil de Fato. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/07/06/ferrograo-afetara-pelo-menos-6-terras-indigenas-17-unidades-de-conservacao-e-3-povos-isolados> Acesso em: 08 Jan. 2025
- MELLO, Eliane Spacil de. BRUM, Argemiro Luís. A cadeia produtiva da soja e alguns reflexos no desenvolvimento regional do Rio Grande Do Sul. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 10, p.74734-74750, 2020.
- MI. **Soybean Market Size - Industry Report on Share, Growth Trends & Forecasts Analysis (2024 - 2029)**. Mordor Intelligence. 2024. Disponível em: <https://www.mordorintelligence.com/industry-reports/soybean-market> Acesso em: 14 jul 2024.
- MERINO, Gabriel Esteban; Nuevo momento geopolítico mundial: La Pandemia y la aceleración de las tendencias de la transición histórica-espacial contemporánea; **Estudos Internacionais**; Belo Horizonte. v.9, n.4; p.106-130. 2022.
- MICHALET, Charles-Albert. **O capitalismo mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. 260 p.
- MIGHTEARTH. **Cargill: A Pior Empresa Do Mundo**. Organização Might Earth. Washington. 2019. Disponível em: [https://stories.mightyearth.org/cargill\\_a\\_pior\\_empresa\\_do\\_mundo/#group-Cargill-e-Soja-0aRmX53bgO](https://stories.mightyearth.org/cargill_a_pior_empresa_do_mundo/#group-Cargill-e-Soja-0aRmX53bgO) Acesso em: 09 Jan. 2025.
- MILBERG, William; WINKLER, Deborah. **Outsourcing economics: Global Value Chains in capitalist development**. New York: Cambridge University Press, 2013. 376 p.

- MILHAUPT, Curtis. J. Chinese Corporate Capitalism in Comparative Context. *In*: CHEN, Weitseng (Ed.). **The Beijing Consensus? How China Has Changed Western Ideas of Law and Economic Development**. Cambridge: Cambridge University Press. 2017. c. 11. p. 275 - 300. Disponível em: <https://doi.org/1017/9781316481370.012>
- MILHORANCE, Flávia. LOCATELLI, Piero. **Questions persist over giant Chinese soy trader's track and trace plan**. Dialogue Earth. 09 Out., 2020. Disponível em: <https://dialogue.earth/en/business/37787-questions-persist-over-giant-chinese-soy-traders-track-and-trace-plan/> Acesso em: 10 Jan. 2025.
- MOORE, Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 1975. 592 p.
- MOURA, Lucimára dos Santos de; SALAMONI, Giancarla; COSTA, Adão José Vital da. Os reflexos do meio técnico-científico-informacional na modernização da agricultura brasileira *in* XVIII Congresso de Iniciação Científica, IX Encontro da Pós-graduação e I Mostra Científica, 2009, Pelotas. **Anais do [...]** p. 1-4. Pelotas: Gráfica da Universidade, 2009.
- MVD. **MY99/00 - MY24/25 Whole Soybeans Crush (MT)**. Market View Database. Centrec. management consulting. United Soybean Board. 2024. Disponível em: [https://marketviewdb.unitedsoybean.org/dashboards/?bi=Soy\\_SupplyDisappearance\\_TimeSeries](https://marketviewdb.unitedsoybean.org/dashboards/?bi=Soy_SupplyDisappearance_TimeSeries) Acesso em: 05 Jan. 2025.
- NATHAN, Dev; SARKAR, Sandip. A note on profits, rents and wages in global production networks. **Economic & Political Weekly**, Bombay, v. 46, n. 36, p. 53-57, 3. 2011.
- NEDER, Vinicius. **Apesar da seca, portos do Norte e Nordeste já escoam mais de 37% da safra de grãos**. O Globo, Rio de Janeiro, 5 nov. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/11/05/apesar-da-seca-portos-do-norte-e-nordeste-ja-escoam-mais-de-37percent-da-safra-de-graos.ghtml>. Acesso em: 11 jan. 2025.
- NEPSTAD, Lucy S.; GERBER, James S.; HILL, Jason D.; DIAS, Livia C. P.; COSTA, Marcos H.; WEST, Paul C. Pathways for recent Cerrado soybean expansion: extending the soy moratorium and implementing integrated crop livestock systems with soybeans. **Environmental Research Letters**, v. 14, n. 4. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1088/1748-9326/aafb85>
- NORBERG, Matilda Baraibar; DEUTSCH, Lisa. **The Soybean Through World History: Lessons for Sustainable Agrofood Systems**. Londres: Routledge. 2023. 256 p.
- NOVAES, Henrique Tahan. Reestruturação do campo e o fetichismo da “revolução verde”. **Revista ciências do trabalho**. Dossiê: Trabalho e Tecnologia n. 9. Dez 2017.
- OCDE. **FDI flows**. Definition. Organization for Economic Co-operation and Development. 2024. Disponível em: [oecd.org/en/data/indicators/fdi-flows.html#:~:text=Definition,enterprise%20resident%20in%20another%20economy](https://oecd.org/en/data/indicators/fdi-flows.html#:~:text=Definition,enterprise%20resident%20in%20another%20economy). Acesso em: 22 mar 2024
- OCDE. **Trade in Value Added (TiVA)**. 2023 edition: Principal Indicators, levels. Organization for Economic Co-operation and Development. 2023. Disponível em: [https://data-explorer.oecd.org/vis?pg=0&bp=true&snb=14&tm=TIVA&df\[ds\]=dsDisseminateFinalCloud&df\[id\]=DSD\\_TIVA\\_MAINLV%40DF\\_MAINLV&df\[ag\]=OECD.STI.PIE&df\[vs\]=1.0&dq=VALU.BRA.A%2B\\_T.W..A&pd=2000%2C2020&to\[TIME\\_PERIOD\]=false&vw=tl](https://data-explorer.oecd.org/vis?pg=0&bp=true&snb=14&tm=TIVA&df[ds]=dsDisseminateFinalCloud&df[id]=DSD_TIVA_MAINLV%40DF_MAINLV&df[ag]=OECD.STI.PIE&df[vs]=1.0&dq=VALU.BRA.A%2B_T.W..A&pd=2000%2C2020&to[TIME_PERIOD]=false&vw=tl) Acesso em: 08 jul. 2024
- OECD. **Inward activity of multinationals by investing country**. OECD Statistics on Measuring Globalisation (database). ISIC Rev. 4. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/cdc4f4f1-en>

- OECD. **Inward activity of multinationals by investing country** . OECD Statistics on Measuring Globalisation. ISIC Rev. 4", 2023 Disponível em: <https://doi.org/10.1787/data-00662-en>
- OECD. **Trade by enterprise characteristics: Trade by top enterprises**, OECD Statistics on Measuring Globalisation. ISIC Rev. 4. 2023., Disponível em: <https://doi.org/10.1787/dc999acb-en>
- OECD-FAO. **Agricultural Outlook database**. Organisation for Economic Co-operation and Development - Food and Agriculture Organization . Disponível em: <http://www.agri-outlook.org/data/> Acesso em: 14 jul 2024.
- OLIVEIRA, Cida de. **Comunidade caçara do Guarujá fará denúncia internacional contra a Cargill**. Rede Brasil Atual/ Brasil de Fato. 23 de fevereiro de 2023. <https://www.brasildefato.com.br/2023/02/23/comunidade-caicara-do-guaruja-fara-denuncia-internacional-contra-a-cargill> Acesso em: 09 Jan. 2025.
- OLIVEIRA, Gabrielly Ramos De. **Estado brasileiro e corporações transnacionais: mineração, colonialidade e espoliação na amazônia oriental**. 2023. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do ABC, Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais. São Bernardo do Campo, 2023.
- OLIVEIRA, Gustavo; HECHT, Susanna. Sacred groves, sacrifice zones and soy production: globalization, intensification and neo-nature in South America, **The Journal of Peasant Studies**, v. 43 n.2, p. 251-285, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03066150.2016.1146705>
- OLIVEIRA, Susan Elizabeth Martins Cesar de. **Cadeias globais de valor e os novos padrões de comércio internacional: estratégias de inserção de Brasil e Canadá**. Brasília: FUNAG, 298 p. 2015.
- OURIQUES, Helton Ricardo; VIEIRA, Pedro Antonio. A condição semiperiférica do Brasil na economia-mundo capitalista: novas evidências. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v.12, n.3, p. 199-228. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.21530/ci.v12n3.2017.711>
- PAULA, Nilson Maciel de. **Sistema Agroalimentar Mundial: Contradições e Desafios**. Curitiba: Editora CRV. 2017. 226 p.
- PAPANIKOS, Gregory. The Future of Globalization. **Athens Journal of Business & Economics**. v. 10, n. 2. p. 87-108. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.30958/ajbe.10-2-1>.
- PENDRILL, Florence; PERSSON, Martin; GODAR, Javier; KASTNER, Thomas. Deforestation displaced: trade in forest-risk commodities and the prospects for a global forest transition. **Environmental Research**, v. 14, n. 5. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1088/1748-9326/ab0d41>.
- PERA, Thiago; CAIXETA-FILHO, José. Corredores multimodais para exportação de grãos no Mato Grosso: uma análise de concorrência. **Revista Brasileira De Transportes**, v.2, n.2, p. 168–207. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12660/rbt.v2n2.2022.88582>
- PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.). **Dicionário de Educação no Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular. p. 687-691, 2012.
- PERES, João. **Doko: quatro letrinhas que mudaram a história do Brasil**, O Joio e O Trigo, São Paulo, 24 set. 2021. Disponível em: <https://ojoioeotrigo.com.br/2021/09/soja-doko/>. Acesso em: 4 fev. 2025.
- PITTELKOW, Nanci. **Multinacional Bunge tem papel central no desmatamento do Cerrado**. De Olho nos Ruralistas. 12 Jul. 2023. Disponível em:

<https://deolhonosruralistas.com.br/2023/07/12/multinacional-bunge-tem-papel-central-no-esmatamento-do-cerrado/> Acesso em 10 Jan. 2025.

PORTOSRS. **Terminal Portuário Bunge Alimentos**. Porto do Rio Grande. 2024.

Disponível em: [https://portosrs.com.br/site/comunidade\\_portuaria/tups/bunge](https://portosrs.com.br/site/comunidade_portuaria/tups/bunge) Acesso em: 08 Jan. 2024.

PRESSINOTT, Fernanda. **Amaggi, ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus postergam projeto de joint venture em transportes**. Globo Rural. 2024. Disponível em:

<https://globo rural.globo.com/negocios/noticia/2024/11/amaggi-adm-bunge-cargill-e-dreyfus-postergam-projeto-de-joint-venture-em-transportes.ghtml> Acesso em: 06 jan. 2025.

PRETTO, José Miguel. **As cooperativas de leite autodenominadas da agricultura familiar, CLAFs: o equilíbrio instável entre inclusão e sustentabilidade**. Tese (Doutorado em Política Social e Direitos Humanos) - Universidade Católica de Pelotas, 2019. p. 133.

REIS, Tiago dos; LIMA, Mairon Bastos; LOPES, Gabriela Russo; MEYFROIDT, Patrick. Not all supply chains are created equal: the linkages between soy local trade relations and development outcomes in Brazil. Article 106475. **World Development**, v. 175, n. 106475, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2023.106475>

REZENDE, Vanessa Theodoro; ALI, Sher; BONAUDO, Thierry; GAMEIRO, Augusto Hauber. Brazilian soybeans as feed for livestock in Europe: an insight into the nitrogen flows. **Regional Environmental Change**, v. 23, n. 33. 2023. Disponível em:

<https://doi.org/10.1007/s10113-023-02034-1>

RODRIGUES, Sabrina. **Empresa Bunge Alimentos é denunciada por crime ambiental**. O eco. 5 Dez. 2018. Disponível em:

<https://oeco.org.br/salada-verde/empresa-bunge-alimentos-e-denunciada-por-crime-ambiental/> Acesso em: 09 Jan. 2025.

ROTH, Matthew David. **Magic Bean: The Rise of Soy in America**. Lawrence, KS: University Press of Kansas. 2018. 368 p.

RTRS. **O que é a Mesa Redonda de Soja Responsável?** Round Table on Responsible Soy Association. 2024. Disponível em:

<https://responsiblesoy.org/sobre-la-rtrs?lang=pt-br#que-es> Acesso em: 27 set 2024

SALAMONI, Giancarla; WASKIEVICZ, Carmen Aparecida. Serra dos Tapes: espaço, sociedade e natureza. **Revista Tessituras**, Pelotas. v. 1, n. 1, p.73-100, 2013.

SALIN, Delmy. **Soybean Transportation Guide: Brazil 2023**. U.S. Dept. of Agriculture, Agricultural Marketing Service. 2024. Disponível em:

<http://doi.org/10.9752/TS048.09-2024>

SANTOS, Diana Aguiar Orrico. **As veias abertas para a expansão do capital: tensões territoriais no projeto de transformação do Tapajós em corredor logístico**. Tese (doutorado em Planejamento Urbano e Regional) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, 2019. 325 f.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4 ed. 2 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. 260 p.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 10 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020. 392 p.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. 176p.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 15. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008. 174 p.

SAVENHAGO, Igor. **Produção de grãos cresce e expõe gargalos logísticos. O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 146, n. 47952, 29 Jan 2025. AGRO Estadão, p. 4.

- SCF. **Soft Commodities Forum Relatório de Progresso 2023**. Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD), Genebra | Amsterdã | Londres | Nova York | Singapura, 2024. Disponível em: [https://www.wbcd.org/wp-content/uploads/2024/04/SCF-report\\_December-2023\\_PT.pdf](https://www.wbcd.org/wp-content/uploads/2024/04/SCF-report_December-2023_PT.pdf). Acesso em: 27 set. 2024.
- SCHNEIDER, Mindi. Developing the Meat Grab. **Journal of Peasant Studies** v.41 n.4. p. 613–633. 2014.
- SEVERO; Patrícia Schneider; ANJOS, Flávio Sacco dos; SILVA, Fernanda Novo da. Os pêssegos não caem do céu: relações de trabalho e agricultura familiar na região de Pelotas-RS. DRd - **Desenvolvimento Regional em debate**, v. 10, p. 137-160, 2020.
- SILVA, Ramon Felipe Bicudo da; BATISTELLA, Mateus; DOU, Yue; MORAN, Emilio; TORRES, Sara McMillan; LIU, Jianguo. **The Sino-Brazilian Telecoupled Soybean System and Cascading Effects for the Exporting Country**. **Land**, v. 6, n. 3, v. 53. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/land6030053>
- SIQUEIRA, Daniele. **Brasil Exporta Recorde de Farelo e Óleo de Soja Mesmo com Quebra de Safra**. AgRural. 2022. Disponível em: <https://www.czapp.com/pt/analyst-insights/brasil-exporta-recorde-de-farelo-e-oleo-de-soja-mesmo-com-quebra-de-safra/> Acesso em: 08 jan 2024
- SØNDERGAARD, Niels. Modern Monoculture and Periphery Processes: a World Systems Analysis of the Brazilian soy expansion from 2000-2012. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, Vol. 56, No 01, p. 069-090, Jan./Mar. 2018
- SØNDERGAARD, Niels. Food regime transformations and structural rebounding: Brazilian state–agribusiness relations, **Territory, Politics, Governance**. v.11 n.1. p. 60-79. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/21622671.2020.1786447>
- SOUZA, Rodrigo Gonçalves de; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de. Cadeias mercantis e contribuições conceituais à geografia humana. **Mercator**: Fortaleza, v.21, e21008, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4215/rm2022.e21008>
- SSD. **Archer Daniels Midland: A Dividend Aristocrat Trading At Some Of The Best Valuations In 20 Years**. Simply Safe Dividends. 2017. Disponível em: <https://seekingalpha.com/article/4086433-archer-daniels-midland-a-dividend-aristocrat-trading-at-some-of-the-best-valuations-in-20> Acesso em: 31 Jan. 2025
- STAKE, Robert. **Pesquisa qualitativa: Estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Penso, 2011. 263 p.
- STATISTA. **Distribution of soy production end uses worldwide in 2018**. Statista - Statistics Portal. 2018. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/1254608/soy-production-end-uses-worldwide/> Acesso em: 19 Dez. 2024.
- STF. **2ª Turma determina trancamento de ação contra ex-presidente da Bunge por crimes ambientais**. Superior Tribunal Federal. 17 Mai. 2022. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/2a-turma-determina-trancamento-de-acao-contra-ex-presidente-da-bunge-por-crimes-ambientais/> Acesso em: 09 Jan. 2025.
- SUSTENTAREA. **Os regimes alimentares e o meio ambiente**. Núcleo de extensão universitária da USP sobre alimentação sustentável. 2021. Disponível em: <https://www.fsp.usp.br/sustentarea/2021/06/07/os-regimes-alimentares-e-o-meio-ambiente/> Acesso em: 09 jan. 2024.
- SWYNGEDOUW, Erik. Globalisation or ‘glocalisation’? Networks, territories and rescaling. **Cambridge review of international affairs**, v. 17, n. 1, p. 25-48, 2004.
- TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís. Apresentação *in* TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (Org.). **Poder e dinheiro**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997. 411 p.

TIXILISKI, Giacomo Otavio, **As motivações políticas e as ações econômicas da participação chinesa nos nódulos da cadeia mercantil da soja brasileira**. Dissertação (mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Florianópolis, 2022.

TORVISO, Pablo Senra. **Facetas de una inserción dependiente**: China y la expansión sojera en Uruguay (2001-2020). Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2022.

TRASE. **Infobrief 1** - Who dominates the trade in Brazilian soy? Transparent Supply Chains for Sustainable Economies. 2017. Disponível em:

<https://cdn.sanity.io/files/n2jhvipv/trase-earth-prod/a88bd2ac797cb58599614c8836fb3241193fe55f.pdf> Acesso em: 14 jul 2024

TRASE. **Infobrief 6** - Cadeias de produção de soja brasileira na China. Transparent Supply Chains for Sustainable Economies. 2019. Disponível em:

<https://cdn.sanity.io/files/n2jhvipv/trase-earth-prod/ef48ab37cf41d2c74a559c893c8ac34ad0b4bf5f.pdf> Acesso em: 14 jul 2024

TRASE. **Trase Yearbook 2018**, Sustainability in forest-risk supply chains: Spotlight on Brazilian soy. Transparent Supply Chains for Sustainable Economies. 2018. Disponível em: <https://yearbook2018.trase.earth/> Acesso em: 14 jul 2024

TRASE. **What is Trase?** Transparent Supply Chains for Sustainable Economies. 2022. Disponível em: <https://trase.earth/about> Acesso em: 14 jul 2024

UNCTAD. **80% of trade takes place in ‘value chains’ linked to transnational corporations**. United Nations Conference on Trade and Development. 2013a. Disponível em:

<https://unctad.org/press-material/80-trade-takes-place-value-chains-linked-transnational-corporations-unctad-report> Acesso em: 20/08/2023

UNCTAD. **World Investment Report 2005**: Transnational Corporations and the Internationalization of R&D. Nova York; Genebra: United Nations Publication, 2005. 366 p.

UNCTAD. **World Investment Report 2003**: Fdi Policies For Development: National And International Perspectives. Índia, Bookwell Publications, 2003. 322 p.

UNCTAD. **World Investment Report 2013**: Global Value Chains: Investment and Trade for Development. Suíça, UN, 2013b. 264 p.

UNCTAD. **World Investment Report 2022**: International Tax Reforms and Sustainable Investment. Suíça, UN, 2022. 244 p.

USDA. **Market and Trade Data / PSD Online / Reports and Data**. Foreign Agricultural Service. US Department of Agriculture. 2024. Disponível em:

<https://apps.fas.usda.gov/psdonline/app/index.html> Acesso em: 26 jul. 2024.

USDA. **2020 US Exports to Brazil Grew for Some Products as Market Opportunities Continue to Expand**. Country: Brazil. Foreign Agricultural Service. US Department of Agriculture, 2024a. Disponível em:

[https://apps.fas.usda.gov/newgainapi/api/Report/DownloadReportByFileName?fileName=2020%20US%20Exports%20to%20Brazil%20Grew%20for%20Some%20Products%20as%20Market%20Opportunities%20Continue%20to%20Expand%20\\_Brasilia\\_Brazil\\_02-25-2021](https://apps.fas.usda.gov/newgainapi/api/Report/DownloadReportByFileName?fileName=2020%20US%20Exports%20to%20Brazil%20Grew%20for%20Some%20Products%20as%20Market%20Opportunities%20Continue%20to%20Expand%20_Brasilia_Brazil_02-25-2021). Acesso em: 26 jul. 2024.

USDA. **Agricultural and Rural Modernization Plan Reiterates Prior Pledges**. Country: China - People's Republic of. Foreign Agricultural Service. US Department of Agriculture, 2022a. Disponível em:

<https://apps.fas.usda.gov/newgainapi/api/Report/DownloadReportByFileName?fileName=Agricultural%20and%20Rural%20Modernization%20Plan%20Reiterates%20Prior%20Ple>

dges\_Beijing\_China%20-%20People%27s%20Republic%20of\_CH2022-0023. Acesso em: 26 jul. 2024.

USDA. **Grain and Feed Annual**. Country: Brazil. Foreign Agricultural Service. US Department of Agriculture, 2024b. Disponível em:

[https://apps.fas.usda.gov/newgainapi/api/Report/DownloadReportByFileName?fileName=Grain%20and%20Feed%20Annual\\_Brasilia\\_Brazil\\_BR2022-0021](https://apps.fas.usda.gov/newgainapi/api/Report/DownloadReportByFileName?fileName=Grain%20and%20Feed%20Annual_Brasilia_Brazil_BR2022-0021). Acesso em: 26 jul. 2024.

USDA. **Grain and Feed Annual**. Country: China - People's Republic of. Foreign Agricultural Service. US Department of Agriculture, 2024c. Disponível em:

[https://apps.fas.usda.gov/newgainapi/api/Report/DownloadReportByFileName?fileName=Grain%20and%20Feed%20Annual\\_Beijing\\_China%20-%20People%27s%20Republic%20of\\_CH2024-0054](https://apps.fas.usda.gov/newgainapi/api/Report/DownloadReportByFileName?fileName=Grain%20and%20Feed%20Annual_Beijing_China%20-%20People%27s%20Republic%20of_CH2024-0054). Acesso em: 26 jul. 2024.

USDA. **Grain and Feed Annual**. Country: China - People's Republic of. Foreign Agricultural Service. US Department of Agriculture, 2024d. Disponível em:

[https://apps.fas.usda.gov/newgainapi/api/Report/DownloadReportByFileName?fileName=Grain%20and%20Feed%20Update\\_Beijing\\_China%20-%20People%27s%20Republic%20of\\_CH2024-0075](https://apps.fas.usda.gov/newgainapi/api/Report/DownloadReportByFileName?fileName=Grain%20and%20Feed%20Update_Beijing_China%20-%20People%27s%20Republic%20of_CH2024-0075). Acesso em: 26 jul. 2024.

USDA. **Highlights of 2022 Record Agricultural Trade with the PRC**. Country: China - People's Republic of. Foreign Agricultural Service. US Department of Agriculture, 2022b. Disponível em:

[https://apps.fas.usda.gov/newgainapi/api/Report/DownloadReportByFileName?fileName=Highlights%20of%202022%20Record%20Agricultural%20Trade%20with%20the%20PRC\\_Beijing\\_China%20-%20People%27s%20Republic%20of\\_CH2023-0023](https://apps.fas.usda.gov/newgainapi/api/Report/DownloadReportByFileName?fileName=Highlights%20of%202022%20Record%20Agricultural%20Trade%20with%20the%20PRC_Beijing_China%20-%20People%27s%20Republic%20of_CH2023-0023). Acesso em: 26 jul. 2024.

USDA. **Inaugural Genetically Modified Corn and Soybean Variety Registration List Published - Comment Period Opened**. Country: China - People's Republic of. Foreign Agricultural Service. US Department of Agriculture, 2024e. Disponível em:

[https://apps.fas.usda.gov/newgainapi/api/Report/DownloadReportByFileName?fileName=Inaugural%20Genetically%20Modified%20Corn%20and%20Soybean%20Variety%20Registration%20List%20Published%20-%20Comment%20Period%20Opened\\_Beijing\\_China%20-%20People%27s%20Republic%20of\\_CH2023-0149](https://apps.fas.usda.gov/newgainapi/api/Report/DownloadReportByFileName?fileName=Inaugural%20Genetically%20Modified%20Corn%20and%20Soybean%20Variety%20Registration%20List%20Published%20-%20Comment%20Period%20Opened_Beijing_China%20-%20People%27s%20Republic%20of_CH2023-0149). Acesso em: 26 jul. 2024.

USDA. **New Genetically Modified Corn and Soybean Variety Registration List Published**. Country: China - People's Republic of. Foreign Agricultural Service. US Department of Agriculture, 2024f. Disponível em:

[https://apps.fas.usda.gov/newgainapi/api/Report/DownloadReportByFileName?fileName=New%20Genetically%20Modified%20Corn%20and%20Soybean%20Variety%20Registration%20List%20Published\\_Beijing\\_China%20-%20People%27s%20Republic%20of\\_CH2024-0048](https://apps.fas.usda.gov/newgainapi/api/Report/DownloadReportByFileName?fileName=New%20Genetically%20Modified%20Corn%20and%20Soybean%20Variety%20Registration%20List%20Published_Beijing_China%20-%20People%27s%20Republic%20of_CH2024-0048). Acesso em: 26 jul. 2024.

USDA. **Planting Seeds Annual 2024**. Foreign Agricultural Service. US Department of Agriculture, 2024g. Disponível em:

[https://apps.fas.usda.gov/newgainapi/api/Report/DownloadReportByFileName?fileName=Planting%20Seeds%20Annual%202024\\_Beijing\\_China%20-%20People%27s%20Republic%20of\\_CH2024-0073](https://apps.fas.usda.gov/newgainapi/api/Report/DownloadReportByFileName?fileName=Planting%20Seeds%20Annual%202024_Beijing_China%20-%20People%27s%20Republic%20of_CH2024-0073). Acesso em: 26 jul. 2024.

USDA. **PRC Emphasizing Grain and Food Security in 2022**. Foreign Agricultural Service. US Department of Agriculture, 2022c. Disponível em:

[https://apps.fas.usda.gov/newgainapi/api/Report/DownloadReportByFileName?fileName=PRC%20Emphasizing%20Grain%20and%20Food%20Security%20in%202022\\_Beijing\\_China%20-%20People%27s%20Republic%20of\\_CH2022-0029](https://apps.fas.usda.gov/newgainapi/api/Report/DownloadReportByFileName?fileName=PRC%20Emphasizing%20Grain%20and%20Food%20Security%20in%202022_Beijing_China%20-%20People%27s%20Republic%20of_CH2022-0029). Acesso em: 26 jul. 2024.

- USDA. **Agricultural Projections to 2030**. United States Department of Agriculture. 2022d. Disponível em: <https://www.ers.usda.gov/webdocs/outlooks/95912/oce-2020-1.pdf?v=3082> Acesso: 16 mar. 2024.
- USDA. **Soybean Explorer**. Foreign Agricultural Service. United States Department of Agriculture. 2024h. Disponível em: <https://ipad.fas.usda.gov/cropexplorer/cropview/commodityView.aspx?cropid=2222000> Acesso: 16 dez. 2024.
- USDA. **Soybean Transportation Costs to China: U.S. vs Brazil**. Updated April 11, 2024. Foreign Agricultural Service. United States Department of Agriculture. 2024i. Disponível em: <https://agtransport.usda.gov/Exports/Soybean-Transportation-Costs-to-China-U-S-vs-Brazil/ch2d-8yef> Acesso em: 29 Jan. 2025.
- USDA. **U.S. Soybeans Exports in 2023**. United States Department of Agriculture. 2024i. Disponível em: <https://fas.usda.gov/data/commodities/soybeans> Acesso: 16 mar. 2024.
- VADELL, Javier et al. El rol de la cooperación de China en la transformación estructural del Sur Global. **Geosul**, v.35, n.77, p. 451–475, 2020.
- VADELL, Javier. La globalización con características chinas: una lectura Polanyiana de la interconectividad de la Nueva Ruta de la Seda y sus implicaciones para América Latina y el Caribe *in* Congreso Internacional Innovación y desarrollo en China: oportunidades para América Latina. **Anais [...]**. Centro de Estudios de América Latina, Universidad de Sun Yassen, Zuhai, Novembro 2019.
- VESENTINI, José William. **Novas Geopolíticas: as representações do século XXI**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2011. 125p.
- VIRILIO, Paul. **Vitesse et politique**. Paris: Galilee, 1977. 160 p.
- VÖLZ, Josué Kuhn; DUARTE, Tiaraju Salini; SANTOS, Ryan Mendes dos. A evolução histórica do sistema capitalista agroalimentar de produção/distribuição: velhos atores e novos pivôs geopolíticos emergentes no ramo dos grãos. *in* Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território - IV CONGEO. **Anais do [...]** São Paulo(SP) USP, 2023. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/IVCONGEO/669972-A-EVOLUCAO-HISTORICA-DO-SISTEMA-CAPITALISTA-AGROALIMENTAR-DE-PRODUCAODISTRIBUICAO--VELHOS-ATORES-E-NOVOS-PIVOS-G>. Acesso em: 19/09/2024
- VÖLZ, Josué Kuhn; MARZULLO, Mateus Cabreira. Globalização na serra dos tapes: transformações produtivas observadas na produção agrária de municípios do Rio Grande Do Sul *in* X Seminário do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas. **Anais do [...]** ISSN: 2359-0785. p.166-177. Pelotas, UFPel. 2023. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1YZYXqrc\\_5h9cIiD4FabWwwGesXh\\_\\_Wa6/view](https://drive.google.com/file/d/1YZYXqrc_5h9cIiD4FabWwwGesXh__Wa6/view) Acesso em: 19/09/2024
- WALLERSTEIN, Immanuel. A Análise dos Sistemas-Mundo como movimento do saber *in* VIEIRA, Pedro Antonio *et al.* **O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo**. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica Editora, 2012.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **The capitalist World-Economy**. New York: Cambridge University Press, 1979. 305p.
- WANG, Huiyao. **The Ebb and Flow of Globalization: Chinese Perspectives on China's Development and Role in the World**. Singapore: Springer, 2022. 251 p.
- WANG, Huiyao; MIAO, Lu. **Handbook on China and Globalization**. Beijing: Edward Elgar Publishing, 2019. 497 p.

- WATERS, Malcolm. **Globalization**, London: Routledge, 2001. 247 p.
- WBG. **Banco de Dados**. World Bank Group. 2024 Disponível em: <https://databank.worldbank.org/source/global-economic-prospects> Acesso em: 14 Jul. 2024.
- WBG. **GDP (current US\$) - Brazil**. World Bank Group. 2025 Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?contextual=default&end=2023&locations=BR&start=1973&view=chart> Acesso em: 30 Jan. 2025
- WERNER, Dietrich; NEWTON, William E. **Nitrogen Fixation in Agriculture, Forestry, Ecology, and the Environment**. Dordrecht: Springer Science & Business Media. 2005. 350 p.
- WESZ, Valdemar João Jr., ESCHER, Fabiano; FARES, Tomaz Mefano Why and How Is China Reordering the Food Regime? The Brazil-China Soy-Meat Complex and COFCO's Global Strategy in the Southern Cone. **The Journal of Peasant Studies**. v.50 n.4, p. 1376–1404. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03066150.2021.1986012>.
- WIEDMANN, Thomas; LENZEN, Manfred. Environmental and social footprints of international trade. **Nature geoscience**, v. 11, n. 5, p. 314–321. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41561-018-0113-9>.
- WILKINS, Mira. The Free-Standing Company revisited in WILKINS, Mira; SCHROTER, Harm. (Ed.) **The Free-Standing Company in the World Economy 1830-1996**. Oxford: Oxford University Press, 1998. p. 3-63.
- WILKINSON, John; ESCHER, Fabiana; GARCIA, Ana. The Brazil-China nexus in agrofood: What is at stake in the future of the animal protein sector. **International Quarterly for Asian Studies**. v.53, n.2, p.251–277. 2022.
- WILKINSON, John; WESZ, Valdemar João Junior; LOPANE, Anna Rosa Maria. 2016. Brazil and China: The Agribusiness Connection in the Southern Cone Context. **Third World Thematics: A TWQ Journal**, v.1 n.5, p.726–745. 2016.
- WTO. **International Trade Statistics**. Geneva: World Trade Organization, 2009. 262 p. Disponível em: [http://www.wto.org/english/res\\_e/statis\\_e/its2009\\_e/its09\\_toc\\_e.htm](http://www.wto.org/english/res_e/statis_e/its2009_e/its09_toc_e.htm) Acesso em: 28/10/2024
- YAN, Hairong; CHEN, Yiyuan; KU, Hok Bun. China's soybean crisis: The logic of modernization and its discontents. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 2, p. 373–395. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03066150.2015.1132205>
- YIN, Robert K. **Estudo de caso**. Planejamento e métodos. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 200 p.
- ZÁMBORSKÝ, Peter; YAN, Zheng; Joseph; MICHAILOVA, Snežina; ZHUANG, Vincent. Chinese Multinationals' Internationalization Strategies: New Realities, New Pathways. **California Management Review**, v. 66, n.1, p. 96-123. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/00081256231193467>
- ZHANG, Hongzhou. **Securing the 'Rice Bowl'**: China and Global Food Security. Singapore: Palgrave Macmillan. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-981-13-0236-7>